

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**

**TATIANA DA ROCHA BARBOSA**

**OCUPAÇÕES IRREGULARES E A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA  
ZONA LESTE DE MANAUS (AM): DA ILEGALIDADE DO PROCESSO A  
LEGALIDADE DA QUESTÃO DA MORADIA**

**Uberlândia**

**2017**

**TATIANA DA ROCHA BARBOSA**

**OCUPAÇÕES IRREGULARES E A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA  
ZONA LESTE DE MANAUS (AM): DA ILEGALIDADE DO PROCESSO A  
LEGALIDADE DA QUESTÃO DA MORADIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de concentração: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Urbano e Rural

Orientador: Prof. Dr. Vitor Ribeiro Filho

**Uberlândia**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

B238o      Barbosa, Tatiana da Rocha, 1983-  
2017      Ocupações irregulares e a (re)produção do espaço urbano da zona  
            leste de Manaus (AM) [recurso eletrônico] : da ilegalidade do processo a  
            legalidade da questão da moradia / Tatiana da Rocha Barbosa. - 2017.

            Orientador: Vitor Ribeiro Filho.  
            Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em Geografia.  
            Modo de acesso: Internet.  
            Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.637>  
            Inclui bibliografia.  
            Inclui ilustrações.

            1. Geografia. 2. Espaço urbano - Manaus (AM). 3. Crescimento  
urbano - Manaus (AM). I. Ribeiro Filho, Vitor, 1965- (Orient.) II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
Geografia. III. Título.

---

CDU: 910.1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**Programa de Pós-Graduação em Geografia**

**TATIANA DA ROCHA BARBOSA**

**“OCUPAÇÕES IRREGULARES E A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA ZONA LESTE DE MANAUS (AM): DA ILEGALIDADE DO PROCESSO A LEGALIDADE DA QUESTÃO DA MORADIA”.**

*Vitor Ribeiro Filho*

Prof. Doutor Vitor Ribeiro Filho (Orientador) - UFU

*Jose Ademir de Oliveira*

Professor Doutor José Ademir de Oliveira – UFAM

*José Camilo Ramos de Souza*

Professor Doutor José Camilo Ramos de Souza - UEA

*Beatriz Ribeiro Soares*

Professora Doutora Beatriz Ribeiro Soares – UFU

*William Rodrigues Ferreira*

Professor Doutor William Rodrigues Ferreira – UFU

Data: 30 / 06 de 2017

Resultado: Aprovada

## DEDICATÓRIA

*Aos que me deram a vida e os ensinamentos mais preciosos, **Jorge Alves Barbosa e, Francisca da Rocha Barbosa;***

*A pequena **Alice de Miranda Barbosa** para que cresça buscando sempre trilhar o caminho do conhecimento científico, da honestidade e do amor;*

*A Minha amada tia – mãe, **Maria Moreira da Rocha Filha** (in memoriam) que se foi enquanto eu percorria os caminhos da pesquisa e ficaria feliz e orgulhosa por me ver concluindo mais esta etapa na minha vida.*

*Ao Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira, por ter acreditado em mim.*

## AGRADECIMENTOS

*Deus ajuda quem busca ajudar-se. É para Deus meu maior agradecimento em função das provações impostas no decurso do Doutorado. Pela capacidade de enxergar que elas eram necessárias para o meu crescimento pessoal, profissional e por compreender que Ele se manifestou em minha vida inserindo amigos os quais caracterizo como anjos, eu os cito nominalmente dedicando algumas linhas para expressar o quão indispensáveis eles foram para a realização desta Tese.*

***Francisca da Rocha Barbosa**, por ser a mãe mais doce e firme que uma pessoa precisa ter para aprender a caminhar pela vida;*

*Ao meu pai, **Jorge Alves Barbosa**, com quem aprendi a ser determinada e não desistir de concretizar meus objetivos, pela paciência e também disposição em ajudar nos campos da pesquisa;*

***Vitor Ribeiro Filho**, o mineiro amazônico. Orientador que conheci na Universidade Federal do Amazonas e que me ajudou no momento decisivo da graduação. O orientador que se transformou em amigo. O orientador mais bravo e doce que pode existir. O Orientador! Daqui para frente, embora a academia exija, eu não vou andar sozinha, levo comigo os ensinamentos transmitidos procurando de todas as formas, honrar seu nome. Obrigada por ter cruzado meu caminho e dele não ter saído.*

*À **Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares** e **Prof. Dr. William Rodrigues Ferreira**, sempre muito carinhosos e gentis com os alunos, além dos conhecimentos geográficos, me ensinaram a ser mais humana em minha profissão;*

***José Camilo Ramos de Souza**, caboclo da ilha tupinambarana, em ti posso vislumbrar a face do verdadeiro amazônida: forte, destemido e amigo. Por cada conselho, cobranças, palavras de incentivo, ajuda com as reflexões e pela doçura da amizade, gratidão é naturalmente o sentimento que emana a partir do meu olhar. Não êxito em dizer que tu foste o responsável direto para que eu finalizasse este trabalho.*

***Walisson Silva Reis**, o paraense de Parauapebas despretensiosamente entrou em meu caminho a partir da disciplina Cidades e Redes e com seu jeito descontraído foi paulatinamente se inserindo nos meus dias, me ajudando na caminhada em direção à*

*finalização do trabalho tornando-se um dos principais responsáveis por me incentivar a transpassar a linha de chegada.*

***Patrícia de Góes** é a “pessoinha” especial de todos os momentos, que a todo o instante me pedia para finalizar a Tese e com palavras de muito carinho, me forneceu o combustível necessário para os momentos de maiores provações;*

***Thânia Teixeira Nunes**, a prova mais precisa do agir de Deus em meu Ser. Amiga dos tempos de escola que acompanhou todos os meus sonhos e a me ver realizando-os vibrou tanto quanto eu.*

***Sidney Costa**, difícil é expressar com palavras o amor que há em meu coração por você que abriu as portas da sua casa em Uberlândia transformando-a, graças a sua amizade e companheirismo, na extensão da minha casa. Por ter compreendido os momentos que precisei me isolar para escrever, por várias vezes ter me esperado com um prato de comida quentinho e fresquinho após um dia intenso na UFU, pelo amor e pela irmandade a mim concedida fundamentais para enfrentar as angústias da confecção do trabalho.*

*Ao casal **Theo Giardullo** e **Solange Giardullo**, tão carinhosos e amigos em muito me escutaram nas horas em que mais eu angustiava. Doces e gentis, eles ratificaram para mim que realmente os amigos são anjos;*

*Impossível não agradecer a você também, **Vitor de Oliveira Campos** pela parceria, aprendizados e felicidade um dia compartilhada com você e com sua família;*

*Agradeço à você, **Lidiane Aparecida Alves** por ter me acolhido em sua casa nas primeiras semanas que cheguei em Uberlândia para cursar o Doutorado, jamais esquecerei da sua mão estendida tampouco da oportunidade de ter permitido que eu conhecesse seus pais em São Gotardo. Doces lembranças sempre trazem suaves sorrisos.*

*A prima **Alinne Lima**, sempre doce e carinhosa comigo, pela ajuda, torcida e amor, obrigada.*

*Aos amigos dos tempos de Mestrado, **Dênis Pereira** por ter disponibilizados seu tempo para me acompanhar pelas minhas andanças na zona Leste de Manaus e **Alvatir Carolino**, pelo carinho e paciência em ouvir meus intermináveis áudios com o intuito de sanar algumas questões que vinham à mente;*

*Nesse momento, amplio os agradecimentos para os amigos que compõem o **corpo docente de Geografia do Centro de Estudos Superiores de Parintins**. Sem eles, não seria*

*possível começar o curso e estendo os agradecimentos a **Kletrianny Rodrigues** por todo o suporte que precisei junto ao Cesp-Parintins;*

*À assessoria de comunicação da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amazonas na pessoa da **Hanne Assimen** por todas as informações solicitadas e prontamente disponibilizadas;*

*Ao **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Amazonas** pela colaboração com os dados;*

*À **Universidade do Estado do Amazonas**;*

*À **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas**;*

*Finalizo os agradecimentos mencionando que se houve a construção dessa Tese é porque o **Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira** enquanto eu ainda era estudante na graduação, acreditou em mim. Ao senhor e devo minha vida profissional e meus principais aprendizados que não se limitam aos conhecimentos geográficos. Sou eternamente grata a Deus por Ele ter permitido que em determinado momento da vida, meus caminhos se cruzassem com os seus.*

***Deus os abençoe, obrigada.***

*Manaus tem um pouco de nada e muito de tudo, sendo concomitantemente a cidade doce e dura em excesso.*

***José Aldemir de Oliveira***

## RESUMO

O trabalho apresentado produz análises concernentes a produção do espaço urbano da cidade de Manaus-AM enfocando a produção da moradia a partir do processo de ocupação irregular urbana considerando os vários agentes de permanências e mudanças sociais que orientam essa produção e que nela se refletem. O estudo norteou suas reflexões em prol de quatro fases que produziram e reproduziram espaço urbano de Manaus. com o objetivo de identificar a expansão do espaço urbano de Manaus para o Leste a partir da produção de ocupações irregulares. A pesquisa delimitou seus estudos mediante a Lei municipal N. 1.401 de 14 de janeiro de 2010 que divide a zona Leste em 11 (onze bairros). A Tese se volta para enfatizar que as ocupações foram convenientes para o Estado que não resolvia o déficit habitacional e, mesmo precariamente, inseria os equipamentos de uso coletivo em áreas ocupadas irregularmente que, paulatinamente se consolidavam e se transformavam em bairros. Assim, o vetor macro para a produção e reprodução desta parcela do espaço urbano de Manaus são as ocupações irregulares de terra. Com o intuito de identificar se a Tese era ou não possível de ser sustentada, foi necessário primeiramente possuir entendimento da gênese do espaço urbano da capital amazonense e sua posterior expansão; em seguida, realizou-se o levantamento da história das ocupações irregulares da zona Leste da cidade bem como averiguar a reprodução desta área da cidade por meio dos aspectos socioeconômicos de seus moradores. Os caminhos metodológicos da pesquisa direcionaram-se inicialmente a leitura dos escritos de Ab'Saber (2004); Bitencourt (1969); Daou (2000); Hanry Bates (1979); Mesquita (2006); Oliveira (2003) e Tocantins (1973). Utilizou-se também dados oficiais fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Secretarias de Governo e Prefeitura e o acervo de jornais da Biblioteca Pública do Estado do Amazonas referente às décadas de 1970 até os dias atuais. No decorrer das atividades de campo, houve a visitação dos onze bairros da área de estudo realizando-se observação direta, conversas informais com os moradores e registros fotográficos. Com o intuito de melhor organizar o trabalho, o mesmo está dividido em quatro (04) capítulos dos quais o primeiro aponta os registros da produção de Manaus; o capítulo dois (02), por sua vez, aborda o Estado, a produção das ocupações irregulares no espaço urbano de Manaus; no terceiro momento, se discute as ocupações urbanas irregulares de 1970 a 2010 como vetor da (re) produção da zona leste de Manaus, para, por fim, estabelecer reflexões a respeito da ilegalidade do processo de ocupações irregulares urbanas a legalidade da questão da moradia. Como principais resultados, a Tese destaca que dos 11 (onze) bairros produzidos, 05 (cinco) tiveram interferência primeira do Estado estando as demais iniciadas a partir da ocupação irregular de terras. Contudo, embora houvesse essa primeira intervenção, o Estado não controlou a reprodução destes bairros posteriormente ocupados de forma irregular. Ao finalizar, o estudo aponta que em decorrência dos múltiplos agentes produtores do espaço urbano de Manaus na zona Leste, a área estudada apresenta heterogeneidade dividida por este estudo - a partir das artérias que interligam a zona Leste- em 07 (sete) setores principais que estampam na paisagem de Manaus processos dialéticos, com contradições aparentes, outras, nem tanto, porém, passíveis e carentes de serem identificadas pelo olhar de pesquisadores atentos as transformações socioespaciais.

Palavras-Chave:

(Re) Produção do espaço urbano    Ocupações irregulares    Zona Leste de Manaus

## ABSTRACT

The work analyzes the production of the urban space in the city of Manaus/Amazonas State, focusing on the production of housing in the irregular urban occupation, considering various agents of fixedness and change that guide this production, which are reflected in it. The study focused in four phases which produced and reproduced the urban space in Manaus. Phases that complement each other and do not end in themselves, since they are present nowadays in the urban area of Manaus, being crystallized in the landscape. With the objective of identifying the expansion of the urban space of Manaus to the East from the production of popular housing, the research is limited by a specific city hall laws No. 1.401 of January 14, 2010, which divides the East zone into 11 (eleven) neighborhoods; which are: Armando Mendes, Antônio Colônia, Aleixo, Coroado, Industrial District II, Gilberto Mestrinho, Jorge Teixeira, Mauzinho, Puraquequara, São José Operário, Tancredo Neves and Zumbi dos Palmares. The thesis search to explain that the macro vector for the production and reproduction of this urban space of Manaus are the irregular land occupations. In order to identify the thesis plausibility, it was first necessary to create an understanding of Manaus urban space genesis and its later expansion; Then, a survey in order to know the history of irregular occupations in the eastern part of the city. As a continuation of the specific objectives, the study searched to verify this area reproduction through socioeconomic characteristics of its residents. The methodological paths of the research looked for literatures that contained knowledge about Manaus genesis. I emphasize as key literatures in this process of theoretical construction the writings of Ab'Saber (2004); Bitencourt (1969); Daou (2000); Hanry Bates (1979); Mesquita (2006); Oliveira (2003) and Tocantins (1973). In order to reach the proposed objectives, the research based on official data provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, Government Departments and City Hall. Research in the newspapers collection from the 1970s to the present day, in the Public Library of the Amazonas State was also carried out. The field activities accomplished visiting all the eleven studied neighborhoods, with direct observation, informal conversations with residents and photographic records procedures. As main findings, the thesis highlights the fact that of the 11 (eleven) neighborhoods produced, 05 (five) suffered initially an interference from the State government, while the others were initiated as a result of the irregular occupation of the land. Despite this first intervention, the State did not controlled the reproduction of these neighborhoods, being later irregularly occupied. Finally, the study points out that because of the multiple agents acting as urban space producers in the eastern zone of Manaus, the studied area shows heterogeneity, being divided by this study, from the arteries that interconnect the Eastern zone in 07 (seven) main sectors. These sectors stamp in Manaus landscape, dialectical processes, with apparent contradictions, while others not so apparent, however, subjected to identification by the investigative look of researchers attentive to socio-spatial transformations.

Key words: Production and reproduction of urban space. Irregular occupations. East zone of Manaus.

## LISTA DE FIGURAS

01	Prospecto da Fortaleza do rio Negro datado de 07 de dezembro de 1974 produzido pelo engenheiro João André Schwebel	35
02	Manaus (AM): Planta da cidade do ano de 1852	37
03	Governo de Eduardo Ribeiro (1890 -1896): Carta Cadastral de Manaus do período de 1892 a 1894.	42
04	Manaus (AM): Teatro Amazonas, final do século XIX	43
05	Manaus (AM): vista parcial da Cidade Flutuante em 1950	47
06	Manaus (AM): relações cotidianas da extinta cidade flutuante na década de 1960.	48
07	Manaus (AM): o rio como alternativa de moradia, cidade flutuante na década de 1960	49
08	Disposição das Casas Flutuantes na década de 1960 segundo a literatura de João Pinheiro Salazar (1985)	50
09	Manaus (AM): ocupações irregulares que existiam sobre o Igarapé de Manaus no período da cheia dos rios no Igarapé de Manaus, em 2003.	62
10	Evolução da Mancha Urbana de Manaus nos períodos de 1980, 1984, 1995, 2015	72
11	Logomarca dos principais Movimentos Sociais que atuam em Manaus	83
12	Manaus (AM): Modelos de barracos construídos em ocupação na zona Norte de Manaus no ano de 2003	88
13	Manaus (AM): Modelos de barracos construídos em ocupação na zona Norte de Manaus no ano de 2003	89

14	Manaus (AM): Aérea da degradação ambiental causada por ocupação irregular de terras em 2015 na área do Tarumã, zona Oeste da cidade	91
		94
15	Esquema Reduzido do Funcionamento do Banco Nacional de Habitação – BNH	
16	Unidades habitacionais financiadas – FGTS e SBPE: 1964 a 2010	95
17	Construção da estrada do Puraquequara em 1990 interligando a área por vias terrestres à Manaus	109
18	Manaus (AM): vista parcial da comunidade Bela Vista pertencente ao bairro de Puraquequara	110
19	Manaus (AM): vista geral do leprosário da Colônia Antônio Aleixo na década de 1940	112
20	Manaus (AM): construção do colégio agrícola em 1970 na zona Leste da cidade	113
21	Manaus (AM): Vista aérea na década de 1970 em dois momentos registrando o surgimento da ocupação do bairro do Coroado, à esquerda da fotografia	120
22	Manaus (AM): Vista aérea na década de 1970 em dois momentos registrando o surgimento da ocupação do bairro do Coroado, à esquerda da fotografia	120
23	Manaus (AM): início das obras para a construção do loteamento São José Operário, 1979 zona Leste da cidade	124
24	Manaus (Am): Loteamento São José Operário no início dos anos 80	125
25	Manaus (Am): Loteamento São José Operário no início dos anos 80	125
26	Vista parcial da Av. rio Negro, bairro Mauazinho zona Leste da cidade, 2017	128
27	Manaus (AM): Av. Autaz Mirim em agosto de 1989 e março de 2017 em frente ao bairro de Armando Mendes	133

28	Manaus (AM): Av. Autaz Mirim em agosto de 1989 e março de 2017 em frente ao bairro de Armando Mendes	133
29	Manaus (Am): projeto apresentando o contorno de Manaus, dezembro de 1979	140
30	Manaus (AM): Imagem parcial da Av. Autaz Mirim no trecho que compreende o bairro de São José Operário	141
31	Manaus (Am): croqui do início dos anos 90 das estradas da Zona leste compreendidas pela AM- 020 do trecho que compreende a Bola do Coroadó, Grande Circular e Bola do São José	143
32	Entrada dos conjuntos habitacionais Condomínio João Bosco II e Acariquara, Coroadó, zona Leste da cidade	144
33	Entrada dos conjuntos habitacionais Condomínio João Bosco II e Acariquara, Coroadó, zona Leste da cidade	144
34	Manaus (AM): Recorte de Jornal Informativo destacando a entrega do Conjunto Acariquara, no ano de 1981 na zona Leste da cidade	145
35	Manaus (AM): Imagem parcial da Avenida Adolfo Ducke no Conjunto Acariquara, Coroadó, zona Leste da cidade	146
36	Manaus (AM): Imagem parcial da Avenida Adolfo Ducke no Conjunto Acariquara, Coroadó, zona Leste da cidade	146
37	Manaus (AM): localização dos Shoppings Centers no Subcentro da zona Leste	157
38	Manaus (AM): Shoppings Centers que compõem o subcentro da zona Leste	158
39	Manaus (AM): Shoppings Centers que compõem o subcentro da zona Leste	158
40	Manaus (AM): Shoppings Centers que compõem o subcentro da zona Leste	158

41	Manaus (AM): Shoppings Centers que compõem o subcentro da zona Leste	158
42	Manaus (AM) Avenidas Beira Rio (à esquerda) e Beira Mar (a direita), vias principais do bairro Coroado, zona Leste da cidade	159
43	Manaus (AM) Avenidas Beira Rio (à esquerda) e Beira Mar <sup>155</sup> (a direita), vias principais do bairro Coroado, zona Leste da cidade.	159
44	Manaus (AM): Recorte espacial evidenciando os aspectos morfológicos resultantes das práticas espaciais dos agentes sócias excluídos no bairro de Coroado	161
45	Manaus (AM), complexo viário Engenheiro Luiz Augusto Veiga Soares no bairro São José Operário, zona Leste da cidade	163
46	Manaus (AM), complexo viário Engenheiro Luiz Augusto Veiga Soares no bairro São José Operário, zona Leste da cidade	163
47	Manaus (AM), complexo viário Engenheiro Luiz Augusto Veiga Soares no bairro São José Operário, zona Leste da cidade	163
48	Manaus (AM), complexo viário Engenheiro Luiz Augusto Veiga Soares no bairro São José Operário, zona Leste da cidade	163
49	Manaus (AM), vista parcial e ampliada das proximidades do Uai Shoopng São José, no complexo viário Engenheiro Luiz Augusto Veiga Soares, no bairro de São José Operário	165
50	Manaus (AM), vista parcial e ampliada das proximidades do Uai Shoopng São José, no complexo viário Engenheiro Luiz Augusto Veiga Soares, no bairro de São José Operário	165
51	Manaus (AM): vias, comércio e algumas moradias do bairro Armando Mendes, zona Leste da cidade	166
52	Manaus (AM): vias, comércio e algumas moradias do bairro Armando Mendes, zona Leste da cidade	166
53	Manaus (AM): recorte da Imagem de satélite sobre o igarapé pertencente à comunidade da Sharp no bairro de Armando Mendes	167
54	Manaus (AM), comunidade da Sharp localizada no bairro de Armando Mendes, zona Leste da cidade.	168

55	Manaus (AM), comunidade da Sharp localizada no bairro de Armando Mendes, zona Leste da cidade.	169
56	Manaus (AM) Empreendimentos comerciais ao longo da Alameda Cosme Ferreira no trecho compreendido pelo bairro de Zumbi dos Palmares na zona Leste da cidade	170
57	Manaus (AM) Empreendimentos comerciais ao longo da Alameda Cosme Ferreira no trecho compreendido pelo bairro de Zumbi dos Palmares na zona Leste da cidade	170
58	Manaus (AM): modelo de residências autoconstruídas no bairro Tancredo Neves na zona Leste da cidade.	172
59	Manaus (AM): modelo de residências autoconstruídas no bairro Tancredo Neves na zona Leste da cidade.	172
60	Manaus (AM): Fuxico, área de intenso fluxo de pessoas e mercadorias na divisão administrativa entre a zona Leste e Norte	173
61	Manaus (AM): Fuxico, área de intenso fluxo de pessoas e mercadorias na divisão administrativa entre a zona Leste e Norte	174
62	Manaus (AM): Porto da Ceasa no bairro de Mauazinho, zona Leste da cidade, ao fundo se avista o rio Negro	176
63	Manaus (AM): Concentração comercial na principal avenida do bairro de Mauazinho, zona Leste da cidade.	177
64	Manaus (AM): área ao sul do bairro de Mauazinho, zona Leste da cidade	178
65	Manaus (AM): área ao sul do bairro de Mauazinho, zona Leste da cidade	178
66	Manaus (AM): pescado comercializado às margens do lago de Puraquequara na zona Leste da cidade.	180
67	Manaus (AM): pescado comercializado às margens do lago de Puraquequara na zona Leste da cidade.	180
68	Manaus (AM): paisagem produzida pela empresa instalada ao longo da estrada do Puraquequara, zona Leste da cidade	181
69	Manaus (AM): Sítios agroflorestais no ramal do Aleixo, comunidade Bela Vista, Puraquequara, zona Leste da cidade	182
70	Manaus (AM): Sítios agroflorestais no ramal do Aleixo, comunidade Bela Vista, Puraquequara, zona Leste da cidade	183
71	Manaus (AM) Rua Ernesto Costa, principal via do bairro Colônia Antônio Aleixo que contorna o lago do Aleixo	185

72	Manaus (AM) Rua Ernesto Costa, principal via do bairro Colônia Antônio Aleixo que contorna o lago do Aleixo	185
73	Manaus (AM): moradias do bairro Distrito Industrial II, zona Leste da cidade	186
74	Manaus (AM): vista parcial do bairro Gilberto Mestrinho produzido no entorno de fábricas	187
75	Manaus (AM) Imagens do residencial Presidente Lula no bairro Distrito Industrial II, zona Leste da cidade.	188
76	Manaus (AM) Imagens do residencial Presidente Lula no bairro Distrito Industrial II, zona Leste da cidade.	188
77	Manaus (AM) ocupação intitulada Coliseu instaurada no bairro Distrito Industrial II, zona Leste da cidade.	191
78	Manaus (AM) ocupação intitulada Coliseu instaurada no bairro Distrito Industrial II, zona Leste da cidade.	191
79	Novas ocupações irregulares no bairro Colônia Antônio Aleixo, zona Leste da cidade	193
80	Novas ocupações irregulares no bairro Colônia Antônio Aleixo, zona Leste da cidade	193

## LISTA DE MAPAS

01	Manaus (AM): localização da cidade de Manaus	25
02	Manaus (AM): zona Leste como delimitação da Área de Estudo	26
03	Manaus (AM): Divisão de Manaus em Zonas, 1951.	46
04	Manaus (AM): - Espacialização dos Conjuntos Habitacionais produzidos de 1960 a 1990	103
05	Manaus (AM): Zona Leste, delimitação da área de Estudo, 2017	106
06	Manaus (AM): localização aproximada das áreas e instituições produzidas na zona Leste até 1972	108
07	Manaus (AM): Divisa entre Bairro do Aleixo, zona Centro Sul e Coroado, zona Leste da cidade	148

## TABELAS

01	Região Norte: população urbana e rural no período de 1950 a 1980	57
02	População urbana de Manaus e Belém de 1950 a 1980	57
03	Crescimento da População de Manaus em Relação ao Estado do Amazonas de 1950 a 2010	60
04	Conjuntos Habitacionais construídos pelo BNH no Estado do Amazonas.	98
05	Conjuntos Habitacionais produzidos em Manaus, de 1967 a 1990	99
06	Conjuntos Habitacionais produzidos de 1992 a 1994	102
07	Manaus (AM): gênese dos Bairros da Zona Leste	117
08	População residente, por grupos de idade, e os bairros da zona Leste de Manaus - Amazonas – 2010	195
09	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (salário mínimo) dos habitantes da zona Leste de Manaus	197
10	Manaus (AM) - Pessoas de 5 anos ou mais de idade, alfabetizadas, por grupos de idade, e os bairros da zona Leste da cidade – 2010	198
11	Manaus (AM) - Domicílios particulares permanentes dos residentes nos bairros da zona Leste da cidade	199
12	Manaus (AM) - Tipo de esgotamento sanitário e existência de banheiros ou sanitários nos bairros da zona Leste da cidade	200

## LISTA DE GRÁFICOS

01	Manaus (AM): Distribuição de habitantes por bairros da zona Leste	118
02	Manaus (AM): evolução da população do bairro do Coroado de 1996 a 2010	121
03	Manaus (AM): evolução da população do bairro São José Operário de 1996 a 2010	127
04	Manaus (AM): evolução da população do bairro Mauazinho de 1996 a 2010	129
05	Manaus (AM): evolução da população do bairro Tancredo Neves de 1996 a 2010	131
07	Manaus (AM): evolução da população do bairro Armando Mendes de 1996 a 2010	132
08	Evolução populacional do bairro Jorge Teixeira, zona Leste da cidade, de 1996 a 2010.	135
09	Evolução populacional de Manaus, de 1996 a 2010.	137

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	23
2	<b>MANAUS (AM): DE VILA À CAPITAL METROPOLITANA DA AMAZÔNIA OCIDENTAL</b>	33
2.1	(Re) produzindo o espaço urbano de Manaus: a reforma urbana de Eduardo Ribeiro	40
2.2	O espaço urbano sobre o rio: necessidade da moradia, a cidade flutuante e o modo de vida urbano fluvial	46
2.3	O desenvolvimento regional na Amazônia: planos, programas, ações e consequências para a região Norte	53
2.4	A expansão do capitalismo no Brasil: o Projeto Zona Franca em Manaus e a produção do espaço urbano da capital amazonense	58
3	<b>ESTADO, PRODUÇÃO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES E A (RE) PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO DE MANAUS</b>	65
3.1	O espaço urbano de Manaus após a consolidação da Zona Franca	68
3.2	Estado, a questão das ocupações urbanas irregulares e a propriedade de terras	74
3.3	Os movimentos sociais e a luta pela moradia	81
3.4	Os impactos da produção irregular de moradias sobre o ambiente urbano: a questão ambiental	90
3.5	As ações estatais voltadas para as moradias populares a partir da política nacional de habitação de 1964 a 2010	92
3.6	Planejando a reprodução social do espaço urbano de Manaus nas décadas de 1960 a 1990	96
4	<b>AS OCUPAÇÕES URBANAS IRREGULARES DE 1970 A 2010 COMO VETOR DA (RE) PRODUÇÃO DA ZONA LESTE DA CIDADE DE MANAUS</b>	105
4.1	A (re) produção promovida pelos socialmente excluídos: a Zona Leste de Manaus e sua formação primeira	106
4.2	Ocupações urbanas irregulares e a expansão da Zona Leste de Manaus de 1971 a 2010	114
4.3	De ocupações a Bairros: a expansão para o Leste de Manaus	118

4.4	Zona Leste de Manaus (AM): os excluídos, auto inseridos e os que não a reconhecem	137
5	<b>OCUPAÇÕES URBANAS: DA ILEGALIDADE DO PROCESSO A LEGALIDADE DA QUESTÃO DA MORADIA</b>	151
5.1	Os agentes produtores do espaço urbano e as novas estruturas espaciais da zona leste de Manaus (Am)	155
5.2	A continuidade do processo de ocupação irregular na zona Leste de Manaus	189
5.3	A face socioeconômica da zona Leste da cidade de Manaus e sua importância para a constituição da totalidade da cidade	194
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	202
	<b>REFERÊNCIAS</b>	210

## 1 INTRODUÇÃO

**M**anaus, a capital amazonense integra a região Metropolitana composta, a princípio por oito municípios sendo criada em 2007 pela Lei Complementar Estadual nº. 52/07. Com surgimento datado no ano de 1669 ela é produto social resultado das ações dos agentes produtores do espaço urbano que emanam reflexos na cidade cuja gênese é oriunda das explorações realizadas pelos portugueses na região amazônica (MESQUITA, 2006). Na atualidade, a Região Metropolitana (RM) de Manaus sofreu alteração por meio do projeto de Lei de n. 64/ 2009 que incluiu mais 05 municípios em sua composição.

A população do município-núcleo da RM, Manaus, correspondia, em 2010, 85% da população metropolitana e segundo estimativas do IBGE (2016) 2.094.391 é o total de habitantes da cidade de Manaus envoltos a maior floresta tropical do planeta. Compreender a (re) produção do espaço urbano de Manaus perpassa pela necessidade de entender que os processos históricos se separam das coisas particulares (SANTOS 1997). Por isso, é imprescindível relacionar não apenas os fatores históricos que são comuns a produção da configuração do espaço urbano da cidade é preciso também entender as particulares que a compõe.

Estudos aprofundados referentes à produção da configuração espacial da cidade de Manaus iniciaram-se em 2003 com o Geógrafo José Aldemir de Oliveira com o livro *Manaus, de 1920 a 1967: a cidade doce e dura em excesso*. Nesta obra, o autor descreve o processo de constituição e transformação da cidade. O livro retrata a Manaus baseada nos processos econômicos e sociais que atingiram a cidade.

Por não ter avançado suas análises para além de 1967, período em que Manaus passa por significativas transformações socioespaciais, ficou a necessidade de conhecimento e compreensão desses processos ocorridos a partir da retomada econômica do Amazonas mediante a implantação da Zona Franca na capital do estado que, em 1960, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem 173.706 habitantes, ou seja, 24,31% da população do estado.

Com os incentivos fiscais disponibilizados pelo Estado, muitas empresas, principalmente multinacionais fixam sedes em Manaus gerando emprego no Polo Industrial da cidade. Com a Zona Franca, segundo o IBGE, em 1970 essa população contabilizava 311.622 habitantes, o que correspondia a 32,70% da população do estado residindo em

Manaus, 137.917 habitantes a mais em apenas 10 anos. Acréscimo este, que pode parecer pouco para uma década, porém, em se tratando da cidade cujas barreiras geográficas no que tange a acessibilidade não são muito favoráveis, é possível mencionar que o aumento populacional foi significativo a partir da concretização do projeto Zona Franca.

Perspectivas individuais de obter no mínimo, emprego, moradia foram refletidas no espaço urbano de Manaus que sofreu intensas modificações na década de 1980. Nesse período a cidade dobrou seu número de habitantes chegando a conter, 633.392 indivíduos, dos quais grande maioria advinda do interior do Amazonas, Estado do Pará e nordeste. Nesse momento, Manaus já concentrava 44,34% da população do Amazonas e ainda assim continuava atraindo população (IBGE).

A década de 1990 possuiu crescimento populacional ainda mais expressivo, pois 1.011.500 habitantes, cerca de 48,05% (IBGE) de pessoas já habitavam a capital amazonense que em dias atuais ainda se destaca dentre as cidades do Norte como a mais atrativa. Com base no alto índice de crescimento populacional, o espaço urbano da cidade aumentou e com ele, as contradições do espaço oriundas dos problemas inerentes a sociedade heterogênea envolta ao processo de produção capitalista do espaço urbano.

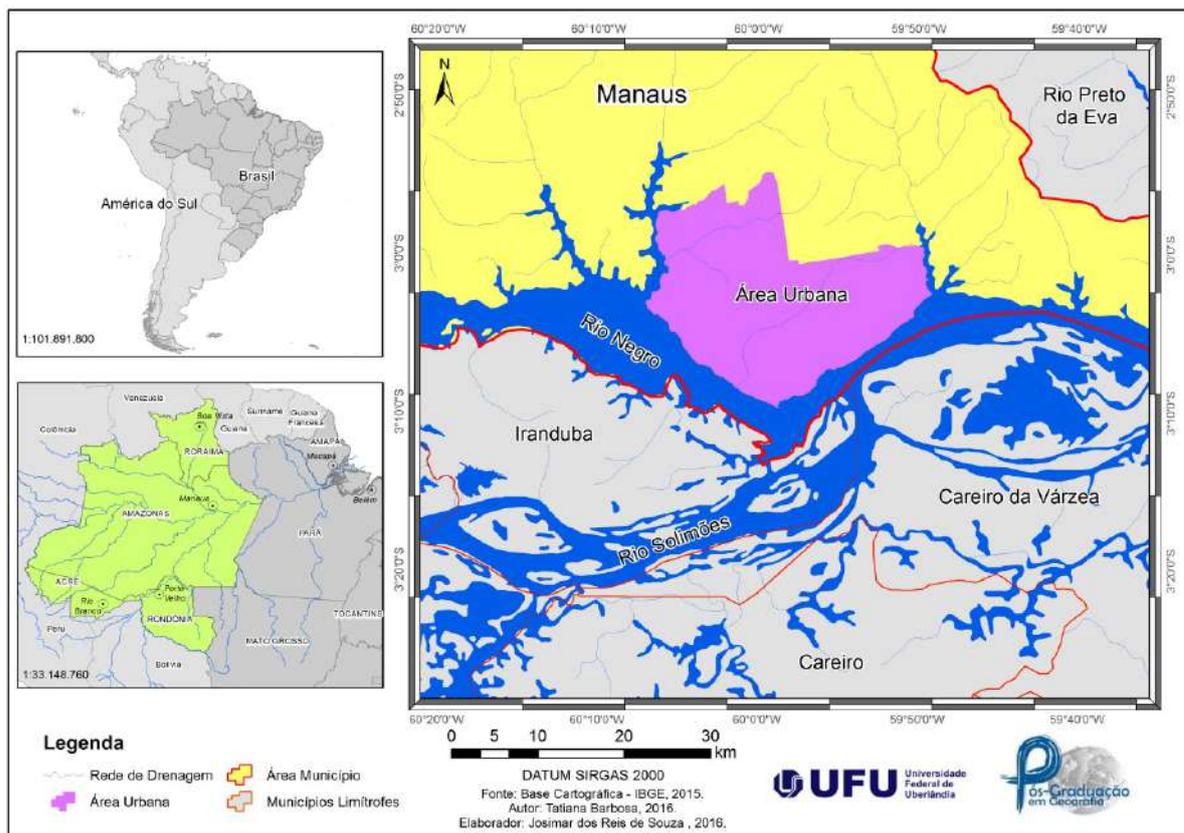
Em detrimento deste crescimento populacional, a pesquisa abordou um dos processos mais marcantes na configuração do espaço urbano de Manaus: a produção da moradia via ocupações irregulares, haja vista que aqueles que chegavam precisavam de um lugar para “chamar de seu”. Esse processo que tem início com o declínio da economia da borracha e se acentua com a chegada de novos habitantes que chegavam do Nordeste, interior do Estado do Amazonas e do estado do Pará.

Considerando os vários agentes de permanências e mudanças sociais que orientam essa produção e que nela se refletem, o estudo aqui apresentado é pautado na produção do espaço urbano da cidade de Manaus-AM (mapa 01) enfocando a produção da moradia a partir do processo de ocupação irregular urbana com o intuito de desvendar a (re) produção do espaço urbano de Manaus.

Justifica-se neste trabalho a utilização do termo ocupação irregular urbana por se entender que há possibilidades de se transformar o irregular em regular mediante as medidas adotadas pelo Estado ou pela população para a regularização da ocupação. Esclarece-se também que não se utiliza o termo ilegal para a produção de casas em terrenos irregulares, por neste estudo se ter a compreensão da legalidade da questão da moradia. Por sua vez, não se emprega a palavra invasão para denominar o processo, por ser um termo específico do

aparelho político-jurídico para designar a apropriação dos indivíduos em terrenos pertencentes a particulares.

**Mapa 01** – Manaus (AM): localização da cidade de Manaus

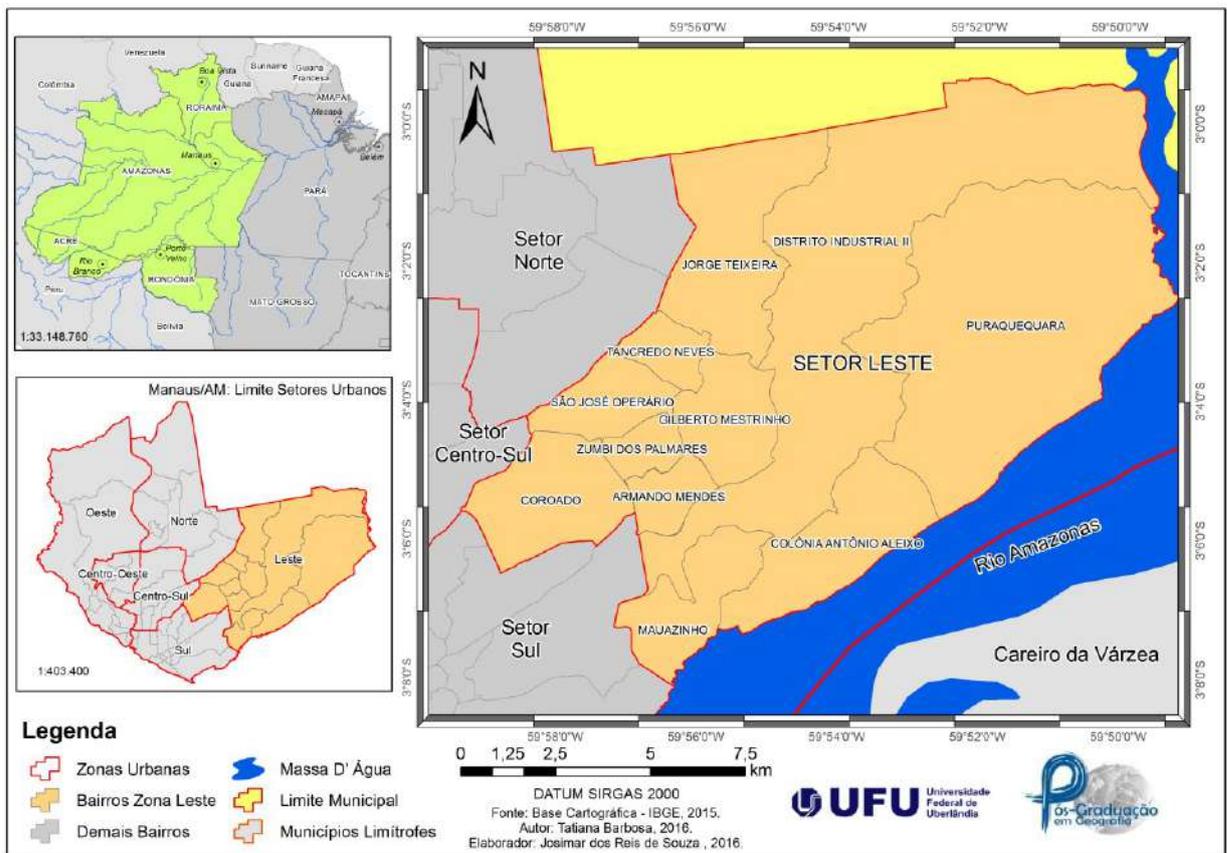


Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2015.

Em razão da intensa dinâmica vivenciada por Manaus após 1967, e com a hipótese de que foi o setor Leste da cidade o que mais se modificou espacialmente, a pesquisa se limitou a estudá-lo usando a delimitação estabelecida pela prefeitura por meio da Lei N. 1.401 de 14 de Janeiro de 2010 (mapa 02). Isto não implica dizer que os demais setores da cidade não tenham em sua configuração processos de ocupação irregular de terras, ao contrário, as ocupações irregulares fazem parte da história de produção de Manaus. É preciso destacar também, o outro fator que motivou a realização da pesquisa: a série de questionamentos sobre a produção da zona Leste da capital amazonense após pesquisa de Mestrado realizada nos anos de 2007 a 2009 sobre o bairro do Coroadó, com gênese assentada no processo de ocupação irregular.

A população da área estudada, segundo IBGE (2010) é de 447.946 habitantes, a segunda maior de Manaus residente ao longo de 15.586,39 hectares divididos em 11 (onze bairros). São eles: Armando Mendes, Colônia Antônio Aleixo, Coroado, Distrito Industrial II, Gilberto Mestrinho, Jorge Teixeira, Mauzinho, Puraquequara, São José Operário, Tancredo Neves e Zumbi dos Palmares.

**Mapa 02 – Manaus (AM): zona Leste como delimitação da Área de Estudo**



Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2015.

O cerne da questão, diz respeito a chegada na zona Leste, dos socialmente excluídos e, posteriormente, do Estado. Nesse sentido, a tese é norteada pela concepção de que as ocupações foram convenientes para o Estado que não resolvia a problemática e, mesmo precariamente, inseria os equipamentos de uso coletivo nestas áreas que, paulatinamente se consolidavam e se transformavam em bairros. Em contrapartida, após 1970 o Estado atua na tentativa de inibir essas ocupações aplicando por vezes a violência, mas as pressões geradas pela exclusão territorial foram intensas e muitas ocupações, embora num primeiro momento

sofressem com a resistência, posteriormente se fixavam em definitivo. Portanto, em razão dessa exclusão territorial, Manaus altera sua área urbana ao se expandir para o Leste tendo como vetor macro desse processo a produção e reprodução do seu espaço urbano mediante ao surgimento de ocupações irregulares de terra.

Em razão do exposto, o trabalho teve como objetivo principal identificar se o crescimento espacial para o setor Leste de Manaus é resultado do processo de ocupação irregular de terras. Para tanto, era necessário possuir o entendimento da gênese do espaço urbano de Manaus e os processos econômicos e sociais que permearam sua posterior expansão. Como continuidade dos objetivos específicos, a pesquisa também se preocupou em verificar a produção de moradias populares produzidas pelo Estado e a reprodução social do espaço urbano de Manaus.

Para contemplar o objetivo geral, também era preciso realizar levantamento da gênese referente a produção da zona Leste da cidade de Manaus a partir dos seus bairros verificando a história de criação dos mesmos organizando-os cronologicamente e discutir sobre a ilegalidade do processo de ocupação irregular de terras destacando e analisando as transformações socioespaciais na zona Leste de Manaus oriundas a partir da irregularidade da ocupação de terras com a finalidade de obtenção da moradia e da ação estatal.

Ciente da responsabilidade do Estado e de que uma de suas vertentes é agir em prol da manutenção e ampliação do capital no bojo da produção e reprodução do espaço urbano, se fez indispensável destacar as ações Estatais e Privadas modeladoras do espaço urbano na área. No mais, partindo da hipótese de que ações distintas geram espaços distintos, mesmo em se tratando de uma área que recebeu o mesmo processo de produção espacial, coube, portanto, ao estudo também revelar a heterogeneidade de uma área plural.

Os caminhos metodológicos da pesquisa direcionaram-se a buscar por literaturas que repassavam o conhecimento quanto à gênese de Manaus. Destaco como principais nesse processo de construção teórica os escritos de Ab'Saber (2004) que descrevem a morfologia de Manaus; Bitencourt (1969) apontando as reformas urbanas de Eduardo Ribeiro; Daou (2000) ao lidar com os rumos da expansão urbana de Manaus; Henry Bates (1979) com sua descrição intensa a respeito dos aspectos físicos da capital amazonense; Mesquita (2006) ao recontar os caminhos para Manaus se consolidar enquanto cidade; Oliveira (2003) revelando a produção do espaço urbano de Manaus de 1920 a 1969 e Tocantins (1973), explicitando as particularidades que moldaram Manaus.

Dissertações e teses também foram utilizadas para recontar a história recente de Manaus e não foram os únicos materiais utilizados. Pesquisou-se amplamente em periódicos e jornais incluindo aqueles que não são muito antigos. A visitação a Biblioteca Pública do Estado do Amazonas também foi necessária frente a necessidade de coletar informações em jornais e publicações sobre os bairros realizada pela Prefeitura de Manaus. Em se tratando dos jornais, tentando tomar as devidas precauções, por saber que não se pode tê-los como fonte principal, realizou-se a pesquisa das publicações da década de 1970, 1980 e 1990 sendo as mais utilizadas para a escrita do trabalho, as referentes à década de 1980 por ser a década em que a maioria dos bairros da zona Leste surgiram.

Complementando as atividades destinada a coleta de informações, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Secretaria de Infraestrutura do Estado do Amazonas (SEINFRA-AM) enquanto instituição ao cederam registros oficiais foram os maiores colaboradores da pesquisa. O IBGE cedeu todo o Censo de 2010 mais as informações quanto ao censo dos bairros a partir de 1995, época que Manaus passou a ter por meio da Lei de N. 287/95 seus bairros delimitados item necessário para que houvesse por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a realização do censo demográfico por bairros na cidade que a época totalizavam 56 (cinquenta e seis).

De posse dos dados do IBGE, foi realizada a leitura dos dados antes da ida a campo como forma de preparação para a realidade a ser encontrada no decurso da pesquisa. A Seinfra, por sua vez, não hesitou em repassar as informações referente a produção da Av. Autaz Mirim, principal artéria da zona Leste de Manaus, material fundamental para que houvesse o entendimento ampliado da produção e reprodução da área de estudo.

Quanto a pesquisa de campo, percorreu-se por 10 (dez) vezes em dias alternados os 11 (onze) bairros pertencentes a zona Leste. A logística para realizar o campo nos bairros era estabelecida de acordo com a proximidade dos mesmos. Assim, no ato da atividade de campo, houve a visitação de 03 (três) bairros por vez.

Como a pesquisa também utilizou documentários disponibilizados na internet quanto a formação de alguns bairros, cada visita era permeada por reflexões previamente elaboradas visando apreender o máximo possível, sobre a ampliação da malha urbana de Manaus. A primeira visitação foi acompanhada do Dr. Denis Silva Pereira, integrante do corpo docente do Instituto Federal do Amazonas campus Zona Leste, residente há 25 anos na zona Leste. O professor repassava seu olhar sobre a área que reside e na medida do possível, respondia as questões direcionadas a ele.

Este professor não foi a única fonte de informação. A cada bairro pesquisado realizava-se conversas informais com pessoas que se identificavam enquanto moradores mais antigos ou não que me repassavam as impressões pessoais sobre o bairro que vivia. Como questões norteadoras, as principais eram voltadas para a Av. Autaz Mirim com vistas a entender sua dinâmica e importância para a zona Leste e seus moradores, a gênese dos bairros e seu processo de produção e, as novas produções que a área ainda vivencia.

Realizou-se no decorrer das demais pesquisas de campo, observação social participante com perguntas-chave (há quanto tempo mora no bairro? Participou de sua criação? Como foi seu surgimento? Enfrentou conflitos para permanecer na área? Quais) para iniciar o diálogo com a finalidade de tentar interpretar o que era visto e ouvido sem a pretensão de descrever a totalidade das ações que ocorriam, por já se possuir o entendimento da impossibilidade de se descrever a mais simples situação social (MANN, 1975). Nesta etapa da pesquisa, optou-se por estar nos pontos mais centrais dos bairros definidas pela pesquisa como as áreas que apresentavam ruas comerciais por haver nelas dinâmicas mais intensa.

Noutros momentos, a ida a campo teve o intuito de realizar o registro fotográfico dos elementos que seriam analisados no corpo do trabalho (tipologia das habitações, condições de moradia, morfologia dos bairros, dinâmicas espaciais, transformações socioespaciais e condições de acessibilidade e mobilidade) e para essa etapa contei com a ajuda de um fotógrafo para captar pelas suas lentes, com melhor precisão possível, os itens acima citados.

No decorrer da pesquisa, houve dificuldades quanto o recebimento de informações oficiais junto a Superintendência de Habitação do Amazonas (SUHAB), fator que gerou como consequência limitações para melhor elaboração de algumas análises aqui inseridas. Outro ponto de dificuldades foi quanto a gênese de alguns bairros. Há pouca e em alguns casos, nenhuma sistematização do processo de criação destas áreas. Para superar essa dificuldade, a história oral e alguns relatos de jornais foram as opções possíveis.

De posse das informações, a etapa seguinte foi sistematizar os dados em gráficos, tabelas, selecionar as fotos, reportagens, personagens principais que ajudaram na produção e consequente reprodução da zona Leste para enfim, iniciar o processo de desenvolvimento da escrita. Foi a pesquisa a partir de jornais das décadas de 1967, 1980, 1990 e 2000, Teses e Dissertações que nos indicou que a princípio, a zona Leste de Manaus tinha como seu espaço construído e vivido até o do ano de 1970, a comunidade de Puraquequara (1920) hoje denominado de bairro; Os pavilhões para abrigar seringueiros (1930), atual Bairro Colônia Antônio Aleixo; a Escola Agrícola, nos dias que correm, intitulada de Instituto Federal do

Amazonas – IFAM - Campos Leste (1972), Universidade do Amazonas, hoje Universidade Federal do Amazonas – UFAM (1968) e as áreas de seringal nas áreas próximas ao rio Mauá, configurando-se no bairro Mauazinho (1968).

A partir de 1967, a prática em ocupar terras tornou-se constante e, na contramão deste processo estão os estudos que procuram compreender a produção do espaço urbano de Manaus pelo viés da produção da moradia via ocupações irregulares. Estas ocupações são estruturais e institucionalizadas pelo mercado imobiliário. É ele o produtor da flexibilidade no acesso a moradia para com aqueles que são por ele, excluídos da intitulada (pelo Estado), cidade legal. Porém, para melhor compreensão dos processos que envolvem a produção da área Leste de Manaus, foi preciso, como proposto, conhecer a gênese de Manaus. Para tanto, os escritos aqui apresentados estão divididos em 04 (quatro) capítulos respeitando a cronologia da produção e consequente reprodução da cidade de Manaus- AM.

Inicialmente trabalha-se com a (re) produção do espaço urbano de Manaus abordando sua produção primeira permitindo ao leitor a compreensão dos processos históricos e das particularidades que moldaram Manaus. Esta primeira parte, portanto, perpassa pelo período temporal que compreende aos anos de 1669 (fundação de Manaus), abarcando a Manaus produzida via reforma urbana de Eduardo Ribeiro (1892), revelando a especificidade de uma cidade que abrigou outra cidade, a flutuante (1920) que por sua vez, deixa de existir quando o desenvolvimento regional da Amazônia (1960) expande o capitalismo na região através da Zona Franca de Manaus (1968).

No segundo momento, o trabalho expõe o Estado, um dos maiores agentes na produção e reprodução do espaço urbano, bem como a produção de moradias populares como elementos que configuraram o espaço urbano de Manaus abordando os movimentos sociais que lutam pela moradia e que utilizam as ocupações ilegais para produzir estas habitações que no bojo da produção espacial materializam a cidade ilegal vista negativamente por muitos, principalmente por que dentre muitos impactos causados no solo urbano, o ambiental é o mais premente.

O capítulo por sua vez aborda estes impactos e também, as ações estatais voltadas para as moradias populares a partir da Política Nacional de Habitação no período de 1964 a 2010 e leva em consideração a reprodução social do espaço urbano de Manaus abordando as primeiras considerações sobre a Manaus de 1960 a 2010 indagando se a mesma está envolta a um planejamento.

Após a discussão ampliada sobre a (re) produção social do espaço urbano de Manaus, o terceiro capítulo direciona-se para a expansão urbana de Manaus no período de 1970 a 2010 na área Leste da cidade evidenciando que as ocupações ilegais são as maiores responsáveis pela gênese da área que, apesar de ter produções pontuais a partir de 1920, (re) produziu-se de forma ampliada a partir de 1970 sendo formada, nos dias atuais por 11 (onze) bairros cujas histórias de produção, uma a uma são reveladas neste capítulo que também estabelece a discussão sobre a zona Leste e seus produtores por este trabalho denomino de excluídos, auto inseridos e os que não a reconhecem.

Na sequência, o quarto capítulo estabelece reflexões sobre as ocupações irregulares urbanas contrapondo a ilegalidade do processo frente à legalidade da questão da moradia, em seguida, aborda os agentes produtores do espaço urbano e as novas estruturas espaciais da zona leste de Manaus e tem como resposta que em linhas gerais, em dias atuais, há a reprodução da gênese que produziu a zona Leste por meio da criação de novas áreas residenciais via ocupações irregulares de terra, por isso, há a discussão quanto à continuidade do processo de ocupação irregular da área de estudo revelando, em seguida, a face socioeconômica dos habitantes da zona Leste da cidade de Manaus e sua importância para a constituição da totalidade da cidade.

De posse das informações referente à gênese dos bairros que compõem a zona Leste de Manaus, a pesquisa pode confirmar com consequências, ora lentas e graduais ora dinâmicas e pontuais, que a área Leste da cidade tem como vetor principal de expansão a ocupação irregular de terras e que o bojo de sua reprodução, exprime no urbano da cidade quão heterogênea uma área produzida pelo mesmo processo pode se transformar. Menciona-se isso, por constatar a existência das práticas espaciais elaboradas pelos demais agentes produtores do espaço urbano nele refletidas (os promotores imobiliários, os proprietários fundiários, proprietários dos meios de produção e o Estado) que a zona Leste apresenta várias faces e desencadeia múltiplos sentimentos dos indivíduos quanto ao seu pertencimento nesta área da cidade.

Sobre essas faces, é possível discorrer que elas se desenvolveram com o desenrolar do principal agente interventor, o Estado que ao inserir infraestrutura nas artérias principais, propiciou dinâmica, por vezes, oposta aos presentes no intra dos bairros. É a valorização da terra urbana que interfere diretamente na ocupação deste solo e, por conseguinte, o escasseia impulsionando a segregação urbana, vista como a negação ao direito a vida urbana que, por sua vez, é legitimada pelo direito à propriedade privada do solo urbano reveladora de uma

função econômica que está para além da função social da propriedade assegurada pela Constituição Federal por sua vez, produtora de desigualdade social base indispensável ao desenvolvimento da sociedade capitalista (CARLOS, 2007).

Em decorrência desta segregação estampada na paisagem da zona Leste, e com o intuito de melhor explicitar a heterogeneidade da área pesquisada, a pesquisa ousa concluir explicitando haver 07 (sete) fragmentos principais na área de estudo identificadas a partir das artérias que interligam a zona Leste: 1 – Bairro do Coroado, porta de entrada de expansão da zona Leste; 2- Subcentro da zona Leste (núcleo central da Av. Autaz Mirim); 3- fragmento que abriga os excluídos mais ocultos; 4 – Área de expansão industrial/comercial e residencial no interior do bairro Jorge Teixeira; 5 – Zumbi e Castanheira, setor comercial voltado para casas de materiais de construção, madeiras e comércio de variedades; 6 – Bairro Armando Mendes e as empresas de transporte urbano e equipamentos destinados à construção civil; 7 – Área compreendida entre a BR 319, bairro de Mauzinho e proprietários dos meios de produção.

Encerrando as análises, a tese estabelece que a ampliação da malha urbana para o Leste de Manaus via ocupações irregulares foi a solução para os grupos sociais excluídos e o alívio para o Estado que sem ter como atender a demanda por moradias, é permissivo para a sua maneira, paulatinamente gerenciar a crise da precariedade na estrutura das moradias daqueles que constroem e reconstroem Manaus, mas de Manaus alguns parecem não fazer parte, como se à vida, à liberdade, privacidade e socialização (LEFEBVRE, 2001) eles não tivessem direitos.

## 2 MANAUS (AM): DE VILA À CAPITAL METROPOLITANA DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Compreender a (re) produção do espaço urbano de Manaus perpassa pela necessidade de entender que os processos históricos se separam das coisas particulares (SANTOS 1997). Para tanto, é imprescindível relacionar não apenas os fatores históricos que são comuns a produção da configuração do espaço urbano brasileiro. É preciso conhecer as particularidades que moldaram Manaus, a cidade das selvas (TOCANTINS, 1973).

Considerada o centro metropolitano amazônico por fazer parte da Região Metropolitana criada em 2007 pela Lei Complementar Estadual nº. 52/07 alterada posteriormente pela Lei nº 064/2009 compreendendo treze municípios<sup>1</sup>, Manaus possui localização geográfica entre a Amazônia Ocidental e Oriental é banhada pelo rio Negro tendo a sudoeste à confluência deste rio com o rio Solimões, formando o maior do mundo, o rio Amazonas. Esta cidade se encontra em um dos principais eixos de navegação brasileira possibilitando o fluxo desde a simples canoa que permite o vai e vem do caboclo ribeirinho<sup>2</sup> até as grandes rotas marítimas de cabotagem (AB´SABER, 2004). Estes aspectos geográficos de Manaus chamaram a atenção de Bates (1979), seja por sua localização, na confluência de dois grandes rios navegáveis, pelo clima que ele qualificou como saudável e também solo propício a qualquer tipo de cultura tropical.

Originária da colonização portuguesa, Manaus, capital do estado do Amazonas, apresenta sua produção espacial enraizada nas práticas espaciais de seus colonizadores, os portugueses, interpretadas por Sérgio Buarque de Holanda (1995) como a prática do semear posto que eles exploravam sem preocupações quanto ao ordenamento territorial das colônias por se tratar de ação pautada na exploração comercial, caracterizada por uma não “aplicação insistente em assegurar o domínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados.” (HOLANDA, 1995, p.95).

---

<sup>1</sup> Itacoatiara, Manacapuru, Iranduba, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Careiro da Várzea e Novo Airão, Autazes, Careiro Castanho, Itapiranga, Manaquiri e Silves.

<sup>2</sup> Caboclos, ribeirinhos, caboclo-ribeirinhos, seringueiros. O homem amazônico é fruto da confluência de sujeitos sociais distintos — ameríndios da várzea e/ou terra firme, negros, nordestinos e europeus de diversas nacionalidades (portugueses, espanhóis, holandeses, franceses, etc) — que inauguram novas e singulares formas de organização social nos trópicos amazônicos, FRAXE; WITKOSKI and MIGUEZ, 2009, p.30.

A ausência do ordenamento territorial conotava a impressão de que as casas eram construídas mediante a vontade de seus habitantes, não se elaborando, portanto, abertura de ruas amplas com quarteirões bem delimitados, construídos mediante a topografia do terreno que, mesmo sendo irregular, em nada impedia a edificação de casas e igrejas, pois eles postulavam suas ações em função das suas múltiplas experiências muitas das vezes não articuladas umas às outras, a elaborar um planejamento conduzindo-o até o alcance de seu objetivo (HOLANDA, 1995).

Em função dessa prática, a ocupação no Brasil, que, “na perspectiva do colonizador, teve início a partir do século XVII e se limitou à parte litorânea da região conhecida como Nova Luzitânia” (OLIVEIRA, 2006, p.02), em sua maioria apresentam configuração espacial similar. Não há preocupação quanto ao estabelecimento de um padrão de ocupações cuja perspectiva do colonizador seja direcionada a reprodução das novas áreas. A intenção era se estabelecer na região, explorar e partir. Veremos a diante que esta lógica não foi alterada na produção de Manaus.

Oliveira (2006) relata que a ocupação portuguesa no Amazonas ocorreu na segunda metade do século XVII e a visão dos colonizadores passava a se modificar quanto a necessidade de defesa do território, para tanto, fortes foram edificadas. Assim, ao se aproximarem da área onde hoje é a cidade de Manaus, em 1669, à margem esquerda entre as confluências dos rios Negro e Solimões, os portugueses produziram o Forte e denominaram-no como Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro (figura 01). Ressalta-se que como em boa extensão da região havia indígenas, mãos de obra em maior quantidade que os portugueses teriam para suas explorações, e no caso específico desta nova Fortaleza (figura 01) eram os “Barés, Banibás, Passés, Manáos, Aroaquis, Juris de outras tribos” (MESQUITA, 2006, p.23) que habitavam a região que recebera diversas denominações: Fortaleza do Rio Negro, Fortaleza da Barra, Lugar da Barra, Barra do Rio Negro, Barra e Vila da Barra.

Após 117 anos da edificação do Forte pertencente à Capitania de São José do Rio Negro - com capital desde 1758 localizada na vila de Barcelos- em 1786 Mesquita (2006) expõe haver registros do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira de que a população residente no que passara a ser intitulado Lugar da Barra, até então, um povoado, estava dividida em dois bairros com 301 habitantes (243 índios 47 brancos e 11escravos) sendo a transferência da sede do governo em 1971 para o Lugar da Barra que mudara a realidade da região.

**Figura 1** - Prospecto da Fortaleza do rio Negro datado de 07 de dezembro de 1774 produzido pelo engenheiro João André Schwebel



Fonte: Garcia (2012, p.22).

As transformações espaciais do Lugar da Barra, após ser escolhida como sede da Capitania ocorreram por intermédio do governador Manoel Lobo D'almada - que não pediu autorização para transferir da Vila de Barcelos- “produziu prédios para os serviços públicos e fez funcionar vários *estabelecimentos industriais*” (MESQUITA, 2006, p. 25) obras estas que se configuraram em um marco na evolução do Lugar da Barra (AB'SABER, 2004). Fato curioso que Mesquita (2006) cita são as muitas obras produzidas sob a administração de por Lobo D'almada, incomodaram o governador do Grão-Pará que determinou o retorno da capital para Barcelos.

Ao término do século XVIII Portugal já tinha estabelecido total domínio na parte Ocidental da Amazônia de tal forma que seus limites praticamente estavam definidos Oliveira (2006) evidenciando, portanto, a importância da edificação do Forte para a ação dos portugueses cuja função não era restrita apenas como estratégia para a defesa do território, mas também havia a questão econômica motivada pelas práticas comerciais dos portugueses que viam na região a possibilidade de reestruturação do que Oliveira (2006) denomina de “empórios asiáticos”.

Quando os portugueses e brasileiros das demais províncias passaram a se estabelecer nos arredores do Forte, no caso específico de São José do Rio Negro, eles davam início a construção de casas promovendo o crescimento espacial da área que no decurso de trinta ou

quarenta anos, se tornou, depois de Santarém, a principal povoação das margens do Amazonas (BATES, 1979). Estas transformações foram importantes para que a capital da Capitania retornasse ao Lugar da Barra em 29 de março de 1808 (MESQUITA, 2006).

A partir de 1832 houve a divisão do território paraense em três comarcas: Grão-Pará, Baixo Amazonas e Alto Amazonas. Em detrimento desta nova divisão política, a Capitania do Rio Negro foi extinta e substituída pela Comarca do Alto Amazonas (MESQUITA, 2006) sendo o Lugar da Barra designado a Vila de Manaós transformando-se em Capital da Província (REIS, 1989). Adiante, em 1848 a Vila foi promovida a cidade e denominando-se cidade da Barra do Rio Negro. Dois anos depois,

em 05 de setembro de 1850, a Comarca do Alto Amazonas foi Amazonas, foi elevada à categoria de Província, iniciando, na segunda metade do século XIX, algumas mudanças na história da cidade [...] Contudo, a instalação da Província do Amazonas só foi efetivada em 5 de setembro de 1852, quando chegou à Barra o seu primeiro presidente, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha (MESQUITA, 2006, p. 116-117).

A província esteve por 07 meses sob a presidência de João Baptista Tenreiro Aranha nomeado em 7 de julho de 1851. Nesse momento, as relações socioeconômicas engendradas na cidade de Manaus começam a produzir mais intensamente seu espaço urbano. Reis (1989) mencionou que Manaus nesse período era pequenina, com uma população insignificante, de 608 almas, tinha feição totalmente colonial, cortada de igarapés e carecia de reformas que a tornasse uma capital então, Tenreiro Aranha buscou realizar melhoramentos urbanísticos e construir prédios públicos, mas não conseguiu executar seu planejamento.

De posse do planejamento de Tenreiro Aranha, o Dr. Manuel Gomes Correa de Miranda, cuja gestão foi até 22 de abril de 1853, inicia a construção dos primeiros prédios públicos em Manaus – Câmara Municipal e Tesouraria da Fazenda, montando, também a secretaria da Assembleia Provincial e concluiu a organização dos demais serviços públicos criados por seu antecessor (REIS, 1989).

A capital da província do Amazonas, Cidade da Barra do Rio Negro teve seu nome alterado em definitivo no dia 4 de setembro de 1856, por intermédio da Lei n.º 68, para Cidade de Manaós “nascida à margem do rio Negro, cujo núcleo inicial, tinha seus limites, ao norte pelo Bairro da Campina, a leste o igarapé do Espírito Santo, ao sul o rio Negro e ao oeste o Igarapé de São Vicente” (VALLE, 1999, p. 26) e, possivelmente, a denominação faz primeiras ruas do lugar foi sendo definida a partir das relações de informalidade que

marcavam a cultura local, contando com a participação de referência de seus usuários (MESQUITA, 2006, p.152).

A prática espacial dos gestores tem no território pertencente a Manaus (com morfologia peculiar, por ser a área entrelaçada por igarapés), o reflexo da ausência de zelo minucioso de planejamento urbanístico. Assim, quarteirões desalinhados, ruas estreitas com traçado irregular e os igarapés como obstáculos são característicos da Manaus do início do período provincial que apesar de apresentar certos contornos urbanísticos, esbarravam nos igarapés descritos por Valle (1999), como obstáculo inicial a reprodução do urbano em Manaus (figura 02).

**Figura 02** – Manaus (AM): Planta da cidade do ano de 1852

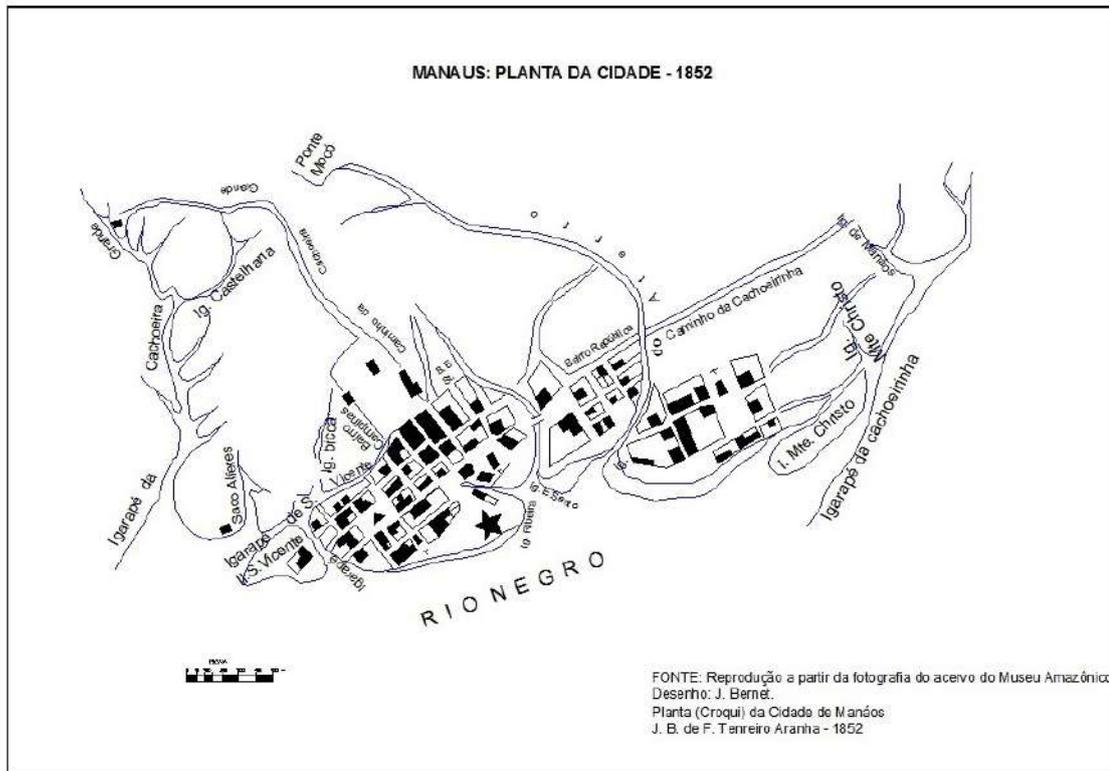


Figura 02: Planta da cidade de Manaus, 1852.  
 Fonte: RIBEIRO FILHO, 2005, p.24.

A província possuía como atividade econômica, a exploração das drogas do sertão, agricultura inserida na região a partir de 1750 e extração do látex cujo auge foi de 1860 a 1910 (OLIVEIRA, 2006). Em 1858, a população da província era de 55.000 habitantes, dos quais no distrito municipal da Barra, que abrange uma grande área à volta da capital, havia

pouco mais de 4.500 habitantes (BATES, 1979), sendo sua ocupação intensificada e quase toda ela realizada pelo nordestino, pelo cearense principalmente, quando em 1877 o sertão do Nordeste sofreu com a seca que assolou barbaramente a vida dos indivíduos que por lá residiam motivando-os a buscarem novas terras para darem continuidade as suas vidas (REIS, 1989), conferindo a Amazônia como o lugar das oportunidades principalmente em decorrência da atividade de extração do látex.

Ao se abordar os elementos que permitiram a expansão não apenas do espaço urbano de Manaus, mas, principalmente da malha urbana da província, Oliveira (2006) expõe não ser apenas a propulsão que a economia passara a ganhar com a extração do látex quem a expandiu, mas também a navegação a vapor, haja visto que os navios necessitavam ancorar e, com isso, dinamizavam as vilas que se preparavam para abastecer as embarcações com lenha e demais produtos.

Absolutamente tudo girava em torno da borracha gerando um processo social próprio cujo foco da comercialização se estabelecia em Belém e Manaus estendendo-se por toda região produzindo, por conseguinte uma rede envolta tanto aos interesses do seringueiro, em sua barraca na floresta, quanto o patrão, nos barracões à beira-rio (TOCANTINS, 1973).

A atividade existente no período da borracha propiciou a produção de vilas e povoados. Porém, embora a extração da borracha tenha significativa importância econômica, o fato não influenciou quantitativa e qualitativamente no surgimento das cidades, mas sim, na produção de poucas e dispersas cidades das quais algumas possuíam reduzida importância regional frente aos quesitos populacionais e econômicos (OLIVEIRA, 2006).

Fato este que ocorre em função do próprio processo de extração do látex, retirado pelos trabalhadores que se embrenhavam na floresta repassando para as poucas cidades o produto oriundo de seu trabalho. Como consequência, Oliveira (2006), evidencia que havia infraestrutura mínima nessas cidades que se encontravam distribuídas de forma linear, sempre as margens dos rios e sem articulação entre si, pois, por não haver beneficiamento do produto nos lugares, as cidades se apresentavam apenas como o lugar da concentração e retirada do produto para exportação.

O destaque conferido a região em detrimento da extração do látex reconfigura a pequena Manaus que passa a ter parte da produção do seu espaço urbano modelado pelos anseios da elite local que lidava com os ganhos obtidos da extração do líquido que origina a borracha, o látex. Anseios estes que extrapolam os limites da vida amazônica por serem

reflexos dos modos de vida do que eles entendiam como civilizado, ou seja, o modo de vida europeu.

O modo de vida em Manaus narrado por Daou (2000) destaca a *europização* na cidade inserido pelas elites locais por meio de uma juventude que vivera na Europa e juntava-se aos domínios republicanos e assim geravam novos hábitos de consumo, valores e sociabilidades envoltos a “cenários favoráveis à invenção de tradições e mitos sobre um período de excessos, embalado pela lírica, regrado pela ordem republicana, estimulado pelo cosmopolitismo e confiante no progresso” (DAOU, 2000, p. 11).

A elite local tentava absorver o estilo de vida do europeu, em específico, o francês, seja pela vestimenta, hábitos e construções. Então, a Manaus nativa cercada por floresta, banhada pelo rio Negro, cortada por igarapés e com população indígena originária, se torna para alguns, a *Paris dos Trópicos*, a extensão da civilização na floresta que produz seu espaço urbano pautado no desejo e capricho da minoria beneficiada com o período áureo da borracha.

Tais caprichos se materializam de forma mais intensa depois de Proclamada a República<sup>3</sup> em 15 de novembro de 1889, pois Manaus entre 1892 e 1896 sofre significativas modificações durante a administração do Governador Eduardo Gonçalves Ribeiro. Em sua gestão, o governador promoveu a reforma urbana na cidade. Eduardo introduziu “mecanismos legais que visavam a promover um melhor controle do espaço urbano e a nortear a ocupação de novas áreas, garantindo assim os rumos da expansão urbana.” (DAOU, 2000, p. 35).

É nesse período que os igarapés são “obstáculos” paulatinamente vencidos e a malha urbana de Manaus vai se espalhando e ganhando novos contornos, deixando de ser limitada pela natureza, em alguns momentos sobrepondo-se a ela e noutros, associando-se. Por isso, ao invés de *Paris dos Trópicos*, ela poderia ser a *Veneza Tropical* (TOCANTIS, 1973) em detrimento dos muitos igarapés que entrecortam Manaus e que poderiam servir como vias de circulação para os indivíduos na cidade.

Porém, o urbanismo da cidade entrecortada pelo Igarapé do Salgado, da Castelhana, da Bica, do Espírito Santo, de Manaus, da Cachoeirinha, do São Raimundo e dos Educandos foi realizado mediante o soterramento dos quatro primeiros, pois os mesmos foram vistos como “obstáculos” para os administradores tinham outro significado para aqueles que o vivenciavam, sendo fonte de sustento, estradas, o lugar dos serviços e também de moradia

---

<sup>3</sup> Aziz Nacib Ab'Saber cita que neste período Manaus atinge aproximadamente 10.000 habitantes. A mesma época, Belém já possuía aproximadamente 60.000 habitantes (2004, p.206).

pelos ribeirinhos que inseriam na cidade sua cultura, seu modo de ser reproduzindo sua vida ao longo destes igarapés (SOUZA, 2010).

Essa produção do espaço urbano de Manaus é, portanto, reflexo dos desejos e imposições daqueles que viam no outro o modelo ideal quanto às construções e modos de viver desses indivíduos, entretanto, a produção da urbe de Manaus, é realizada também, a partir do específico, do local, que não se corrompe e se sobrepõe aos aspectos gerais de outras regiões do país e/ou do exterior reproduzidos mediante o modo de ser de cada indivíduo que se cristaliza no espaço urbano reformulado pelo Governador Eduardo Ribeiro a partir da lógica de um planejar que tem os moldes europeus como base.

## **2.1 (Re) produzindo o espaço urbano de Manaus: a reforma urbana de Eduardo Ribeiro**

Com a intensificação da exportação da borracha, produto a época valioso originado do látex, a Manaus de 1890 ganha novos contornos e significados a frente das gestões do Eduardo Gonçalves Ribeiro<sup>4</sup> (1890-1891 e 1892-1896) sendo o quadriênio período de maior transformação na urbe da cidade de Manaus cuja natureza é predominante, morfologicamente é entrecortada de igarapés e está as margens do rio Negro próxima a foz do rio Amazonas.

A prioridade do governo do “Pensador” era efetivar a modernização urbanística de Manaus, (VALLE, 1999), abrindo ruas, construindo prédios públicos, resolvendo o problema do saneamento, propiciando a iluminação da cidade, organizando-a conforme os novos interesses do capital (DIAS, 1999). Para além de permitir o acesso a áreas até então não passíveis de se chegar por via terrestre, o Eduardo Ribeiro inseriu o transporte via train-waay, (bondes) o que exigiu o nivelamento de ruas, aterro de igarapés e construção de pontes. Em sua administração também houve a pavimentação de ruas e implantação do sistema de telégrafos subfluvial que garantia a comunicação da capital com os principais centros mundiais de negociação da borracha (DAOU, 2000).

O “Pensador” criara, então, “a cidade do *Fausto*, do poder, harmoniosa e sem problemas – pretendida e desejada pela elite extrativista.” (DIAS, 1999, p.19). E ele fazia isto promovendo o embelezamento de Manaus, cidade descrita por VALLE (1999) por possuir

---

<sup>4</sup> Governador adjetivado de “Pensador” pelos amazonenses (TOCANTINS, 1973).

traçado marcante dos igarapés de pequeno curso d'água, que num dado período histórico modelaram o sítio urbano da cidade e que se tornaram um dos maiores obstáculos a serem vencidos pelo homem, para promover a cidade que, no ideário de alguns deveria acompanhar a prosperidade econômica que a região ganhara sobre forte influência das marcas do modelo europeu empregado como o ideal.

O poder público, os comerciantes ligados às casas aviadoras e em menor escala os seringalistas influenciados pela presença dos portugueses foram agentes produtores responsáveis pela configuração da espacialidade de Manaus que buscaram a aproximação (pelo menos no imaginário), social e cultural, de Manaus com a Europa. Essa necessidade de assemelhar-se aos europeus tem como consequência a negação e/ou dificuldade de aceitação da estrutura física da cidade, não sendo a mesma, de modo algum, objeto de admiração por parte da elite que ali vivia, pois, os mesmos se referiam a cidade como uma 'aldeia' e sonhavam com um espaço urbano em tudo distante do que ele evocava de mais forte: a presença da natureza.

Eduardo Ribeiro com ajuda dos planejadores passava a produzir uma cidade modernizada (DIAS, 1999) via inserção de políticas urbanas que não respeitaram nem a natureza, nem o homem e seu lugar (VALLE, 1999) e as barreiras naturais (igarapés) iam sendo superadas, ora aterrando ora construindo pontes sobre as águas expandindo o espaço urbano de Manaus, alterando as características naturais e promovendo para o pequeno nicho detentor de riqueza na cidade os ares europeus que em muito lhes satisfaziam. Valle (1999) evidencia que os aterros de áreas na cidade de Manaus se fizeram presentes em momentos da construção do espaço da cidade descaracterizando seu aspecto físico desde o início de sua formação.

Paulatinamente, na gestão de Eduardo Ribeiro os igarapés iam sendo superados mediante estes aterros e pontes que, se em um primeiro momento eram produzidas em madeira, posteriormente passam a ser construídas em ferro no padrão da arquitetura europeia. Construções estas que iam direcionando o crescimento espacial de Manaus, beneficiando áreas até então desprovidas de valor na perspectiva de uma cidade visivelmente planejada mediante quarteirões largos, bem delineados e ruas retilíneas. Trata-se de um novo modelo urbanístico adotado baseado no traçado que nos remonta ao tabuleiro de xadrez (MESQUITA, 2006), (figura 03).

A partir da imagem da Carta Cadastral de Manaus, é possível identificar o avanço da área urbana sobre a natureza, bem como a existência de zelo ao menos no que tange ao

traçado das ruas, tendo em vista que no sudoeste de Manaus, área de início da ocupação, é perceptível a não preocupação com estes tracejados.

Ressalta-se também que mesmo havendo a superação das barreiras naturais, é o igarapé que na parte leste da cidade não permite o encaixe do tabuleiro, como se o mesmo estivesse incompleto, inacabado, necessitando de continuidade obedecendo, mesmo que de forma não intencional, a lógica da produção da cidade: a contínua produção e reprodução.

Especula-se que a forma da cidade (ruas retilíneas e largas) estabelecida no planejamento de Eduardo Ribeiro (MESQUITA, 2006), contém influências da reforma de Paris através do modelo urbanístico executado por Haussmann, o artista da destruição, assim denominado por ter destruído o equivalente a 49km de ruas estreitas e produzido 165km com novos bairros, praças e ruas mais largas, com tracejado quadriculado (BENEVOLO, 1983).

Entre forma e função, o destaque no planejamento de Eduardo Ribeiro é para a forma, que precisava ser harmônica para não fugir aos moldes europeus, motivo este que o levou a preocupar-se com o nivelamento das ruas e zelo com as praças e jardins (BITTENCOURT, 1969).

**Figura 03** - Governo de Eduardo Ribeiro (1890 -1896): Carta Cadastral de Manaus do período de 1892 a 1894



Fonte MESQUITA, Otoni, 2006, p.197

Dentre as muitas obras de Eduardo Ribeiro, não há como deixar de mencionar a produção da avenida que leva o nome do referido governador, uma das principais artérias no

centro da cidade que passa nos fundos do Teatro Amazonas<sup>5</sup> (figura 04), símbolo máximo do período áureo da borracha, (DIAS 1999; DAOU 2000; OLIVEIRA 2003; MESQUITA 2006; RIBEIRO FILHO 2005).

Foi durante a gestão de Eduardo Ribeiro que, ao sul de Manaus também surgiram os bairros Praça 14 de Janeiro, Morro da Liberdade, São Geraldo, Presidente Vargas e Educandos. Otoni Mesquita (2006) endossa que a (re) construção da paisagem de Manaus na gestão de Eduardo Ribeiro foi a mais dinâmica vivenciada pela cidade que deixa de ser uma pequena vila, tornando-se moderna e graciosa cidade cujos melhoramentos destinavam-se particularmente a atender os interesses da elite.

A riqueza e ostentação de uns, era o lamento de muitos outros. Tocantins (1973) expõe estar na arquitetura mais antiga de Manaus, o espírito da sociedade que vivenciara a riqueza que a comercialização da borracha propiciou para alguns. Esta fisionomia urbana de Manaus exprimia os anseios da elite local em desfrutar de uma Manaus que em muito era produzida para agradá-los. Todavia, o mesmo tempo em que o líquido da *hevea brasiliensis* proporcionava esplendor a esta elite, massacrava quem nas matas entrava para tirá-lo.

**Figura 04-** Manaus (AM): Teatro Amazonas, final do século XIX



Fonte: GARCIA, Etelvina, 2012, p.55.

José Aldemir de Oliveira (2006) sustenta que a riqueza produzida na Amazônia na época da borracha provinha tanto do líquido da seiva da *hevea brasiliensis* quanto do sangue

---

<sup>5</sup> O Teatro Amazonas foi descrito por Leandro Tocantins como o pão de açúcar ou a Torre Eiffel da cidade das selvas (1973, p.240).

dos seringueiros. Riqueza essa que não foi aproveitada com investimentos que pudessem proporcionar retorno econômico, por exemplo, com o beneficiamento da borracha, pois a época se esbanjava muito, na construção de prédios suntuosos para produção e manutenção de um estilo europeu cobiçado.

Essa época denominada de período Áureo da Borracha, além das suntuosas construções trouxe para a cidade de Manaus e seus arredores migrantes advindos, principalmente do Nordeste para trabalhar com a extração do látex. Essa leva de migrantes, por sua vez, sente diretamente a escassez de trabalho em detrimento da desaceleração econômica a partir de 1910, época em que há inserção da borracha sintética pela Inglaterra gerando para a elite local recessão econômica que se acentua em 1920.

Neste momento o fausto (DIAS, 1999) adquirido por Manaus começa a se esvaír sem a princípio desacelerar o processo de modernização de Manaus, cristalizado nos prédios (SANTOS, 1994). Oliveira (2006) a respeito desta crise advinda com a baixa na comercialização da borracha deixa evidente que ela não atingiu equitativamente a população posto que os que já eram pobres assim permaneceram. Em contrapartida, os barões da borracha, foram efetivamente afetados. Outro ponto que carece de menção, é que com a crise parcela da população nordestina que chegou para trabalhar com a extração do látex ou retornou para a região de origem, ou em virtude do investimento, mesmo que tímido em produtos oriundos do extrativismo (castanha e madeira) se voltaram para estas atividades alternativas por não ter mais o que extrair dos seringais, ou, migrou para Manaus.

Assim, a Manaus de 1920 construída até então com o apogeu da borracha, passa a estar envolta a cenário economicamente fragilizado afetando diretamente sua população, bem como as instaladas nos seringais que passaram a se deslocar para a cidade alterando conseqüentemente seu espaço urbano. Destaca-se, porém, que o declínio do referido período está associado, principalmente ao fato de que Manaus esteve, neste momento, mais ligada ao mercado externo do que o mercado nacional, portanto a espacialidade produzida na capital amazonense a época de forte movimentação econômica advinda da borracha, mais do que uma determinação nacional foi uma determinação do exterior (OLIVEIRA, 2001).

Com isso, o autor aponta a necessidade de conceber que a produção do espaço urbano de Manaus, possui organização e estrutura que estão para além da sua dimensão específica, configurando formas e estilos que refletem o lugar no mundo e o mundo no lugar que direta ou indiretamente a produzem. Portanto, a Manaus que dinamiza a produção seu espaço urbano galgado no planejamento destinado ao embelezamento por meio de melhoramentos

urbanísticos para alguns, com o declínio da borracha é inserida em um contexto de estagnação econômica tão refletida no seu urbano quanto o período anterior. Quanto ao espaço urbano de Manaus, Oliveira (2003), destaca que

a década de vinte não difere substancialmente da Manaus do início do século. A área urbana era formada pelo núcleo central, contendo o *core* histórico inicial da cidade que se ampliara formando um quadrilátero com o rio Negro ao Sul, a avenida Joaquim Nabuco a leste, a rua Monsenhor Coutinho a Norte e Igarapé de São Vicente a leste (p.89)

Entretanto, a cidade ao sofrer interferências dos migrantes que se deslocavam dos seringais por não haver mais necessidade de muita mão de obra juntamente com aqueles que não foram absorvidos em outra atividade econômica ligada ao extrativismo, tiveram como alternativas ou regressar para seu local de origem, no caso dos migrantes, ou deslocarem-se para a Manaus procurando oportunidades de trabalho e moradia e se inicia com isso, novo processo de crescimento do urbano de Manaus tão particular quanto os demais, pois a partir de 1922, a cidade tem em parte do rio Negro a sua expansão urbana gerando a *cidade flutuante*.

A cidade flutuante é o reflexo do início dos problemas urbanos de Manaus herdados pelo declínio da economia da borracha. Por ser local de moradia de alguns, de certa forma, a cidade flutuante conteve a expansão urbana de Manaus (mapa 03), mas nem por isso deixou de expor de maneira mais evidente a (re) produção da segregação residencial no seu espaço urbano definindo os lugares e as pessoas na/cidade. O Fenômeno da segregação residencial não é recente, ao contrário é tendência por possibilitar relativa homogeneidade interna e heterogênea entre si a partir da base social dos indivíduos que são refletidas em função das múltiplas diferenças econômicas e sociais existentes entre grupos sociais (CORRÊA, 2013).

**Mapa 03** – Manaus (AM): Divisão de Manaus em Zonas, 1951.



Fonte: OLIVEIRA, José Aldemir de, 2003 p. 94.

O fato do espaço urbano de Manaus não ter significativas modificações, de forma alguma inibiu que os planejadores da cidade a dividissem em 1951 em três zonas: Central, Urbana e Suburbana, cujos limites dos anos cinquenta até o início dos anos sessenta, foram pouco alterados, OLIVEIRA (2003, p. 94). Cenário esse que se modificaria nos anos seguintes gerando o que Samuel Benchimol denominou de início da “explosão” urbana na Amazônia (1977).

## **2.2 O espaço urbano sobre o rio: necessidade da moradia, a cidade flutuante e o modo de vida urbano fluvial**

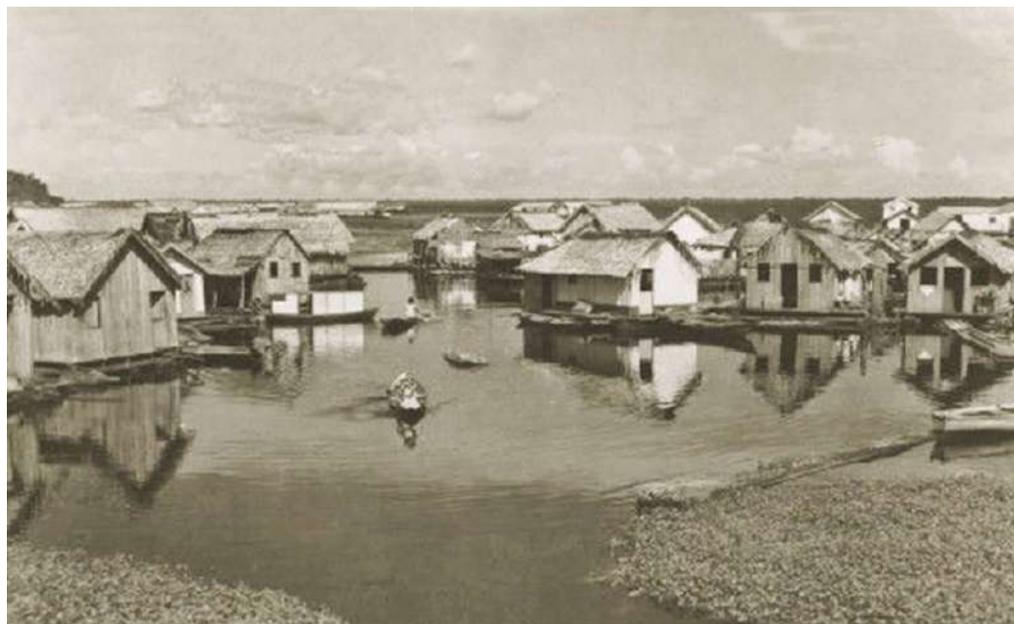
A crise instaurada pelo declínio da borracha, embora sentida com maior intensidade pelos seringalistas por serem eles os que usufruíram dos benefícios gerados com a riqueza oriunda da exploração da mão de obra nos seringais, também ecoa até os trabalhadores. Eles se viram

obrigados a sair da floresta para buscar outras formas de trabalho e migraram para Manaus, cidade que, mesmo economicamente estagnada, se apresentou como alternativa para dar continuidade à reprodução de suas vidas.

Entretanto, muitos, ao chegarem a Manaus, se deparavam com dois grandes problemas: não possuir emprego, tampouco casa para morar. Diante dessa situação, a natureza ignorada pelos planejadores é, após 1920, opção para a solução do problema mais premente daqueles que advinham dos seringais, a ausência da moradia. Samuel Benchimol no prefácio do livro de Serra e Cruz em 1964, se refere a cidade flutuante (figura 05) como um descuido dos administradores da cidade que passaram a enxergá-la a partir do momento que turistas e a mídia exploraram este modo particular de viver sobre as águas tratando-o como exótico.

O primeiro morador da cidade flutuante segundo os pesquisadores Serra & Cruz (1964), foi o paraibano João Aprígio, que por não ter condições de pagar o aluguel, enxergou como alternativa em 1922 construir sua casa flutuante sobre troncos de madeira às margens do bairro de educandos. Ele produzia, portanto, ao Sul de Manaus seu abrigo iniciando a chamada “cidade flutuante”, denominação para o “bairro” fluvial que compunha a paisagem da beira rio de Manaus.

**Figura 05-** Manaus (AM): vista parcial da Cidade Flutuante em 1950



Fonte: Manaus Sorriso. Retirado do site do Instituto Durango Duarte. Disponível em: <<http://idd.org.br/acervo/cidade-flutuante-5/>> Acesso em: 03.fev.2017.

Na Amazônia, excetuando talvez as metrópoles regionais Belém e Manaus, é o rio, o paraná, a boca, o lago, que contm as cidades, municípios, vilas, distritos, e não o contrário (SOUZA, 2010). Mais do que sobrepujá-las por suas dimensões, estes circuitos fluviais se sobrepõem como uma expressão cultural que media as vivências cotidianas da populao ribeirinha (figura 06), sendo fonte de trabalho, moradias, lazer, histórias, memórias e outras sociabilidades; portos de onde partem e aonde chegam.

**Figura 06** – Manaus (AM): relaes cotidianas da extinta cidade flutuante na década de 1960



Fonte: Manaus Sorriso. Retirado do site do Instituto Durango Duarte. Disponível em: <<http://idd.org.br/acervo/cidade-flutuante-4/>> 03.fev.2017.

Salazar (1985) relata o depoimento do Sr. João Aprígio destacando que após a chegada do Sr. João, outros indivíduos passaram a residir sobre as águas, pois construir sobre o rio tornava-se opo viável tendo em vista que seus habitantes não entendiam que estavam ocupando áreas irregulares exatamente porque o rio Negro não possuía um proprietário (figura 07). Serra & Cruz (1964), descreve estas casas como pequenas, geralmente de um ou dois cmodos com numerosa quantidade de habitantes que variavam de 06 a 09 pessoas em ambiente insalubre e mal acomodados.

**Figura 07** – Manaus (AM): o rio como alternativa de moradia, cidade flutuante na década de 1960



Imagem Parcial da Cidade Flutuante construída sobre o rio Negro, em Manaus.

Fonte: Revista O Cruzeiro de 07 de julho de 1962, edição 39. Retirado do site do Instituto Durango Duarte. Disponível em: < <http://idd.org.br/acervo/exotica-cidade-flutuante-de-manaus2/>>

A ligação entre as casas era realizada por pontes que se estendiam por toda a área conectando não apenas as casas, mas os indivíduos e Manaus, que de forma relativamente acelerada, foi ganhando nova paisagem (figura 08) que passou a compor o Igarapé de São Raimundo com 246 casas, Igarapé de São Vicente com 104 casas, Igarapé dos Educandos, com 914 casas e a cidade flutuante, localizada a beira rio do bairro de educandos, com 881 casas (SALAZAR, 1985).

O modo de vida urbano fluvial concedia aos habitantes a possibilidade de ter lazer, tendo em vista que pular no rio era para alguns moradores um momento de descontração e integração. Com o aglomerado de casas surgiu também comércios que atendiam os residentes facilitando o dia a dia das pessoas que não precisavam ir em terra com tanta frequência para adquirir produtos para o consumo.

**Figura 08** - Disposição das Casas Flutuantes na década de 1960 segundo a literatura de João Pinheiro Salazar (1985)



Fonte: Imagem Google Earth, 2016. Organização, a autora.

Nos escritos de Salazar (1985), a cidade flutuante tem crescimento relativamente lento até 1952, posterior a isso o fluxo de chegada de moradores foi contínuo, tendo diminuição a partir de meados de 1964. É importante destacar a informação do autor referente a quantidade de casas próprias que representava um total de 80%. Estes dados reforçam que os moradores estavam na área por não conseguirem pagar aluguel, bem como, obter o dinheiro para comprar o terreno e posteriormente edificarem sua casa. Portanto, “a cidade flutuante não foi fruto de uma mera *adaptação aquática*. Ela representou, na verdade, uma forma alternativa de moradia mais barata para os que não tinham condições de habitar em terra, pelo menos, a grande maioria” (SALAZAR, 1985, p.74).

Se por um lado às casas flutuantes inseridas a porta de Manaus, eram o abrigo que restou aos *deserdados*<sup>6</sup>, (SOUZA, 2010), para o governo militar recém implantado, elas representavam um modo cultural de vida descompassado dos rumos modernos e funcionais

<sup>6</sup> Termo utilizado por João pinheiro SALAZAR (1985) para designar os moradores da cidade flutuante.

que a “urbe industrial” exigia, sendo assim, encaradas como a favela que retirava a beleza da paisagem da cidade.

Assim, “ao contrário do que o governo dizia a retirada das moradias flutuantes se deu em função do aspecto paisagístico do local que incomodava o *portal* de entrada da cidade, das dificuldades de acesso da navegação ao rodway e, principalmente, a implantação do projeto Zona Franca de Manaus” (RIBEIRO FILHO, 1999, p. 17), pois as moradias causavam péssima impressão, e seus moradores, pouca segurança aos “transatlânticos que logo aportariam, trazendo centenas de turistas que não poderiam presenciar, antes de pisarem em terra, a existência de uma população miserável (SALAZAR, 1985, p.88).

Contextualizando o momento, destaca-se este repentino incômodo frente a cidade flutuante por parte do poder público local (repentino por que as moradias flutuantes se instauraram em Manaus a partir de 1922), que se movimentou para solucionar o que passara a ser problema, visto que Manaus iria abrigar uma Zona Franca e transformaria o porto “no mais importante centro turístico de compras de artigos estrangeiros” (SALAZAR, 1985, p. 88) e as casas flutuantes não se enquadravam no modelo de paisagem ideal para o poder público por se tratar na visão deles, de grandiosa “favela”.

Em decorrência da necessidade de promover melhores impressões sobre Manaus, acelera-se por parte do Estado a partir de 1965 o problema das ocupações irregulares urbanas em Manaus mediante o processo de remoção dos habitantes da cidade flutuante que “não obedeceu a nenhum planejamento, tendo essa população sido levada para lugares distantes da periferia, a céu aberto, até que reconstruíssem seus barracos. Algumas poucas famílias foram conduzidas para casebres construídas em pseudo conjunto habitacional” (SALAZAR, 1985, p.87).

O discurso empregado pelo Estado para remover os indivíduos que residiam sobre as águas e extinguir seu modo de vida urbano fluvial, era pautado nas condições de moradia dos habitantes que, de fato, eram precárias. Em relato da pesquisa de campo de 1964, Serra e Cruz, destacaram que “com a água parada, os dejetos do homem e dos animais flutuavam entre as casas..., mas o homem, com aquela água poluída faz sua comida, seu café e mata a sua sede” (p.33).

Salazar (1985) expõe que a remoção dos flutuantes ocorrida no governo de Arthur Reis foi publicada no Diário Oficial do Estado em 10 de abril de 1965, e contou com um “aparato civil-militar capaz de esmagar qualquer força dirigida contra o Estado; o inimigo temível eram os moradores da cidade flutuante [...] cuja expulsão transformava-se em caráter

de prioridade” (p. 83) e assim, ao longo de 1965 a paisagem de Manaus vai ganhando nova configuração. As casas flutuantes passam a ser destruídas e o modo de vida das pessoas que nestas habitações residiam, também.

Estes moradores foram remanejados para as zonas noroeste, sudoeste e oeste de Manaus e ficaram a um raio de até 07km de distância de onde era o núcleo central da cidade flutuante que se situava no centro da capital amazonense. Pelo Estado foram construídos dois conjuntos habitacionais, o Costa e Silva com 134 casas a 3,4 km do centro e o conjunto de Flores a 7,0 km do centro com 146 casas.

É fácil observar que a quantidade de casas construídas foi insuficiente frente a proporção de famílias (aproximadamente 2.400) que perderam seus flutuantes. Por isso houve a iniciativa popular, em produzir a chama “cidade das Palhas”, “ocupação inicial que deu origem ao bairro Alvorada, na Zona Centro-Oeste, no início da década de 1970” (RIBEIRO FILHO, 2005, p.154).

Alguns moradores segundo Salazar (1985), também foram assentados em colônia ao longo da rodovia Manaus-Itacoatiara, na Manaus-Rio Branco (Colônia Cláudio Mesquita e Colônia Rio Preto). Teve gente que também se estabeleceu na Manaus-Porto Velho, Manaus-Manacapuru (Cacau Pirera).

Estes assentamentos fracassaram. O planejamento do Estado que consistia em construir 2.000 casas populares para os habitantes da cidade flutuante, também. A partir daí, Salazar (1985) expõe que a situação obrigou muitas famílias a obterem terras ou casas por invasões, seja em terrenos particulares, do Estado ou da União, “formando novos bairros e adensando os já existentes num processo de autoconstrução nunca visto em Manaus. Improvisando casas em terrenos irregulares e palafitas a beira e no leito de igarapés” (p.124) que expandiram a malha urbana da cidade de Manaus.

Se por um lado, a insalubridade na moradia desses habitantes foi fator norteador das ações do Estado para retirada dos moradores, por outra ótica, a extinção da cidade flutuante se configurou como parte do planejamento para Manaus abrigar a Zona Franca. Aos pobres nada. Aos que estavam empenhados em promover o desenvolvimento regional da Amazônia “integrando-a” ao restante do Brasil, um leque de ações capazes de permitir não apenas a chegada da Zona Franca na cidade, mas principalmente os equipamentos que lhe fornecessem toda estrutura afim de proporcionar seu melhor funcionamento na capital amazonense.

Em razão da mundialização do capital em vários outros países que adotaram o modelo Zona Franca, ela ajudava na modificação da configuração do espaço social destes países. Em

toda região Norte em específico em Manaus, a lógica não foi diferente. Entretanto, para melhor visualizar estas transformações, é importante primeiro contextualizar o desenvolvimento regional na Amazônia não apenas para identificar tais alterações, mas também para estabelecer algumas reflexões principalmente em se tratando dos problemas sociais gerados a partir da necessidade de ampliação do capital na região.

### **2.3 O desenvolvimento regional na Amazônia: planos, programas, ações e consequências para a região Norte**

Da Amazônia brasileira, sua porção localizada no Norte era a região considerada um vazio demográfico, isolada apresentando pouco ou nenhum crescimento econômico. Belém e Manaus, que tiveram maior expressividade econômica com a extração do látex não estavam mais vivenciando um período de pujança econômica.

Em decorrência desta concepção, com o lema *integrar para não entregar*<sup>7</sup>, ideologia empregada pela segurança nacional com origem na Escola Superior de Guerra fundamentada nos acordos militares assinados entre o Brasil e os Estados Unidos<sup>8</sup> (OLIVEIRA, 1988), o ano de 1966 é o marco em termos de planejamento e execução das ações por parte do Estado e da iniciativa privada para o desenvolvimento da Amazônia que até então, de todo o território nacional, assim como o nordeste, se encontrava a margem de desenvolvimento e crescimento econômico.

Kohlhepp (2002), destaca que com intuito de implementar os objetivos econômicos do governo militar fixados no modelo de desenvolvimento orientado para o crescimento econômico, entra em vigor a *Operação Amazônia* mobilizando fundos públicos e privados para concretização dos projetos arquitetados pelo militares na região norte, que após as tentativas falhas da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) passavam a ser de responsabilidade da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

---

<sup>7</sup> Grifo de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 1988.

<sup>8</sup> *Do que não se entregar aos Estados Unidos entregar-se à União Soviética*<sup>8</sup> era a tese desenvolvida pelos militares brasileiros que por meio do Governo Vargas permitiu que o Brasil assinasse em 1952, no auge da Guerra Fria, acordo militar entre o Brasil e os Estados Unidos concedendo à nação americana ampliação e controle sobre a economia brasileira, em específico de matéria prima (valor estratégico) (OLIVEIRA, 1988).

No contexto da *Operação Amazônica* está inserido a criação de uma Zona Franca na cidade de Manaus o que posteriormente iria conferir a capital amazonense destaque na região Norte, processo esse oposto, ao de Belém. Não que a cidade de Belém tenha perdido sua relevância, mas sua relevância é modificada frente aos novos investimentos econômicos inseridos a partir de 1970 (CORDEIRO JUNIOR, 2006). Veremos isso no tópico seguinte.

Este planejamento Estatal perpassou por seis (06) importantes fases que conceberam ao espaço social da Amazônia nova dinâmica iniciada com o Programa de Integração Nacional (PIN) realizado na primeira metade da década de 1970 que consistia primeiramente em abrir duas rodovias na Amazônia, a Transamazônica estabelecendo ligação entre o Nordeste e a Belém-Brasília, à Amazônia Ocidental – Rondônia e Acre e a Cuiabá-Santarém, articulando Mato Grosso à transamazônica e ao próprio Porto de Santarém, no rio Amazonas (OLIVEIRA, 1988; KOHLHEPP, 2002).

O PIN se apresentou como um projeto que permitiria resolver dois problemas de uma única vez visto que, ao mesmo tempo em que solucionava o problema do isolamento da região, também acabaria com o baixo povoamento no norte do país, pois com o PIN houve o fornecimento por intermédio do INCRA de terras aos maranhenses, cearenses, piauienses e pernambucanos às margens das estradas que, por sua vez, deixaria, de sofrer com a seca em seus territórios de origem.

Estes nordestinos foram seduzidos com a possibilidade de habitar numa região que, embora desconhecida poderia lhes fornecer estrutura para construir suas casas e plantar em um terreno que era deles. Entretanto, foi a total falta de conhecimento o grande problema dos planejadores que, por estarem desbravando área de floresta densa, acreditavam estar a mesma sobre solo fértil.

Por sua vez, foi na prática que os assentados descobriram que o solo não era propício a agricultura e com isso, associado ao fato de que muitos chegavam a falecer em decorrência de doenças como a malária, por exemplo, o PIN não obteve êxito como fator propulsor de problemas futuros, o slogan do governo, *há terra para todos na Amazônia*, finda gerando a partir da segunda metade de 1970 intensa migração para o Norte.

Em decorrência da ausência de informações quanto a região e o seu solo, o PIN fracassou, mas os planejadores idealizaram e colocaram em prática no período de 1974 a 1980 o *Polamazônia* cuja essência pensada pelo governo militar era formar polos de desenvolvimento a partir da produção de territórios dos grandes monopólios na Amazônia

(OLIVEIRA, 1988). O *Polamazônia* baseava-se em gerar pontos centrais separados seja pela extração de recursos minerais, ou áreas de criação de gado.

Nesse momento a região passa a receber muitos investidores estrangeiros que visavam, acima de tudo, explorar os minérios na região. Inicia-se, portanto p planejamento do Projeto Grande Carajás, posto que havia sido descoberta jazidas de minério de ferro na Serra dos Carajás além de bauxita no rio Trombetas e também de ouro e diamantes o que ajudou a despertar mais ainda o olhar dos investidores internacionais.

Da mesma forma, a região recebeu grande fluxo de migrantes que acreditavam na possibilidade de melhores condições de vida. Entretanto, o conceito de polos de desenvolvimento foi mal interpretado, possuiu gestão executando as ações de cima para baixo não propiciando atuações específicas as múltiplas realidades da Amazônia que, ao invés de haver desenvolvimento disperso por toda região, concentrou a população e com isso, agravou problemas sociais.

Em razão do objetivo central não ser atingindo em termos de desenvolvimento regional, a SUDAM criou e executou Programas de desenvolvimento rural integrados (PDRI) no início dos anos 1980. Associado ao PDRI, o Programa Polonoroeste em Rondônia e no noroeste de Mato Grosso, financiado pelo Banco Mundial consistia em promover a colonização com um planejamento mais participativo voltado a atender os anseios das bases.

Kohlhepp (2002) aponta que no decorrer do Polonoroeste houve o assentamento de 44 mil famílias e que mesmo não havendo mais terras para serem repassadas, passou a região passou a receber de forma espontânea novos migrantes causando vasta devastação das florestas e conflitos com grileiros e fazendeiros de gado. Por fim, as deficiências e problemas na região aumentaram e surge o Planafloro alguns anos mais tarde, com o intuito de reorganizar a situação social e ecológica em Rondônia.

Com a expansão do capitalismo no Brasil a Amazônia, na década de 1960 recebe cada vez mais projetos alavancados por intermédio de capital internacional. Assim, região recebe o Projeto Grande Carajás (PGC) que abrangia quase 900mil km<sup>2</sup> ao Leste da Amazônia correspondendo os estados do Pará e Maranhão e tinha dependência do mercado mundial.

Não se pode deixar de destacar aqui que o crescimento econômico a qualquer custo trouxe consequências tanto para as florestas quanto para os indivíduos que viam os problemas sociais se agravando com o PGC a medida que a integração junto ao mercado mundial produzia síndrome de *periferia da periferia* na região de atuação do programa (KOHLHEPP, 2002).

A década de 1990<sup>9</sup> é marcada por nova concepção mundial: a preservação e conservação ambiental e a Amazônia passa a ser vista não apenas como área a ser explorada, mas também, conservada. Becker, (2005) destaca que os conflitos oriundos da necessidade de desenvolvimento frente à emergência do estabelecimento de uma política de proteção ambiental passaram a transparecer nas políticas públicas desta década. A situação de conflito entre desenvolvimento e proteção ambiental<sup>10</sup> transparecia nas políticas públicas da década de 1990 que eram, a um só tempo, expressão e indução do conflito.

O Brasil, por sua vez, recebeu financiamento internacional para gerenciar melhor suas florestas. É a primeira vez que o Estado brasileiro, o maior responsável pela devastação das florestas em décadas anteriores, passa a ter a preocupação com a questão ambiental. Surge, portanto, o conceito de desenvolvimento sustentável no Brasil, executado através do Programa Piloto que funcionou com a cooperação internacional tendo a Alemanha um dos seus maiores financiadores.

Entretanto, na contramão do que se estabeleceu no Programa Piloto, o Brasil assume o compromisso através do Programa Avança Brasil de elaborar o melhoramento de algumas estradas já abertas na década de 60 e 70, mas também se propôs a abrir novas estradas, implementar hidrovias e construir novas hidrelétricas. A questão é que embora sendo renovável, a energia hidrelétrica promove profundos impactos ambientais negativos que poderiam até ser minimizados se bem planejados Becker (2012). Todavia, as construções destas hidrelétricas causaram e ainda estão causando graves problemas sociais e ambientais, pois ao estimularem a migração para a região iniciou-se outro processo: o da urbanização concentrada.

Milton Santos (2001) evidencia ser a partir dos anos de 1950 que no Brasil se nota uma tendência a aglomeração da população e da urbanização em cidades, e o autor é enfático ao apontar mudança mais profundas nos anos de 1970 quanto ao processo de urbanização brasileira, pois a mesma passa a adquirir nova configuração seja em termos quantitativos ou qualitativos. Em linhas gerais o autor aponta que há meio século a taxa de urbanização era de apenas 26,35% e estes números em 1980 alcançam 68,86%.

---

<sup>9</sup> Foram realizadas convenções importantes voltadas para o meio ambiente, como a Eco 92 onde os países desenvolvidos e em desenvolvimento firmaram acordos para diminuir os impactos ambientais.

<sup>10</sup> Por um lado, o Ministério do Meio Ambiente realizava a política da proteção das florestas e, por outro lado, o Ministério do Planejamento e Orçamento, criava corredores de exportação (BECKER, 2005).

Incorporando-se a este processo, a região norte do Brasil, que anterior a implementação dos planos estatais (1950), possuía 70, 36% da sua população na zona rural estando apenas 29, 64% na zona urbana, conjuntura esta que passa a ser modificada significativamente mediante as migrações dirigidas para a área (tabela01).

**Tabela 01** Região Norte: população urbana e rural no período de 1950 a 1980

ANO	POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL	
	Absoluta		Absoluta	
1950	607.164	9%	1.441.532	16%
1960	1.041.213	15%	1.888.792	21%
1970	1.784.223	26%	2.404.090	26%
1980	3.398.897	50%	3.368.352	37%
<b>TOTAL</b>	<b>6.831.497</b>	<b>100%</b>	<b>9.102.766</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE, 2010, Organização, Tatiana Barbosa.

Ao compendiar os números na tabela, passa-se a enxergar com mais clareza este processo de inversão referente ao lugar de residência da população brasileira (SANTOS 2001). A população na região considerada vazia demográfica obteve em três décadas, aumento de 41,18% das quais, de imediato, se no primeiro momento destinavam-se aos assentamentos, posteriormente passaram a residir em Manaus especificamente a partir de 1969 e Belém (tabela 02), em decorrência dos investimentos estatais e privados que, nos anos seguintes conferiram a capital do Amazonas e do Pará destaque por concentrar a maior parte da urbanização.

**Tabela 02** - População urbana de Manaus e Belém de 1950 a 1980

ANO	POPULAÇÃO URBANA DE MANAUS	POPULAÇÃO URBANA DE BELEM
1950	139.620	254.949
1960	173.706	402.170
1970	311.622	642.514
1980	633.392	949.545

Fonte: IBGE, 2010.

Cordeiro Junior (2006) ao abordar a temática, afirma que essa urbanização concentrada em grandes cidades amazônicas como Belém e Manaus tem desempenhado papel fundamental no conjunto desse processo, definindo o crescimento e o dinamismo de metrópoles regionais em específico das cidades acima citadas.

Entretanto, se por um lado o discurso de vazio demográfico imposto a região norte foi fortemente utilizado para conduzir o processo de integração da Amazônia ao restante do território brasileiro, por outro, o planejamento empregado não foi eficaz para uma significativa parcela da população que ao se fixar na região, incorporava a ela a perspectiva em reproduzir sua vida baseada em condições que mal lhe proporcionariam a sobrevivência, pois a “ocupação do vazio não significou melhoria das condições de vida existentes. Ao contrário, muitas vezes criou formas de relação que excluiu antigos modos de vida” (OLIVEIRA, 2003, p. 67).

A esse respeito o autor complementa mencionando que embora atingido o objetivo de estimular a vinda de populações para a região norte, no caso de Manaus, o mesmo Estado que estimulou por intermédio da implantação da Zona Franca na cidade, não forneceu condições mínimas para que os novos habitantes da cidade reproduzissem suas vidas que, por sua vez, passaram a fazer, juntamente com os habitantes da cidade flutuante, parte da parcela socialmente excluída residente na cidade.

No final dos anos 60 Manaus possuía 17 bairros e é entre as décadas de 1920 a 1960 que Manaus presencia o processo de ocupações de terras por meio da ilegalidade. Processo esse que se agrava com a implantação da Zona Franca e, como veremos adiante, se tornou inerente a própria produção de moradias populares e, por conseguinte, de expansão do espaço urbano de Manaus.

#### **2.4 A expansão do capitalismo no Brasil: o Projeto Zona Franca em Manaus e a produção do espaço urbano da capital amazonense**

Reflexo das ações humanas, o espaço urbano de Manaus modifica-se com forte intensidade a partir dos anos de 1960 em função de dois acontecimentos: a extinção da cidade flutuante e a criação da Zona Franca que, segundo Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), foi pensada pelo deputado federal Francisco Pereira da Silva e criada por meio da Lei n.º 3.173, de 6 de junho de 1957, inicialmente como Porto Livre. Uma década depois, o governo federal, por intermédio do Decreto-Lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967

ampliou essa legislação e reformulou o modelo, instituindo incentivos fiscais por 30 anos para implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia.

A Zona Franca de Manaus foi criada no período da ditadura militar no contexto da Operação Amazônia com a justificativa de ocupar uma região despovoada. Quanto a isso, Oliveira (2003), afiança que o Projeto ZFM era geopolítico e visava o desenvolvimento com o intuito de refazer a ligação com restante do país bem como, promover na Amazônia a expansão capitalismo, integrando-a ao cenário global. Nesse sentido, talvez se possa ver a Zona Franca,

como uma espécie de síntese desse quadro global, na medida em que é ela que resolve, no plano nacional, o modo por meio do qual ocorreria a *regionalização do desenvolvimento capitalista*. Isto é, a Operação Amazônia compatibiliza o discurso nacionalista do militarismo com as reivindicações acerca do desenvolvimento regional da Amazônia e com o processo de transnacionalização do capital (SERÁFICO & SERÁFICO, 2005, p. 100).

Assim, ao passo que se estendia o capitalismo na Amazônia, ela voltava ao cenário nacional e internacional, ampliava seu leque de relações, e se reproduzia aos moldes de um desenvolvimento desigual proporcionando a capital do Estado do Amazonas nova dinâmica com todas as consequências negativas geradas pelo modelo de acumulação de capital. Mas, por que Manaus foi escolhida para ser sede da Zona Franca? Um dos fatores refere-se ao fato de que cidade de Manaus amargou 04 décadas de estagnação econômica, logo, possuía exército industrial de reserva<sup>11</sup> necessário à dinâmica do capital por ser capaz de pressionar os salários para baixo; Outro ponto relevante concerne ao fato de Manaus estar na confluência de dois grandes rios navegáveis (AB'SABER, 2004) e o rio Amazonas desemboca no oceano atlântico e também permite a ligação da cidade com o mundo a partir do ir e vir de navios que se encarregam de levar e trazer mercadorias e componentes produzidos ou a serem produzidos no Polo Industrial de Manaus.

Geograficamente a cidade de Manaus também possui a ligação por estradas com Roraima que se liga a Venezuela e as Guianas. Ademais, Seráfico & Seráfico (2005) também mencionam que países fronteiriços estavam concedendo as suas cidades facilidades trazendo um surto de desenvolvimento e conseqüente êxodo de nossa população, fator esse contrário ao projeto de povoamento da região amazônica. Assim, com a chegada da Zona Franca, um

---

<sup>11</sup> MARX, 1988 a. Força de trabalho que não está em atividade formal disponível para o capital quando há necessidade de mais trabalhadores.

leque de oportunidades se abria gerando nos indivíduos a perspectiva de conseguir emprego fixando-os na região.

Região que deveria ter efetivamente ganhado nova dinâmica econômica. Entretanto, estes impactos se restringiram quase que exclusivamente a Manaus que concentrou e concentra até os dias atuais investimentos e população já que Manaus passara a ser vista como o lugar das oportunidades, tornando-se grande polo atrativo para os que almejavam conquistar melhores condições de vida.

Essa atratividade vivenciada por Manaus com essa nova situação econômica é perceptível ao analisarmos as informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) evidenciam o momento (tabela 03).

**Tabela 03** - Crescimento da População de Manaus em Relação ao Estado do Amazonas de 1950 a 2010

ANO	POPULAÇÃO		
	Estado	Manaus	%
1950	514.099	139.620	27,16%
1960	708.459	173.706	24,31%
1970	955.325	311.622	32,7%
1980	1.430.528	633.392	44,34%
1991	2.103.243	1.011.500	48,05 %
2000	2.813.085	1.403.796	49,90 %
2010	3.809.37	1.802.014	51,72%

Fonte: IBGE, 2010

Conforme tabela, a população citadina de Manaus em 1960 correspondia a 24,5% da população do Estado que recebe um acréscimo equivalente a 79% ao saltar de 173.706 habitantes para 311.622. Em contrapartida, dos mais de 300.000 habitantes, 32,6% da população do Estado residia em Manaus, impactando tanto a estrutura quanto a dinâmica da cidade gerando processos marcantes na configuração do espaço urbano de Manaus principalmente por aqueles que, ao chegar na cidade, buscavam antes de um emprego, um lugar para residir.

Em decorrência da necessidade da moradia por parte dos novos habitantes é que se analisa, neste trabalho, a relação entre as suas produções e a reprodução do espaço urbano de Manaus, por entender que as mesmas nos permitem compreender a própria lógica da (re) produção da cidade, impactada a princípio, com o fim da cidade flutuante e ainda mais alterada com a chegada de novos habitantes a capital amazonense.

Entender a dinâmica da produção das cidades a partir da produção de moradias (OLIVEIRA & COSTA, 2007) permite- nos englobar os vários campos de análise existentes dentro da produção do espaço urbano, principalmente porque mediante estas análises e reflexões tem-se a percepção de que muitos dos problemas da sociedade são de natureza social, refletidos espacialmente, afinal, eles são explicitados pelas desigualdades socioespaciais.

Desigualdades percebidas na paisagem urbana que é mutável por estar intrinsecamente relacionada às dinâmicas intensas e variadas que envolvem a economia, as relações sociais e políticas (SANTOS 1997) produzidas via ações cotidianas dos mais variados agentes (OLIVEIRA, 2003). Logo, a paisagem pode ser expressa tanto pelo que se vê quanto pelo que é possível ser percebido pelos demais sentidos dos indivíduos.

Em se tratando de Manaus, as necessidades por novas moradias alteravam a paisagem dos igarapés da cidade, por se tratarem de “espaços desvalorizados” (VALE, 1999, p.87) e encarados como opção viável a reprodução da vida de indivíduos desprovidos de habitação.

Como preconizado por Valle (1999), os igarapés de Manaus não eram apenas natureza e, se num primeiro momento eles foram encarados como obstáculos ao crescimento do espaço urbano de Manaus, posteriormente os igarapés passam a ser alternativa a reprodução da vida dos indivíduos que sem ter condições de comprar suas residências em áreas que possuíssem amenidades físicas e sociais, vislumbravam nos igarapés a possibilidade de edificação de suas habitações.

Todavia a produção da habitação não pode ser reduzida apenas à localização ou às relações sociais de posse. Ela representa uma multiplicidade de fatores sociais, culturais e econômicos. A moradia é sem dúvida uma localização física, mas é ao mesmo tempo uma expressão psicossocial, sendo produto e condição da sociedade e da sua produção e reprodução (OLIVEIRA & COSTA, 2007, p.02).

Os primeiros igarapés de Manaus ocupados, foram o igarapé de Manaus (figura 09) e do Mestre Chico na área central da cidade e também, o igarapé do Quarenta. É importante lembrar, porém do processo anterior a implantação da Zona Franca, ou seja, da cidade

flutuante, para associar ao fato de que a ocupação do igarapé de Manaus, conforme destacado por VALLE (1999), precede a implantação deste projeto e data do final do século XIX e ou início do século XX. Entretanto, “o processo de ocupação do leito do igarapé é um processo mais recente, este sim, é influência do processo migratório agravado com a implantação da Zona Franca.” (VALLE, 1999, p. 88).

**Figura 09-** Manaus (AM): ocupações irregulares que existiam sobre o Igarapé de Manaus no período da cheia dos rios no Igarapé de Manaus, em 2003.



Foto: Tatiana Barbosa, maio de 2003.

Quanto a ocupação dos igarapés os migrantes sentiam-se livres para construir suas casas no curso dos igarapés, porque a “água, ao contrário da terra, não se constituiu propriedade privada; portanto, não é, no sentido da moradia, mercadoria.” (OLIVEIRA, 2001, p. 79). Assim, os igarapés foram alternativas mais viáveis para os novos habitantes que edificavam suas palafitas e por lá alimentavam seus sonhos em adquirir emprego na capital amazonense.

Da mesma forma que os habitantes alteraram a paisagem de Manaus, quarenta anos depois, o Estado também, em decorrência da intervenção realizada por meio do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM) que consiste na construção de habitações e revitalização dos igarapés da cidade, assunto a ser melhor abordado ao se trabalhar com os planejamentos do Estado voltado para a produção de moradias populares.

Habitações insalubres, por vezes multi familiares, que com o passar do tempo adquiriu água encanada, energia elétrica, que tinha como esgoto seu próprio local de moradia e contavam com o sistema de coleta de lixo, não porque os trabalhadores da coleta deslocava-se entre as pontes que as ligavam as ruas, mas sim, porque o carro coletor passava pelas proximidades. E a partir deste momento a cidade de Manaus passara a sentir de maneira mais agressiva um dos principais e mais difíceis problemas que passara a enfrentar com a vinda de população atraída pela implantação da Zona Franca: a ausência e/ou precarização das habitações. A respeito das migrações, Castells (1983), que a determina como fenômeno, estabelece como sendo essencial para o crescimento urbano.

A capital amazonense, nesse caso, não foge à regra deste crescimento ocasionado pelas migrações, pois, a Manaus de 1960 contava com população de 173.706 habitantes. Uma década depois, seu contingente populacional era de 311.622 pessoas, ou seja, praticamente dobrou, acentuando em Manaus os problemas habitacionais.

Em se tratando de Manaus, muitos migrantes que chegavam do Nordeste continuavam sendo maioria, mas a participação das pessoas que advinham do interior do Estado do Amazonas também era significativa, pois como explica Castells (1983) “a fuga para as cidades é em geral considerada muito mais como um *push* rural do que um *pull* urbano, quer dizer, muito mais como uma decomposição da sociedade rural do que como expressão do dinamismo da sociedade urbana” (P. 89).

Havendo a necessidade de moradia, por parte dos indivíduos que chegavam à Manaus, muitos, sem ter como pagar por uma casa e/ou terreno, iniciavam o processo de ocupação que não se restringia aos igarapés, mas também a terras em áreas não inundáveis proporcionando a continuidade à reprodução do espaço urbano da capital amazonense “com a constituição de inúmeros bairros que passam a compor a periferia da cidade” (SCHERER, 2005, p. 29).

Durante a década de 1970 surgem 9 (nove) bairros dos quais 4 (quatro), Redenção, Santo Agostinho, Vila da Prata e Coroado por meio da ocupação ilegal das terras, sem contar com a ocupação das margens dos igarapés por parte das famílias que vinham a Manaus e não possuíam casa para morar, bem como da ocupação de terras de lugares como Lírio do Vale, ocupado em 1975 (BARBOSA, 2006, p. 63).

Em cinco décadas surgiram dezessete (17) bairros e em apenas uma década nove (09), o que equivale a um acréscimo de 52% da malha urbana de Manaus. Scherer (2005), que este aumento no número de bairros ocorreu porque o Estado aparentava não estar preocupado com o intenso processo migratório daqueles que buscavam na capital amazonense se estabelecer e

que findaram, em sua maioria, encorpando a massa dos socialmente excluídos que para além de um emprego também necessitavam de casa.

A alternativa encontrada pelos grupos de pessoas socialmente excluídas em Manaus que necessitavam morar primeiramente ocorreu às margens do rio, posteriormente no leito dos igarapés e, *a posteriori*, ocupando áreas até então não ocupadas seja por meio da apropriação de terras adquiridas ou não, através da compra.

Quanto Estado, ele é o único agente envolvido no processo de (re) produção do espaço que intervém diretamente na terra urbana, apropriando-se, quando julga necessário de propriedades até então não pertencentes a ele. Essas intervenções, vide exemplo da cidade flutuante, podem ocorrer alterando a paisagem urbana e as relações das pessoas com os lugares.

Em alguns casos, porém, o Estado age, com sutileza para que os indivíduos na cidade não obtenham a percepção imediata das mudanças espaciais tendo em vista que, por vezes, o Estado utiliza subterfúgios para escamotear a realidade ante sua necessidade em beneficiar, em sua maioria os proprietários dos meios de produção.

E assim a lógica do jogo da produção do espaço vai se perpetuando. O Estado agindo conforme suas conveniências e os socialmente excluídos tentando se encaixar na cidade. Cidade que, ao mesmo tempo em que ele ajuda a produzir, parece o manter alheio a ela. Como se dela ele não fizesse parte, tampouco a ela tenha direitos que se referem “as possibilidades plenas da apropriação dos espaços para a vida em todas as suas dimensões” (CARLOS, 2001, p.424).

Portanto, enquanto uns querem um lugar para morar, o Estado, com sua função reguladora tenta inibir as alternativas encontradas por quem precisa resolver seu problema de falta de moradia. Então, como se configura o espaço urbano de Manaus após a consolidação da Zona Franca? Como o Estado lidou com a ausência das moradias? Quais as alternativas encontradas pelo Estado para regular o espaço?

### 3 ESTADO, PRODUÇÃO DE OCUPAÇÕES IRREGULARES E A (RE) PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO URBANO DE MANAUS

A (re) produção social do espaço urbano está para além da questão econômica por ser inerente à própria produção do homem. Reflexo, condicionante da sociedade, não se limitando ao construído, ecoando na (re) produção da vida. Para tanto, pensar a cidade implica *a priori* refletir sobre as ações e relações sociais nela estabelecidas, atentando para cada momento histórico envolto ao desenvolvimento da humanidade concretizado por meio de suas ações transformadoras.

Ao ser produzido, com características comuns em diferentes épocas, o espaço urbano via relações cotidianas reproduz-se no seu sentido amplo (CARLOS, 2007), revelando aos olhares mais atentos a dinâmica que as sociedades empregam sobre o espaço urbano. Logo, pensar na (re) produção social do espaço urbano requer analisar os diversos modos de apropriação do espaço que a tornam singular tendo em vista que as diferenciações nos usos possibilitam diferentes estruturas, paisagens, retratadas neste capítulo mediante a apropriação da terra urbana para construção de moradias em Manaus por parte dos grupos socialmente excluídos.

Essa apropriação coletiva que é participante do processo capitalista se materializa no espaço urbano tanto pela produção de mercadorias quanto pela (re) produção da vida gerando o consumo do espaço, bem como espaço do consumo mediante as ações da sociedade heterogênea, fragmentada em classes, que, segundo Harvey (2001), são dependentes das mercadorias produzidas, a partir do sistema de circulação de capital cujo lucro é seu objetivo direto e socialmente aceito.

É importante apontar que essa sociedade plural se estabelece via processos complexos intimamente relacionados à reprodução simples e ampliada da força de trabalho. Estes indivíduos no seu vínculo com o espaço, apropriam-se do solo urbano disputando-o para inúmeros usos pautados pelas regras da lógica capitalista, que se “fundamenta na propriedade privada do solo, a qual – por isso e só por isso – proporciona renda e, em consequência, é assemelhada ao capital” (SINGER, 1982, p. 21).

Os usos que se fazem do solo urbano são reflexos dos desejos e conflitos específicos daqueles que se organizam em torno da própria terra, que, por sua vez, são impulsionadores das mudanças espaciais (GOTTDIENER, 1997), sendo o plano do lugar a vitrine que expõe as

contradições quanto ao processo de produção social do espaço e a apropriação privada (CARLOS, 2007).

Esta contradição, afeta diretamente a vida cotidiana, pois em sendo as relações em sociedade fundamentadas também a partir da troca, a própria apropriação do espaço se configura enquanto mercadoria e, por sua vez, seu acesso se realiza através do mercado imobiliário. Por isso, no sistema capitalista, a terra é mercadoria. Mas não é um bem qualquer, pois o valor da terra urbana ao ser explorado por qualquer pessoa atinge o status de ser um produto social passível de adquirir muitas formas de valor de troca, GOTTDIENER (1997) legitimando o consumo do espaço.

Por haver demanda de solo urbano e, principalmente por esta procura modificar constantemente, o preço da terra tende a ter oscilações transformando o mercado imobiliário em especulativo. Este agente determina como o terreno será explorado. Assim, ao se pensar sobre a área destinada a moradia, a mesma se torna inalcançável para a parcela da população socialmente excluída que não detém o poder de compra sequer para adquirir terreno quiçá para ter a posse de terrenos que contenham amenidades físicas e sociais.

No plano do lugar, Carlos (2007) ressalta haver disparidades entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada posto que ela afeta diretamente a vida cotidiana, em razão de esta ficar condicionada a possibilidade de apropriação do espaço transformado em mercadoria a ser adquirida a partir do mercado imobiliário. Nesta condição, a autora afirma que o espaço urbano tem como função primeira atender às necessidades da acumulação capitalista.

Em decorrência da precisão do ganho de capital, morar adquire a dimensão de mercadoria especial por não poder ser adquirido de forma fracionada Maricato (2001) e, infelizmente, não se encontra ao alcance de todos. Esta mercadoria demanda por terra urbanizada cabendo ao Estado, maior interventor no solo urbano, a inserção de equipamentos de uso coletivo propiciando fragmentos da cidade infraestrutura que permita seu melhor uso.

Em se tratando de moradia, estes equipamentos precisam atender de forma eficaz a demanda de habitantes que se utilizam da área. Não basta abrir as ruas, é preciso que as mesmas tenham condições de trafegabilidade caso contrário, os demais serviços como transporte coletivo, energia elétrica, serviço de abastecimento de água, saneamento básico, internet a cabo e coleta de resíduos sólidos ficam comprometidos.

Como consequência do valor de troca atribuído a terra, a população desprovida de recursos financeiros se aloja em terrenos sem amenidades físicas (a margem de encostas,

fundos de vales e igarapés) que por vezes não interessam ao mercado imobiliário. Ao discorrer sobre a ocupação destas áreas Vasconcelos (2013) aponta que a literatura as conceitua como segregadas. Nesta perspectiva, entende-se como se essa população promovesse a segregação. Porém, o autor expressa que se o mercado não se apropria da área, é o contrário, são eles quem promove à segregação. Afinal, funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação de áreas melhores servidas de infraestrutura seja privilégio das camadas de renda mais elevada, aquela capaz de pagar um preço alto pelo direito de morar.

Portanto, resta a população que não dispõe de renda suficiente para residir em áreas bem servidas de equipamentos urbanos morar em áreas de encosta, inundáveis, fundo de vales, dentre outras. Assim, entende-se como segregado às áreas ocupadas pelo mercado imobiliário que com a ajuda do Estado, insere nos terrenos os equipamentos de uso coletivo que tende a valorizá-los ainda mais forçando a ida da população pobre às zonas pior servidas e que, por isso, são mais baratas (SINGER, 1982).

É neste momento que esta população desassistida pelo Estado por não se enquadrar financeiramente ao mercado, seja mediante a compra ou aluguel de um imóvel, enxerga com alternativa promover a invasão<sup>12</sup> de pequenas áreas ou extensas glebas e se mantém resistente o máximo que podem (VASCONCELOS, 2013). Em se tratando da palavra *invasão* o autor faz referência ao fato de que a mesma foi utilizada pela primeira vez pelos sociólogos da Escola de Chicago<sup>13</sup> para classificar os cidadãos recém-chegados que se apropriavam de determinada área para fixarem-se. Já nos países pobres, esta ação recebe denominações como favelas, bindonvilles, villas miséria ou squatter (VASCONCELOS, 2013, p.30).

Em muitas cidades, a rápida expansão do número de seus habitantes leva essa escassez ao nível crítico, permitindo acréscimo na valorização das poucas áreas bem servidas. Em Manaus, esse processo que pode ser mencionado como uma lógica no funcionamento das cidades se cristaliza no espaço urbano da capital amazonense por intermédio das ações dos habitantes e principalmente estatais. Enquanto os primeiros buscavam um espaço para produzirem suas moradias, o segundo, com o impacto da zona franca tentava de alguma forma controlar e regular a expansão urbana de Manaus.

---

<sup>12</sup> Pedro Vasconcelos (2013) utiliza o termo invasão e/ou ocupação. Por entender que a denominação invasão conota como pejorativo, a pesquisa refere-se a ação de ocupar um terreno e/ou uma gleba pertencente ao Estado e/ou a particulares como ocupação.

<sup>13</sup>Estudos sociológicos americanos provenientes de Chicago que tinham como primeira concepção de análise discutir os padrões ecológicos e processos sociais com sendo a pedra fundamental para os estudos da geografia urbana (GOTTIDIENER, 1997).

### **3.1 O espaço urbano de Manaus após a consolidação da Zona Franca**

A capital amazonense obteve, segundo o Censo do IBGE, acréscimo de 137.916 habitantes em apenas uma década (de 1960 a 1970) população esta, que necessitava morar e buscou áreas pouco ou nada valorizadas pelo mercado imobiliário para fixarem residências. Com isso, Manaus a partir de 1970 tem seu espaço urbano intensamente alterado mediante o processo de ocupação urbana por parte não apenas dos migrantes, mas também pelos habitantes que já residiam na cidade e estavam em busca da sua casa própria.

O espaço urbano de Manaus como apresentado no capítulo anterior, era dividido em zonas até 1951 sendo a Zona suburbana, a Leste da cidade, a que a partir de 1970 tem intervenções diretas por parte da população que buscava solucionar de imediato seu problema de moradia. Iniciava-se nesse momento, nesta área, o período intenso de ocupação de terras. O marco da produção do espaço urbano na zona suburbana de Manaus é o Bairro do Coroado iniciado em 1971 em áreas pertencentes à Universidade Federal do Amazonas. Sua denominação veio da inspiração da novela da Rede Globo intitulada Irmãos Coragem apresentada entre os anos de 1969/1970 que possuíam em seu enredo a Villa dos Coroados.

A área ocupada é de 1.142.21 hectares, contava com habitações de palhas e madeira, erguidas em terrenos divididos, em lotes de 10 por 20 e 30 metros próximo ao então quilômetro 04 da estrada do Aleixo e surgiu no contexto em que a Zona Franca, propiciou a centralização das atividades econômicas do estado do Amazonas na capital proporcionando a possibilidade, para alguns de prosperidade econômica na região, bem como, a ampliação da malha urbana da cidade de Manaus que passava a receber habitantes do interior do Amazonas, do estado do Pará, Maranhão e outras regiões que ao migrarem carregavam consigo expectativas em também prosperarem.

Cabe a ressalva que o Coroado não é a primeira ocupação da cidade, mas com a pesquisa, obteve-se o discernimento desta ocupação ser sim, a que promoveu a ampliação da malha urbana de Manaus para o Leste, área delimitada deste estudo. Quanto a expansão da malha urbana da cidade, sua efetivação requeria a implementação de equipamentos de uso coletivo, mas a Universidade, detentora das terras resistiu num primeiro momento à ocupação da área e, por meio de repressão policial tentou retirar os moradores que se mobilizaram e não foram retirados.

Como efeito, a ampliação da malha urbana da cidade acentuava contradições extremas tanto em nível social quanto espacial. A marginalização social é uma das mais evidentes junto

ao processo de ocupação que não era exclusivo à zona leste de Manaus. Já em nível espacial Vasconcelos (2013) expõe ser à dualidade centro-periferia, existente na maioria dos países mais pobres, a mais premente. Esta periferia caracteriza-se de como as áreas distantes do centro menos equipadas e conseqüentemente, com infraestrutura precária. Todavia, salienta-se que a periferia não pode ser entendida exclusivamente como a área distante do centro, mas sim, aquela desprovida de infraestrutura capaz de atender em níveis gerais as necessidades dos indivíduos residentes dos lugares.

Vasconcelos (2013) chama a atenção ao fato de que o termo marginalização social/ espacial tem um caráter pejorativo, porém, tendo em vista que a palavra marginal também é atribuída ao indivíduo criminoso, paulatinamente esta denominação vem sendo substituída pela noção de periferização que aparece mais como sinônimo de pobreza. No Brasil, os dados do ano de 2010 publicados no Atlas do Desenvolvimento Humano – ADH fornecido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA expõem informações<sup>14</sup> quanto à renda média domiciliar per capita mensal dos extremamente pobres (R\$ 70,00), dos pobres (R\$75,19) e dos vulneráveis à pobreza (R\$142,72). No Amazonas estes valores chegam respectivamente a R\$25,54, R\$ 63,11 e R\$117,50.

Em recente pesquisa<sup>15</sup> divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE quanto ao rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente, evidencia que no Brasil, a renda está em R\$ 1.226,00 estando o Amazonas com média de R\$ 739,00.

Realizando a leitura dos rendimentos nominais mensais per capita e relacionando-os a possibilidade de acesso à casa própria por parte destes indivíduos que possuem média nacional de um pouco mais de R\$937,00, um salário mínimo, a pesquisa verificou junto ao Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi), do IBGE dados referentes ao valor do metro quadrado da construção civil no Brasil.

O Sinape destaca em janeiro de 2017 que o “custo nacional da construção, por metro quadrado, que em dezembro fechou em R\$ 1.027,30, em janeiro subiu para R\$ 1.031,21, sendo R\$ 531,93 relativos aos materiais e R\$ 499,28 à mão de obra.” (Sinap – IBGE, 2017,

---

<sup>14</sup> O Universo da pesquisa é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes. Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>

<sup>15</sup> O IBGE divulgou a pesquisa em 24 de fevereiro de 2017. Os valores dos rendimentos domiciliares per capita referente ao ano de 2016 para o Brasil e Unidades da Federação são calculados com base nas informações oriundas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Disponível em:< [ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita/Renda\\_domiciliar\\_per\\_capita\\_2016.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2016.pdf)> Acesso em: 27/02/2017.

P.01). No Amazonas, cuja média mensal do rendimento per capita é de pouco mais de R\$700,00, o valor do metro quadrado para a construção de uma casa popular<sup>16</sup> em 01 pavimento com 01 varanda, sala, 02 quartos, circulação, banheiro e cozinha com padrão de acabamento mínimo têm custo de R\$637,95 por m<sup>2</sup>. Ressalta-se que estes valores são para a construção, logo, não está incluso o valor do terreno que receberá a residência.

Diante destes dados, como pensar a produção do espaço urbano sem a periferização do mesmo?

Face ao caráter excludente envolto a lógica do sistema capitalista, isto é impossível. Não à toa que a periferia ocupa o espaço que o Estado, permite (VASCONCELOS, 2013), porém, esta permissão restringe-se as áreas em sua maioria que a princípio não interessam ao mercado imobiliário. Percebe-se então que o Estado de fato é capitalista por ser o grande responsável pela articulação dominante das relações sociais de produção capitalista, no qual ele (Estado) com seu caráter político, (reduzido ao estatal, universalizante) articula-se as relações econômicas estando o primeiro (político) subordinando ao econômico, restrito a interesses particulares. Eis então a dialética do Estado Capitalista (SANTOS, 2008).

Os pobres da cidade ficam, portanto, relegados a viverem em parcelas do espaço urbano cujo interesse do mercado imobiliário via propriedade fundiária reguladas pelo aparelho político-jurídico que tendem a formar e estruturar as relações econômicas e sociais. É por isso que a propriedade privada de parcelas do solo urbano aparece como título jurídico legitimando a apropriação individual, base do próprio sistema capitalista (CARLOS, 1994) cujo nexos estabelece que os indivíduos que mais podem pagar, residem em áreas dotadas de equipamentos urbanos melhores. É válido ressaltar que há diversidade e emprego desigual nas/das relações político-jurídicas, econômicas e sociais (SANTOS, 2008) fato este que nos direciona a analisar de forma diferenciada os modos de produção capitalista de uma dada formação social.

Por conta disso, a cidade capitalista não se apresenta como o lugar para os pobres, posto que a propriedade privada do solo urbano (algo que eles não podem comprar) só se constitui como legal/correta quando há pagamento por ela, sendo, portanto, esta a maneira indispensável à ocupação de áreas na cidade (SINGER, 1982). Porém, o sistema de (re) produção capitalista (observou-se isso no Brasil por meio dos dados do IPEA) não assegura para muitos, a possibilidade de adquirir renda capaz de permitir a compra de parcela do

---

<sup>16</sup> Consulta realizada pelo SIDRA – Banco de Dados do IBGE em 27 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/647#resultado>>

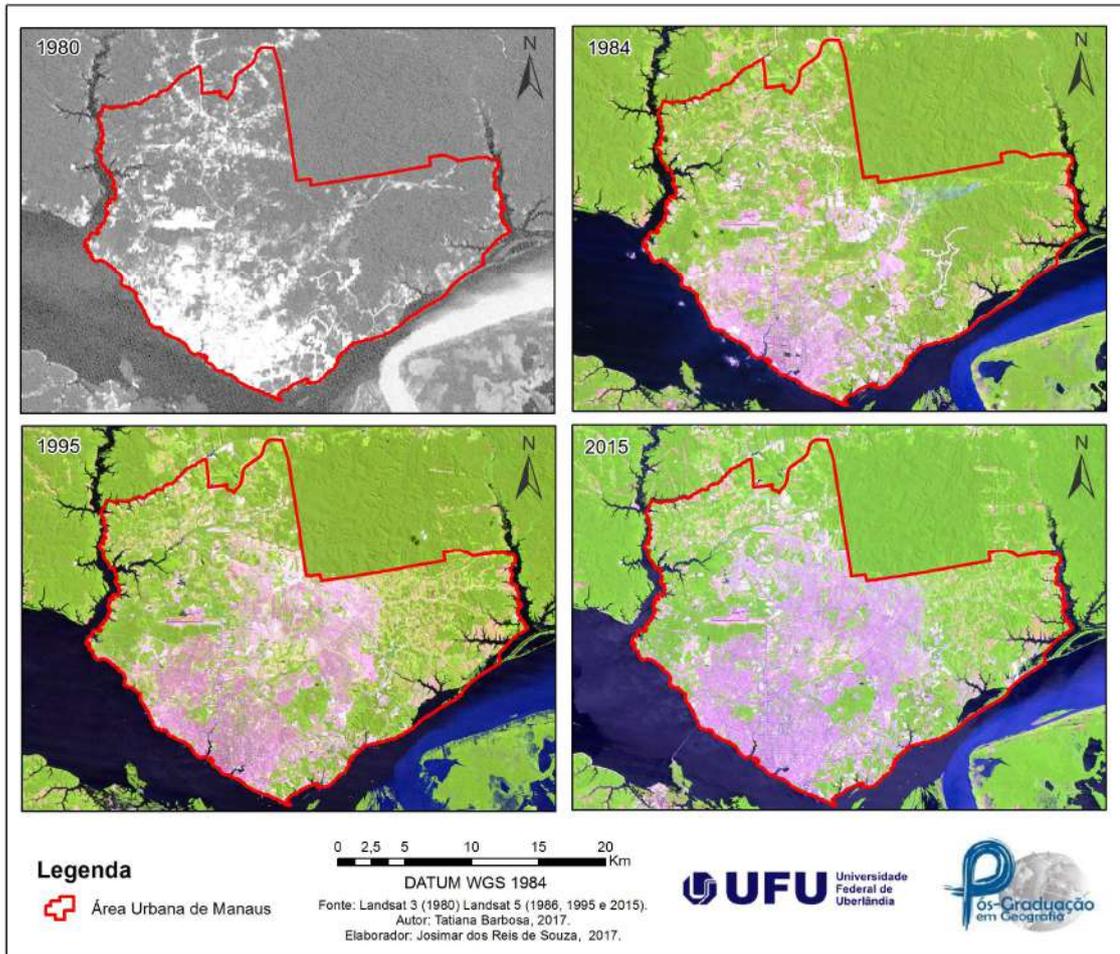
espaço urbano. Contudo, os indivíduos não sucumbem a esta lógica e buscam alternativas para ocuparem parcela do espaço urbano e produzirem suas casas. Foi o que fizeram os ocupantes do atual bairro Coroado.

Havendo a expansão de Manaus para o Leste por intermédio da construção de moradias populares, a década de 1980 que já apresentava 633.392 habitantes contou mais uma vez com os populares intervindo na cidade através de ocupações em terrenos irregulares e com o Estado visto que Manaus ampliou sua malha urbana para o Norte mediante a produção de conjuntos habitacionais.

Destas produções, em termos de políticas públicas destinadas a moradia, o Conjunto Cidade Nova se destaca na zona Norte da cidade, pois ele “e inaugurou nova fase na construção de unidades habitacionais populares em Manaus, pelo número de moradias e por concentrar no seu entorno outros projetos habitacionais populares. No período, foram construídas cinco etapas num total de 8.804 unidades habitacionais” (OLIVEIRA& COSTA, 2007, p.03) produção esta que impactou o espaço urbano de Manaus adensando-o para o Norte (figura 10)

As imagens disponibilizadas neste trabalho evidenciando a mancha urbana de Manaus apresentam saltos ora inexpressivos ora expressivos em razão de serem as únicas que a cidade possui, porém, apesar de terem periodicidade irregular, elas nos permitem visualizar as modificações sofridas no urbano de Manaus. Enquanto em 1980 a cidade possuía concentração para o Sul, Oeste e Centro Oeste e com poucas ramificações para o leste, em 1986, a malha urbana passa a ser mais densa para o norte e leste de Manaus. Todavia, cabe a observação que, se para o norte o Estado interveio com a construção de conjuntos habitacionais, para o leste, em função da consolidação do Coroado, ocupação criada na década de 1970 na zona leste, o Estado passa a intervir mediante a pressão popular promovendo o urbanismo nesta área ocupada.

**Figura 10** - Evolução da Mancha Urbana de Manaus nos períodos de 1980, 1984, 1995, 2015



Outra observação pertinente, diz respeito aos elementos que serviram como vetores para o crescimento espacial de Manaus, tendo em vista que o Conjunto Cidade Nova está para a zona Norte assim como a ocupação do Coroado para a zona Leste. Assim, na mesma proporção de que o Coroado foi o marco da expansão urbana da zona Leste de Manaus, o conjunto nova cidade, atraiu novos habitantes que, no seu entorno passaram a produzir habitações a partir do processo de ocupação irregular de terras.

Ao final da década de 1970, a zona Leste da cidade de Manaus recebe intervenção estatal ao produzir o loteamento do São José que abrigou moradores advindos do interior do estado e também aqueles que não se fixaram na ocupação do coroado. Com essa intervenção eclodem novas áreas ocupadas ao entorno deste loteamento. *A posteriori*, a prefeitura inicia o

processo de abertura de novos lotes promovendo a expansão do São José que não contou com a infraestrutura da primeira etapa construída.

Estando essas áreas distantes do centro e carente de urbanismo que permitisse condições qualitativas para o indivíduo residir, Manaus passava a ter juntamente com a expansão da malha urbana, a periferação das suas áreas mais longínquas. Fato este que nos permite refletir ser a zona Leste a materialização das relações de exclusão e segregação promovidas pelo mercado imobiliário, uma vez que os moradores dessas áreas, automaticamente passavam a ser caracterizados como os pobres da cidade.

Na década de 1980 também houve na zona Leste a produção de alguns conjuntos habitacionais que não eram destinados a população de baixa renda. A produção desses conjuntos gerou processo similar ao realizado na zona Norte: Conjuntos foram produzidos e, aproveitando os equipamentos de uso coletivo empregadas na área, algumas famílias ocuparam o entorno deles. A questão concernente às ocupações urbanas de Manaus em específico na zona Leste da cidade tende a ser analisada de forma aprofundada nos capítulos seguintes, afinal, também é primordial tentar revelar se as produções mais significativas no espaço urbano de Manaus a partir das moradias populares, em específico da zona Leste, obtiveram maiores transformações após, ou antes, das intervenções estatais e se estas modificações ao longo das décadas seguintes retiraram ou acentuaram o caráter de periferação do espaço urbano atribuído a área durante seu surgimento. Área que em 1995, começa a ser densamente ocupada.

Quanto ao espaço urbano, não é demais expor que independente do lugar produzido, ele é constituído de áreas distintas evidenciando assim sua nítida fragmentação em face de sua produção e consequente dinâmica fruto do seu conteúdo econômico e social expressos nas paisagens (CORRÊA, 2013) que se interligam formando complexa articulação entre as muitas partes da cidade,

Mogin (2009) ao trabalhar sobre a configuração da cidade, e, por conseguinte seu espaço urbano faz a leitura de sua produção a partir de cidades como Paris, Londres e Nova York indagando como um corpo urbano pode tomar forma. Em suas análises observa que antes deste feito, a cidade é ligada aos corpos individuais, ou seja, aos múltiplos agentes que se aventuram produzindo o corpo da cidade, transformando-a em um ambiente que vive sobtensão.

Não se pode atrelar à produção do espaço urbano apenas a sua materialização para que ele não seja encarado apenas como o construído. Afinal, as propriedades do urbano não se

limitam ao ambiente construído (LEFEBVRE, 2001; CARLOS, 1994), principalmente pelo fato de que ele não é apenas parte das forças e meios de produção, sendo o próprio espaço, um objeto de consumo (GOTTDIENER, 1997). A cidade e conseqüentemente sua (re) produção, são marcadas por uma delimitação espacial, todavia torna-se condição para a possibilidade de percursos infinitos e incomuns (MOGIN, 2009), ou seja, o espaço urbano na cidade é finito com possibilidades infinitas em detrimento dos seus produtores que a materializam por meio do construído e das relações socioespaciais reveladas pelo cotidiano dos indivíduos.

Das infinitas possibilidades de se materializar a produção espacial das cidades, (CORRÊA, 2013) expõe ser a segregação residencial a mais visível das fragmentações do espaço urbano na cidade capitalista, no estudo em questão, delimitado pela produção da zona Leste da cidade de Manaus, a partir das ocupações irregulares que tiveram o Estado ora enquanto instituição que viabilizou a consolidação das mesmas, ora como grande regulador que dificultou a permanência e/ou reprodução das ocupações.

### **3.2 Estado, a questão das ocupações urbanas irregulares e a propriedade de terras**

Os processos inerentes ao desenvolvimento urbano na sociedade capitalista são contraditórios. Vejamos esta contradição pela ótica da necessidade de reprodução e manutenção da força de trabalho por si, indispensável a própria reprodução do capital: a mão de obra que ao mesmo tempo necessita de uma casa para morar e assim dar continuidade a sua vida é a mesma que possui por parte do sistema capitalista, acesso limitado à habitação.

O problema da habitação seja pela falta ou pela precariedade, inicia por ser um problema individual desta mão de obra que se encontra a margem das relações estabelecidas pelo processo de produção. Em sendo a aquisição da casa própria ou de melhores lugares para morar algo inatingível, os responsáveis são o capital fundiário e imobiliário, que, por sua vez, transferem o dever desta não possibilidade de compra ao capital industrial por pagar ao trabalhador salários que não permitam a ele adquirir sua habitação. A partir do momento em que há déficit habitacional<sup>17</sup>, seja pela escassez, ou pelo morar em áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura, tem-se aí um problema duplamente social (SANTOS, 2008).

---

<sup>17</sup> Ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física e que por isso devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque em função da coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades

Quando há generalização do problema referente à questão da moradia, que para Castells (1983) é o meão da dialética pertinente à apropriação social do produto do trabalho, o Estado é o maior, se não o único responsável pelo provimento da resolução do problema. No Brasil, estimativas da Fundação João Pinheiro- FJP (2015) apontam que em 2012, o déficit habitacional corresponde a 5,430 milhões de domicílios, dos quais 85,9% estão localizados nas áreas urbanas. No Amazonas, em se tratando das áreas urbanas a FJP destaca que o estado detém maior destaque em 2012 com déficit de 17,9% do estoque de domicílios.

Embora haja déficit de mais de 5 milhões de habitações, o Brasil possui 7,551 milhões de imóveis vagos dos quais 6,189 milhões estão em condições de serem ocupados. O relatório também aponta 1,0008 milhões de unidades que estão em construção e/ou reforma e 353 mil em ruínas. “Excetuando-se estes últimos, os demais constituem o estoque do mercado, uma vez que representam as unidades prontas e aquelas com potencial para serem habitadas no futuro próximo” (Fundação João Pinheiro, 2015).

As informações acima nos remetem mais uma vez a contradição inerente ao processo de acumulação capitalista: na contramão do déficit habitacional brasileiro há mais de 7 milhões de imóveis vagos. A pergunta é: a que público está “destinado” estes imóveis? Para o Amazonas, a pesquisa apresentada pela Fundação João Pinheiro (2015) evidencia que a situação referente à precariedade e/ou falta de domicílios particulares permanentes e improvisados é de 144.741 unidades e que há 77.312 habitações não ocupadas.

Os números são esclarecedores quando se pensa na população excluída do mercado imobiliário (MARICATO, 2011) afinal, estes indivíduos não conseguem adquirir estas habitações vagas por meio da compra. Cabe a ressalva que a estimativa de população do IBGE para o ano de 2016 é de que o Amazonas contabiliza 4.001.667 milhões de habitantes dos quais 2.094.931 milhões, ou seja, 52,35% desta população estão na capital do estado o que nos conduz a reflexão de que por ter a maior parte da população amazonense residindo na capital, o déficit habitacional se concentra em sua maioria em Manaus e é bem maior do que as 144.741 unidades habitacionais apresentadas pela Fundação.

Como agente regulador do espaço urbano, o Estado atua buscando conter e/ou controlá-lo. No caso específico das moradias populares, o Estado impõe sua força política, administrativa e jurídica afim de não permitir a expansão desmedida das cidades por parte das

---

de pagar aluguel e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. (Fundação João Pinheiro, 2015, p.18)

classes sociais que estão à margem do mercado imobiliário e utilizam-se das ocupações irregulares de terra para adquirirem seu lugar no urbano.

Todavia, Ghon (1991) discorre que o Estado no plano político-jurídico busca a neutralização destas classes através de políticas que escamoteiam a segregação, a espoliação do solo urbano. Maricato (2011) em suas reflexões também aponta que o processo político e econômico a qual o Brasil se insere, permitiu que a sociedade brasileira se transformasse numa das mais desiguais do mundo com um planejamento urbano modernista/ funcionalista direcionado a dominação ideológica. Planejamento este que independente de ser eficaz, se torna essencial para conter o conflito de classes (GOTTDIENER, 1997), afinal, uma das funcionalidades do Estado é se manter com as classes para melhor reger, dentro da perspectiva capitalista o funcionamento do espaço (GHON, 1991).

Quanto à noção de planejamento, é importante ter o discernimento que o mesmo deve sempre se remeter ao futuro (SOUZA, 2008). A afirmativa finda sendo pleonástica, pois não se planeja o ontem, mas não raro observam-se problemas nas cidades fruto da ausência de planejamento e/ou de um planejamento errôneo que permita aos seus gestores se anteverem aos problemas, talvez porque desconheçam ou façam pouco caso do real sentido do planejamento. Nesse sentido, não que seja justificável cometer o pleonismo, mas há sempre a esperança de que o óbvio ecoe e se transforme em ações por parte daqueles que planejam as cidades, sejam eles gestores ou cidadãos participativos.

Todavia, ao se observar a configuração do espaço urbano de Manaus desde a sua gênese, é possível identificar que a cidade recebeu mais atenção no plano do embelezamento de sua urbe com o governador Eduardo Ribeiro. Novos processos, por sua vez, passaram a fazer parte da cidade que, segundo Saint-Clair C. Junior (2006), revalorizou-se e se tornou a metrópole da Amazônia Ocidental, fruto, em grande parte, dos incentivos fiscais e creditícios voltados para a formação da Zona Franca alterando sua dinâmica econômica e populacional exigindo dos seus gestores estratégias para lidar com o novo.

Quem a cidade chegava ou dela já fazia parte, precisava morar e quem mora, mora em algum lugar. A habitação permite aos indivíduos o planejamento de suas vidas, o estabelecimento do cotidiano, a (re) produção da espacialidade que se hierarquiza (COSTA & OLIVEIRA 2007). O cerne da questão da moradia é que para a ocupação do espaço da cidade é preciso transformar parte do solo urbano em privado, sendo o mesmo produto da expansão da urbanização capitalista atrelada ao valor de troca no espaço mediado pelo mercado imobiliário (CARLOS, 2007).

Ribeiro (2007) expressa que por não conseguirem se inserirem no mercado imobiliário formal<sup>18</sup>, estas pessoas passam a fixar-se marginalmente na cidade. Cidade entendida por Rodrigues (2007) “como um direito”, real e produzida num tempo presente onde o espaço é importante por ser detentor da vida. Logo, para a autora, “a cidade como um direito” se opõe ao “direito à cidade” de Lefebvre (2001), onde o espaço e o tempo são abstrações, reflexos do pensamento de planejadores, do Estado capitalista e do capital.

Mas como não entender que as ações dos planejadores não possam promover a cidade ideal? No caso da moradia, não se trata de modelar o espaço, mas de permitir que o planejamento para a produção de moradias esteja ao alcance dos excluídos do mercado imobiliário para que eles consigam viver no ideal deles.

O fato é que a carência de habitações deixa evidente a ineficiência do planejamento estatal afetando diretamente as necessidades dos indivíduos que não se enquadram enquanto consumidores em potencial para adquirirem terra urbana junto ao mercado imobiliário, e assim se organizam para solucionarem seus problemas, afrontam o Estado e ocupam as áreas possíveis mediante o processo de ocupação de terras que, no Brasil ajudam a compor o processo de urbanização e urbanismo das cidades. Ressalta-se sempre que as ocupações são estruturais e institucionalizadas pelo mercado imobiliário e pela ausência de políticas sociais (MARICATO, 2002).

Ribeiro (2007) nos conduz a pensar que não possuímos estatísticas seguras sobre a marginalização urbana, por não ser possível enumerar o que não é reconhecido institucionalmente, afinal, é mais viável expor a melhora nas condições de habitações porque as mesmas já são produzidas em alvenaria e não mais em pálete, lona, papelão o que não significa que a mesma deixe de ser insalubre.

Em Manaus, o processo de marginalização urbana oriundo com a produção das moradias populares em Manaus, via ocupações irregulares urbanas, de modo algum, é específico desta cidade; porém, as formas como estas habitações intervêm na produção da cidade, sim, posto que Manaus esprou-se de forma acelerada, adquiriu novas formas, produziu-se e reproduz-se tendo o processo de ocupação irregular de terras como vetor expressivo na produção da cidade.

E quais as ações do Estado frente ao processo de ocupação ilegal de terras para a produção de moradias na cidade de Manaus? O Estado, à medida que promove condições para

---

<sup>18</sup> RIBEIRO (2007) é categórico ao afirmar que a exclusão do mercado formal gera um dos maiores problemas do urbano no Brasil: a carência habitacional.

assegurar a reprodução do capitalismo, se põe à frente deste processo e, age principalmente buscando beneficiar os detentores dos meios de produção. Todavia, ao mesmo tempo em que o Estado promove estes beneficiamentos, ele também se volta para a classe trabalhadora porque precisa assegurar a existência de mão de obra que antes de tudo necessita de um teto para dar continuidade as suas vidas e, por sua vez, ao sistema capitalista e “os que possuem um teto, seja ele qual for, ainda são felizes ao lado daqueles que nem isso tem” (ENGELS,1985, p.43).

A habitação abriga da chuva, da noite fria, do sol, nos remete a sensação de segurança, bem-estar. É alívio após um dia de trabalho, ou da procura por um trabalho. É o lugar do repouso e por muitas vezes, de onde nasce os maiores e melhores sonhos de quem nela habita, porém, mesmo indispensável à continuidade da vida do homem, ela é uma mercadoria e por isso, só tem acesso àquele que por ela consegue pagar. Porém, como diria Maricato (2001), a casa não é uma mercadoria especial. Não se pode comprá-la fracionada. Por isso, concordando com Engels (1985), uma vez que a casa possibilita o (re) começo com mais tranquilidade de um novo dia, aquele que a possui é sempre mais feliz.

Em Manaus, o processo de constituição do seu espaço urbano é pautado pela conquista da casa e, como mencionado, mora quem pela habitação pode pagar. Porém, a população territorialmente excluída residente na cidade encontrou através da ocupação irregular de terras um meio de adquirir sua habitação. Isto significa que Manaus tem a ampliação de seu espaço urbano apenas em decorrência das ocupações urbanas? Não. Todavia, a classe que participa deste processo é excluída, não é minoria, e pressiona o Estado para solucionarem seus problemas. Além do mais, no Brasil a ocupação irregular de terras nas grandes cidades é quase mais regra do que exceção (MARICATO, 2000).

Essa pressão se sobrepôs ao Estado que não conteve a ocupação irregular nas suas terras e nas pertencentes a particulares a partir de 1922, pois como visto no capítulo anterior, a população residente em Manaus ia expandindo a malha urbana da cidade e nem os igarapés foram barreiras para estes indivíduos. O Estado por sua vez foi até certo ponto permissivo tendo em vista que o problema habitacional da cidade crescia no mesmo ritmo que seu contingente populacional.

Assim, as ocupações foram convenientes para o Estado que não resolvia a problemática e, mesmo precariamente leva os equipamentos de uso coletivo para as áreas que iam se consolidando e se transformando em bairros. Em contrapartida, após 1970 o Estado atua na tentativa de inibir essas ocupações aplicando por vezes a violência, mas a pressão

gerada pela exclusão territorial foi intensa e muitas das ocupações que surgiam, embora num primeiro momento sofressem com a resistência, posteriormente se consolidavam.

Situação interessante quanto a ocupação irregular de terras narrada por Maricato (2000), diz respeito a localização das mesmas. A autora é enfática ao escrever que as ocupações não são toleradas em áreas onde há valorização do mercado imobiliário. Nestes locais, a lei se aplica. É por isso que a Manaus dos anos 2000 se torna muito mais intolerante a este processo, pois, conforme a malha urbana da cidade se expande, o Estado, por sua vez, dota a mesma com equipamentos de uso coletivo valorizando áreas até então não valorizadas, que, por sua vez, se tornam atrativas para o mercado imobiliário.

Havendo a “permissão” do Estado em algumas ocupações, a situação de irregularidade destas pessoas nas terras torna-se pré-requisito para justificar a anulação de seus direitos por aqueles que adquiram seu espaço juridicamente, por vias formais (KOWARICK, 1979). Portanto, embora as ocupações sejam legitimadas pelo Estado, estes agentes excluídos passam a não ter direito à cidade (MARICATO, 2000). Porém, o direito a apropriação está para além do direito à propriedade (LEFEBVRE, 2001).

Um ponto interessante passível de ser discutido é que o processo de ocupação anula os direitos de quem adquire sua propriedade através da compra, e por ela paga os tributos exigidos pelo Estado. Tal situação nos conduz à reflexão de que a prerrogativa da negação ao direito à propriedade estará a favor de quem tem direitos usurpados, afinal, muitos alegam terem seus terrenos e não residirem nele por não terem condições financeiras de construir suas casas.

Há também aqueles que se apropriam dos terrenos sem a real necessidade e posteriormente os vendem alimentando a chamada *indústria da invasão*<sup>19</sup> desencadeando mais ainda a repulsa nos outros indivíduos da sociedade que adquirem suas propriedades a partir da compra dos terrenos. O que chama atenção nesse processo da indústria da invasão em Manaus é que por vezes os proprietários de grandes extensões de terra urbana na cidade estimulam a sua ocupação com duas finalidades: a primeira consiste em receber indenização por parte do Estado e a segunda, dependendo da extensão do terreno, não apenas receber a indenização como também benfeitorias para a valorização do mesmo<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Termo amplamente utilizado pela mídia amazonense para designar aqueles que ocupam terras ilegalmente e, posteriormente fazem a venda do terreno.

<sup>20</sup> Informação recebida durante pesquisa de campo realizada para o trabalho intitulado *Ocupações urbanas e a (re) produção das moradias populares em Manaus: estudos no bairro do Coroadó e Loteamento Rio Pioni* pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

Outro fator interessante, é que quando há relativa valorização da terra, acontece outro processo, os ocupantes ao perceberem que seus terrenos agora possuem um bom valor de troca, o vendem e /ou compram lotes mais afastados, ou participam de um novo processo de ocupação. Para entender o valor da terra utiliza-se aqui a tríade de Marx (1988a) terra, trabalho e capital que estabelece ser este valor fruto único e exclusivo do trabalho. Por outro lado, a teoria de Ricardo (1982), expressa que a terra é o fator material de produção, com fertilidade intrínseca variável gerador de renda, logo, a teoria ricardiana debruça-se sobre a renda da terra e vem a ser a base da teoria Marxista.

Todavia, enquanto para Ricardo (1982) o valor está agregado a terra, para Marx, essa renda vai variar, ou melhor, depender da especificidade da classe que na terra vir a se estabelecer. A concepção de Ricardo sobre o valor da terra está dividida entre renda de monopólio (atribuída à escassez da terra), produtividade (capacidade que a terra tem de produzir) a teoria dos rendimentos decrescentes (fertilidade decrescente).

A teoria marxista defende que o valor da terra é estabelecido em cada sociedade, em cada tempo e em cada lugar, de maneira que a terra possui o seu valor no trabalho, visto que, dependendo do segmento da sociedade em que a terra está inserida, a mesma obtém valores diferentes, pois o valor é sempre constituído pelo trabalho, que é fruto de uma construção coletiva. Logo, a teoria marxista em relação ao valor da terra é de que a mesma é fruto único do trabalho, enquanto que a ricardiana, afirma que esse valor não necessariamente depende do trabalho, pois a terra em si já tem o seu trabalho. Ou seja, para Ricardo, se duas propriedades agrícolas têm as mesmas proporções o que determina se uma tem o maior valor que a outra é a sua fertilidade. Dessa forma, o valor da terra para ele está inserido nela, o que descarta, portanto, as relações sociais.

No bojo da discussão referente ao valor da terra, não se pode deixar de citar que o valor não é apenas da terra, mas também, de uso. Portanto, o trabalho realizado na terra pode gerar o acúmulo de riquezas para o homem e por isso, independente de ser urbana ou rural, a terra torna-se uma mercadoria capaz de gerar o valor de uso e o de troca (LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 1980).

Portanto, Harvey (1980) não hesita em citar o fato do solo não ser uma mercadoria qualquer, devido à possibilidade da criação de riquezas diferentes através das benfeitorias sobre ele elaboradas, e que as mesmas podem assumir as mais variadas funções não geradoras de rendimentos exclusivos para o seu usuário. Um exemplo disso é uma residência alugada que está sob o uso de uma determinada família, mas, que de fato, gera renda para o

proprietário do imóvel. Nesse contexto, a terra na economia capitalista contemporânea é uma mercadoria que qualquer indivíduo, independente da função que destinaria para ela, gostaria de ter.

Esta mercadoria, por sua vez, é legitimada pelo Estado a partir da Lei nº 10.406 do Novo Código Civil Brasileiro que garante a partir do o artigo 1.225 o direito de propriedade aos indivíduos que deve ser exercido conforme o § 1º do Código Civil “em consonância com suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais (Brasil, 2003).

No entanto, no artigo 1.204, do mesmo código, adquire-se a posse desde o momento em que se torna possível o exercício, em nome próprio de qualquer dos poderes inerentes à propriedade. Todavia, o que torna uma pessoa proprietária de determinado terreno? Um papel, indicando o nome de alguma pessoa? Uma cerca? É certo que na sociedade capitalista, aquele que pôde pagar, foi ou é o possuidor de determinado terreno. Contudo, o próprio Código Civil Brasileiro aponta que a propriedade é direito de todos.

Mas, como pensar a questão da propriedade? De fato, esse quesito atualiza a questão urbana, principalmente no que concerne à questão da moradia, pois, quando se estabelece que a propriedade é direito de todos, a partir do momento que algumas pessoas ocupam um terreno que está desocupado, mas que tem proprietário, o que há, é uma negação do direito a propriedade. Mas, e os movimentos sociais que lutam pela moradia, como eles agem dentro da lógica da ocupação ilegal de terras?

### **3.3 Os movimentos sociais e a luta pela moradia**

A premissa dos movimentos sociais consiste em agrupar indivíduos que clamam por um mesmo objetivo. Historicamente é no início do século XIX que a população, nesse caso, pertencente à classe operária inicia o processo de agrupamento com o intuito de libertarem-se de situações que os oprimiam frente aos seus patrões que os obrigavam a trabalhar exaustivamente em condições precárias ganhando pouco pelo trabalho desenvolvido.

Neste contexto Engels (1986), destaca que os operários não poderiam viver felizes comungando da situação a eles imposta. É neste momento que o autor afiança que os indivíduos tentam se libertar da situação que os insere ao nível dos animais para criarem melhores condições de vida para si. Todavia, o autor afirma que a possibilidade só pode se

tornar real, a partir do momento em que os operários passarem a lutar contra os interesses da burguesia, esta, por sua vez, devidamente amparada pelo Estado.

Em decorrência da opressão gerada pela burguesia, a classe trabalhadora que vivia em estado de total miséria, começa a ficar atenta ao modo de vida incomparavelmente melhor da burguesia. Neste momento, eles passam a se organizar e clamar numa única voz por melhores condições de trabalho e de vida. Portanto, é a partir da situação da classe trabalhadora do século XIX “os indivíduos organizam-se em busca de uma solução comum diante de um problema comum, este seria o embrião de um fenômeno complexo conhecido na Sociologia acadêmica por movimentos sociais” (RODRIGUES &ALMEIDA, 2008, p.02).

Em sua definição sobre os movimentos sociais Ghon (2011) estabelece que “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (p.336). No Brasil, os movimentos sociais sempre lutaram contra a repressão, seja da liberdade de agir e do falar que governos autoritários impunham cerceando a liberdade dos indivíduos. Todavia, é a partir da segunda metade do século XIX, em específico no período governado pelos militares, que os movimentos passam a se organizar formando massa de combate ao regime imposto com o Golpe de 1964. Como consequência, Ghon (2011) destaca que os anos de 1970/80 foram decisivos para as conquistas de muitos direitos sociais, garantidos, inclusive em leis pela inscritos em leis pela nova Constituição Federal de 1988.

A autora complementa suas reflexões acerca dos movimentos sociais no Brasil evidenciando que a partir de 1990, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizada cuja finalidade é identificar os principais problemas sociais e posteriormente diagnosticá-los, para assim encontrarem respectivas soluções. Neste momento os movimentos passam a se aproximar mais do Estado e esta nova realidade proporciona consequências.

Maricato (2000) pondera sobre a nova forma de atuação dos movimentos que passam a trabalhar em prol de maior participação junto às ações estatais. Todavia, a autora esclarece haver distinção entre processos participativos e os grandes movimentos sociais no Brasil, citando como exemplo o Movimento Sem Terra (MST). A autora discorre que por ter a ofensiva como base para as suas reivindicações, o cuidado de renovar seus quadros de liderança, bem como de zelar pela formação política e educacional de seus integrantes, o MST deixa evidente o que vem a ser um movimento social diante dos processos participativos tendo em vista que estes últimos passam a ter apreço forte pela institucionalização da causa,

tratando a mesma como grande objetivo, gerando como consequência a perda ao que deveria efetivamente ser sua essência.

Conforme afirma Ghon (2011), ao realizarem diagnósticos sobre a realidade social, os movimentos constroem propostas de ações coletivas agindo com resistência à exclusão. Em virtude da necessidade de muitos por uma habitação, aqueles organizados em prol da luta pela moradia são um dos que ganharam a partir da década de 1970 expressividade e força frente ao cenário nacional.

Neste contexto muitos são os movimentos sociais na luta pela moradia que merecem destaque pelas várias conquistas já alcançadas, entre os quais podemos citar a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a Central de Movimentos Sociais (CMP), o Movimento Sem Teto (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) (SALES, 2013, P.06).

Destes movimentos (figura 11), atuam em Manaus os ligados à União Nacional por Moradia Popular (UNMP), através do Movimento de mulheres por Moradia Orquídeas – MIMO; O Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN-AM); a Central de Movimentos Populares, que atua não apenas com as questões para a moradia; a Frente de Luta Pela Moradia representada pelo Movimento Sem Teto da Região Norte (MSTN) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

**Figura 11-** Logomarca dos principais Movimentos Sociais que atuam em Manaus



Fonte: Movimentos sociais, organizado por Tatiana Barbosa, fevereiro de 2017.

A União Nacional por Moradia Popular surgiu em 1989 e “se organiza a partir da base nos Estados, articulando movimentos populares de moradia, em suas diversas expressões – movimentos de sem-teto, cortiços, favelas, loteamentos, mutirões, ocupações – no Brasil” (Disponível em: < <http://www.unmp.org.br>> Acesso em: 09.jan.2017). Como mencionado, a UNMP em Manaus articula-se com o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídeas – MMMO.

O MMMO é composto por um grupo de mulheres trabalhadoras do bairro Santa Etelvina, localizado na zona Norte da capital amazonense, surgido no final dos anos 90 por um grupo organizado de mulheres com o intuito de acompanhar as vítimas de violência doméstica. Porém,

com o passar dos anos, percebeu-se que a falta de moradia constituía-se a principal causa de permanência das mulheres no ambiente violento, fazendo surgir em meados de 2002, o Movimento de Mulheres por Moradia Orquídea - MMMO, uma organização sem fins lucrativos que encampou a luta pelo direito a moradia digna. Suas ações pontuais na luta por moradia digna refletem-se, inicialmente, com a organização de ocupações nas comunidades da zona Norte da cidade de Manaus, principalmente, aquelas localizadas no bairro Santa Etelvina e adjacências como as ocupações Deus é Fiel, Bom Jardim e Portelinha. (SALES, 2013, p.07).

Este movimento ganhou reconhecimento em âmbito nacional se tornou a primeira entidade a ter assinado a modalidade de compra antecipada, para a aquisição do terreno, localizado no bairro Santa Etelvina, beneficiando 600 famílias pelo Programa Minha Casa Minha Vida Entidades – PMCMVE (Disponível em: < <http://www.unmp.org.br>> Acesso em 09.jan.2017).

Quanto ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia MNLM - AM, este visa reunir os setores populares para a luta pela Reforma Urbana que a partir dos anos 2000 passa a ganhar mais expressividade tendo em vista que o mesmo pretende, acima de tudo, ampliar a democratização no Brasil concedendo aos indivíduos a possibilidade de se perceberem enquanto cidadãos atuantes e necessitados de voz. Porém, embora mais expressivas a partir dos anos 2000, a Reforma Urbana no Brasil tem suas discussões iniciais a partir da década de 1960 sendo minimizadas com o período militar e reacendidas nas décadas seguintes, 70 e 80 com os movimentos populares que lutam por moradias a partir de suas demandas, neste caso, a luta pelo direito à moradia que está para além de conseguir uma casa tendo em vista que não basta morar, é necessário haver condições mínimas de habitabilidade.

Em se tratando da Central de Movimentos Populares, ele é “fruto de um processo social que se iniciou em plena ditadura militar. Ela foi moldada de forma coletiva e

participativa, em um processo histórico relativamente longo.” (Disponível em: <<http://www.cmp.org.br/a-cmp/historia>> Acesso em: 09.jan.2017). Esta Central acompanha não apenas a coletividade que clama por moradia, mas também é ligada às questões de negritude, LGBTT, mulheres, saúde, dentro outros.

A Frente de Luta Pela Moradia atua em Manaus por intermédio do Movimento Sem Teto da Região Norte (MSTN) com sede também na zona norte de Manaus atua diretamente na ocupação de terras na capital amazonense. O MSTN é um dos movimentos mais atuantes quanto a ocupação de terras na cidade. Dentre as grandes ocupações destacam-se as ocorridas no loteamento intitulado Rio Piorini (2002), hoje consolidado e já denominado bairro, Aliança com Deus (1999), Parque das Garças (2007), todas na zona norte de Manaus também consolidadas, e a ocupação já extinta, José Alencar no Tarumã na zona Oeste (2011) da capital amazonense, ocupação esta que resultou na condenação à prisão em regime fechado de seus líderes por danos ao meio ambiente frente à ocupação ao equivalente a 31 hectares ou 37 campos de futebol, durante quatro meses<sup>21</sup>.

Já o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto o MTST, ele não é um movimento de moradia, mas sim pela busca da moradia no viés da reforma urbana, em seu mais amplo sentido: o de propiciar condições de vida aos indivíduos. Portanto, segundo informação disponíveis no site da organização, O MTST tem o direito à moradia digna como bandeira central mas a mesma não é única: “o trabalhador que não tem acesso ao direito de morar dignamente – o sem teto – também não tem o direito à educação, ao atendimento de saúde, ao transporte coletivo, à infra-estrutura (*sic*) básica em seu bairro e a muitas outras necessidades” (Disponível em: <<http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>> Acesso em: 10.jan.2017).

Na ação concreta, como salienta Maricato (2000), todos esses movimentos adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e

---

<sup>21</sup> Fonte: pesquisa de campo realizada em junho de 2008 para o trabalho intitulado *Ocupações urbanas e a (re) produção das moradias populares em Manaus: estudos no bairro do Coroado e Loteamento Rio Pioni* pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Dados atualizados em dezembro de 2016 pela pesquisa em jornais. Fonte: *Jornal A Crítica de 06 de julho de 2016*.

internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet.

O interessante nesta nova forma de organização, é que se antes a junção dos indivíduos era possível em nível local, hoje, com a internet há um agrupamento maior das pessoas que se identificam com uma causa promovendo, inclusive, pressão maior sobre aqueles que os oprimem e exigindo, por vezes, práticas participativas junto às ações do Estado. Entretanto, dependendo da classe e da causa que lutam, o contato direto com as pessoas ainda é o meio mais eficiente, posto que nem todos os envolvidos estão conectados por esta organização digital.

Outro ponto recente e não menos interessante quanto as práticas participativas, refere-se a necessidade de institucionalização das suas ações, como se as mesmas sem isto não tivessem validade e/ou fossem menos importante por gerar, um certo controle social sobre o Estado, “o que se constitui uma experiência fundamental para o aprendizado dos movimentos, assim como também é importante, ampliar as conquistas por demandas sociais” (MARICATO, 2012, p.93).

Uns desses movimentos são os que lutam pela moradia. É possível identificar em âmbito virtual a sua organização, porém, é o contato direto com os integrantes do grupo que promovem na cidade as ações mais concretas. Ao se organizarem, portanto, uma ou mais pessoas são designadas pelo grupo para serem a voz do todo. É neste momento que a sedução promovida pela institucionalização da causa pode gerar problemas, afinal, MARICATO (2012) salienta que o Estado em sua complexidade tem um poder imenso de cooptação e mesmo de corrupção.

A esse respeito, é possível relacionar aos escritos de Pierre Bourdieu (1984). O autor esclarece que os socialmente excluídos embora tenham voz, parecem não ser vistos. Todavia, são eles quem delegam poderes aqueles que se disponibilizam a estabelecer representação para fazer valer os interesses e direitos de uma pessoa ou um grupo com a finalidade de retirar a “capa” de invisibilidade que os rodeia perante o poder público.

Para o autor, quanto mais despossuídas são as pessoas, sobretudo culturalmente, mais elas se veem obrigadas e inclinadas a confiar em mandatários para ter voz política. “De fato, os indivíduos em condição isolada, silenciosos, sem palavra, sem ter a capacidade nem o poder de se fazerem ouvir, de se fazerem entender, estão diante da alternativa de calar ou de ser falados” (BOURDIEU, 1984, p. 192).

Acontece que este poder conferido a alguns pode gerar falsa representação quando os delegados se envolvem pela sedução da institucionalização tendo em vista que em alguns casos os representantes deixam o coletivo de lado e passam a delegar em favor de si próprio por se sentirem parte do Estado. Essa situação é real a medida que o Estado, com a função de regular e controlar o espaço urbano, quando de seu interesse, estabelece ação intitulada de cooptação.

A cooptação dos líderes se configura como uma das estratégias mais eficazes, por exemplo, para controlar a ocupação de novas terras. Em alguns casos, o Estado chama estes representantes para trabalharem ao seu lado. Sendo eles porta voz dos demais, automaticamente exercem o controle sobre o grupo que fica sempre no aguardo de um posicionamento de seus líderes.

É por isso que as ocupações irregulares nem sempre se apresentam de maneira natural (TRINDADE, Jr, 1997) visto que elas são incentivadas por pessoas ou grupos que segundo o autor, tem de certa forma, algum interesse de se efetivar no poder mediante cargos políticos. Porém, se há déficit habitacional, as ocupações são de certa maneira a forma mais antiga de realizar protesto popular (GHON, 1991) com a finalidade de reivindicar por melhores condições de moradia, contra o alto custo de vida, dentre outros.

Raffestin (1993) faz referência à força da população que ao mesmo tempo em que é concebida como um recurso, por ser fundamental como mão de obra, é um elemento atuante constituindo-se como um entrave no chamado jogo racional e tem como trunfo reunir-se em forma de movimentos e assim reivindicarem o que acham que lhes são de direito. Assim, no âmbito da ocupação, talvez seja mais importante para os movimentos chamar a atenção para o déficit habitacional, pressionar o Estado por soluções do que conseguir um resultado de imediato (GOHN, 1991) já que Estado atribui importância aos seus cidadãos quando eles se tornam contribuintes.

Quanto às ocupações urbanas de Manaus de modo geral, algumas especificidades a compõe: a velocidade com que surgem, pois em sua maioria as ocupações são produzidas em menos de 24 horas, e sua organização. A estas características, faz-se a ressalva de que para surgirem em 24 horas, os movimentos agem alguns dias antes. Eles passam por bairros periféricos e convidam as pessoas. Muitas por residirem de aluguel e em casa de parentes, aderem ao chamado.

Então, em Manaus é comum ter o surgimento de ocupação numa velocidade impressionante. Os indivíduos por vezes vão a área que possuem cobertura vegetal,

desmatam, constroem barracos e por lá se alojam contando que a força do movimento atrelado ao impacto da sua causa, sejam suficientes para a consolidação da ocupação. Partindo desta interpretação, abre-se ramificação para refletir acerca do termo *ocupação espontânea*, comumente utilizado por alguns autores.

Os barracos (figuras 12 e 13) produzidos pelos indivíduos são inabitáveis, insalubres, desprovidos do mínimo de conforto e condições sanitárias. É possível viver espontaneamente nestas áreas? Ou se habita por necessidade? Não se está aqui querendo defender o processo de ocupação irregular de terras, a intenção é despertar a reflexão sobre a temática.

**Figura 12:** Manaus (AM): Modelos de barracos construídos em ocupação na zona Norte de Manaus no ano de 2003



Figura 12 – Ocupação rio Piorini. Foto: Tatiana Barbosa, 2003.

**Figura 13:** Manaus (AM): Modelos de barracos construídos em ocupação na zona Norte de Manaus no ano de 2003



Figura 13 – Ocupação rio Piorini. Foto: Tatiana Barbosa, 2003.

É importante destacar *a priori* que, a ocupação irregular de áreas nas cidades escapa ao planejamento do poder público e passa a ser regido pelos ocupantes que programam suas vidas e seu novo lugar de moradia sem as intervenções imediatas do Estado que, nesse caso, não determinam como e quem deve ocupar o espaço, ficando tal função restrita àqueles que estão à frente das ocupações.

Então, para os que não estão inseridos neste processo às ocupações se apresentam como desorganizadas, para aqueles que estão envolvidos, não. Os líderes elaboram um trabalho de planejamento da área que em alguns pontos não podem ser ocupadas, já que será destinada a construção da escola, igreja, quadra de esportes e até praças. Um fator interessante aqui, diz respeito à perspectiva de futuro do lugar, pois dado o processo de constituição da cidade mediante as ocupações urbanas, os novos ocupantes vão para as áreas com a convicção de que realmente alcançarão seus objetivos e, por sua vez, alterarão significativamente o urbano de Manaus.

Porém, esta convicção vem sendo substituída pelo medo da repressão estatal, pois Manaus, apesar de ainda sofrer interferências em seu espaço urbano por este processo, vem, paulatinamente a partir de 2010 recebendo a negativa do Estado que impetra a sua força sobre as ocupações impedindo que elas se consolidem. Entretanto, mesmo impetrando esta ação, o Estado não consegue conter de imediato os impactos, sobretudo ambientais oriundos sobre o urbano irregularmente ocupado.

### **3.4 Os impactos da produção irregular de moradias sobre o ambiente urbano: a questão ambiental**

O conhecimento sobre a questão ambiental e a percepção de sua importância são elementos indispensáveis para que os indivíduos trabalhem sobre o ambiente esforçando-se para não o danificar, em específico nas cidades, onde o espaço da natureza se transforma em habitat humano (OLIVEIRA & HERRMANN, 2001). A urbanização altera o ecossistema que, integrado com o todo promove reflexos para aqueles que o transformam (GONÇALVES & GUERRA, 2001). Sendo assim, ao se estabelecer o discurso de que a destruição dos fragmentos florestais da cidade de Manaus deve-se ter em mente que não são apenas os ocupantes de terra que os alteram, pois, a cidade não é feita apenas por eles.

Todavia, não se pode deixar de mencionar que o processo de ocupação de terras carrega em si duas características comuns a sua constituição: “a predação ambiental que é promovida por essa dinâmica de exclusão habitacional e assentamentos espontâneos e a escalada da violência, que pode ser medida pelo número de homicídios [...] presente nas grandes cidades” (MARICATO, 2011, p.162-163).

O primeiro fator, a degradação ambiental (figura 14) se apresenta de maneira mais agressiva na cidade, pois em Manaus, as novas áreas ocupadas tendem a gerar, primeiramente o desmatamento, queimadas, poluição do solo e por vezes, de mananciais de água. Dados apresentados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Manaus (SEMMAS) apontam que de janeiro de 2013 a outubro de 2015, 139 ocupações de terras foram detectadas em Manaus em Áreas de Preservação Permanente (APP).

A divulgação destas informações desperta ainda mais o sentimento de repulsa alimentado pelos produtores da cidade legal sobre os da cidade ilegal. Porém, pouco ou nada se discute é a relação entre aos residentes na cidade legal representados pelo capital imobiliário e a degradação ambiental, visto que em Manaus a cidade legal edifica prédios

residenciais e/ou comerciais a margem dos igarapés, desmatam fragmentos florestais, não respeitam a legislação ambiental e ainda assim conseguem a licença ambiental.

Em sua defesa, os que ocupam ilegalmente a cidade alegam que as áreas onde não há habitações servem como um atrativo para criminosos praticarem suas ações e ocupando as mesmas, estes riscos diminuem. Em contrapartida, estas ocupações por se instalarem em periferias bem afastadas do centro e com relativa dificuldade de acesso, também se tornam alvo de criminosos, é aí que visualizamos o segundo ponto destacado por Maricato (2011).

**Figura 14** – Manaus (AM): Aérea da degradação ambiental causada por ocupação irregular de terras em 2015 na área do Tarumã, zona Oeste da cidade



Foto: SSP-AM/Divulgação, outubro de 2015.

A produção das habitações mediante as ocupações está para além de sua mera realização. É fundamental ampliar o leque de análises para as relações estabelecidas entre os habitantes, o local de moradia e o restante da cidade, afinal é a prática social que pode ressaltar aos nossos olhos a relação entre os indivíduos e o seu espaço. E os moradores da cidade formalmente construída não reconhecem os ocupantes como agentes excluídos do

mercado imobiliário e essa ausência de reconhecimento em sua maioria também são propiciadas a partir da visão divulgada na imprensa.

Por certo, a lógica é que quem pode pagar por uma habitação ou lote nas condições impostas pelo mercado imobiliário, diferencia-se de quem não o pode fazer por obter a segurança em estar residindo numa propriedade que lhe pertença, situação esta que não ocorre com quem ocupa irregularmente, pois “quando os direitos de propriedade privada se fazem valer de novo, os moradores das áreas em questão são despejados, dramatizando a contradição entre a marginalidade econômica e a organização capitalista do uso do solo urbano” (SINGER, 1982, p. 34).

O fato é que para quem pode pagar pela casa ou terreno para construí-la, habita; já os que não dispõem das mesmas oportunidades habitam precariamente, pois essa população tende a buscar na cidade as áreas que melhor convém diante de sua situação econômica. Em contrapartida, a moradia precária se apresenta como a solução imediata para a resolução de seu problema, que é a ausência da habitação, mas isso não o exime de outra mazela: a precariedade de sua moradia que se consolidam em áreas que deveriam ser destinadas a função social que deveriam destinar terras ociosas para abrigar benefícios de interesse social, podendo ser destinadas à moradia, praças, quadras de esportes, centros comunitários e afins.

Não se pode deixar de mencionar também, que o Estado atuou intervindo no espaço urbano de Manaus após a implementação da zona franca na cidade através de políticas públicas voltadas para a moradia por meio da produção de conjuntos habitacionais. Portanto, é errôneo afirmar que há total omissão do Estado para com a política habitacional na capital amazonense.

### **3.5 As ações estatais voltadas para as moradias populares a partir da política nacional de habitação de 1964 a 2010**

Com a consolidação da industrialização no Brasil, o país se reconfigura metamorfoseando seu espaço cedendo lugar a produção de um urbano mais intenso. Por sua vez, embora na década de 1960, segundo o Censo do IBGE, a população rural (38.987.52 habitantes) ainda se apresentasse com maior número que a população urbana (32.004.817 habitantes), a conjuntura política e econômica do Brasil começara a dar indícios de que o peso da população urbana passara a ser maior que o da população rural.

Neste período foi criado o Sistema Financeiro de Habitação, voltado para a população que possuía baixa renda. O SFH contava com o Banco Nacional da Habitação (BNH), e se apresentou como a política habitacional disposta a amenizar à forte crise de moradia instaurada no Brasil em detrimento da sua rápida urbanização (BONDUKI, 2008). O BNH se encarregava de permitir por meio de financiamentos a aquisição da casa própria, bem como a construção de habitações de interesse social através da iniciativa privada estruturando o setor da construção civil habitacional favorecendo o mercado imobiliário.

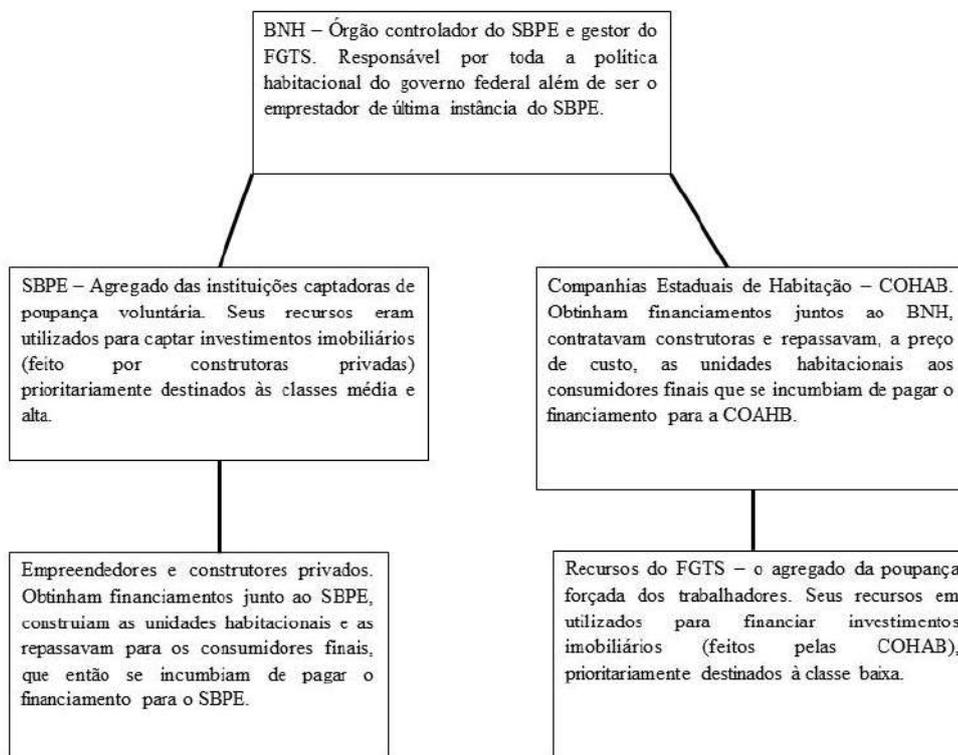
É óbvio que o investimento nas políticas sociais se apresenta como relevante, porém, o governo em momento algum deixou de mencionar a movimentação que a atividade econômica do país recebeu com a produção das habitações em nível de geração de emprego e renda para o proletariado (SANTOS, 1999).

Destaca-se também que a atuação do BNH estava para além dos financiamentos do setor habitacional. Junto ao programa almejava-se a promoção da equidade na distribuição dos recursos entre as regiões brasileiras, a erradicação das favelas, a injeção de investimentos no setor da construção civil, dentre outros (IBMEC, 1974).

Conforme esquematizou (figura 15) AGUIAR (2014) o BNH, acompanhou a conjuntura política e econômica do Brasil em momentos que vão desde a sua criação e consolidação do Sistema Financeiro da Habitação (1964-1980), passando, posteriormente a vivenciar um período de Desestruturação (1981-1985) marcado pela extinção do BNH que passou a ser incorporado à Caixa Econômica Federal em 1986. A década de 1990 é marcada pela tentativa de Reestruturação das políticas habitacionais que na prática, não viabilizaram a construção de moradias populares.

No momento da criação do programa, o governo militar adotou políticas populistas com vistas a amenizar o déficit habitacional brasileiro. Em decorrência do objetivo premente ser o fornecimento da habitação popular Aguiar (2014) esclarece que o governo trabalhou com a política de construir habitações (figura 16) usando o FGTS por intermédio das Companhias de Habitação (Cohab).

**Figura 15-** Esquema Reduzido do Funcionamento do Banco Nacional de Habitação - BNH

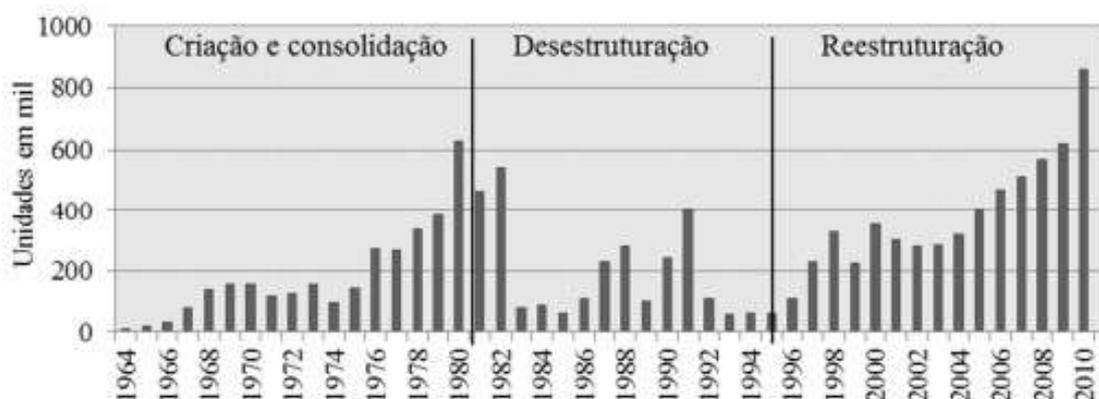


\*Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE)

Reproduzido de: SANTOS, Cláudio Hamilton M. *Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998*. Brasília, julho de 1999.

Ao facilitar o uso do FGTS o governo permitiu que os juros do Fundo de Garantia acompanhassem a renda do trabalhador. Assim, quanto mais alta a renda, mais se pagava para os mutuários. Esta ação do governo tenderia a gerir um mecanismo de subsídio autossustentado, com o mínimo possível de interferência do governo, algo que posteriormente passaria a ser inviável para o governo, pois, “com o tempo, os recursos do FGTS passaram a ser direcionados apenas à classe média, principalmente devido ao enorme risco de inadimplência representado pelas classes mais baixas” (p.30).

**Figura 16** - Unidades habitacionais financiadas – FGTS e SBPE: 1964 a 2010



Fonte: Reproduzido de AGUIAR, Marina Moreira de. A elevação dos preços dos imóveis no Brasil de 2002 a 2013: uma abordagem teórica, histórica e econométrica, 2014. Dissertação de Mestrado, adaptado por BARBOSA, 2017.

O cenário político e econômico do país começara a se desenhar no fim da década de 70 e início dos anos 80, marcada no período da história brasileira como a década perdida. Para Bonduki (2008), a crise se instala com o modelo econômico implementado pelo regime militar, gerando forte recessão com períodos altos de inflação gerando, como consequência, o desemprego e a diminuição dos salários dos trabalhadores. Obviamente, o SFH sentiu as dificuldades econômicas do Brasil e como consequência houve redução da sua capacidade de investimento, em função da redução dos saldos do FGTS e da poupança e do aumento muito maior do número de mutuários inadimplentes, gerando a desestruturação do programa.

Apesar do fim do governo militar, em 1985, o BHN por decisões políticas não foi reconfigurado e segundo Bonduki (2008) o programa passou a ser rejeitado, odiado em todo o país. Com a extinção do BNH, Aguiar (2014), esclarece houve o emprego de algumas políticas habitacionais voltadas para a habitação popular “os chamados *programas alternativos* de apoio à autoconstrução, sem passar pelos entraves do SFH.” (p.44).

O Presidente da república José Sarney criou o Programa Nacional de Mutirões (1986) das quais um terço das construções financiadas deixarem de ser construídas (AGUIAR, 2014); Fernando Collor (1990-1992) não mudou a situação frente a política de produção de habitação popular reforçando o não compromisso com a resolução do problema e piorando a situação habitacional do Brasil ao tomar decisões políticas erradas. O fato é que governo Collor em

1990 paralisou os financiamentos com recursos do FGTS entre 1991 e 1995 (BONDUKI, 2008).

Posterior ao Collor, o Presidente Itamar Franco (1993-1994) ao gerir o país manteve a postura de permitir transparência do controle social da gestão dos programas de habitação popular, ação considerada positiva. “Não obstante, a grande contribuição de longo prazo do governo Itamar foi a estabilidade de preços permitida pelo Plano Real – lançado em 1994. Com a inflação sob controle, foi possível avançar as discussões para mudanças significativas no mercado de crédito imobiliário.” (AGUIAR, 2014, p.46). Porém, o que tenderia a ser o recomeço das políticas habitacionais, continuaram travadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994- 2002) em função do contexto macroeconômico do qual o país ficou a mercê por parte do Fundo Monetário Internacional - FMI.

Foi, porém, com início do Governo Lula (2003-2010) que as políticas habitacionais ganharam novo fôlego. Sua gestão foi marcada pela criação do Ministério das Cidades (2003) com a finalidade de auxiliar nas políticas nacionais de desenvolvimento urbano. Durante a gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva o Governo lançou em março de 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida, (MCMV) considerado a maior iniciativa de acesso à casa própria já criada no Brasil que atende o trabalhador que recebe 04 tipos diferenciados de renda<sup>22</sup>. Os dados do Governo Federal apontam que já houve um investimento de R\$ 294,494 bilhões, 4.219,366 unidades contratadas e 2.632.953 entregues<sup>23</sup>.

Panorama geral traçado, qual a situação de Manaus mediante a Política Nacional de Habitação?

### **3.6 Planejando a reprodução social do espaço urbano de Manaus nas décadas de 1960 a 1990**

O acelerado crescimento populacional de Manaus trouxe, como consequência óbvia, a expansão do espaço urbano da cidade. Aqueles que em Manaus chegavam buscavam um lugar

---

<sup>22</sup> Faixa 01 renda mensal bruta de até R\$ 1.800,00; Faixa 1,5 destinado a famílias com renda até R\$ 2.350,00; Faixa 2 renda entre R\$ 2.351,00 e 3.600,00 e Faixa 3 com renda bruta mensal acima de R\$ 3.600,00 e até R\$ 6.500,00 (Disponível em: < <http://www.minhacasaminhavid.gov.br/sobre-o-programa.html>> Acesso em 28.fev.2017.

<sup>23</sup> Dados disponíveis em: < <http://www.minhacasaminhavid.gov.br/resultados-do-programa.html>> Acesso em 28.fev.2017)

para morar. Mas nem só de ocupações ilegais urbanas se constitui a capital amazonense, pois a cidade incorpora-se à política nacional brasileira criada no ano de 1964, no governo de Castelo Branco, o então prefeito de Manaus Arthur Reis passa a planejar algumas áreas a serem destinadas a produção de moradias, para abrigar, a princípio, os moradores da cidade flutuante.

Em Manaus, o BNH atuou com dois programas importantes: o PROMORAR, criado em 1982, destinado inserção de urbanismo e de equipamentos de uso coletivo nas áreas periféricas, no caso de Manaus algumas ocupações urbanas foram contempladas e, por conseguinte, legitimadas pelo Estado; e o Programa COHAB em 1966 posteriormente denominado de SUHAB – Superintendência Estadual de Habitação, instituição responsável pela política habitacional no Estado destinado a construir casas em conjuntos habitacionais (COSTA & OLIVEIRA, 2007).

Neste período (1968), surge com 134 casas o Conjunto Costa e Silva produzido no bairro da Raiz, Zona Sul da capital amazonense. O conjunto não foi destinado aos moradores das casas flutuantes como mera substituição de suas residências. Para adquiri-las era necessário participar do sorteio e com as chaves das casas, receberam um carnê com 268 prestações, o que permitiu, por sua vez, que muitos abandonassem as habitações por falta de condições de pagamento (SALAZAR, 1985).

Quanto as áreas destinadas a produção das residências implementadas pelo COHAB, as mesmas eram de periferia, área que deve ser entendida como aquela distante da área central e desprovida, no caso de Manaus, não apenas de urbanismo, mas também, de urbanização promovendo assim, a expansão da área urbana da capital amazonense. Oliveira (2013) ao se referir as moradias produzidas com financiamento do BNH destaca que o mesmo construiu moradias não apenas na Capital Manaus, mas também nos municípios de Itacoatiara, Parintins, Benjamin Constant e Manacapuru (tabela 04).

**Tabela 04** - Conjuntos Habitacionais construídos pelo BNH no Estado do Amazonas

<b>Município /Conjunto</b>	<b>Ano de Entrega</b>	<b>Unidades Construídas</b>
Itacoatiara /Iraci	1969	150
Parintins/Vitória Régia	1969	192
Benjamin Constant / Umarizal	1969	80
Manacapuru/ Alberto Ventura	1974	66
Itacoatiara /Conjunto Novo Horizonte	1987	200

Fonte: Superintendência de Habitação (2012). Reproduzido de OLIVEIRA. L. K. de M. *A ( Re) produção do espaço urbano e habitação popular de Itacoatiara – AM*. Manaus, 2013. Dissertação de Mestrado.

Como parte do planejamento de políticas habitacionais no Brasil, Manaus recebe de 1967 a 1990 14.450 (quatorze mil quatrocentos e cinquenta) unidades habitacionais distribuídas por 15 (quinze) conjuntos habitacionais (tabela 05). Destas unidades habitacionais, o Conjunto de Flores (1967) era o mais afastado da área central, cerca de 7km em linha reta, e foi produzido para abrigar moradores retirados da cidade flutuante. Assim, “os conjuntos passam a ocupar áreas cada vez mais distantes do centro da cidade, o que implica em onerar os custos de infra-estrutura (*sic*) e valorizar as terras circunvizinhas, antes abandonadas.” (SALAZAR, 1985, p. 164).

Essa produção afastada seguiu a lógica Estatal de regulação do espaço urbano visando beneficiar os promotores imobiliários, pois, não é o fato de o local de moradia encontrar-se distante do centro que o inviabiliza para a instalação de habitações. Ao contrário, conforme o Estado vai agindo, os promotores imobiliários vão deixando as terras ociosas aguardando a valorização para assim, obterem valores que julguem satisfatórios, para então, produzirem algo sobre a terra.

**Tabela 05** – Conjuntos Habitacionais produzidos em Manaus, de 1967 a 1990

<b>Conjuntos</b>	<b>Unidades</b>	<b>Ano de Entrega</b>
Flores I	306	1967
Costa e Silva (Raiz)	362	1968
Castelo Branco I ( Parque 10)	1.303	1969
31 de Março I ( Japiim I)	1000	1971
31 de Março II ( Japiim II)	1000	1973
Ajuricaba I	1000	1976
Flores II	30	1976
31 de Março – 2ª etapa	127	1977
Ajuricaba II	127	1977
Castelo Branco II (Pq. 10)	391	1977
Cidade Nova I	1800	1982
Cidade Nova II	3.839	1985
Cidade Nova III	750	1986
Cidade Nova IV	1.215	1988
Cidade Nova V	1.200	1990
<b>Total de Unidades</b>	<b>14.450 casas</b>	

Fonte: SUHABAM- AM Superintendência Estadual de Habitação, 2006. Reproduzido de COSTA. D. P. da; OLIVEIRA, J. A. de. *Conjuntos Habitacionais e a Expansão urbana de Manaus filigramas do processo de construção urbana e o papel das políticas habitacionais*, UFC 2007.

Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e o problema do acesso a terra e à habitação se acentua, pois, as áreas especuladas posteriormente só poderão ser utilizadas pelos indivíduos que dispõem de recursos financeiros equivalentes a valorização da área que acontecerá tão logo o Estado introduza equipamentos de uso coletivo, ele expulsa os excluídos do mercado imobiliário para áreas condizentes as suas possibilidades.

Nessa perspectiva, os promotores imobiliários, segundo Ribeiro & Pechman (1985), ao construírem novas habitações, seguem a lógica especulativa que se traduz na busca de estratégias que permitam a venda pelo preço mais alto possível, como forma de elevar a rentabilidade do investimento. Não obstante, o Estado se apresenta como o único agente capaz de intervir e amenizar a situação da falta e/ou precariedade de moradias por meio do subsídio/financiamentos de lotes e casas populares e, uma vez que o Estado age regulando a produção do espaço urbano, não é complicado entender que ao produzir moradias em áreas longínquas do centro, ele promove, conseqüentemente, suas ações mediante seus interesse que, em sua maioria, não são os mesmos dos habitantes da cidade.

Seguindo essa lógica, após a implantação do Conjunto de Flores I, Manaus recebe em 1968 na zona Centro- Sul, no bairro Parque 10 de novembro, o Conjunto Castelo Branco a 5,6Km do centro, cuja denominação é pertinente ao momento vivenciado pelo país e “a construção do conjunto ensejou o processo de valorização urbana” em Manaus (COSTA & OLIVEIRA, 2007, p.40).

Com sua implementação, veio o urbanismo desta área de Manaus que, se antes era frequentada pela população como área de lazer, por possuir o balneário do Parque 10 construído sobre o leito e margens do Igarapé do Mindu, posteriormente o local transformar-se-ia em área residencial com população predominantemente sendo de classe média a alta. A explicação pela área ter se constituído por estes padrões concerne ao fato de que por se tratar, até então, de área longínqua de um dos principais setores de empregos na capital, o Distrito Industrial, a mesma finda não propiciando atratividade para população de baixa renda, por sua vez, principal fonte de mão-de-obra do Distrito.

Este fato causou reflexos no espaço urbano de Manaus à medida que esta parcela da população, para além de se instalar em Manaus mesmo ao adquirirem um emprego eram tidos como excluídos na cidade, por não possuírem renda suficiente para serem contemplados com as medidas adotadas pelo BNH, para aquisição de suas moradias posto que os critérios para os indivíduos se enquadrarem eram

típicos do regime militar – eram rígidos e centralizados, impermeáveis à incorporação das práticas desenvolvidas pela população para enfrentar, a custos mais baixos, o problema da habitação, podendo ser assim caracterizados: administração autoritária; inexistência de participação na concepção dos programas e projetos; falta de controle social na gestão dos recursos; adoção da casa própria como única forma de acesso à moradia; ausência de estratégias para incorporar a processos alternativos de produção da moradia, como a autoconstrução, nos programas públicos (BONDUKI, Nabil, 2008, 74).

Este engessamento nos pressupostos adotados para a gestão do BNH também causou reflexos em Manaus. O conjunto 31 de março a 5,0 km em linha reta do centro, é um exemplo disso. Com sua primeira etapa construída no ano de 1971, na zona centro Sul de Manaus, como destaca COSTA & OLIVEIRA (2007), o conjunto propiciou o surgimento do bairro do Japiim com um, porém: “ao contrário do Parque 10, o entorno desse conjunto foi tomado por ocupações espontâneas.” (p.40) posto que, a partir do momento em que se criam novos conjuntos habitacionais e com eles o Estado dota o espaço urbano de equipamentos de uso

coletivo, a população que ficou a margem do usufruto das habitações financiadas pelo BNH passou a ocupar o entorno das mesmas por já terem a possibilidade de reproduzirem-se nestas áreas possuidoras de relativa infraestrutura.

Estas ocupações ao redor do Conjunto 31 de Março, ocorrem a medida que ele é próximo do Distrito Industrial e parcela significativa da classe trabalhadora que abastecia o Distrito estava à margem do atendimento da política habitacional promovida pelo BNH que utilizava “apenas recursos retornáveis, sem contar com qualquer fonte de subsídios e adotando critérios de financiamento bancários” (BONDUKI, 2008, p. 74), com isso excluindo parcela da população que não se enquadrava nos critérios impostos pelas instituições bancárias.

No mesmo período, segundo COSTA & OLIVEIRA (2007), teve a construção do Conjunto Ajuricaba, em 1976, distante 8km em linha reta da área central de Manaus, na zona Centro-Oeste, que segundo os autores, o conjunto pode ser caracterizado como intermediário entre o conjunto Costa e Silva e o Parque 10 de novembro.

A partir de 1976, com a atuação da SHAM, foi iniciada uma mobilização no sentido de melhorar as condições de infra-estruturais (*sic*) dos conjuntos existentes. Passou-se então as obras de pavimentação, melhoria e implantação da rede de esgoto, construção dos centros sociais, mini-mercados (*sic*), delegacias de polícia, quadras de esporte, etc (SALAZAR, 1985, p.164).

Estes melhoramentos urbanísticos tornaram-se ímãs para a parcela da população que não conseguia adquirir suas residências por meio da compra e financiamentos. Assim Costa & Oliveira (2007) mencionam que a infraestrutura inserida na área possibilitou a instalação de outros conjuntos habitacionais populares, bem como, diversas ocupações irregulares. Quanto aos conjuntos, o mercado imobiliário aproveitou as áreas ociosas que, segundo Salazar (1985), interferiu nas mesmas ampliando o Conjunto Flores em mais 30 casas, Ajuricaba em 127, Castelo Branco em 291 e por fim, o Conjunto 31 de Março em 314 residências totalizando mais 762 casas produzidas e destinadas a parcela solvável (aquele que podia pagar) da população.

De 1980 a 1990 o Estado promoveu intervenções na expansão do urbano de Manaus na zona Norte construindo o conjunto Nova Cidade. Esta nova produção de moradias populares propicia mudanças estruturais neste setor da cidade, não apenas pela quantidade de novas habitações, mas principalmente porque em seu entorno instalaram-se outros projetos habitacionais populares.

Estas unidades habitacionais eram apenas o início da produção da zona Norte da cidade que recebeu de 1992 a 1994 mais 10 Conjuntos Habitacionais totalizando 4.236 casas (ver tabela 06) e, a partir de 2001 tem o Estado atuando novamente, dessa vez com a construção do “Conjunto Nova Cidade, onde, até o final de 2006, foram entregues 9.220 habitações” (COSTA&OLIVEIRA, 2007, P.43).

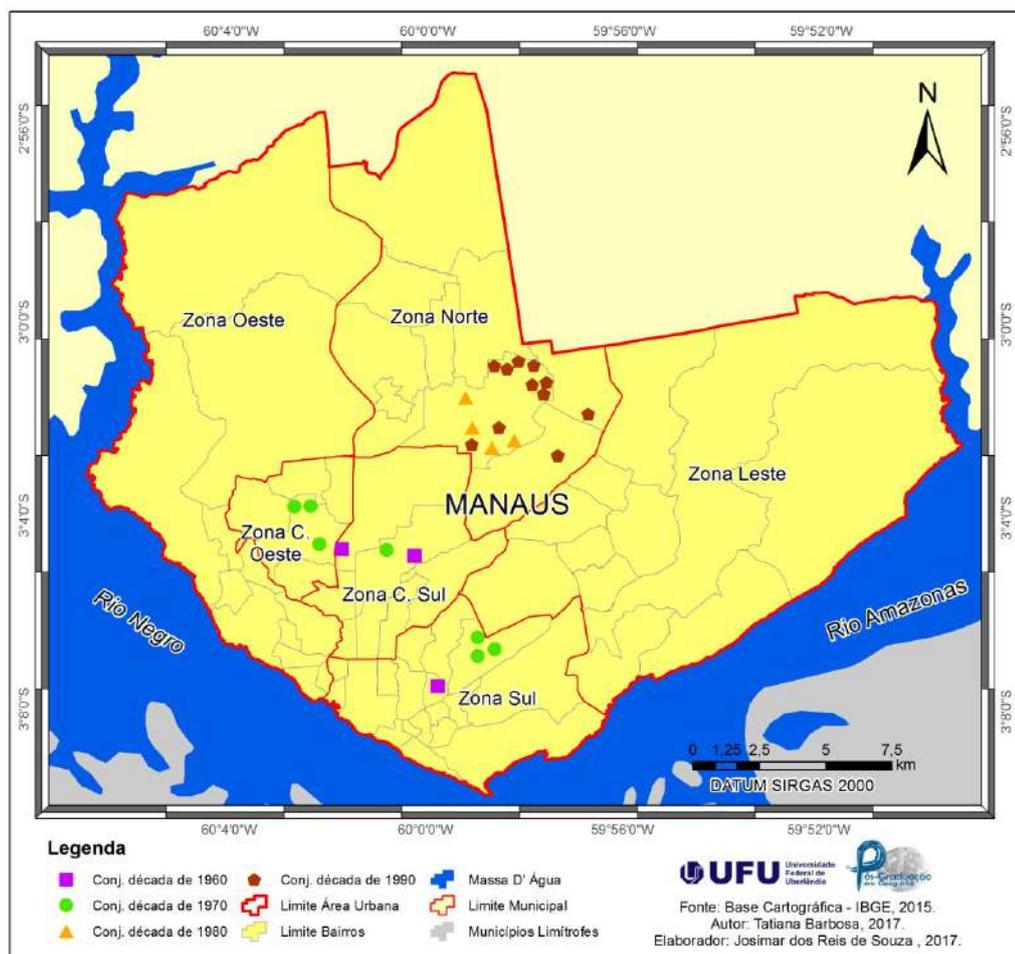
**Tabela 06** – Conjuntos Habitacionais produzidos de 1992 a 1994

<b>Conjuntos</b>	<b>Unidades Construídas</b>	<b>Ano de Entrega</b>
Oswaldo Frota I	500	1992
Oswaldo Frota II	250	1992
Amadeu Soares Botelho	400	1992
Américo Medeiros	500	1992
Jardim Canaranas	500	1992
Francisca Mendes II 3ª etapa	500	1993
Francisca Mendes II 4ª etapa	500	1993
Sérgio Pessoa Neto	500	1993
Boas Novas	500	1993
Vila Nova	276	1994
<b>Total</b>	<b>4.236</b>	

Fonte: SUHABAM- AM Superintendência Estadual de Habitação, 2006. Reproduzido de COSTA. D. P. da; OLIVEIRA, J. A. de. *Conjuntos Habitacionais e a Expansão urbana de Manaus filigramas do processo de construção urbana e o papel das políticas habitacionais*, UFC 2007.

A produção da cidade para o Norte possibilitou para muitos a chance de conquistar sua moradia, seja por meio do financiamento de suas casas (mapa 04) ou da ocupação das áreas ao entorno destes conjuntos. Os dados do IBGE (2010) apontam que a área atualmente é a mais populosa de Manaus por contar com 501.055 habitantes estando desse total, 121.135 residindo no Conjunto Cidade Nova. Entretanto, um dado interessante concerne ao fato de que mesmo tendo um número expressivo de habitantes, o bairro apresentou queda de 37,4%, ou seja, o bairro perdeu mais 72 mil habitantes ao longo de dez anos.

**Mapa 04 - Manaus (AM): - Espacialização dos Conjuntos Habitacionais produzidos de 1960 a 1990**



Fonte: autora a partir da base cartográfica – IBGE, 2015.

Ao se realizar a leitura quanto ao planejamento da cidade pelo Estado, frente a produção de moradias a partir dos conjuntos habitacionais, tem-se como análises reflexivas que o planejamento foi direcionado exclusivamente para a parcela da população que possuía condições de adquirir as habitações por meio do financiamento das mesmas restando àqueles que não se enquadravam nessa situação, residir aos arredores dos conjuntos, sejam em áreas de encostas, igarapés e até fundo de vales.

A essa população, os planejadores não possibilitaram outra alternativa. A eles restou morar em casas por vezes improvisadas e insalubres. Habitações que foram construídas à margem da produção formal do mercado imobiliário, como se os habitantes não fizessem parte da cidade e dela não possuíssem direitos. Todavia, em termos de produção do urbano de Manaus, se, a zona Norte da cidade tem sua expansão a partir do planejamento estatal via produção de conjuntos

habitacionais, a segunda maior zona da cidade em questões populacionais, a Leste, não segue a lógica da primeira.

O vetor de expansão da Zona Leste da cidade foi em 1970 com a ocupação de terras da Universidade Federal do Amazonas onde, após resistência inicial, teve posteriormente o Estado intervindo na área com o fornecimento de equipamentos de consumo coletivo. Mediante o ocorrido, parte-se do princípio que o Estado foi permissivo com as ocupações em Manaus por entender que as mesmas minimizaram a responsabilidade do Estado em prover moradias sociais e, por conseguinte, dinamizaram a produção capitalista do espaço urbano.

Partindo deste pressuposto, entende-se que na zona Leste de Manaus, as ocupações irregulares transformaram-se no elo central da produção e reprodução da cidade de Manaus, cujas transformações mais importantes foram norteadas pelos socialmente excluídos que almejavam a construção de sua habitação dinamizando o Leste da capital amazonense conferindo a ele importância econômica, política e social. É o que veremos a seguir.

#### **4. AS OCUPAÇÕES URBANAS IRREGULARES DE 1970 A 2010 COMO VETOR DA (RE) PRODUÇÃO DA ZONA LESTE DA CIDADE DE MANAUS**

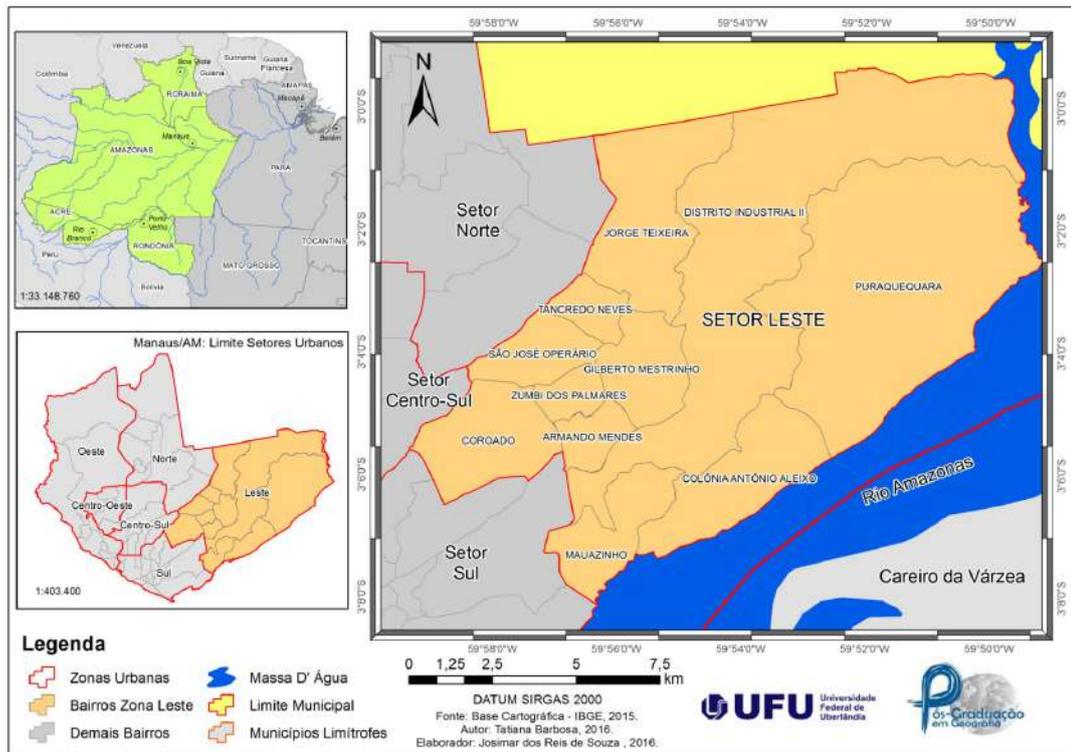
A capital amazonense por meio da Lei de N. 287 de 23 de maio de 1995 teve seus bairros delimitados e foi a partir da promulgação desta lei, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística redefinindo seus setores censitários direcionando o censo demográfico para os bairros que totalizavam 56 (cinquenta e seis). Após 15 (quinze anos) a Prefeitura de Manaus publicou no Diário Oficial do Município a LEI Nº 1.401, em 14 de Janeiro de 2010 dispondo sobre nova divisão dos bairros estabelecendo, portanto, outros limites a alguns, resultando com a medida, na criação de mais 07 bairros.

Com a promulgação desta Lei, Manaus que contém segundo estimativas do IBGE (2016) 2.094.391 habitantes distribuídos em 06 Zonas Administrativas (Norte, Sul, Centro-Sul, Leste, Oeste e Centro-Oeste) tendo a Leste com população estimada em 447.946 habitantes, segunda maior área habitada de Manaus, como a área delimitada deste estudo compreendida pelos bairros Armando Mendes, Colônia Antônio Aleixo, Coroado, Distrito Industrial II, Gilberto Mestrinho Jorge Teixeira, Mauazinho, Puraquequara, São José Operário, Tancredo Neves e Zumbi dos Palmares (mapa 05).

O estudo em questão optou por trabalhar com a delimitação oficial da zona Leste estabelecida pelo município e justifica-se por entender que esta área da cidade diferencia-se, conforme destacado no capítulo anterior, das demais zonas administrativas frente ao seu processo de produção direcionado quase em sua totalidade pelos agentes sociais excluídos posto que a Zona Leste possui como fator propulsor de desenvolvimento, a ocupação de terras urbanas por famílias que almejavam conquistar sua casa própria.

Isto não implica dizer que as demais Zonas da cidade não tenham em sua configuração processos de ocupação de terras, ao contrário, as ocupações fazem parte da história de produção de Manaus com ênfase nas ações do Estado, que se antecipa a elas, seja por meio da construção de habitações via conjuntos habitacionais, ou simplesmente pela viabilização de infraestrutura para beneficiar os proprietários dos meios de produção, estimulando a produção do espaço urbano de Manaus nos demais setores da cidade.

**Mapa 05 – Manaus (AM): Zona Leste, delimitação da área de Estudo, 2017**



Fonte: autora a partir da base cartográfica – IBGE, 2015.

Outro fator que motivou a realização deste trabalho diz respeito ao estudo elaborado nos anos de 2007 a 2009 sobre o bairro do Coroado, ocupado irregularmente no ano de 1971 nas terras<sup>24</sup> pertencentes à Universidade Federal do Amazonas. Esta ocupação, apesar de não ter sido a pioneira na área estudada, se configura como o marco da expansão da zona Leste haja vista que o desbravamento da mesma ocorreu de forma pontual, mas não desarticulada, pois os seus primeiros produtores mantinham relações com o núcleo urbano de Manaus. Para melhor entender, faz-se necessário explicitar tais especificidades.

#### **4.1 A (re) produção promovida pelos socialmente excluídos: a Zona Leste de Manaus e sua formação primeira**

A Zona Leste de Manaus é descrita pela prefeitura de Manaus através do DECRETO Nº 2924, DE 07 DE AGOSTO DE 1995 (Publicado no Diário Oficial nº28.253 Ano CI de 10 de agosto de 1995) como sendo

<sup>24</sup> A área possui 6,7 milhões de KM<sup>2</sup> sendo o terceiro maior fragmento verde em área urbana do mundo e o primeiro do País – Disponível em: < <http://www.ufam.edu.br/historia-da-ugm>> Acesso em: 01.mar.2017.

zona caracterizada por invasões, evidenciando-se como a mais pobre da cidade. Seus graves problemas infra-estruturais (*sic*) somam-se ao pauperismo daquela população, tornando o quadro geral com diagnóstico bastante delicado, com solução lenta e onerosa, e que tem sido alvo de intervenção permanente por parte do governo e concessionárias prestadoras de serviços públicos, a fim de estender àquela demanda os serviços urbanos básicos.

A princípio, esta área da cidade tinha como seu construído e vivido até o do ano de 1970, a Vila de Puraquequara (1920) hoje denominada de bairro; Os pavilhões para abrigar seringueiros (1930), atual Bairro Colônia Antônio Aleixo; a Universidade do Amazonas, hoje Universidade Federal do Amazonas – UFAM (1968) e a área de seringal nas áreas próximas ao rio Mauá, configurando-se no bairro Mauazinho (1968) e a Escola Agrícola, nos dias que correm, intitulada de Instituto Federal do Amazonas – IFAM - Campos Leste (1972) (mapa 06).

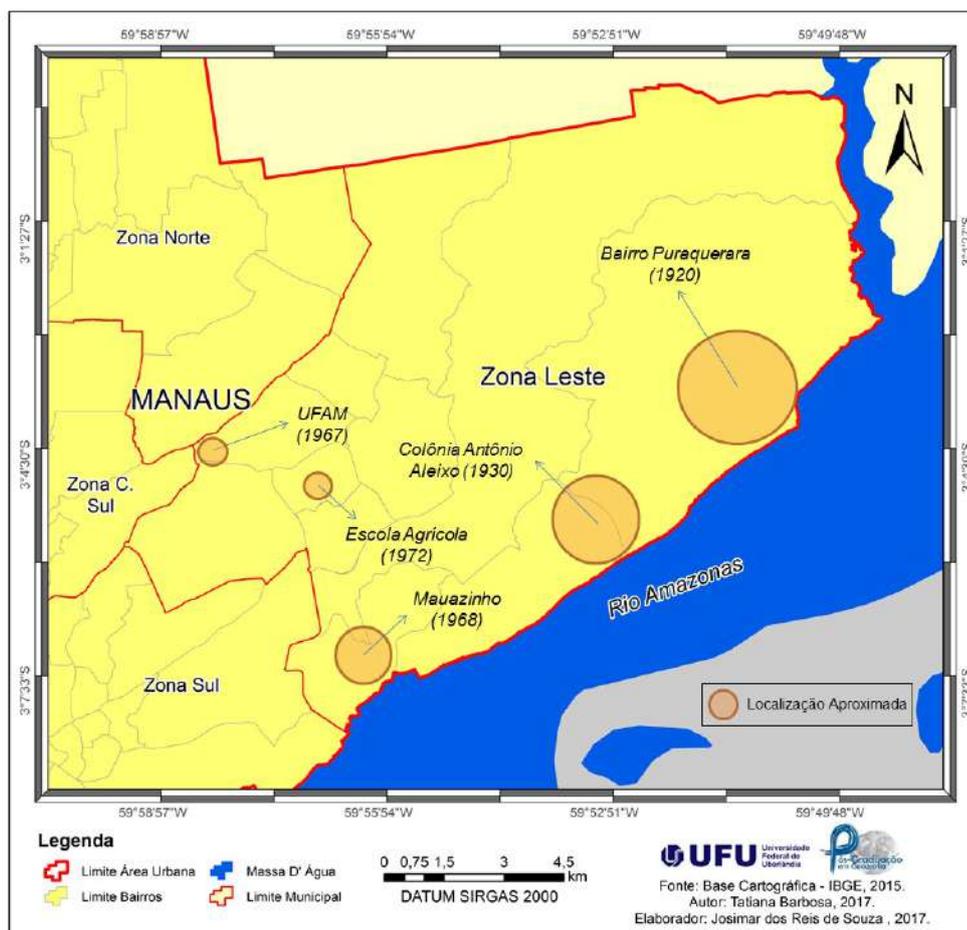
O Puraquequara, região de lagos e florestas localizado no extremo Leste de Manaus compõe de acordo com a seção II da área urbana de Manaus disposta pela Prefeitura a partir da Lei N. 1838 de 16 de janeiro de 2014, o setor urbano 08 com unidade de uso diversificado, de ocupação horizontal e densidade baixa, compatível com o relevo acidentado e a significativa presença de áreas de proteção ambiental e de habitação de interesse social está às margens do rio Amazonas, com gênese mediante pequena vila às margens do referido rio.

O setor 08 está aproximadamente a 35 km em linha reta do centro da capital sendo formado por 23 comunidades (SILVA, 2008) que cresceu ao redor do lago de mesmo nome do bairro. Embora a sua gênese esteja datada em 1920, na área há o cemitério Santa Joana com apenas 01 quadra de 4.875m<sup>2</sup> com registros no ano de 1870 (DUARTE, 2009) um dos mais antigos de Manaus.

A literatura descreve que as primeiras habitações do lugar foram produzidas em 1920 por ribeirinhos pessoas advinham de comunidades próximas à região e que optaram por habitar o *beiradão do Amazonas* (FERRAZ, 1998), termo utilizado pelos amazônidas que residem às margens do rio. Silva, por sua vez, (2008) relata que a ocupação tem como agentes sociais os ribeirinhos que trabalharam com a extração do látex e advinham das calhas dos rios Madeira, Purus e Juruá formando então pequena comunidade com denominação atrelada ao lago com o mesmo nome do bairro que o banha, que, por sua vez, remete-nos a relação do homem com este ambiente natural (habitado por grande quantidade de peixe poraquê), com a natureza sendo fonte de vida, de trabalho, de subsistência ( COELHO, 2006). Em relação ao

nome do lago, ele faz referência a existência poraquê, peixe capaz que libera descarga elétrica.

**Mapa 06** – Manaus (AM): localização aproximada das áreas e instituições produzidas na zona Leste até 1972



Fonte: autora a partir da base cartográfica – IBGE, 2015.

Ao ser produzida, a área não era acessível por estradas sendo o rio o entre as pessoas que residiam na área e a cidade (SILVA, 2008). O bairro passa a ter maior implementação de infraestrutura a partir de 1970 e a “personagem” que ajudou na sua reprodução é a irmã Gabriele. Porém, apenas a partir da década de 1990 a ligação entre a comunidade e o restante da cidade deixa de ser apenas o rio, mas também, a estrada que vem ser asfaltada em 1996. A partir deste momento, a reprodução do Puraquequara ganha novas dinâmicas.

Em sua publicação sobre o bairro do Puraquequara Silva (2008), aponta a estrada (figura 17) como fator impulsionador para o crescimento da Vila que até então tinha sua

população aumentada apenas em decorrência do nascimento dos filhos dos residentes da comunidade. Porém, a partir de 1994, inicia-se o processo de ocupação de terras na área hoje compreendida pela comunidade Bela Vista. O processo de ocupação foi conflituoso e durou o equivalente há três anos. Tempo em que o prefeito a época, Alfredo Nascimento comprou o terreno fragmentando-o em 180 lotes dos quais foram distribuídos pelos ocupantes.

Um dos momentos mais interessantes na constituição do Puraquequara foi protagonizado exatamente pelos moradores que residiam na área antes da ocupação, pois eles foram avessos ao loteamento e tentaram ser ouvidos pelo poder municipal, que, não atendeu as reivindicações dos primeiros moradores, e com o intuito de amenizar os conflitos, fíndou cedendo lotes para algumas destas famílias que não possuíam, por morarem com parentes, casa própria. A ação da prefeitura não se limitou a fornecer os lotes. Eles também cederam material para a construção das casas, bem como, transporte para as famílias se locomoverem e assim produzirem suas casas.

**Figura 17-** Construção da estrada do Puraquequara em 1990 interligando a área por vias terrestres à Manaus



Foto: Corrêa Lima/Acervo: Jorge Bastos de Oliveira/DER- AM. Fonte: Instituto Durango Duarte. Disponível em: < <http://idd.org.br/acervo/acao-ao-puraquequara/>> Acesso em 02.Mar. 2017

De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, o Puraquequara conta com 5.856 habitantes, abriga uma das maiores unidades prisionais da capital instalada na área por a

mesma ter relativa distância com o aglomerado urbano da cidade sendo a sua construção motivo de alívio para uns e de angústia para os habitantes da comunidade Bela Vista, distante apenas 2km do presídio.

O bairro possui área florestal que se integra pelo rio Puraquequara à Área de Proteção Ambiental Adolfo Ducke localizada na zona Norte de Manaus. Em decorrência da riqueza ambiental existente atrai não apenas turistas, mas a população da cidade que buscam nas comunidades pertencentes ao Puraquequara o contato direto com a natureza (figura 18).

**Figura 18** – Manaus (AM): vista parcial da comunidade Bela Vista pertencente ao bairro de Puraquequara



Foto: Raimundo Valentim, novembro de 2012.

Entre o rural e o urbano, com comunidades ribeirinhas (*ribeirinhos urbanos*) (Coelho, 2008) enraizadas na Amazônia, o Puraquequara é um dos muitos contrastes desta Amazônia urbana. O bairro depara-se com diversidade urbana intrínseca a região amazônica impossível de ser analisada com um olhar universalizante por conter especificidades que não ecoam (OLIVEIRA, 2006), não perdeu seus traços ribeirinhos, emaranhou-se no urbano de Manaus e se faz presente como parte do todo ajudando a compor a cidade na selva.

Nos anos seguintes, distante há 32 km do centro da cidade de Manaus (RIBEIRO, 2011) em 1930 o Governo produziu 16 pavilhões em forma de Colônia no lugar onde hoje se encontra o Bairro Colônia Antônio Aleixo para abrigar os migrantes do nordeste que

chegavam à Manaus com o objetivo de reavivar os seringais da borracha (FONSECA, 1950; BENCHIMOL, 1999; OLIVEIRA, 2003; RIBEIRO 2011), projeto que ganhara força na Amazônia a partir dos *Acordos de Washington*<sup>25</sup> que efetivamente deram origem a tentativa de retomada da produção gomífera com a *Batalha da Borracha* (assim denominada por abastecer aos EUA durante a 2ª. Guerra Mundial) refletida em Manaus como o grande sopro de esperanças para retomada do crescimento econômico na cidade. Esperanças que só não foram maiores que o desalento vivenciado nos anos seguintes.

Com o advento desta *Batalha* foi necessário o recrutamento de mão de obra já que boa parte era composta por migrantes que haviam retornado a sua terra natal. Em função desta medida Guillen (1997), informa que aproximadamente 50 mil trabalhadores nordestinos passaram a fazer parte da batalha da produção. Em Manaus a produção os nordestinos que se instalaram na colônia, ao constatarem o fracasso do reavivamento, retiraram-se dos pavilhões.

Em decorrência do fracasso desta *Batalha* nos anos seguintes, por ser a área longínqua do centro de Manaus, estes pavilhões serviram para abrigar as pessoas que sofriam com hanseníase. A localização do leprosário atendia aos anseios tanto das autoridades quanto da população que possuíam o receio de contaminação. O Leprosário foi denominado de Antônio Aleixo, por ser este médico o responsável pela fundação do hospital (RIBEIRO, 2011).

O acesso a Colônia (figura 19) era possível mediante a utilização de embarcações. Os internos plantavam hortaliças, árvores frutíferas, criavam animais que eram vendidos por atravessadores aos residentes no Puraquequara. Todavia, não eram os doentes quem levavam o que produziam. Ribeiro (2011) em entrevistas realizadas, afirma que o trabalho de transportar a produção ficava responsável por atravessadores sadios e ainda assim, eles não poderiam revelar de onde retiravam os produtos, caso contrário, as pessoas não o comprariam.

---

<sup>25</sup> Em 1942 o Presidente Getúlio Vargas negociou com os Norte-Americanos o fornecimento para eles, de matérias primas. “Foram 28 os acordos internacionais celebrados, sendo 14 sobre borracha” (FONSECA, 1950, p. 151).

**Figura 19-** Manaus (AM): vista geral do leprosário da Colônia Antônio Aleixo na década de 1940



**Figura 15** Vista geral da Colônia Antonio Aleixo, Manaus - AM, 1945, SOUZA-ARAÚJO, 1948.  
**Fonte:** RIBEIRO, *M. de N. de S.* (2011, p.85).

Ao término da década 1970, criou-se a estrada denominada de Aleixo permitindo o acesso dos familiares a Colônia antes realizado apenas por embarcação. Com o avanço dos estudos sobre a doença, ela deixou de ser considerada uma ameaça, assim, em 02 de janeiro de 1979 houve a desativação da Colônia sendo os moradores obrigados seguirem suas vidas sem a intervenção direta das instituições de saúde (RIBEIRO, 2011).

Estrada construída e medos em adquirir à doença pulverizados com o passar dos dias a “antiga Colônia foi transformada em comunidade aberta onde mais de 500 pessoas sadias transferiram-se para o local com suas famílias [...] uma área em torno do leprosário foi loteada e distribuída durante a gestão (1975-1979) do Prefeito Jorge Teixeira de Oliveira.” (RIBEIRO, 2011, p.130) que ao estimular a ocupação permite a inserção de novo dinâmica econômica e social ao lugar.

Manaus, por sua vez, no ano de 1941 recebe escola Agrícola como parte das medidas voltadas para a retomada da economia da Amazônia na referida década. Sua primeira instalação foi nas proximidades do rio Negro ao Sul de Manaus. Elevado à categoria de Colégio pelo Decreto Lei Nº 70.513, de 12 de maio de 1972<sup>26</sup>, passa a denominar-se Colégio Agrícola do Amazonas, ano no qual foi transferido para a zona Leste de Manaus (figura 16).

---

<sup>26</sup> História do IFAM Disponível em: < <http://www2.ifam.edu.br/instituicao/historia-do-ifam> > Acesso em 01.out.2013.

**Figura 20**– Manaus (AM): construção do colégio agrícola em 1970 na zona Leste da cidade



Fonte: Instituto Federal do Amazonas Acervo Manaus – Zona Leste. Disponível em: <http://www.ifam.edu.br/cmc/a-intituicao.html> Acesso em 03.mar.2017.

A construção da escola na zona Leste de Manaus iniciou em 1970 e sua inauguração, em 1972, não gerou de imediato impactos profundos na área urbana de Manaus. A Escola foi inserida em área de castanheiras, com infraestrutura necessária ao seu funcionamento, sem vizinhança e embora seu acesso fosse realizado pela estrada (não asfaltada) o seu entorno só passa a ser ocupado ao final da década de 1980, quando a dinâmica da área começa a ser alterada a partir das ocupações espontâneas que se produziram, inclusive, nas terras pertencentes à Escola que, no ato de sua produção era distante do centro, sendo as áreas a leste da cidade relativamente mais próximas do centro, o destino das pessoas que buscavam um terreno para produzirem suas casas.

Para além das construções estabelecidas no Puraquequara, Colônia Antônio Aleixo e Escola Agrícola, em 1968 o seringal das proximidades do Distrito Industrial, onde nos dias atuais é o bairro de Mauazinho passou a ser ocupado pontualmente e ter habitações edificadas em terras não consideradas urbanas por aproximadamente 30 famílias advindas de outros municípios e bairros vizinhos (LUNA, 2011). É neste mesmo ano, que a Fundação Universidade do Amazonas após doação de terras por parte do Governo do Estado para a construção da instituição de ensino superior começa a planejar suas obras iniciadas nos primeiros anos da década de 1970, sendo justamente em suas terras que se inicia a expansão da zona Leste pelos grupos sociais excluídos via processo de ocupação irregular de terras.

## **4.2 Ocupações urbanas irregulares e a expansão da Zona Leste de Manaus de 1971 a 2010**

Apesar de iniciada nas primeiras décadas do século XIX, a zona Leste de Manaus em termos de população habitando, produzindo e/ou alterando a malha urbana, viária da cidade apresenta impactos expressivos a partir de 1971, como anteriormente citados, com a ocupação intitulada Coroadó, produzida sobre as terras pertencentes à Universidade Federal do Amazonas. Para melhor entender a gênese da Zona Leste, o trabalho discorre sobre os bairros surgidos/oficializados de 1970 a 2010 e suas respectivas produções destacando, neste momento, a Irmã Helena Augusta Walcott, uma das maiores responsáveis pela dinamização da sua (re) produção.

Irmã Helena foi importante junto aos pobres frente à luta pela aquisição da casa própria. Querida por eles e desprezível para os latifundiários, mercado imobiliário, e por todos que não simpatizavam com os métodos utilizados por ela (ocupar terras não ocupadas e resistir às tentativas de desocupação), que mesmo recebendo pressão dos agentes envolvidos pelo grande capital, não recuou com seus ideais transformando-se em uma das maiores responsáveis pela produção do espaço urbano de Manaus.

Para entender a atuação da Ir. Helena recorre-se a Ghon (1991). A autora aborda a mudança estrutural destes movimentos no Brasil, por ela denominado de favelados, na década de 1970, em específico nos anos de 1976 e 1977 por receber apoio da Igreja Católica através do Programa das Pastorais às favelas em algumas capitais brasileiras que já não tentavam erradicar as favelas às cidades e sim reurbanizar as favelas.

Manaus na década de 1970 após a implantação da Zona Franca tem sua configuração urbana completamente alterada. A capital passa de 173.706 habitantes na década de 1960 para 311.622 habitantes em 1970, ou seja, em uma década Manaus recebe 137.916 novos moradores que sem ter onde morar e com o apoio das Pastorais que, no caso da cidade, não apenas intervêm solicitando a reurbanização das favelas, mas acima de tudo, ajuda, na pessoa da Ir. Helena, a produzir novos lugares para moradia.

Esta ativista social nasceu em 1934 no estado de Rondônia, era assistente social e ao migrar para o Amazonas incitou a produção de 15 (quinze) ocupações irregulares distribuídas entre as zonas Oeste, Norte e Leste de Manaus que se consolidaram e posteriormente transformaram-se em bairros. São eles: Bairro da Paz, Redenção, Lírio do Vale, N.Sra. de Fátima, S. Sebastião, Novo Israel, Santa Etelvina etapa III, Val Paraíso, Joao Paulo Segundo,

I, II e III, Zumbi I, II e III e Armando Mendes (Fonte: Informativo da Arquidiocese de Manaus, Outubro de 2013).

O trabalho da igreja junto aos movimentos sociais era realizado independente das questões intelectuais. Fazia-se. A ação era direta baseada nos direitos dos cidadãos à posse, ao abrigo e à proteção. Direitos que precisavam ser conquistados cabendo, portanto, a Pastoral da Igreja juntamente com os movimentos populares o estabelecerem um novo campo de organização popular (GHON, 1991).

*Nós tentávamos obter lotes de terra junto à prefeitura e governo. Quando não era possível, entrávamos na marra e forçávamos a doá-los. O povo não podia esperar o governo fazer alguma coisa. As pessoas precisavam muito. Não era uma atividade pacífica, mas nos organizávamos e usávamos o apito para comunicar os momentos de agir. Irmã Helena (Fonte: Informativo da Arquidiocese de Manaus, outubro de 2013).*

No caso da Ir. Helena, suas ações diretas com os pobres ajudando para que eles conseguissem suas casas, lhe trouxe consequências negativas junto a alguns promotores imobiliários e latifundiários de terras urbanas em Manaus: ela chegou a ser presa e ameaçada de morte, mas em momento algum deixou de contar com o apoio daqueles a quem ela ajudava. Em relação a estes demais agentes interventores do espaço urbano de Manaus, a história recente registrada pelos jornais da capital destaca o senhor Paulo Faria, citado em alguns momentos como empresário do ramo imobiliário, um dos maiores grileiros das terras da cidade, certamente, o maior protagonista de um dos intensos conflitos com os grupos sociais excluídos que ocupavam irregularmente as terras na zona Leste.

O jornal *A Crítica* de 01 de março de 1987 estampou na primeira página a ação do senhor Paulo Faria que, segundo a matéria, contratava capangas para forçar a reintegração das terras ocupadas irregularmente. O maior desafeto deste promotor imobiliário, por sua vez, era a Ir. Helena que atuava em áreas de interesse do Sr. Paulo. Como empresário do setor imobiliário e por ter a visão da valorização que este fragmento do urbano iria receber com as obras da Avenida Autaz Mirim margeando essas terras, ele executava outra prática espacial: a antecipação espacial.

Para Corrêa (2007), a antecipação espacial está relacionada à localização de determinada atividade em local antes que condições favoráveis tenham sido satisfeitas. O autor complementa mencionando que a antecipação espacial no geral ocorre em zonas de fronteira de povoamento, na franja rural-urbana ou em eixos de amenidades, onde a

urbanização como no caso da zona Leste, passa a ser anunciada despertando no senhor Paulo Farias o interesse por explorar as terras que estavam sendo irregularmente ocupadas.

A truculência no ato de ocupação de terras em áreas nas proximidades Armando Mendes, por exemplo, gerou, inclusive a morte uma pessoa. Em decorrência deste fato, a Ir. refugiou-se em 1997 em Guiné-Bissau, na África Ocidental. Em 2003, volta para o Brasil, em específico para o estado do Pará e em 2009, volta para o Amazonas para residir no município de Manacapuru, por onde permanece até os dias atuais (Fonte: Informativo da Arquidiocese de Manaus, outubro de 2013).

As ações da missionária iam de encontro a satisfazer às necessidades -conceito relativo- Harvey (1980), constantes de alguns (habitação). Para tanto, a Irmã mobilizava os indivíduos a ocuparem áreas até então não ocupadas. Suas ações não eram desarticuladas, tampouco desorganizadas. Em entrevista, Ir. Helena proferiu:

*Não era algo aleatório. Éramos organizados, pois tínhamos uma equipe de cerca de 40 pessoas que auxiliavam no processo de conhecer quais famílias realmente precisavam e agendar reuniões semanais com leituras bíblicas, orações e discussões das estratégias de ocupação. Tínhamos que conquistar terreno com, 400 ou 500 pessoas e com material para montar acampamento. Também fazíamos passeata pelos sem terra (Fonte: Informativo da Arquidiocese de Manaus, Outubro de 2013).*

Invadir<sup>27</sup>, obviamente, é tomar posse da terra sem a compra nem o título de propriedade e este ato não é realizado sem custos, pois quem ocupa precisa dispor de dinheiro para começar a produzir sua habitação, porém, a vantagem de se possuir o terreno está enraizada na possibilidade de se construir em partes a partir do que se dispõe de dinheiro e a desvantagem desta ação reina no custo punitivo de um lugar carente de infraestrutura urbana e longe do centro urbano (DAVIS, 2006).

Primeiro ocupavam-se as terras, em seguida, com o apoio da Ir. Helena as pessoas resistiam caso houvesse a tentativa de reintegrar a posse dessas terras, havendo a conquista do lugar para morar, começava a luta destes moradores para serem reconhecidos como habitantes legais cujos direitos amplos à moradia digna precisavam ser cumpridos.

O problema da ausência de moradia e/ou precariedade das mesmas expõe a crise urbana nas e das cidades. Quaisquer problemas oriundos do déficit habitacional estão diretamente associados ao Estado sendo algo que evidencia estar relacionado à questão

---

<sup>27</sup> Termo utilizado por Maik Davis em Planeta Favela, 2006.

político-ideológico premente que nos permite enxergar as necessidades e a desordem das massas urbanas de um lado, e o caráter classista das políticas estatais, de outro.

A crise urbana pode se revelar ainda mais cruel para os indivíduos a partir do momento em que os problemas gerados por ela sejam encarados como fatalidade histórica encaixando determinadas necessidades/ situações alheias às resoluções do Estado que age com resignação e ajustamento possível, passível, lento e gradual naturalizando a crise (SANTOS, 2008).

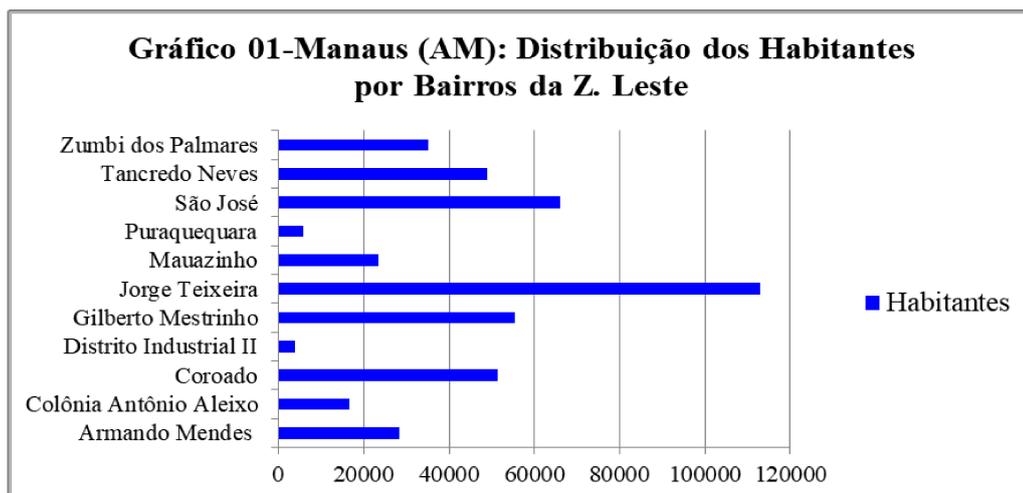
A naturalização da crise impõe às massas excluídas a criação de alternativas para serem vistos. Em Manaus, por mais que houvesse pelo Estado a tentativa de ordenamento territorial via loteamentos, os excluídos produziram a Zona Leste da cidade tendo as ocupações urbanas irregulares como pilar (tabela 07)

**Tabela 07-** Manaus (AM): gênese dos Bairros da Zona Leste

<b>Bairro</b>	<b>Ano de Surgimento</b>	<b>Loteamento Planejado pelo Estado</b>	<b>Ocupação irregular</b>
Puraquequara	1920	x	x
Colônia Antônio Aleixo	1940	x	x
Mauazinho	1968		x
Coroado	1971		x
São José	1979	x	x
Zumbi dos Palmares	1986		x
Tancredo Neves	1987		x
Armando Mendes	1987	x	x
Jorge Teixeira	1989	x	x
Distrito Industrial II	1994		x
Gilberto Mestrinho	1995		x

Fontes: IBGE, (2010); Prefeitura de Manaus (2017); Jornal do Commercio (2013)  
Organização da autora.

Se por um lado, como evidenciado com o quadro 01, 05 (cinco) bairros tiveram início de forma planejada, 06 (seis) foram às produções a partir da apropriação irregular das terras sem que houvesse alguma produção planejada por parte do Estado.



Fonte: IBGE, 2010.

Organização, Tatiana Barbosa, março de 2017.

Cabe, porém, a ressalva que este planejamento se limitava apenas a inserir alguns moradores na zona Leste, não concedendo a eles condições adequadas de moradias estando estas produções intimamente relacionadas com aumento populacional que a cidade recebera nas décadas sucessivas à implantação da zona Franca com reflexos intensos no conjunto de sua configuração materializado de forma intensa em sua área mais a Leste, expandida a partir das ocupações irregulares em seu urbano que produziram 11 (onze) bairros distribuídos ao longo de 15.569,39 ha que abrigando mais de 447 mil pessoas (ver gráfico 01).

### 4.3 De ocupações a Bairros: a expansão para o Leste de Manaus

Por se tratar de áreas passíveis de posterior regularização, é a necessidade de morar que conduz os indivíduos à Zona Leste da Manaus. No contexto de produção e reprodução do urbano de Manaus, como marco de expansão ampliada para o Leste da cidade, a pesquisa aponta a ocupação nas terras (1971) da Universidade Federal do Amazonas denominada de Coroado. A inspiração para o nome da ocupação foi decorrência da novela transmitida à época, Irmãos Coragem da Rede Globo que tinha em seu enredo o personagem João Coragem, mesmo nome do senhor que liderou a ocupação e que, passou a ter o adjetivo “coragem” acrescentado ao seu nome

O surgimento desta ocupação (figuras 21 e 22) esteve envolto a retomada econômica da capital amazonense até então fadada a esperar por ajuda para sair da estagnação econômica

(OLIVEIRA, 2003) que assombrou o Estado e Manaus por longos 40 anos após o ciclo econômico gerado pela extração do látex. Sua produção foi marcada por intensos conflitos, pois a Universidade buscou a justiça para reaver seu terreno.

A remoção não obteve sucesso e, posteriormente, forçando a inserção de um planejamento por parte do Governador à época José Lindoso que prontamente o fez. Utilizando-se do Projeto PROMORAR o Governador promoveu intervenções urbanísticas na área retirando as habitações construídas em áreas de risco, como por exemplo, no topo das encostas, indenizando estes moradores e ofertando-lhe lotes em terrenos considerados melhores no próprio bairro (BARBOSA, 2009).

Na década seguinte a criação do Coroadó, sob a gestão do prefeito Gilberto Mestrinho, alguns moradores do Coroadó receberam o título do terreno, regularizando os mesmos. O título, porém, não foi disponibilizado para todos. Todavia, em 2006, por meio do projeto intitulado “Meu lugar, minha vida”, houve a regularização de 30.000 terrenos e imóveis no bairro considerado consolidado; não porque houve a legalização do mesmo, mas acima de tudo, porque as relações existentes entre moradores o Estado e seu lugar habitado permitiram a consolidação.

Com a criação do Coroadó, o crescimento de Manaus se volta também para a área Leste da cidade que se torna atrativa perante os excluídos frente a possibilidade real deles, que estavam à margem de qualquer planejamento estatal, de adquirirem sua casa própria. Ao trabalharem sobre a exclusão social em cidades Melazzo & Guimarães (2010) fazem abordagem quanto ao planejamento urbano evidenciando que seu caráter normativo procura impetrar um urbano ordenado, racional e lógico que interfere nos padrões espaciais de uso do solo urbano como se a cidade devesse se amoldar ao que previamente se determina.

**Figuras 21 e 22-** Manaus (AM): Vista aérea na década de 1970 em dois momentos registrando o surgimento da ocupação do bairro do Coroadó, à esquerda da fotografia



Figura21 e 22: Foto: Corrêa Lima. Acervo Eduardo Braga. Retirado do site do Instituto Durango Duarte. Disponível em: < <http://idd.org.br/acervo/inpa/> > Acesso em 02. Mar.2017

Maricato (2011) discursa sobre o planejamento urbano em específico no Brasil apontando ser este instrumento imerso nas contradições entre sua teoria e sua prática frente às divergências inerentes às práticas espaciais entre os direitos universais e a *cooptação*, o favor,

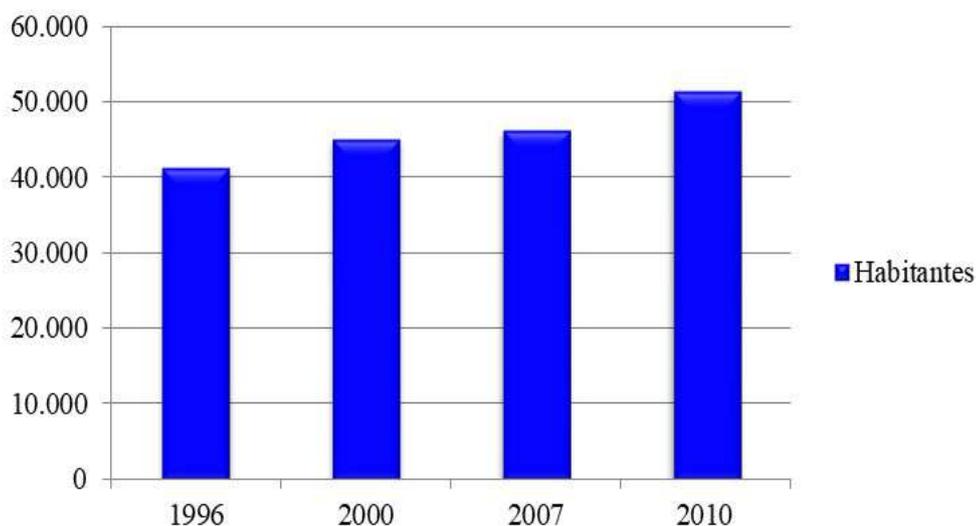
a desigualdade no fazer da gestão urbana que no caso da Zona Leste passou a ser produzido pelos pobres da cidade e se tornou atraente aos demais que buscavam um lugar para morar.

Essa lógica existente no planejamento, que deve ser imposta às cidades para que as mesmas sejam funcionais, se inserida tal qual se estabelece, tende a limitar inclusive, as ações dos indivíduos que deixam de reproduzir os espaços espontaneamente gerando como consequência a produção de uma cidade cujo vivido é engessado, algo que, para Lefebvre (2001), é impensável posto que o vivido, produto da vida cotidiana poderá ser minado.

Arrazoando por esta perspectiva, o desafio é pensar as cidades acima de tudo enquanto lugar das pessoas, para as pessoas, planejando-a de maneira que os que nela vivem não tenham seu cotidiano ceifado por rotinas que levem os indivíduos a serem meros instrumentos para a reprodução do capital (CARLOS, 2001).

Em se tratando do planejamento para o Leste da cidade, o fato é que se antes a produção do urbano era restrita aos limites da zona Centro Sul, o mesmo sequer foi cogitado antes de 1970. Entretanto, com o Coroadó dado o contingente populacional que passava a habitá-lo (ver gráfico 02), os limites da cidade foram expandidos à revelia do Estado e com significativa rapidez. Ressalta-se, estar aí a diferença frente às outras áreas da cidade, pois a ocupação espontânea produziu parcela do urbano e, posteriormente o Estado passa a intervir fornecendo infraestrutura interligando a Zona Leste ao todo de Manaus.

**Gráfico 02- Manaus (AM): Evolução da população do Bairro do Coroadó de 1996 a 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Organização, Tatiana Barbosa, março de 2017.

Mediante esta produção primeira, esta nova área de expansão, passa a ser a alternativa para os pobres - dos quais muitos eram mãos de obra para o Distrito Industrial - residirem. Logo, a nova área residencial de Manaus ficou conhecida por ser o lugar dos excluídos que faziam “invasões” adquirindo assim, nas palavras de Engels (1986) *má reputação*. Situação essa, que segundo o autor é inerente a todas as grandes cidades que concentram a classe operária.

Essa segregação materializa a desigualdade da sociedade que para Marques (2010), deve ser entendida de forma ampliada, pois não se trata apenas da produção do acesso desigual, mas ao mesmo tempo é a diferenciação de acesso que especifica e reproduz a segregação. Todavia, para o autor estes processos (segregação e desigualdade de acesso) devem ser encarados conceitualmente de forma diferente.

Nesse sentido, o autor trabalha a segregação como sinônimo de isolamento social dos grupos sociais em áreas homogêneas internamente, frente aos atributos sociais de cada grupo, sendo, portanto, a desigualdade de acesso produzida pelo Estado. Muitas citações, construir melhor as ideias. Marques (2010) deixa evidente que este posicionamento não é generalizado, mas, nos permite refletir a cerca do conceito em si.

A segregação é um processo que aglomera determinado grupo social. E, apesar de não haver consenso a respeito do conceito de segregação (TORRES, 2004; 2005), esta é concepção conceitual adotada por este trabalho, pois, entende-se que a segregação é produto das desigualdades sociais e sua gênese está atrelada a luta ou disputa por localizações entre grupos sociais ou entre classes (VILLAÇA, 2001).

Em outra obra, Marques (2005, p.45) questiona como surgem essas desigualdades sociais no espaço e apresenta os processos formadores delas: a dinâmica econômica, a dinâmica do mercado de terras, o Estado, as políticas públicas e a ordem política brasileira e a sua relação com a nossa sociedade e as dimensões de tradicionalismo. São portanto, estas desigualdades que ao se materializarem no espaço segregam-nos permitindo visualizar, de modo geral os padrões de concentração espacial de determinados grupos sociais e o grau de homogeneidade social de determinadas áreas (VILLAÇA, p.85).

No caso específico da segregação residencial, a distribuição das residências gera imediatamente a percepção social sobre aqueles que habitam, pois as características das moradias e de sua população estão na base do tipo e nível das instalações e das funções que se ligam a elas (CARLOS, 2001, p. 249). A habitação é sem dúvida um dos elementos visuais que mais transparecem no processo de segregação socioespacial, tanto para quem segrega

como para quem é segregado, pois “o homem habita e se percebe no mundo a partir da sua casa” (CARLOS, 2001, p.217). Isto implica que o habitar, nos permite identificar visualmente o espaço social no espaço físico, posto que as classes vão edificar as suas habitações mediante as suas possibilidades econômicas. A respeito destes espaços, Pierre Bourdieu (1997) esclarece:

O espaço social se retraduz no espaço físico, mas sempre de maneira mais ou menos *confusa*: o poder do espaço que a posse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens ou dos serviços, privados ou públicos (p. 160).

Aplicando os escritos de Bourdieu (1997) para os moradores que decidiram ocupar as terras do Coroadó, têm-se a reflexão de que o espaço social deles permitiu as pessoas residirem na área, a princípio, desprovidos de equipamentos de consumo coletivo e, posteriormente, pressionando o Estado para solucionar ou minimizar os problemas de moradia que enfrentavam.

Após o surgimento do Coroadó, mais ao Leste, em 1979, houve nova intervenção, porém, desta vez a prefeitura se antecipou loteando o hoje consolidado Bairro de São José Operário. Foi o poder municipal na pessoa do Prefeito José Fernandes, que esteve à frente da prefeitura de Manaus de 1978 a 1982, quem colocou em prática o projeto de seu antecessor, o Coronel Jorge Teixeira (1975 a 1978) de abrigar os moradores que residiam em áreas de risco.

Para que isso acontecesse, o prefeito desapropriou as terras, já denominadas de São José Operário, de propriedade do Coronel Alípio pagando em 10 vezes. Ao lotear o terreno a prefeitura realizou a abertura de ruas (figura 23), construiu algumas casas em madeira e distribuiu entre as pessoas que necessitavam.

Esta ação foi possível porque o Estado é um dos únicos, senão o único agente com força e poder para intervir na terra urbana, apropriando-se, quando julga necessário de propriedades até então não pertencentes a ele (GHON, 1991). Esta intervenção, por sua vez, estimulou ainda mais as ocupações na área, posto que, ao tomarem ciência da distribuição de lotes, aqueles que alegavam não possuir casas procuraram o loteamento e construíram suas casas. Todavia, se a princípio o Estado abriu três ruas (figuras 24 e 25), e alojou as pessoas, na sequência houve o processo de ocupação irregular.

**Figura 23-** Manaus (AM): início das obras para a construção do loteamento São José Operário, 1979 zona Leste da cidade



Figura 23 – Abertura das ruas no loteamento São José Operário. Na imagem está o prefeito a época, José Fernandes, o Arcebispo Dom Milton Pereira e o Secretário Waldison Cruz, julho de 1979.

Fonte: Documentário *Documentos da Amazônia*, 2012.

Em entrevista ao programa intitulado *documentos da Amazônia* publicado na internet em 12 de junho de 2012, o ex – prefeito de Manaus José Fernandes comenta o quão criticado foi, inclusive pelos meios de comunicação da cidade pela postura em agilizar o loteamento. O argumento empregado para retalhar a sua ação era de que como prefeito ele estava produzindo favelas na cidade haja vista que a população a ser beneficiada com os lotes era de pobres urbanos que para além de se preocuparem em ter suas casas com relativa qualidade de habitabilidade, ainda precisam se instalar em lugares que, de alguma forma, não comprometa a sua ida ao emprego e a sua segurança (DAVIS, 2006).

**Figura 24** -Manaus (AM): Loteamento São José Operário no início dos anos 80



Figuras 24 –Ocupação do loteamento São José Operário no ano de 1980.  
Fonte: Documentário *Documentos da Amazônia*, 2012.

**Figura- 25** Manaus (AM): Loteamento São José Operário no início dos anos 80



Figuras 25 –Ocupação do loteamento São José Operário no ano de 1980.  
Fonte: Documentário *Documentos da Amazônia*, 2012.

A estes pobres restam às áreas mais afastadas da Área Central, ou até mesmo a própria Área Central, porém em terrenos cujo relevo não possibilite boa moradia, a alternativa restante para os excluídos. Inicia-se aí a disputa pelo espaço que pode

assumir formas mais coletivas, como é o caso daquelas que se desenrolam a nível nacional em torno das políticas de habitação, ou daquelas que ocorrem a nível local, a propósito da construção e da distribuição de moradias sociais ou das escolhas em matéria de equipamentos públicos. Os mais decisivos têm como aposta última a política do Estado que detém um imenso poder sobre o espaço através da capacidade que ele tem de fazer o mercado do solo, da moradia, e também, para uma grande parte, do trabalho e da escola (BOURDIEU, 1997, p. 163-166).

É a força do Estado quem impulsiona o urbanismo irregular já que a grande maioria dos bairros pobres está fora da Área Central, restando a periferia como alternativa as comunidades e favelas que findam impulsionando o crescimento horizontal (DAVIS, 2006) das mesmas, neste trabalho expresso pela Zona Leste de Manaus.

A Manaus do período da Zona Franca, pujante economicamente foi se espraiando pelo verde da floresta que a compunha e assim foi horizontalizando seu espaço urbano, fenômeno esse que segundo DAVIS (2006), é tão espantoso quanto o próprio crescimento populacional das cidades pobres, pois a maioria dos excluídos urbanos não reside nas áreas centrais das cidades.

O bairro de São José Operário apresenta particularidade em se tratando de seus habitantes. Na década de 2000 havia pouco mais de 80 mil pessoas no bairro. Em sete anos, essa população aumentou em quase 20 mil. Atualmente sua população é de 66.169 habitantes (IBGE, 2010), 37.781 pessoas a menos que no censo de 2000 (ver gráfico 03<sup>28</sup>), não porque houve dispersão por parte dessa população, mas porque com a nova organização administrativa de Manaus em janeiro de 2010, essa população passou a integrar o bairro Gilberto Mestrinho oriundo nos anos 2000 fator este responsável pelo crescimento populacional expressivo que o São José apresentou em apenas 07 anos.

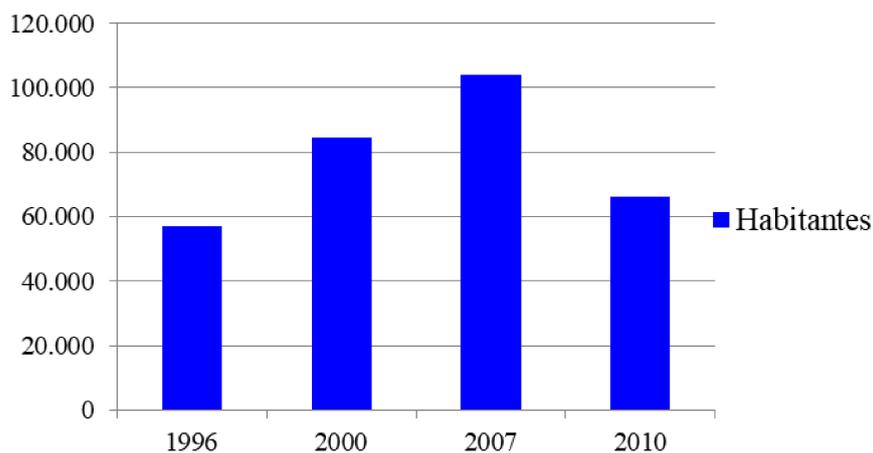
Na perspectiva de abrigar os pobres este bairro é considerado o motor impulsionador para a expansão mais a Leste da cidade. Como explanado, ele iniciou com a tentativa de inserção da população mais pobre de forma planejada, todavia, os indivíduos tomaram a

---

<sup>28</sup> Os gráficos dispostos no trabalho destacando a quantidade de habitantes nos bairros estão organizados abrangendo os anos de 1996, 2000, 2007 e 2010 por serem estes os dados fornecidos pelo IBGE que redefiniu seus setores censitários direcionando o censo demográfico para os bairros a partir da Lei municipal N. 287 de 23 de maio de 1995 outorgando delimitação dos bairros.

frente e não esperaram o Estado para serem beneficiados com um terreno, ocuparam a área por fases produzindo até 1985 a etapa II, III e IV do bairro.

**Gráfico 03 - Manaus (Am): população do bairro de S. José Operário, 1996 a 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Organização, Tatiana Barbosa, março de 2017.

Na divisa com o setor Sul, o Mauazinho, como mencionado, embora possua um primeiro registro no ano de 1968 a partir da ocupação do seringal, para Manaus, é oficializado a partir da Lei de n. 1840 publicada no Diário Oficial do Município do ano de 1986 num espaço “produzido pelo homem não como um objeto qualquer, tampouco como um meio, mas como requisito da própria condição humana, num processo de produzir, produzindo-se e reproduzindo-se.” (OLIVEIRA, 2001, p. 202) em detrimento de sua necessidade primeira, morar. Via processo de ocupação irregular de terras, o Mauazinho (figura 26) surge na área de propriedade da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) nas proximidades do Distrito Industrial sendo alvo de disputas judiciais impetradas pela proprietária das terras que a requereu até o ano 1984 quando houve ação policial e derrubada de alguns barracos (LUNA, 2011).

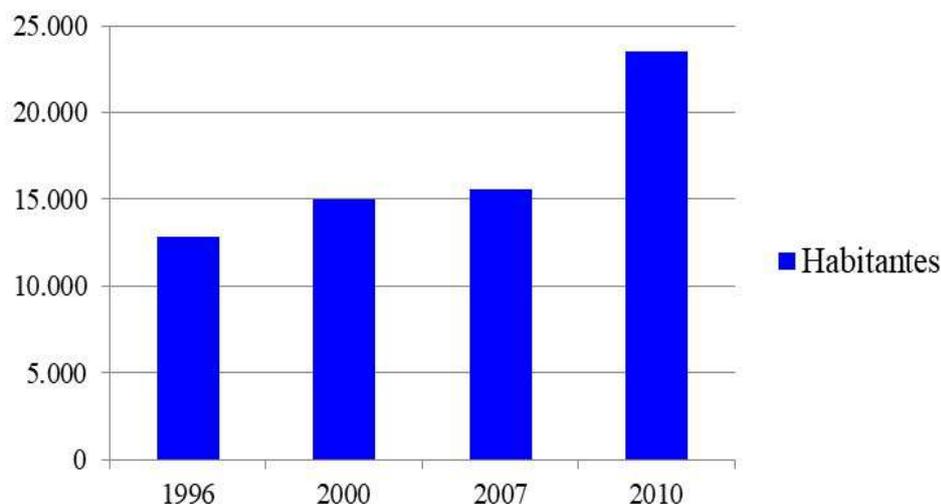
**Figura 26** – Vista parcial da Av. rio Negro, bairro Mauazinho zona Leste da cidade, 2017



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2017. Foto: Jorge Barbosa

Embora houvesse o emprego da força, os ocupantes resistiram a ação que se configurou como a possibilidade real de: 1- ter uma casa própria; 2 conseguir e/ou manter um emprego no pólo industrial. De posse da oficialização do bairro, fato este que pode justificar a dinâmica populacional da área que, em seu início, se comparada a algumas ocupações, possui baixa expressividade (ver gráfico 04), os moradores travaram outra luta, desta vez, pela inserção de equipamentos de uso coletivo. Por ter se instalado nas bordas do Distrito esse beneficiamento efetivamente começa a ocorrer apenas mediante ao reconhecimento do lugar como um bairro de Manaus.

**Gráfico 04 - Manaus (AM): evolução da população do Bairro de Mauzinho, de 1996 a 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Organização, Tatiana Barbosa, março de 2017.

A partir dos anos de 2000 se nota expressivo crescimento populacional da área intensificando assim, o consumo coletivo, categoria onde se pode reagrupar um conjunto de processos complexos, que têm a ver com a reprodução simples e ampliada da força de trabalho na sua relação com o espaço, no Mauzinho representado pela habitação (CASTELLS, 1983).

No ano de 1986, houve uma ocupação de terras no bairro do Aleixo, centro Sul de Manaus por parte de 300 famílias (Jornal do Commercio, 24.10.13) A área escolhida para ocupação irregular já havia recebido investimentos públicos, ação primeira que, de imediato tem como consequência o aumento e/ou a expansão dos processos de exclusão social que, na cidade capitalista se materializa de forma diferenciada entre as classes sociais (VIEIRA & GUIMARÃES, 2010).

Em decorrência destes investimentos, a área ocupada apresentava significativo valor de troca para o mercado imobiliário que, por sua vez, pressionou o Estado para agir em prol de seus benefícios. Afinal, a lei se aplica nas áreas valorizadas pelo mercado de troca (MARICATO, 2000). No caso destas famílias, as mesmas foram obrigadas a se retirar. Alegando que não possuíam lugar para residir, a produção do Coroado e do São José Operário representou para pessoas alternativas viáveis para adquirirem suas terras visando à construção de suas habitações.

Todavia, estes indivíduos se alojaram em área salesiana pertencente à Diocese de Manaus, à frente do Bairro de São José cuja produção não estava mais sob o controle do Estado. Iniciava-se neste ano a produção do bairro denominado Zumbi dos Palmares, em alusão a um dos principais representantes da resistência negra e escravidão no Brasil Colônia. Esta ocupação foi liderada pela líder da Pastoral da Terra Irmã Helena Walcott.

Em passagem anterior do texto, evidenciou-se a fala da Ir. Helena ao mencionar que ocupava apenas as áreas de propriedade da União, Governo ou Prefeitura. O Zumbi dos Palmares, cujas terras eram de propriedade da congregação salesiana amazonense foi a exceção ao ser ocupado com apoio da Ir. Helena e os salesianos não conseguiu reaver suas terras hoje pertencentes ao ambiente construído, reproduzido e vivido de mais de 35 mil habitantes (IBGE, 2010).

Com relação ao ambiente construído, a sua incorporação efetiva é facilitada pela possibilidade de circulação dos indivíduos. Circulação que está intimamente relacionada à acessibilidade urbana concernente aos meios capazes de prover os movimentos de ir e vir de pessoas e mercadorias pelas vias públicas e calçadas (RIBEIRO FILHO, 2011; SILVA, 2011; SOUZA, 2009).

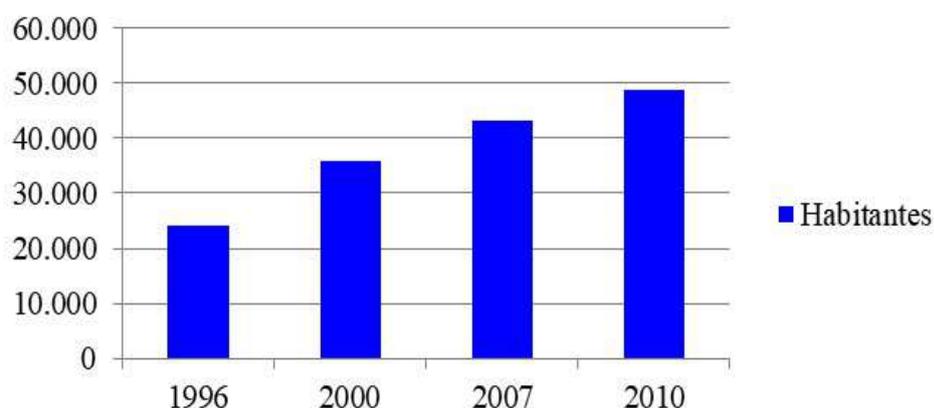
Com a produção dos bairros de São José e Zumbi, o Estado na década de 1980, em específico a partir de 1981 passa a levar infraestrutura para a zona Leste de Manaus e um dos marcos para a ampliação dos limites urbanos de Manaus, para além das ocupações foi à abertura da Avenida Grande Circular que recebe este nome por ter sido projetada para interligar a zona Sul à zona Norte de Manaus pela franja de expansão da cidade à época, a zona Leste.

A Avenida Grande Circular, cuja denominação oficial é Autaz Mirim, no bojo da ampliação da Zona Leste de Manaus por ser eixo responsável pela permissão do ir e vir dos indivíduos que passavam a reproduzir por meio do seu cotidiano aquela localidade. Porém, para além destas reproduções, iniciavam-se novas produções destinadas a moradia. É o caso do Tancredo Neves.

O bairro Tancredo Neves absorveu muitos migrantes. O bairro teve início o ano de 1987 via ocupação irregular de terras cujo acesso foi facilitado a partir da Av. Grande Circular que em meados da década de 1980 já se interligava a zona Norte. Esta nova ocupação não fugiu ao que parece ser regra na cidade de Manaus: veloz e absorvendo muitas famílias. Tão logo criada, em 1987 esta nova ocupação apresentava 10 mil moradores provenientes não apenas de outros bairros (JORNAL DO COMMERCIO, out. de 2013), mas também, do

interior do estado do Amazonas. Por sua vez, o Estado, frente ao grande número de pessoas que passou a habitar o Tancredo Neves (ver gráfico 05) agilizou as primeiras infraestruturas do lugar abrindo ruas e possibilitando o acesso a água.

**Gráfico 05 - Manaus (Am): crescimento da população residente no bairro de Tancredo Neves**



Fonte: IBGE, 2010.

Organização, Tatiana Barbosa, março de 2017.

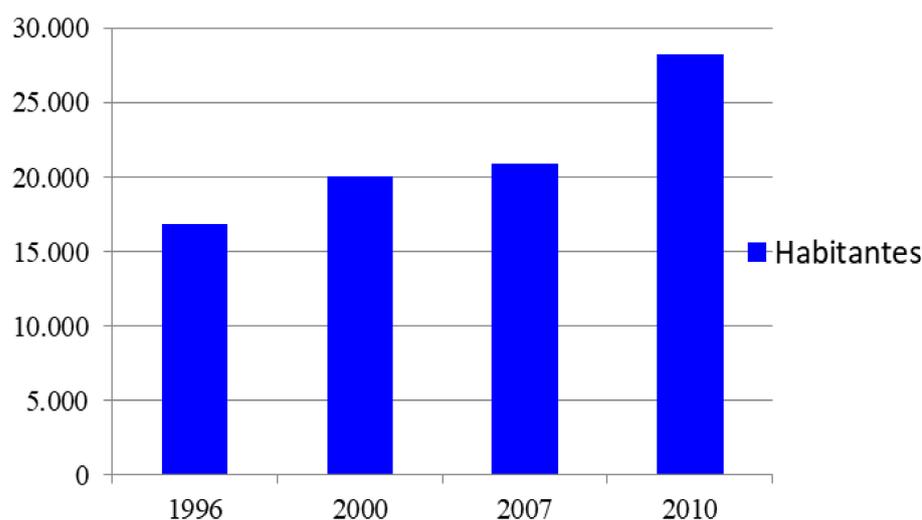
A migração para Manaus continuava exercendo grandes impactos ao espaço urbano da cidade atrativa não apenas pela zona Franca de Manaus, mas também por parte do comércio e dos serviços existentes na área central da cidade que empregam quantidade significativa de trabalhadores de baixa renda (RIBEIRO FILHO, 2005) e o surgimento desta nova ocupação era reflexo do costume social (BOURDIEU, 1997) que se instaurava em Manaus frente ao processo de produção das moradias populares em Manaus, afinal, muitos que chegavam à cidade tinham conhecimento da possibilidade de aquisição da sua casa própria por intermédio deste processo. Processo este que não cessou e no mesmo ano produziu o Armando Mendes em ação coordenada pela Ir. Helena Walcott.

O bairro Armando Mendes foi criado em 1987 em terras cuja titularidade era questionada por posseiros. A ocupação destas terras foi intensamente conflituosa exigindo intervenção Estatal imediata para solucionar os conflitos. O Estado ao intervir destinou a área que requerida para si para abrigar moradores das áreas de igarapés. Ao assumir o planejamento da área, o governador a época Amazonino Armando Mendes idealizou que o bairro, na perspectiva de um planejamento moldado (LEFEBVRE, 2011), se tornasse um

projeto modelo milimetricamente planejado. Porém, esta concepção não foi capaz de se estender frente à demanda por moradia que, não sendo totalmente contemplada ocupou o entorno da área planejada proporcionando ao lugar a espontaneidade de seus produtores.

A autocriação do social que não é sinônimo de pura espontaneidade (SOUZA, 2008), estava produzindo o espaço urbano de Manaus de forma mais acelerada e ampliada que o Estado, sem sequer dissociar-se dele. O Final da década de 1980 para a Zona Leste de Manaus é, portanto o período de maiores investimentos estatais porque a área, dado o contingente populacional que começara a receber (gráfico 06), passa a se tornar atrativa ao mercado imobiliário e também, ao comércio.

**Gráfico 06 - Manaus (AM): crescimento populacional no bairro de Armando Mendes, 1996 a 2010**



Fonte: IBGE, 2010.

Organização, Tatiana Barbosa, março de 2017.

O marco dos investimentos estatais é sem dúvidas a Av. Autaz Mirim (figuras 27 e 28) que passa a receber melhoramentos por parte do Estado facilitando o acesso dos moradores atuais e futuros, bem como investidores que se voltam para a zona Leste tratando-a como área de expansão de seus lucros.

Avenida larga e projetada para receber fluxo intenso e rápido, a Av. Autaz Mirim reconfigurava a zona Leste. Englobando a área planejada e a irregular, sua construção

permitiu que o Armando Mendes se consolidasse como um dos bairros mais importantes e promissores da área além de gerar expansão intensa ainda no ano de 1989 com a criação do bairro de Jorge Teixeira e dois anos depois, com a produção do bairro de Tancredo Neves.

**Figuras 27 e 28** Manaus (AM): Av. Autaz Mirim em agosto de 1989 e março de 2017 em frente ao bairro de Armando Mendes



Figura 27 – Av. Autaz Mirim em agosto de 1989 em frente ao bairro de Armando Mendes  
Fonte: A Manaus de Antigamente, 2013 Disponível em:  
<<http://manausdeantigamente.blogspot.com.br/2013/09/fotos-antigas-da-avenida-grande.html>>;  
Figura 28 Av. Autaz Mirim em março de 2017 em frente ao bairro de Armando Mendes.  
Pesquisa de campo, abril de 2017, Foto: Jorge Barbosa.

A área compreendida pelo Armando Mendes contou na década de 1990 com loteamento privado, porém, vivenciou mais 04 (quatro) processos de ocupação irregular transformando o bairro numa das áreas com dinâmica de reprodução mais intensa da zona Leste. Muitas foram às dificuldades iniciais enfrentadas pelos moradores que por não terem dinheiro começaram a autoconstrução de suas casas entendida como arquitetura que lhes era possível, dotada de valor de uso (MARICATO, 1982), cuja estrutura produzida possui para o momento vigente, o suficiente para a manutenção da continuidade da vida das famílias que na casa reside.

Lona era o principal material utilizado nas primeiras habitações do loteamento que não recebeu equipamentos de uso coletivo. Em linhas gerais, o Estado produzia a cidade para os pobres intensificando a sua produção horizontal e, por conseguinte, gerando novos problemas dos quais uns dos mais prementes era a precariedade na acessibilidade e mobilidade.

Quanto mais pobre o indivíduo, mais dependente ele é dos transportes coletivos (SANTOS, 1990, p. 78) e os moradores deste loteamento inseridos e esquecidos pelo Estado - que pela sua lógica só passa a reconhecer os indivíduos como cidadãos quando ocorre por eles, o pagamento de tributos (GHON, 1991) - eram privados de acessibilidade e precisavam vencer as distâncias entre suas casas e seus destinos (SOUZA, 2009) deslocando-se a pé para o bairro de São José para poder fazer uso do transporte coletivo que os permitiria o deslocamento para os demais setores de Manaus.

Não é novo mencionar que cabe ao Estado assegurar a continuidade da reprodução do capital (CARLOS, 2001; GOTTIDIENER, 1997; GHON, 1991; SINGER, 1982) logo, ele age no espaço urbano alterando concretamente sua reprodução que ocorre mediante a multiplicidade de fatores, que tornam, portanto, o espaço urbano num campo complexo de ações e pensamentos divergentes geradas pelas relações sociais.

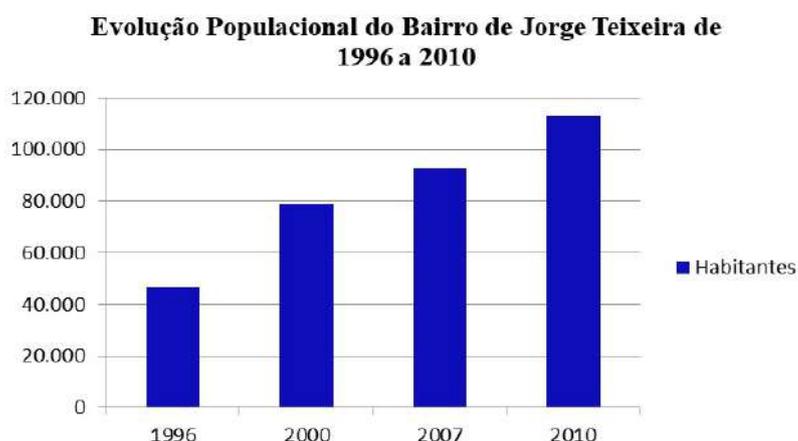
Com relação ao bairro Jorge Teixeira, este tem criação datada em “14 de março de 1989, a partir da distribuição de lotes de terrenos para pessoas de baixa renda, sendo formado por quatro etapas: Jorge Teixeira I, II, III e IV.” (NASCIMENTO, 2014, p.32) e sua produção é fruto de planejamento elaborado pela Prefeitura de Manaus na administração do Arthur Neto que, coincidentemente a época da realização desta pesquisa é o prefeito da cidade.

A exemplo do prefeito José Fernandes, Artur, concedeu lotes para abrigar alguns moradores que residiam em áreas de risco no bairro de São José. Todavia, a literatura destaca sobre a gênese do bairro Jorge Teixeira que sua área era compreendida pela “permanência de não mais do que seis famílias e agentes externos, vindos da comunidade do Puraquequara e do

recém-criado bairro do Coroado e que eles desenvolviam a agricultura de roça (mandioca, banana, fruteiras), e o extrativismo animal e vegetal (caça, pesca, lenha, buriti, açaí, etc.).” (LIMEIRA SILVA e NODA, 2010, p. 4).

Por ter o Estado à frente, o processo de ocupação do loteamento foi considerado ordenado e pacífico. As famílias contempladas pela prefeitura não receberam casas, apenas o terreno, porém, nos anos seguintes o Estado não conseguiu conter a população que foi chegando (gráfico 07) e passou a ocupar as adjacências do loteamento resultando numa ocupação com “infraestrutura deficitária, que vai se agravando ao longo do período de expansão do bairro, ao ponto de praticamente impossibilitar ações de melhorias por parte do governo estadual e municipal” (MARQUES E VALE, 2016,p. 243)

**Gráfico 07** – Evolução populacional do bairro Jorge Teixeira, zona Leste da cidade, de 1996 a 2010.



Fonte: IBGE, 2010

A população do bairro Jorge Teixeira é a maior entre os demais da zona Leste de Manaus e, sendo, por sua vez, bairro que mais expressa o déficit habitacional tendo em vista o crescimento populacional da área se apresenta expressivo até os dias atuais. Contrapondo-se ao Jorge Teixeira com relação a quantidade de habitantes, tem-se o bairro Distrito Industrial II com 3.899 moradores, o menor dos bairros em questões populacionais da zona Leste e também, um dos mais desassistidos pelo Estado.

O bairro foi oficializado em janeiro de 2010, é, portanto, um dos bairros mais recentes da zona Leste abrigando as comunidades da Sharp surgida no ano de 1994 e comunidade de Santa Maria, cuja gênese data do ano de 1998 e ambas são fruto do processo de ocupação irregular de terras.

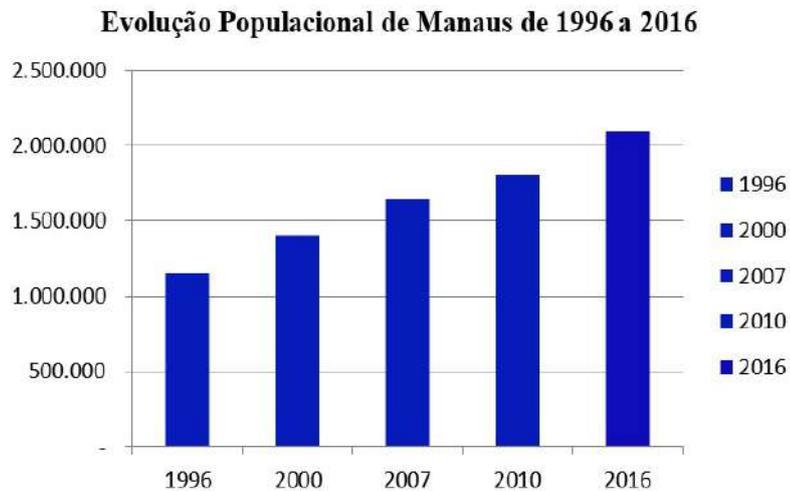
Para Bordieu (1997) “a capacidade de dominar o espaço apropriado, notadamente apropriando- se (material ou simbolicamente) dos bens raros (públicos ou privados) que aí se encontram distribuídos, depende do capital possuído.” (p. 163), logo, a estes moradores que se alojaram em área produzida para instalação de indústrias, restou ocupar as encostas e fundo de vales. O que os fizeram habitar estas áreas? A possibilidade de residir próximo ao trabalho e também o fato do Distrito Industrial II, nome pelo qual o bairro foi batizado, ter recebido por parte do Estado infraestruturas necessária ao funcionamento das empresas que poderiam ser aproveitadas pelos moradores das ocupações, sendo, portanto, a necessidade de morar o vetor apresentado por estes indivíduos como indispensável para a conquistarem, mesmo de forma irregular de terras na cidade.

E assim o setor Leste de Manaus se constitui: seu crescimento é direcionado pela produção de moradias em ocupações irregulares. Destaca-se, porém, que estas moradias mesmo quando produto da tentativa de ordenamento territorial via planejamento estatal, tem no bojo de sua (re) produção, o planejamento popular via ocupações irregulares presentes ainda no ano de 2000. Trata-se da ocupação intitulada Gilberto Mestrinho oriunda em meio a conflitos intensos que cessaram quando o prefeito Amazonino Mendes interveio concedendo aos moradores a possibilidade de se consolidarem na área ocupada.

O bairro, por sua vez, foi oficializado em 2010, conta com população de 55.347 habitantes e figura entre um dos mais populosos da zona Leste que nos anos 2000 está prenhe de áreas destinadas a especulação imobiliária. Ressalta-se, porém, que não houve a chegada imediata destes mais de 55 mil habitantes, pois houve a incorporação de moradores do bairro de São José Operários no recente ordenamento administrativo da cidade de Manaus.

Todavia, ainda assim o Gilberto Mestrinho é a materialização do aumento populacional que a capital amazonense continua vivenciando (ver gráfico 08) porque o Amazonas, até os dias atuais possui um padrão de produção voltado para a concentração industrial na capital Manaus (TRINDADE JÚNIOR, 2006).

**Gráfico 08** – Evolução populacional de Manaus, de 1996 a 2010.



Fonte: IBGE, 2010; 2016; Organização, Tatiana Barbosa, março de 2017.

Este aumento populacional é refletido diretamente no solo urbano da capital que passa a abrigar mais de 2 milhões de habitantes sendo, portanto, e bairro Gilberto Mestrinho (re) assim como os demais, traz em si a luta antagônica entre os interesses do capital e da sociedade que emergem, a partir de situações históricas específicas, em função da diversidade de interesses (CARLOS, 2004).

Interesses que, para os pobres de Manaus, em se tratando da produção da moradia popular num Estado capitalista, comungava do mesmo objetivo, adquirir um terreno para edificar sua habitação. Estes indivíduos, por sua vez, vislumbraram na zona Leste da cidade via ocupações irregulares, a possibilidade real para atingir seus objetivos. Porém, a consequência direta da (re) produção deste processo transparece no urbano desta área de Manaus que tem sua configuração norteada pelas ocupações ilegais fruto da exclusão social materializada na área de estudo.

#### **4.4 Zona Leste de Manaus (AM): os excluídos, auto inseridos e os que não a reconhecem**

A produção do espaço não se encerra em si. Ao ser produzido, o espaço reproduz-se mediante as ações da sociedade. Reprodução geradora de diferenciações socioespaciais que podem ocorrer tanto em escala intra-urbana - originada a partir das práticas espaciais

elaboradas pelos promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluído- , quanto em escala ao nível da rede urbana (CORRÊA, 2007) implementadas num tempo e espaço específicos, inerentes a sua produção por estes agentes que materializam suas práticas sociais e espaciais.

A diferenciação expressa na metrópole manauara que possui Produto Interno Bruto equivalente a 1,2% da riqueza do Brasil (IBGE, 2014) e 0,737 de Índice de Desenvolvimento Humano se mantendo, portanto, na média brasileira correspondente a 0,754 (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud 2015) que ao serem confrontados com a divisão social do espaço, deixam evidente que não representam a realidade. Afinal, a produção do espaço pelo viés econômico obviamente se estrutura a partir da lógica do capital, que se contrapõe ao plano social, ao cotidiano, a vida.

Estas contradições, por sua vez são refletidas no espaço geográfico neste estudo delimitado pela Zona Leste da capital amazonense, produto dos arranjos espaciais intra urbanos envoltas aos conflitos sociais que geram um campo de lutas no espaço urbano e materializada pelas ocupações irregulares de terra permitindo a configuração desta parcela do território manauara como a área dos excluídos expondo a desigualdade socioespacial do lugar. Por arranjos espaciais intra-urbanos, Corrêa (2007) nos permite entender

que se tratam de áreas sociais em sua complexidade influenciado por características como tamanho da cidade, características econômicas, taxa de crescimento, sítio, plano urbano e políticas públicas. O arranjo espacial, por outro lado, deriva de lógicas locacionais, puras ou combinadas, associadas à apropriação de áreas cujo valor deriva da distância ao centro, às amenidades, aos subcentros comerciais, aos eixos de tráfego ou deriva da localização em função de setores de amenidades (p.66).

Essa localização em função de setores de amenidades físicas ou sociais é aparente e se manifesta na Zona Leste de Manaus e se reproduz por meio da desigualdade estabelecida pela acumulação capitalista expressa no espaço intra – urbano por aqueles que se apropriam da terra urbana de forma regular ou irregular, por quem possui a propriedade da terra e construções enquanto mercadoria, na forma da exploração e da espoliação da força de trabalho, bem como na presença e da parcial ausência do Estado capitalista no urbano (RODRIGUES, 2007).

Todavia, a reprodução espacial da área formada pelos excluídos da cidade de Manaus sofreu intervenções diretas do Estado que ao incorporar sua área leste como eixo veloz de

circulação com intenção de promover a redução dos custos de transporte nas vias urbanas, conferiu a esta área novas configurações. Assim, o ponto de partida para o remodelamento da área como mencionado, é a Avenida Autaz Mirim também conhecida como Avenida Grande Circular que não por acaso é assim intitulada, posto que ao ser planejada, sua função era permitir a interligação da zona Sul (portuária) Centro-Sul (Distrito Industrial) a Zona Norte com o intuito de agilizar a chegada e saída de produtos via BR-174 que integra o Brasil a Venezuela (Manaus, Caracará/ Boa Vista/Venezuela), realizando a obra que o Estado denominou de contorno de Manaus (figura 29) alterando, de imediato, o valor do solo urbano por onde ela passara.

Segundo relatório (não datado) da Secretaria dos Transportes e Obras do Amazonas produzido no primeiro Governo de Gilberto Mestrinho (1982-1986), a Rodovia Grande Circular - Contorno de Manaus/ BR-319, tem sua origem no ano de 1973, quando houve a integração de Manaus ao Centro Sul do país por intermédio da BR-319, AM – 060/ Manaus-Porto Velho inaugurando a primeira etapa da B -V 8 ( Brasil Venezuela), Manaus/Caracará/Boa Vista, esta última com o marco 0 em Manaus.

A partir de 1973 o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens criou o “Progress” com a finalidade de fornecer subsídios para a criação de sistemas de circulação expressa e econômica pelos Departamentos de Estradas e Rodagens (DER’s) dos estados capazes de integrar as redes de rodovias federais, estaduais e urbanas. Assim, o DERA- AM introduziu o Programa de Vias Expressas em Manaus e sua produção era realizada com recursos próprios até 1985, com a extinção do “Progress”.

Entre o planejamento e execução do início das obras, tinha-se na zona Leste de Manaus as moradias populares no Mauzinho (1968) e Coroado (1971) sendo posteriormente com o andamento das obras, criado pela prefeitura, o loteamento onde se abrigaria o São José Operário (1979). Destas ocupações, o Coroado já estava interligado pela AM – 020 que iniciava na zona Sul a Centro Sul até o entroncamento com a futura Av. Autaz Mirim. O Mauzinho por estar nas proximidades do Distrito Industrial de Manaus usufruía um pouco da infraestrutura implementada para o Distrito e o São José, loteamento que surge mais a leste de Manaus por que a criação da Avenida Autaz Mirim era via que também possibilitava o seu acesso.

**Figura 29**– Manaus (AM): projeto apresentando o contorno de Manaus, dezembro de 1979

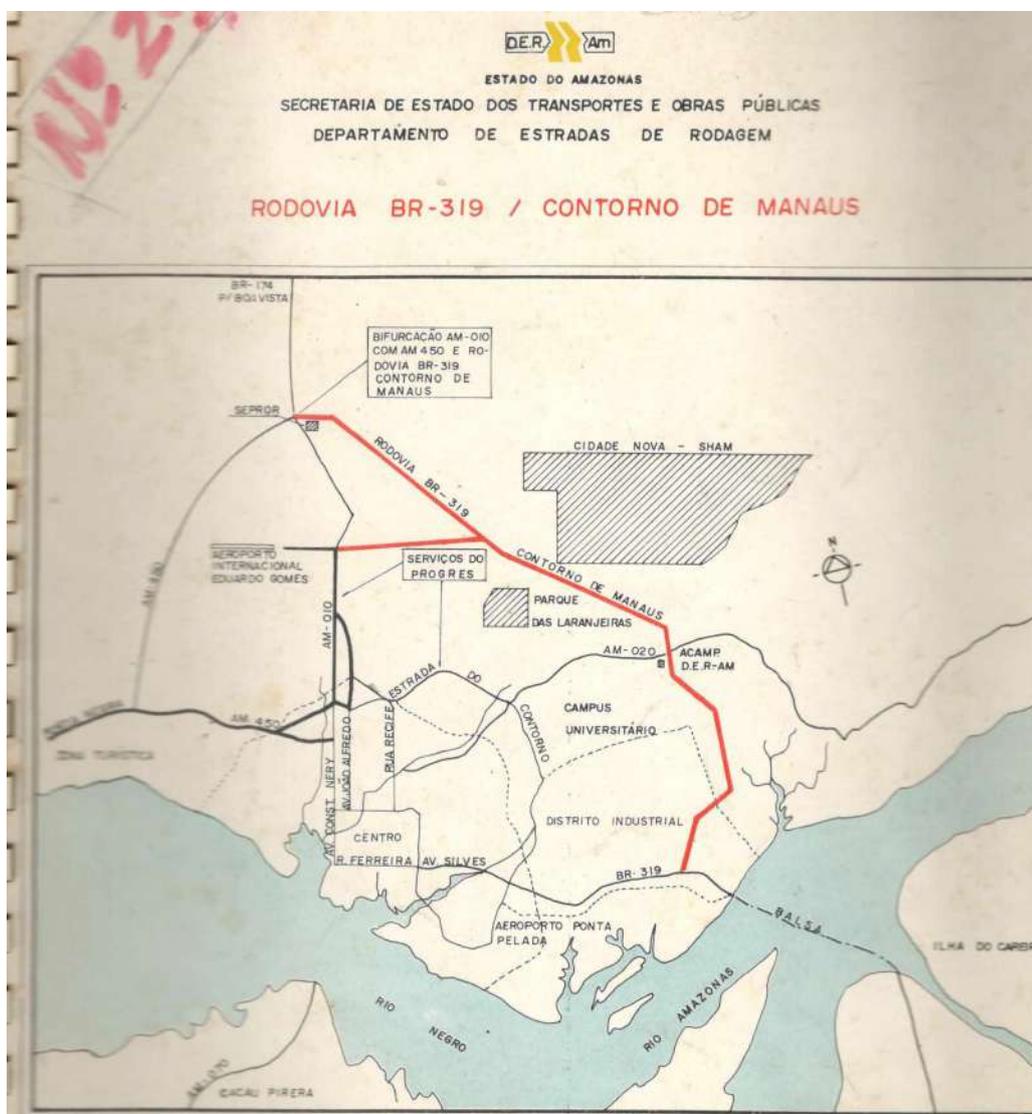


Figura 29 – Contorno de Manaus gerado pelo extinto Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas, dezembro de 1979.  
Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Amazonas – SEINFRA, 2017.

Observa-se com a figura acima, de 1979, que a área leste de Manaus não possuía produção espacial significativa. Havia sim, alguns bairros, porém, as mesmas eram tidas pelo Estado como pontuais sem proporcionar maiores impactos à cidade. Esse contorno de Manaus é parte do projeto geopolítico inserido na Amazônia pelos militares que visam promover a

integração da região ao mercado mundial. Nesse sentido, quando o Estado planejou e executou a Av. Autaz Mirim (figura 30), em momento algum a associou a programas de habitação populares mesmo a capital já recebendo fluxo migratório expressivo por conta do Projeto Zona Franca de Manaus.

**Figura 30** – Manaus (AM): Imagem parcial da Av. Autaz Mirim no trecho que compreende o bairro de São José Operário



Figura 30: A imagem destaca o trecho da Avenida Autaz Mirim sobre a passarela no perímetro compreendido pelo bairro de São José Operário. Pesquisa de campo, janeiro de 2017; Foto: Jorge Barbosa, janeiro de 2017.

Não havendo projetos de produção de moradia popular, fato que a princípio lhe distingue da zona Norte, como evidenciado no capítulo anterior, e tendo a estrada como o elo que permitia o acesso a áreas até então inabitadas, os excluídos de Manaus mesmo se posicionado em lugares longínquas do centro, transformam a zona leste no seu local de moradia produzindo de maneira aparente a diferenciação socioespacial nesta área de expansão o que reforça ser a lógica da divisão econômica quem produz a divisão social expressa pelas ocupações irregulares urbanas que representam para o Estado capitalista, o ilegal em termos urbanos e jurídicos (RODRIGUES, 2007) infringindo as regras do jogo capitalista direcionado a propriedade de terras, ou seja, só a possui quem por ela pode pagar.

Pela cronologia do surgimento de novas ocupações irregulares e loteamentos regulamentados pela prefeitura ao longo da Av. Grande circular na Zona Leste, Manaus passa a ter o Armando Mendes e o Tancredo Neves, ambos em 1987 produzidos as margens da Avenida que passou a ter suas obras a partir de 1982 comandadas pelo Governador a época, Gilberto Mestrinho. Porém, embora a ocupação denominada de zumbi dos Palmares que surgiu um ano antes do Armando Mendes e do Tancredo Neves não tenha sido produzida possuindo a estrada como limite, em decorrência da criação do São José Operário, que abriu acesso por algumas vias, às áreas que hoje compõem o Zumbi foram ocupadas.

Após a saída de Gilberto Mestrinho do Governo, Amazonino Armando Mendes assume pelo período de 1986 a 1990 época em que a área continuaria vivenciando novas ocupações irregulares e a Av. Autaz Mirim, por sua vez, por fazer parte de um projeto macro, não teve suas obras interrompidas. Na década de 1990, ao reassumir o Governo do Estado do Amazonas, Gilberto Mestrinho continua com o processo de produção da Avenida Grande Circular que, ao ter seu projeto apresentado, evidencia o quão acelerado no período de uma década, foi a produção espacial da área por meio da edificação de moradias populares (figura 31).

Observa-se também com a figura a seguir, que há interligação entre a ocupação irregular do Coroadó com a Avenida Autaz Mirim. A mesma é realizada pela rodovia AM-020 que, como mencionado, promove o elo da ocupação entre a Zona Sul e Centro Sul. A rodovia AM 020, a época conhecida como estrada do Aleixo nos dias atuais denominada de Alameda Cosme Ferreira possui 4,80 km de extensão e é classificada pelos engenheiros como rodovia de classe especial projetada para os veículos circularem a velocidade de 80 km/h em duas pistas de rolamento.

Ao apresentar a Alameda Cosme Ferreira, antiga AM 020, o trabalho se direciona a parcela da população a qual a pesquisa intitula de auto inseridos, não que os excluídos socialmente não sejam, mas em relatos do documentário *Documentos da Amazônia* de 2012 sobre a criação do bairro de São José, ficou evidente em algumas falas que os moradores direcionados para a Zona Leste, em razão da distância do centro da cidade, do rio, e dos demais serviços ofertados, não foram para a área porque realmente queriam, mas por que a mesma era a solução que no momento se apresentava aos que buscavam ter teto para chamar de seu.

Portanto, a pesquisa adota o termo autoinseridos para os moradores de Conjuntos Habitacionais produzidos com auxílio estatal destinado a um público cujo poder de compra se

enquadrava nos financiamentos pouco populares com regras fixadas pela Caixa Econômica que, não proporcionavam acessos equitativos da população as habitações.

**Figura 31:** Manaus (AM): croqui do início dos anos 90 das estradas da Zona leste compreendidas pela AM- 020 do trecho que compreende a Bola do Coroado, Grande Circular e Bola do São José <sup>29</sup>

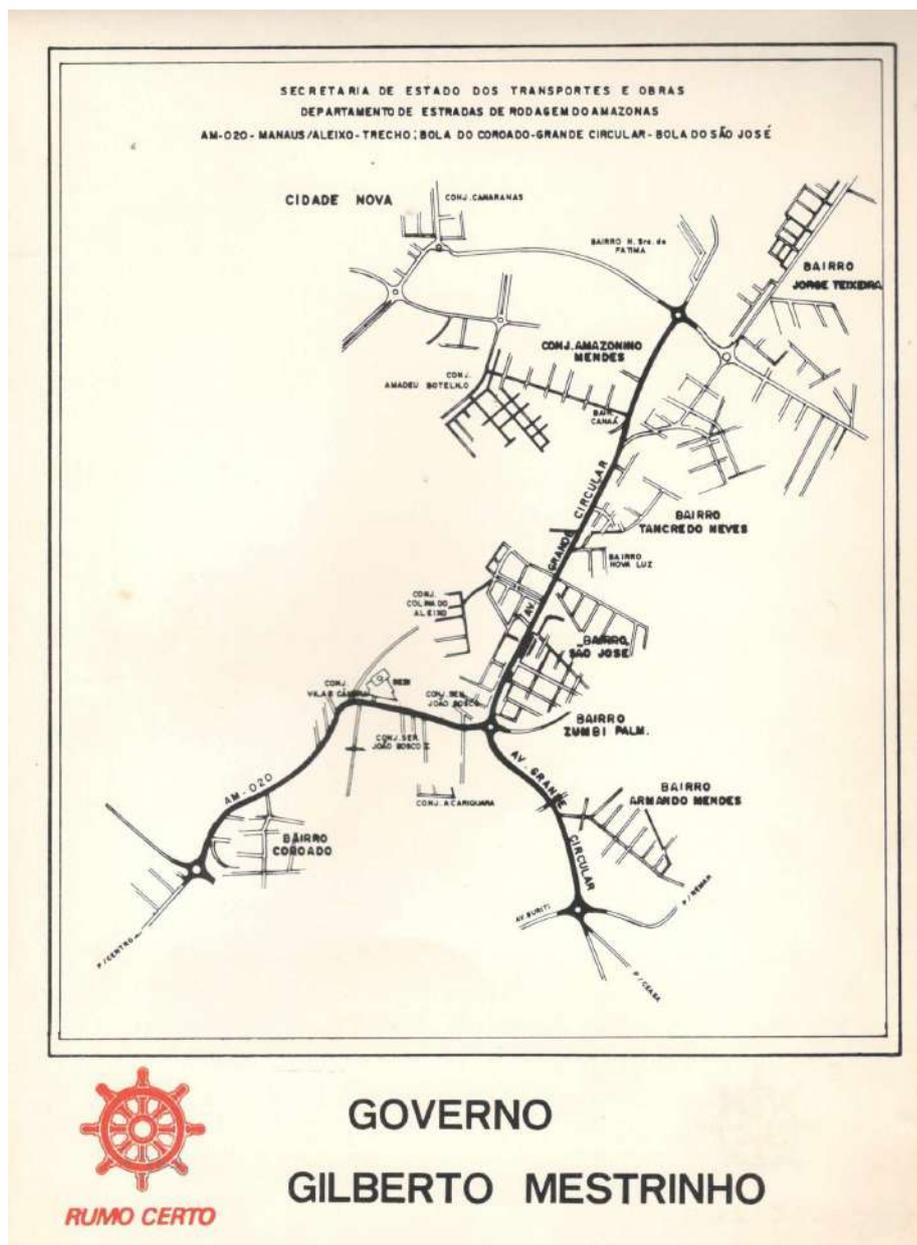


Figura 31 – Principais vias interligando à Zona Leste a Zona Sul e Centro Sul da cidade de Manaus gerado pelo extinto Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas na década de 1990. Fonte: Secretaria de Infraestrutura do Amazonas – SEINFRA, 2017.

<sup>29</sup> Em Manaus o termo Bola é comumente utilizado pela população para designar as rotatórias produzidas ao longo das vias.

Os socialmente excluídos são, portanto o resultado da fragmentação-rememoração, prática espacial que consiste em fragmentar a terra urbana, em particular na franja rural-urbana cujos limites a Leste de Manaus passaram a ser a partir de 1973 a rodovia denominada de Contorno de Manaus. Desse modo, em função desta fragmentação, produz-se um número maior de lotes, prática espacial corrente; efetivada em alguns setores da periferia promovendo, por sua vez, à diferenciação sócio-espacial (CORRÊA, 2007).

Quanto aos autoinseridos, trata-se de indivíduos que vão residir na zona Leste produzida sem o impulso popular das ocupações irregulares o que per si, passa a enraizar dinâmica oposta a inicial da zona Leste. Estes conjuntos possíveis de serem identificados nas figuras 32 e 33 são produzidos no urbano com os equipamentos de uso coletivos necessários a moradia daqueles que adquiriram seus terrenos e casas seguindo a lógica do capital, por meio da compra.

**Figuras 32 e 33** – Entrada dos conjuntos habitacionais Condomínio João Bosco II e Acariquara, Coroado, zona Leste da cidade



Fonte: Pesquisa de campo, abril de 2017. Fotos, Jorge Barbosa.

Assim, os Conjuntos habitacionais Senador João Bosco I e II, Acariquara e Colina do Aleixo são produtos da diferenciação socioespacial guiada pelo Estado e comprimidos pelos grupos sociais excluídos que, frente aos equipamentos de uso coletivo, geram no entorno destes empreendimentos imobiliários bolsões de pobreza a partir de novos processos de ocupação irregular de terras.

Dos conjuntos a pouco citados, faz-se referência ao Conjunto Acariquara entregue aos moradores no ano de 1981 (figura 34) produzido por intermédio de uma cooperativa fundada em 27 de fevereiro de 1978 com os dirigentes da Universidade do Amazonas, atual

Universidade Federal do Amazonas – UFAM, pois o projeto previa construir moradias específicas para os funcionários tanto administrativos como docentes facilitando a aquisição das mesmas por eles.

Porém, a comunidade acadêmica a qual as moradias seriam destinadas, não acreditou no projeto e sua baixa adesão obrigou seus dirigentes a ampliar o leque de sua demanda permitindo, assim que não funcionários da Universidade fizessem a compra das moradias. Caso contrário, o BNH não financiaria a obra (Informativo da Associação dos Servidores da UA – Ano IV n.14. março e abril de 2004).

**Figura 34** – Manaus (AM): Recorte de Jornal Informativo destacando a entrega do Conjunto Acariquara, no ano de 1981 na zona Leste da cidade

## Acariquara: sonho e realidade

*Sonho e realidade dos servidores da Universidade do Amazonas, o conjunto Acariquara é entregue aos seus moradores no início de 1981. Hoje, muitas das casas já foram quitadas e muitos dos moradores originais já repassaram a posse do imóvel para outras pessoas.*

*Na época em que foi entregue, o conjunto foi encarado como verdadeira conquista, um verdadeiro sonho realizado, como diz o título da matéria publicada na página 4 do Informativo da ASSUA de número 3, de abril de 1981.*

**Acariquara é sonho realizado**



Foto de 1981: casas do conjunto Acariquara prontas para serem entregues

Figura 33- Recorte de Jornal Informativo destacando a entrega do Conjunto Acariquara, no ano de 1981 na zona Leste da cidade -

Fonte: Informativo da Associação dos Servidores da Universidade do Amazonas. Ano IV, N.14, março e abril de 2004. Pesquisa de Campo, agosto de 2016.

Com ruas largas e bem projetadas (figuras 34 e 35), este conjunto no cerne de produção socioespacial da zona Leste de Manaus se apresenta na atualidade como um dos m<sup>2</sup> mais caros da área por se tratar de um empreendimento residencial cravado num fragmento florestal concedendo ao lugar valor de troca maior por termos a natureza material e simbolicamente como elemento de valorização no solo visto que a mesma passa a ser

incorporada ao capitalismo transformando-se em mais uma possibilidade de consumo (Wendel Henrique, 2009).

**Figuras 35 e 36** Manaus (AM): Imagem parcial da Avenida Adolfo Ducke no Conjunto Acariquara, Coroado, zona Leste da cidade



Fonte: Pesquisa de campo, abril de 2017. Fotos, Jorge Barbosa.

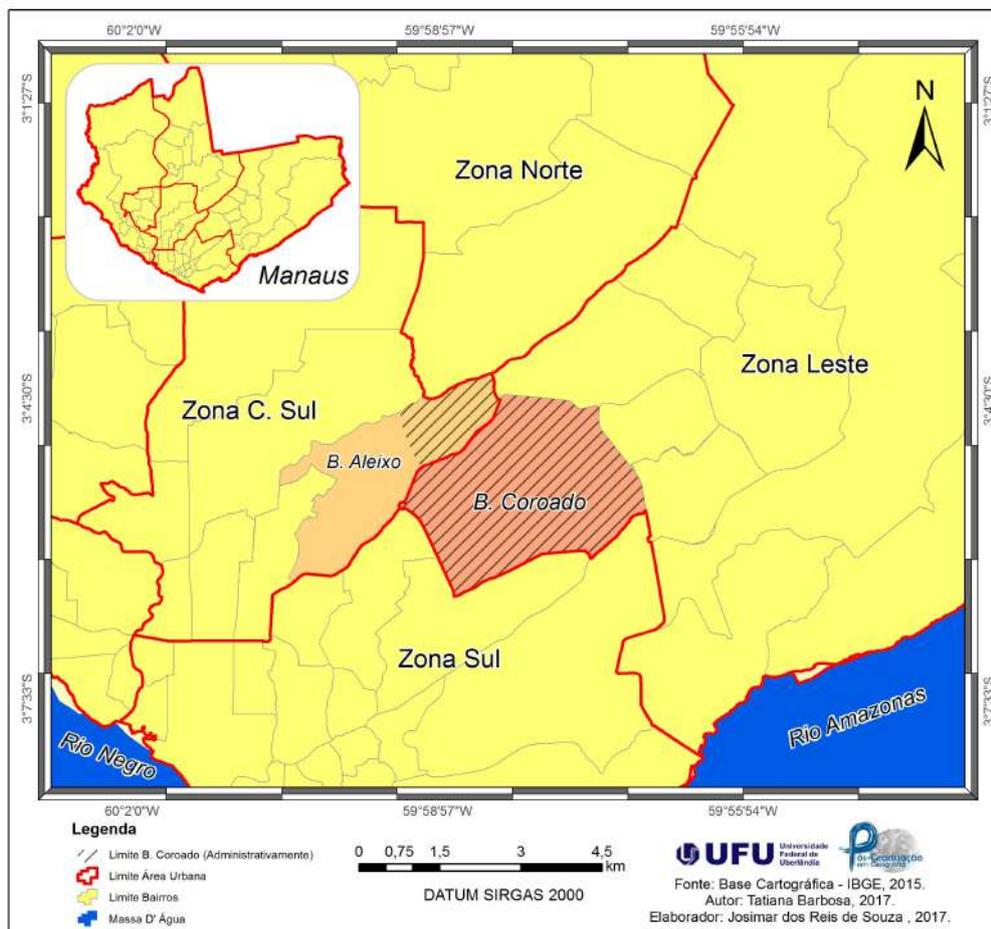
Assim, para além de ser um fragmento florestal, o conjunto Acariquara é um fragmento socioespacial (VILLAÇA, 2001) que administrativamente compõe o bairro do Coroado e tem como uma “forma de contingenciamento ou separação de grupos e classes sociais, barrando os acessos e os contatos entre bairros de rendas distintas” (WENDEL HENRIQUE, 2009, p.20) no caso em questão, pela proximidade, os bairros de São José Operário e Armando Mendes.

Assim, mesmo se tratando de uma população que se autoinseriu na área produzida pelos excluídos socialmente, os moradores do Conjunto Acariquara se posicionam perante os excluídos como indivíduos socialmente diferenciados não somente pelas vias econômicas, mas principalmente pelas práticas sociais cotidianas que transformam o espaço em produto do meio. Todavia, é pertinente salientar que mesmo em se tratando de processos, funções e formas-conteúdo distintos geradoras de uma macrodiferenciação do espaço intraurbano, ambas as áreas estão fortemente articuladas entre si, tendendo inclusive a apresentar interdependência entre si (CORRÊA, 2007).

Se por um lado há a presença dos excluídos e dos autoinseridos na zona Leste, por outro, há aqueles que a integram territorialmente, mas administrativamente não estão inseridas nela. Estes moradores compõem os Conjuntos habitacionais Petros, Tiradentes e Villar Câmara e estão ligados ao Bairro do Aleixo, área Centro Sul de Manaus que apresenta segundo *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2014)*, a Unidade de Desenvolvimento Humano com 0,930. Com este índice o Bairro do Aleixo compõe a lista com os bairros de Maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), onde se tem o nível de Renda dos indivíduos é de 1,000 configurando-se como um dos mais altos da Região Metropolitana de Manaus.

Estes conjuntos foram produzidos no final da década de 1970 para a população de médio a alto status. Dos citados, o Conjunto Tiradentes, por exemplo, segundo o IPEA (2014) apresenta IDH de 0,892 em educação. Foi a AM 020 quem possibilitou o acesso a área que se localiza em frente ao bairro de Coroado, cujo processo de formação é oposto ao dos conjuntos citados. O que chama atenção no caso destas unidades habitacionais é que o Aleixo, bairro que administrativamente está inserido o Tiradentes, Villar Câmara e Conj. Petros avança para o Leste da cidade passando pelo complexo Gilberto Mestrinho. Este complexo, popularmente conhecido como bola do Coroado deveria servir como limite, um marco de transição entre o bairro do Aleixo e o Bairro do Coroado, a esquerda de quem vai mais a leste de Manaus já administrativamente pertencendo à zona leste da cidade (mapa 07).

**Mapa 07** – Manaus (AM): Divisa entre Bairro do Aleixo, zona Centro Sul e Coroado, zona Leste da cidade



Fonte: Base Cartográfica, IBGE, 2015.

Estes habitantes aparentemente compõem a cidade onde não há problemas com ausência ou precariedade de/das moradias, com déficit transporte, carência de postos de saúde e de escolas, num modelo de cidade ideal (RODRIGUES, 2007), e se estes moradores não se identificam com as lutas enfrentadas pela classe dos excluídos socialmente materializada pela ocupação irregular de terras, por sua vez, eles não se reconhecem como pertencentes à cidade real, permeada por ausências de equipamentos de uso coletivo e conflitos, existente na Zona Leste.

Ressalta-se ter sido realizado em 2010, novo ordenamento administrativo por parte da prefeitura que manteve os conjuntos Petro, Tiradentes e Villar Câmara pertencentes à zona Centro Sul de Manaus muito provavelmente porque a terra enquanto mercadoria possui mais

valor quando não associada às ocupações irregulares taxadas de desordenadas tanto pela sociedade que está à margem deste processo quanto pelo Estado que se faz presente, no primeiro momento das ocupações, ou para reprimi-las ou para cadastrar os ocupantes que vão para revelando para a sociedade a face da pobreza.

Face que em grande parte está associada ao aumento populacional, seja pela existência de novos migrantes na cidade, ou pela reprodução natural da vida que ao seguir encorpa a imprescindibilidade pela moradia posto que o rumo natural seja de que os filhos constituam suas famílias e/ou simplesmente deixem as casas de seus pais. É neste momento que visualizamos as contradições do Estado capitalista no urbano, posto que as áreas produzidas irregularmente para moradias assim se constituem pelo déficit habitacional produtor de áreas irregulares com ausência ou precariedade em infraestrutura, que afastam a classe trabalhadora, indispensável para a reprodução do capital, de seus postos de trabalho (RODRIGUES, 2007).

Em resumo, tem-se, no cerne desta desigualdade socioespacial três questões relevantes: a prática social, a morfologia social e a morfologia espacial (CARLOS, 2007). A primeira diz respeito à relação espaço e tempo abarcando a esfera do lugar, enquanto a segunda é intimamente referendada pela diferenciação das classes na sociedade capitalista enquanto a última, está intrinsecamente associada às múltiplas formas de acesso ao que a autora denomina de espaço da vida produzido através do uso.

Tempo-espaço, classes sociais diferentes e uso dos lugares, eis então a tríade propulsora da desigualdade social que produzida e reproduzida pelo domínio do capitalismo, em se tratando de terra urbana, é capaz de construir novos lugares, reconstruir ou desconstruir os já produzidos, bem como ocasionar a ressignificação de áreas no urbano até então marginalizadas.

Essa dinâmica existente no solo urbano permite, portanto, que um lugar fruto predominantemente de ocupações irregulares de terra, como a Zona Leste de Manaus, seja reconstruído e reconhecido como área pertencente à cidade de Manaus com importância política, econômica e social vistos pelo Estado capitalista. Mudanças essas que só aconteceram em decorrência das ações do próprio Estado capitalista, regulador da terra urbana.

Mediante estas considerações, torna-se, portanto, pertinente compreender como a zona Leste de Manaus se reproduziu enfatizando as ações Estatais e privadas realizadas na área construída pelos grupos sociais excluídos que por meio da ação de ocupar irregularmente terrenos se tornaram vistos, ativos e ouvidos pelo Estado capitalista que não apenas permitiu a

permanência dos moradores, mas, acima de tudo, instaurou dinâmica econômica e social a área por ele criada a princípio com a finalidade de possibilitar a circulação de mercadorias geradas pela Zona Franca de Manaus.

## 5 OCUPAÇÕES URBANAS: DA ILEGALIDADE DO PROCESSO A LEGALIDADE DA QUESTÃO DA MORADIA

**A** máxima jurídica *ubi societas, ubi jus* (onde está a sociedade, está o direito), nos indica que a constituição da sociedade é normatizada pela legislação incumbindo ao forense assegurar equitativamente os direitos universais dos mais de 7 bilhões de pessoas dos quais cerca de 3,9 bilhões são residentes de áreas urbanas (ONU, World Urbanization Prospects, 2014) sendo esta quantidade de habitantes nas cidades um dos maiores desafios em termos de gestão territorial cidadina, visto que o princípio da isonomia jurídica se torna irreal nas cidades geridas pelo Estado capitalista.

O item essencial para a constituição destes indivíduos nas cidades é a terra urbana, que em detrimento de fatores como amenidades físicas e ou sociais, vem a ser o item de maior ou menor valorização econômica. No Brasil, mais de 80% da população reside nas cidades (IBGE, 2010) informação que nos conduz a conclusão da existência de aumento por demanda de terra urbana e/ou urbanizada, algo que não seria um problema caso o acesso a terra seguisse o Art. 5º da Constituição brasileira de 1988 onde todos são iguais perante a lei e estão devidamente amparados por meio do inciso XXII e XXIII em possuir o direito de propriedade que, por sua vez, deverá atender a sua função social.

Direito de propriedade para o jurídico, em vias gerais salvaguarda a possibilidade do ‘ter’ sendo este possuir essencialmente ligado a bens de valorização econômica. Portanto, do ponto de vista estrutural, a propriedade de terras é o cerne das questões tanto econômicas quanto sociais para o Estado. Em contrapartida, a função deste bem está diretamente ligada ao uso que se faz dele para a satisfação de uma necessidade, um anseio de quem o possui. Nesse sentido, ao se pensar sobre a função social da propriedade, faz-se referência à finalidade dela que deve, acima de tudo, servir a interesses comuns (REIS, 2010).

A cláusula destinada à função social da propriedade em tempo algum poderá ser modificada na Carta Magna, pois pormenoriza o direito a individualidade frente a possibilidade do uso coletivo das propriedades, seja para construção de moradias via programas sociais, praças, manutenção da qualidade ambiental, escolas e instituições que atendam em escala macro os indivíduos da sociedade. Ressalta-se, porém, que todos os itens acima afiançados são garantidos pela legislação frente ao grau de importância para a constituição da vida qualitativa das pessoas.

Segundo o Art. 182. da Carta Magna, o município é o responsável pela política de desenvolvimento urbano conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Para tanto, o § 2º estabelece que a propriedade urbana cumpra sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor, instrumento norteador para a gestão das cidades que se faz obrigatório aos lugares com população acima de 20 mil habitantes.

Para além da Constituição de 1988, o art. 1228 do Código Civil brasileiro corrobora com a Constituição ao estabelecer que o direito de propriedade deva ser exercido em conformidade com as questões de ordem econômicas e sociais das cidades com vista a preservação da flora, fauna, e belezas naturais mantendo, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas, itens indispensáveis para a sociedade, logo, valiosos a ela (art. 1228 do CC). Assim, “a propriedade deve ser utilizada como instrumento da produção e circulação de riquezas, para moradia ou produção econômica, não podendo servir de instrumento para a destruição de bens ou valores caros a toda a sociedade.” (REIS, 2010, p.04).

A legalidade da propriedade depende, inicialmente, de como ela foi alienada ou adquirida, o que quer dizer, basicamente, através de venda ou de invasão (HOULSTON, 1991). Então, embora assegurada por Lei, na sociedade guiada pelo Estado capitalista, àquele que se apropria das terras sem o processo de compra, juridicamente é considerado invasor por burlar os meios legais tornando-se um produtor irregular do espaço urbano.

Segundo a lei, parcelas do território urbano só podem ser legalmente definidas depois de subdivididas em lotes. As legislações Federal e Municipal regulam os loteamentos urbanos (especialmente a Lei Federal 6766/1979), estabelecendo características físicas, as quais incluem o tamanho mínimo do lote, ligações com serviços públicos, e espaços livres para a circulação do tráfico e para atividades comunitárias [...] O Código Civil Brasileiro (Código Civil, 1990, art. 530), normatiza a propriedade pelo registro do título de transferência no Cartório de Imóveis. Desse modo, todas as transações relacionadas com a propriedade devem ser registradas a fim de serem obtidos os direitos legais relevantes (HOULSTON, 1991, p.03).

Mediante os parâmetros estabelecidos pela legislação, a posse em definitivo, é regulamentada por meio do documento devidamente registrado em cartório estando, portanto, o indivíduo não detentor dos documentos com o domínio de sua propriedade comprometido.

No Brasil, Maricato (2000) destaca que o processo de invasão de terras é parte integrante da produção da urbanização brasileira por ser reflexo da desigualdade estabelecida pelo sistema capitalista ratificada pelo próprio Estado que ao regular o solo urbano, o escasseia impulsionando a segregação urbana, vista como a negação ao direito a vida urbana que, por sua vez, é legitimada pelo direito à propriedade privada do solo urbano reveladora de uma função econômica, produtora de desigualdade social, que está para além da função social da propriedade assegurada pela Constituição Federal por sua vez, base indispensável ao desenvolvimento da sociedade capitalista (CARLOS, 2007).

Dentre muitos processos contraditórios na formação do espaço urbano, indubitavelmente os gerados pela legislação são os mais contundentes. Ao mesmo tempo em que ela regulamenta a função social da propriedade como estando acima da apropriação individual, ela não assegura em escala ampliada a execução desta função por, na prática as leis mercadológicas intrínsecas ao capitalismo, reger que propriedade privada individual do solo urbano se sobrepõe a social.

Na mesma medida, também há negação do direito à propriedade e à cidade para aqueles que pela terra não podem pagar e parcelam o solo urbano mediante as suas necessidades via ocupações irregulares que se apresentam na prática, como forma de demonstrar para o Estado e a sociedade não envolta a este processo, que eles fazem parte da cidade e que dela têm direitos. Todavia, a mesma legislação que preestabelece o direito a moradia, também o nega, em específico a quem pela terra não pode comprar, haja vista que as leis condenam quem se apropria irregularmente de terras, que deveriam, inclusive, ser destinadas a função social.

Cabe a função social da propriedade amparar, não apenas o direito à propriedade para os indivíduos, mas principalmente, o direito à cidade que está para além da apropriação. Como enfatiza Lefebvre (2000), o direito à cidade é a forma superior de todos os direitos. Assim, quem produz e reproduz o espaço urbano não pode ficar a mercê de usufruí-lo parcialmente.

Todavia, frente ao aumento da demanda por terra urbana, há também, em certo ponto, a tolerância em relação à ocupação irregular de terras o que não necessariamente significa estabelecer a concessão do direito à cidade aos ocupantes que se instalam em áreas sem amenidades físicas. Ao contrário, estes indivíduos se estabelecem, na maioria das vezes, em áreas sem expressivo valor de troca, o que não significa, por sua vez, que o proprietário da

terra ocupada, deixe de receber o ressarcimento por parte do Estado, que ao desapropriar a área, paga pelo solo urbano.

Tem-se, portanto, através destas contradições, a constituição da cidade formal - a legalmente reconhecida, amparada pelo Estado num sentido tecnicamente, mas não necessariamente mais amplo, posto que independente de ser produzido legalmente, o Estado age mediante o que lhe convém - e a cidade informal - configurada sem os registros legais, produzida e reproduzida a partir dos anseios dos agentes sociais excluídos - distintos entre si, porém, complementares cuja convivência entre seus produtores, a partir do seu construído, descortina com clareza o lugar que ambos ocupam no espaço urbano, mas sem, a princípio, destruir o limiar entre o legalmente produzido e o ilegalmente, às vezes, tolerado.

A questão, portanto, é tentar entender o porquê dessa tolerância e, principalmente, qual o seu limite. Afinal, o que representam as ocupações irregulares urbanas para os promotores imobiliários? Se instaladas em área de valorização ou nas proximidades de futuros empreendimentos, problema. Para o Estado? Transtornos, a contestação de sua ineficiência e/ou solução para amenizar a deficiência em atender a demanda. Para os socialmente excluídos? A resolução imediata dos seus problemas (RIBEIRO FILHO, 2017).

Aplicando a ordem legal o Estado necessita realizar a reintegração de posse, algo que pode gerar conflitos mais intensos, pois o judiciário tem o poder de convocar a força policial para expulsar os moradores. Ao se implementar esta medida, Estado e judiciário apresentam para a sociedade suas ineficiências. Um por não conseguir prover moradia a todos e o outro por não fazer o cumprimento da legislação. Logo, ambos expõem o confronto entre legalidade da questão da moradia frente a ilegalidade do processo. Em muitos casos, a solução do governo opta por tolerar as ocupações irregulares para não ser obrigado a agir legalmente ampliando ainda mais os conflitos entre aqueles que se intitulam necessitados por terra para a construção de moradias e não sendo acionado, o judiciário se exime da questão (FALCÃO, 2008).

A tolerância fundamenta-se, também, na regra do jogo capitalista na qual a cidade tem suas bases sustentadas tanto pelo Estado quanto pela economia (CASTELLS, 1983). Assim, o mercado da terra urbana age a partir da intervenção estatal fornecedora de infraestrutura capaz de promover a reprodução das forças de produção, a valorização territorial beneficiando, acima de tudo, os promotores imobiliários que também se favorecem com as ocupações irregulares porque mesmo precariamente, estes lugares passam a contar com a inserção de equipamentos de uso coletivo.

Esta valorização produz áreas diferenciadas por estes promotores imobiliários (capital privado) que contam com o Estado para regulamentar e por vezes subsidiar seus projetos. O Estado, por sua vez, ao mesmo tempo em que permite a consolidação das áreas ocupadas irregularmente, não proporciona assistência completa a estes moradores demonstrando claramente que os indivíduos são por ele tolerados.

As contradições inerentes ao sistema capitalista na cidade forçam a ilegalidade jurídica por parte dos socialmente excluídos a partir da ocupação irregular de terras urbanas conceituadas pela justiça como invasões, um “fenômeno coletivo” (FALCÃO, 2008, p.104). As ocupações são justificadas por quem a pratica frente à necessidade de obtenção da moradia, direito assegurado pela Constituição de 1988, fato que nos direciona a reflexão de que a ilegalidade do processo é amparada pela legalidade da questão da moradia. Sobre esse tema recorre-se a Raymundo Faoro (1981), por ele enfatizar que “a legalidade confere presunção de legitimidade se é eficaz e eficientemente realizada.” (p.55).

Partindo desta perspectiva, e direcionando a reflexão para a produção da ocupação da zona Leste de Manaus a partir das moradias construídas via ocupações irregulares urbanas, houve eficácia ao realiza-se o processo mesmo que para isso os ocupantes precisassem impor resistência ao Estado, pois 11 (onze) bairros foram constituídos por este processo eficientemente realizado por ter se alcançado o status de consolidado via regulamentação legal em diário oficial do município. Todavia, independente da existência ou não do título definitivo de terras a zona Leste de Manaus foi e continua reproduzida, porém, não apenas pelos grupos sociais excluídos, mas também, pelas ações estatais e privadas reconfigurando o que, a princípio é o lugar dos pobres.

### **5.1 Os agentes produtores do espaço urbano e as novas estruturas espaciais da zona leste de Manaus (AM)**

A zona Leste de Manaus, oriunda do processo de ocupações irregulares é reflexo da produção do espaço urbano como produto social sendo caracterizada, inclusive em dias atuais, como o lugar dos pobres, caracterização que não pode ser aplicada de forma generalizada em decorrência de práticas espaciais reprodutoras do espaço urbano que inseriram em sua configuração, espaços seletivos produtores de heterogeneidades.

A área foi ampliada não apenas pelos grupos sociais excluídos, mas pelo capital que reestruturou os lugares, alterando paisagens produzindo novos territórios, extinguindo alguns

e concedendo ao espaço urbano, novas dinâmicas direcionadas a proporcionar a existência de áreas mais seletivas e excludentes no intra de uma parcela do urbano da capital manauara.

Estas mudanças espaciais na cidade de Manaus não fugiram a regra das demais metrópoles. Aconteceu e acontece de forma acelerada em função da mudança de fluxos de pessoas e mercadorias no caso específico, na zona Leste gerado pela criação da Av. Grande Circular e inserção de moradias, fato que possibilitou a formação de um setor de comércio e serviços com vistas a atender esta população.

O Estado ao interligar a área a partir da Av. Grande Circular possibilitou maior dinamicidade ao lugar, promovendo, por sua vez, a ampliação não apenas da malha urbana a partir das ocupações irregulares de terra, mas também, do setor de comércio e serviços de Manaus com vistas a atender, num primeiro momento, as pessoas que passaram a residir nesta parcela do território da cidade, bem como fornecer subsídios para os promotores imobiliários atraírem público para residir e investir na zona Leste de Manaus.

Com população de mais de 400 mil habitantes (IBGE, 2010) A área de estudo apresenta expansão e diversificação do setor de comércio e serviços com dinâmica que nos permite a visualização do processo de descentralização (COLBY,1958), caracterizado por ser produtor de novas formas espaciais. No cerne deste desenvolvimento, Ribeiro Filho (2005) aponta os subcentros comerciais enfatizando que eles são passíveis de serem planejados (shopping centers) ou espontâneos (subcentros de bairros) estabelecendo eixos comerciais voltados para o comércio varejista, atacadista e as áreas especializadas.

Ressalta-se, porém que o processo de descentralização, não se estende por toda a zona Leste, localiza-se pontualmente ao longo da Avenida Grande Circular, em específico do complexo viário Eng. Luiz Augusto Veiga Soares, popularmente conhecido como Bola do São José até a Bola do produtor. Neste trecho da Av. Grande Circular há um (01) cartório de registro civil, duas (02) agências do Banco do Brasil, 01(uma) agência do Bradesco, 01 (uma) do Banco Itaú, uma (01) agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, áreas especializadas no setor de construção civil, peças de bicicletas e automóveis, comércio varejista de roupas, calçados e eletrodomésticos, drogarias, o Fórum Azarias Menescau, comércio informal, academias de ginásticas, delegacia, supermercados varejista e atacadista.

Entre este mesmo perímetro (figura 36) que compreende aproximadamente 6,1 km de extensão há 03 (três) shoppings centers. São eles: Uai Shopping São José, localizado na Alameda Cosme Ferreira esquina com a Bola do São José, o Shopping Grande Circular, a 1,8

km de distância do primeiro e o Shopping Cidade Leste a 3,2 km do Shopping Grande Circular.

**Figura 37** – Manaus (AM): localização dos Shoppings Centers no Subcentro da zona Leste



Fonte: imagem Google Earth, 2017. Organização, Tatiana Barbosa, abril de 2017.

Dos três (03) shopping centers existentes (figuras de 38 a 41), o Uai Shopping São José e o Shopping Cidade Leste têm como atrativo principal os serviços oferecidos à população da zona Leste denominados de Pronto Atendimento ao Cidadão (PAC). Nestes PAC's é possível encontrar da Defensoria Pública até posto de atendimento da companhia de abastecimento de energia elétrica. Há também, para além das agências bancárias na Av. Grande Circular agências bancárias instaladas no Uai Shopping São José (Caixa Econômica Federal) e shopping cidade leste (Caixa Econômica Federal e Bradesco).

Em se tratando ao shopping grande circular, este empreendimento planejado está em processo de expansão com previsão de inauguração para o ano de 2017. Este centro comercial está sendo produzido com o intuito de ser o maior da zona Leste, irá abrigar lojas âncoras, cinemas e amplo estacionamento impetrando com isso nova dinâmica refletida na estrutura

espacial da área que deverá sofrer intervenções maiores a fim de proporcionar aos frequentadores do empreendimento facilidade de acessibilidade.

**Figuras 38 a 41- Manaus (AM): Shoppings Centers que compõem o subcentro da zona Leste**



Figura 38 – Uai shopping São José, nas proximidades do complexo viário Luiz Augusto Veiga Soares;  
Figura 39 – Instalações atuais do shopping grande circular localizado na Av. Autaz Mirim no perímetro compreendido pelo bairro de São José Operário;  
Figura 40 – Novas instalações em construção do shopping grande circular, localizado ao lado do shopping nos dias atuais em funcionamento;  
Figura 41 – Shopping Cidade Leste, na Av. Autaz Mirim no trecho compreendido pelo bairro Tancredo Neves.  
Fonte: Pesquisa de campo, abril de 2017. Fotos de Jorge Barbosa.

As modificações espaciais da zona Leste em específico na Avenida Autaz Mirim são decorrentes da ação do Estado que, num primeiro momento, dotou este fragmento do espaço urbano de Manaus com infraestrutura; Não obstante, estas mudanças também são oriundas dos bairros que possuem a Av. Autaz Mirim como via central de circulação; Mais ainda, ao ser produzida e transformada como via de circulação rápida, sendo elo entre a zona Norte e Sul, houve valorização do solo urbano atraindo o mercado imobiliário. Todavia, não são construções destinadas a habitações que despertam o interesse dos promotores, mas sim, aquelas voltadas a receber salas comerciais, lojas e shoppings fato que corrobora com as

análises referentes ao solo urbano como receptor passivo dos meios de produção, circulação e de consumo (SANTOS, 2008; GOTTDIENER,1997).

E quanto aos bairros, quais modificações significativas o compõem e como estão estampadas em sua paisagem? Iniciam-se as análises a partir do bairro do Coroado, o primeiro a ter o título de terras repassado aos seus moradores. O Coroado é um dos maiores símbolos de resistência social da zona Leste de Manaus, com população de 51.354 habitantes (IBGE, 2010) tornando-se referência - o que não significa que ele seja o único - para a capital amazonense como o bairro que surgiu do processo de ocupações de terras com consolidação que ultrapassa os limites de seu surgimento, pois a Prefeitura estendeu a denominação do bairro até os limites do complexo viário Engenheiro Luiz Augusto Veiga Soares. Em linhas gerais, essa extensão dos limites do Coroado abarca os conjuntos residenciais, áreas cujos processos de produção foram distintos da criação do Coroado.

Os residentes na área de formação do bairro do Coroado têm como eixos principais de circulação as avenidas Beira Rio e Beira Mar (figuras 42 e 43) e sentem necessidade de deslocarem-se para a área central de Manaus ou para a Av. Autaz Mirim, por conta das agências bancárias e cartórios, pois no Coroado, há ruas comerciais ao longo do bairro compreendido por drogarias, casas de material de construção, mercado informal, açougues, supermercados, padarias, lojas de eletrodomésticos, roupas, calçados e feiras livres e a presença do Estado se faz mediante a instalação de delegacia de polícia, Unidade Básica de Saúde e escolas.

**Figuras 42 e 43** – Manaus (AM) Avenidas Beira Rio (à esquerda) e Beira Mar (a direita), vias principais do bairro Coroado, zona Leste da cidade.



Fonte: Pesquisa de campo, março/abril de 2017. Fotos: Jorge Barbosa e Roberto Protásio.

Avenidas Beira Rio e Beira Mar têm aproximadamente 1,5 km de extensão, são vias largas, sinalizadas e por margem um Igarapé canalizado que divide as vias, seguem sua morfologia. Estes eixos têm seu solo urbano com valor de troca maior por serem centrais e apresentarem estrutura física distinta das demais ruas do bairro.

Em se tratando da morfologia, é indispensável mencionar que o termo vem do grego (morphé + lógos + ía) e significa a ciência que trata da forma. Se por um lado o termo morfologia significa o estudo da forma, na Geografia ao associarmos a palavra urbana, busca-se analisar as formas espaciais interligando-os aos processos sociais por se entender que essa junção é primordial na compreensão da formação do espaço urbano (HARVEY, 1980). Trata-se, portanto, de formas oriundas de práticas sociais que modelam o urbano.

Formas que em sua maioria embora se apresentem estáticas são preenchidas por conteúdos sociais dinâmicos. Forma e conteúdo compõem, portanto, o espaço urbano e ambos são complementares resultantes das dinâmicas e lógicas espaciais e temporais (SANTOS, 2006). Isto implica que ao se estabelecer reflexões a cerca da morfologia urbana, deve-se antes, conhecer e entender os processos sociais que a constituíram.

Em se tratando das vias de circulação dos bairros produzidos em terrenos irregulares na zona Leste de Manaus, a característica que lhes é comum, diz respeito a forma das ocupações que de modo geral, seguem os ditos de quem a produz: baseados no planejamento a partir das suas concepções de planejar, que no geral, limita-se a destinar áreas para a construção de igrejas, quadras de esportes, praças escolas e a rua principal.

Portanto, no geral, assim como no Coroadó, apenas as ruas principais possuem traçado amplo seguindo a forma do terreno estando às vias paralelas com traçados estreitos, irregulares (figura 44), deixando evidente neste fragmento do espaço urbano que as formas espaciais são resultados das práticas espaciais adotadas pelos grupos sociais excluídos. Formas geometricamente irregulares, produzidas seguindo a lógica espacial, temporal, porém, não imutáveis realizadas, num primeiro momento por pessoas que se preocupavam em ter seu terreno para construir sua casa (a solução imediata) a margem do Estado, mas que em período seguinte exige dele, a resolução pelos problemas de infraestrutura que a área enfrenta.



tempo em que o Estado soluciona para alguns o problema pela ausência de moradias, ele também, na mesma área cria a escassez tendo em vista que a área ao receber melhores infraestruturas ficará destinada a quem pela terra pode pagar.

Essa valorização do solo urbano no bairro de São José Operário foi pontual. Ocorreu, como citado em capítulo anterior, com a abertura da Av. Autaz Mirim, fato que possibilitou inclusive a própria instalação do loteamento. Essa avenida, em dias atuais, com alto valor de mercado reconfigurou-se espacialmente sendo transformada no bojo da sua reprodução em importante área para exploração econômica, escasseando para muitos a terra urbana.

As mudanças espaciais da Av. Autaz Mirim impulsionaram a invasão-sucessão, conceito formulado por Robert Dickinson em 1947 (VASCONCELLOS, 2004) para designar a prática espacial que altera a utilização do solo por outra atividade distinta das elaboradas em sua produção primeira, Com a invasão sucessão na Av. Autaz Mirim, os excluídos passaram a vender suas moradias e se dirigiram para áreas mais periféricas da cidade.

Subdividido em quatro etapas, o bairro São José Operário é produto da segregação social materializado no espaço geográfico que reproduz em decorrência da inserção de equipamentos de uso coletivo/mudanças espaciais, o processo de segregação como consequência da valorização diferenciada do solo urbano. Quanto mais próxima da Av. Autaz Mirim dos empreendimentos comerciais planejados, maior o valor do solo urbano. Além da valorização nestes lugares, as vias centrais do bairro, porém, em menor escala, desenvolveram centros comerciais conferindo as áreas intenso fluxo de pessoas, veículos e mercadorias alterando a dinâmica do lugar que também começa a ter as residências substituídas por empreendimentos comerciais.

É pertinente ressaltar que embora o surgimento deste bairro tenha sido inicialmente planejado pelo poder municipal, para Manaus, o São José é fruto das ocupações irregulares de terras visto que este processo foi intenso após o surgimento planejado da área, fato este que explica o porquê de o lugar ser considerado como habitat dos pobres.

O início do bairro, nas proximidades da rotatória do S. José nos últimos 05 anos tiveram significativas intervenções estatais que alteraram em definitivo a paisagem e a dinâmica do lugar em função da construção do complexo viário Engenheiro Luiz Augusto Veiga Soares. Este complexo inaugurado em 01 de março de 2012 custou R\$ 53,6 milhões de reais é formado por um viaduto com duas alças, sendo uma direcionando o fluxo de veículos mais a Leste no sentido do bairro de Zumbi dos Palmares e a outra para a Av. Autaz Mirim (figuras de 45 a 48). Há no complexo passagem subterrânea conduzindo o fluxo advindo do

Distrito Industrial também para a direção Norte estando a rotatória destinada aos carros que desejam acessar a Alameda Cosme Ferreira sentido centro ou bairro.

**Figuras 45 a 48:** Manaus (AM), complexo viário Engenheiro Luiz Augusto Veiga Soares no bairro São José Operário, zona Leste da cidade



**Figuras 45:** Ccomplexo viário Engenheiro Luiz Augusto Veiga Soares em construção. Foto José Rezende, 23 de abril de 2011.

**Figura 46:** complexo viário Engenheiro Luiz Augusto Veiga Soares no dia de sua inauguração. Foto Marcio James/ Secretaria Municipal de Comunicação, 01 de março de 2012.

**Figuras 47 e 48:** complexo viário Engenheiro Luiz Augusto Veiga Soares em construção em dias atuais. Foto: Jorge Barbosa. Pesquisa de Campo, abril de 2017.

Pela construção deste complexo é possível ter a dimensão do fluxo de veículos que se direcionam para o Leste de Manaus. Sua produção foi fruto da necessidade de assegurar maior mobilidade às vias descritas por Vasconcellos (2005), como caminhos físicos destinados a circulação de veículos e pedestres. Estas ruas, consideradas arteriais por serem largas e formadas por duas pistas (VASCONCELOS, 2005), têm tráfego expressivo no entroncamento entre a Alameda Cosme Ferreira e Av. Autaz Mirim ocasionando constantes congestionamentos.

Como expressam Hoyle & Knowles (2001) “the transport tis part of the daily rhythm of live” (p.14) sendo juntamente com as vias o responsável pela articulação e distribuição espacial. Logo, a fluidez no trânsito se torna obrigatória, não porque a prioridade é o ir e vir dos indivíduos, mas sim porque os meios de produção não podem ficar a mercê de empecilhos que por ventura travem ou atrasem seus processos de produção.

Todavia, a obra realizada na zona Leste é reflexo desta necessidade, porém, sua construção apenas reposicionou o problema dos congestionamentos, pois a Av. Autaz Mirim projetada para ser estrada com de fluxo rápido, seguindo para o Sul da cidade na parte da manhã e para o Norte no chegar da noite, não consegue suportar no trecho de sua obra o fluxo de veículos nos horários de maior movimento causando retenção principalmente para o distrito industrial, gerando transtornos para os trabalhadores que precisam acordar mais cedo para chegar as fábricas e ao retornam de sua jornada de trabalho têm horas de seu descanso comprometidos, não podendo em absoluto, deixar de produzir o suficiente para as fábricas que ao mesmo tempo em que precisa deste trabalhador, não hesitam em substituí-lo caso seus rendimentos para a empresa sejam comprometidos.

As transformações espaciais oriundas desta construção iniciaram com o poder de desapropriação do Estado (GHON, 1999). Moradias foram demarcadas, posteriormente demolidas e seus habitantes indenizados conforme o valor que o Estado entendia como justo. Essa ação foi necessária para a construção que promoveu novas alterações espaciais: nas proximidades do complexo viário houve a criação de uma praça e a instalação de pontos comerciais tais como vidraçaria, metalúrgica, pet shop e a oferta de alguns serviços tanto laboratoriais quanto de informática.

Para além do surgimento destes empreendimentos, houve, por conseguinte, no início, a limpeza social - que consistiu na retirada do que não era agradável aos olhos- removendo barracas e lojas pertencentes ao circuito inferior da economia (SANTOS, 1979). Porém, como visualizado nas figuras 49 e50, existem aqueles que lutando por sua subsistência, resistem as imposições do poder público e mantém nos arredores do shopping barracas de lanches, frutas, roupas e pontos de moto táxis.

**Figuras 49 e 50** Manaus (AM), vista parcial e ampliada das proximidades do Uai Shopping São José, no complexo viário Engenheiro Luiz Augusto Veiga Soares, no bairro de São José Operário



Figura 49: Atividades informais desenvolvidas na I do bairro de São José na lateral do Uais Shopping São José.  
Figura 50: Vista ampliada das proximidades do Uai Shopping São José, no complexo viário Engenheiro Luiz Augusto Veiga Soares.

Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2017; Fotos de Jorge Barbosa.

Em se tratando do bairro de Armando Mendes com formação posterior a do São José distante a aproximadamente 2,0 km dele, uma das principais transformações foi em frente a sua entrada, pois até o fim dos anos 80 havia um lixão, localizado às margens da Av. Autaz Mirim, que servia como fonte de renda e alimentação para algumas famílias que residiam na área ou em suas proximidades. A respeito destes catadores pouco ou nada se pode afirmar, pois o contato com eles se tornou impossível, mas na Antropologia Urbana a literatura destaca que “o que mais bem agrupa essas pessoas, assim, é o fato de exercerem a atividade de catação como alternativa às restritas opções que lhes são oferecidas pelo mercado de trabalho. Essa é a característica comum que reúne esses homens e mulheres” (MAGALHÃES, 2012, p.19).

A partir da implementação do projeto geopolítico de interligação da zona Sul à zona Norte, o lixão e os catadores deixaram de ser invisíveis para o Estado, não porque houve a sensibilização com a situação destes indivíduos. Ao contrário. Foi a nova ordem econômica que proporcionava a Manaus retorno ao cenário mundial que permitiu a visibilidade destas pessoas, pois com a estrada tanto o lixão quanto os catadores eram entraves a ser superados por não se enquadrarem no programa geopolítico de inserção da Amazônia ao capitalismo internacional fato que, de imediato ocasionou na retirada do lixão que não se transformou posteriormente em área residencial.

Como condição geral de produção, o espaço urbano compreendido pela perspectiva capitalista é o *locus* da produção (CARLOS, 2008) fato possível de ser apreendido no Armando Mendes que ao ser legitimado pelo Estado aproximou os trabalhadores do processo produtivo ao asfaltar as vias propiciando mobilidade e acessibilidade a essas pessoas para garantir que empreguem sua força de trabalho no processo de produção de mercadorias, promovendo como consequência direta no trecho compreendido pelo bairro a inserção de empresas de transportes para atenderem a necessidade da produção no Distrito Industrial de Manaus.

Esta área da Av. Autaz Mirim está entre o complexo viário Engenheiro Luiz Augusto Veiga Soares e a rotatória popularmente denominada de Bola da Sansung precedendo para quem segue em direção a zona Norte, o subcentro da zona Leste. Como aprofundado em capítulo anterior, o Armando Mendes (figuras 51 e 52) foi uma das ocupações em áreas irregulares mais conflituosas da zona Leste, porém, a partir do momento que houve a sua consolidação, mudanças estruturais permitiram com que a área também abrigue na sua principal via, a Av. Itacolomy, embora em escala menor que a do Coroadó e São José Operário, pequenos comércios e assim como os demais, nota-se a presença do Estado por meio das escolas municipais, estaduais, delegacia de polícia e postos de saúde.

É preciso, porém relativizar quando se menciona a cerca da presença do Estado em áreas periféricas, pois residir nestas áreas pode ter um significado que extrapola o de ser um segregado, pois com a segregação vem a não possibilidade de oportunidades iguais em nível social, econômico, educacional, renda e cultural sendo, portanto, o morador de áreas periféricas em sua maioria, apenas a mão de obra necessária para a reprodução da força de trabalho indispensável para ampliação do capital (NERI, 2008).

**Figura 51 e 52** - Manaus (AM): vias, comércios e algumas moradias do bairro Armando Mendes, zona Leste da cidade



Fonte: Pesquisa de campo, abril de 2017, foto de Roberto Protásio.

O urbano tem sua dinâmica resultante das suas forças produtivas principalmente em áreas de grande aglomeração, afinal, nestas localidades as condições gerais de produção se encontram mais desenvolvidas (CARLOS, 2008) e Armando Mendes, com sua consolidação e proximidade do Distrito Industrial recebeu ocupações irregulares em momento posterior a sua oficialização enquanto bairro. São estas novas produções, como por exemplo, a comunidade da Sharp (figura 53) , formada na década de 2000, que deixam evidente as contradições oriundas do processo produtivo capitalista geradores de crescimento econômico de um lado e pouco ou nenhum desenvolvimento econômico para os habitantes que evidenciam a face da pobreza existente em Manaus na paisagem não apenas para quem circula pelo interior de seu bairro, mas também, pela Avenida Autaz Mirim. Estas novas áreas do bairro Armando Mendes têm como particularidade a denominação das suas vias com os nomes das fábricas que compunham e compõem o pólo industrial de Manaus

**Figura 53** – Manaus (AM): recorte da Imagem de satélite sobre o igarapé pertencente à comunidade da Sharp no bairro de Armando Mendes



**Fonte:** Google Earth, 2017. Organização, Tatiana Barbosa, abril de 2017.

A comunidade da Sharp ao ser criada reproduz o modelo de ocupações irregulares as margens dos igarapés, no caso específico, do igarapé do quarenta neste trecho conhecido como igarapé da Sharp que entrou em 2013 no catálogo de obras do Estado pelo Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim) com previsão de término em 2015.

O Prosamim se propunha a revitalizar urbanisticamente e ambientalmente os igarapés de Manaus, foi implementado pelo governo de Eduardo Braga que de fato, mudou a paisagem

social e cultural nos principais igarapés ocupados na década de 1970 e a comunidade da Sharp passara a ser contemplada com o Programa em virtude dos constantes problemas com as enchentes. Não obstante, este não foi o principal motivo da intervenção Estatal, haja vista que a comunidade está às margens da Av. Autaz Mirim/Grande Circular (figuras 54 e 55). O problema, porém, é que as obras de fato começaram a ser executadas, mas não foram finalizadas no ano programado e o governo seguinte não deu prosseguimento por ser a obra uma política de governo (SOUZA, 2002).

**Figura 54** Manaus (AM), comunidade da Sharp localizada no bairro de Armando Mendes, zona Leste da cidade



Figura 54: comunidade da Sharp às margens da A. Autaz Mirim, no trecho compreendido pelo bairro de Armando Mendes.

Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2017. Foto: Jorge Barbosa.

**Figura 55** Manaus (AM), comunidade da Sharp localizada no bairro de Armando Mendes, zona Leste da cidade



Figura 55: comunidade da Sharp às margens da A. Autaz Mirim, no trecho compreendido pelo bairro de Armando Mendes.

Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2017. Foto: Jorge Barbosa.

Não muito diferente do Armando Mendes, o Zumbi dos Palmeres também tem em sua configuração a reprodução de ocupações irregulares demonstrando que a continuidade da zona Leste engloba o mesmo processo de sua criação refletindo assim, a dinâmica de expansão da cidade de Manaus que ao mesmo tempo em que se industrializava via consolidação do pólo industrial, espriava a exclusão social por suas vias reforçando, por sua vez, um dos maiores problemas do Estado do Amazonas, a concentração de atividades econômicas na capital (OLIVEIRA, 2003).

O Zumbi dos Palmares é reflexo das mudanças espaciais e estruturais oriundas do capitalismo que ao mesmo tempo em que exclui os indivíduos se adequa às suas necessidades. Ao ser ocupado irregularmente, madeireiras, casas de materiais de construção, ferragens e pequenos comércios passavam a compor a paisagem da área. A premência por construir sua casa de acordo com o possível permitiu no lugar a instalação de comércio especializado para

atender a demanda que autoconstrói sua casa, na maioria dos casos de forma lenta e gradual, fato que permitiu a consolidação do setor de produtos voltados para a construção civil.

Não obstante, no capitalismo o desenvolvimento do urbano, muda seu conteúdo e a aglomeração no bairro é propícia para o sistema capitalista que conta com o Estado para garantir sua reprodução ampliada. Essa garantia materializou-se com a inserção de melhoramentos urbanísticos em sua via principal que, assim como a Autaz Mirim, vem substituindo moradias por comércios (figuras 56 e 57).

**Figuras 56 e 57:** Manaus (AM) Empreendimentos comerciais ao longo da Alameda Cosme Ferreira no trecho compreendido pelo bairro de Zumbi dos Palmares na zona Leste da cidade



Figura 56: imagem de uma das madeireiras concentradas no bairro de Zumbi dos Palmares  
Figura 57: comércios diversificados no bairro de Zumbi dos Palmares.

Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2017. Foto da autora.

A dinâmica comercial do Zumbi tem permitido com que bairro se destaque na zona Leste da cidade. Nele, assim como no Coroadó, há diversidade das atividades econômicas, porém, o que o diferencia do Coroadó é que por estar em via principal, e ser lugar de passagem para quem vai mais a Leste de Manaus, o centro comercial do Zumbi não fica restrito aos seus moradores. Esta via em decorrência de sua localização, do acesso aos equipamentos urbanos, do ritmo e tipo de crescimento econômico tem permitido que ao longo do seu percurso, o solo urbano adquira maior valorização gerando, por sua vez, maior especulação sobre os terrenos fruto de atividade produtiva visando ganhos monetários sobre as áreas (SANTOS, 2008).

O desenvolvimento da complexidade das relações sociais é expresso pela segregação também intitulada de sócioespacial fruto principalmente da diferenciação econômica (VILLAÇA, 2000; NEGRI, 2008). Na divisa entre o Zumbi dos Palmares e São José Operário, tem-se o Tancredo Neves, com produção espacial que reflete na paisagem a relação entre renda e lugar de moradia. O bairro Tancredo Neves não difere dos demais produzidos mediante ocupação irregular, porém, tem um nível de precariedade mais acentuado. Suas ruas estreitas, irregulares com morfologia seguindo o relevo da área, servem tanto para os veículos quanto para os pedestres; As residências são autoconstruídas (figuras 57 e 58) e estendem seus limites até a guia de calçada explicitando para quem pelo bairro percorre forte desigualdade social corroborando com as análises pertinentes a atuação do Estado nestes bairros oriundos de ocupações irregulares: toleram-nos e propiciam o mínimo para a reprodução da força de trabalho.

**Figura 58 e 59**– Manaus (AM): modelo de residências autoconstruídas no bairro Tancredo Neves na zona Leste da cidade.



Figura 58 e 59 - Modelo de residências autoconstruídas localizadas na rua Natal no bairro de Tancredo Neves. Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2017. Fotos de Jorge Barbosa.

O Tancredo Neves está na área onde se localiza o subcentro da zona Leste, mas ainda assim concentra em seu interior, padarias, pequenas lojas de confecção oferecendo, também serviços. Das transformações espaciais mais aparentes, observa-se o padrão das casas autoconstruídas. Em sua maioria elas aparecem na paisagem como obra inacabada e muitas famílias fazem da frente de suas moradias pequenas mercearias para complementar a renda. Algumas destas atividades, inclusive, são as únicas fontes de sustento da família.

O Tancredo Neves assim como o bairro Jorge Teixeira faz divisa administrativa com a zona Norte. Na prática aproximadamente 1,3 km sentindo Norte da Av. Autaz Mirim pertence à zona Norte de Manaus enquanto o lado destro, o bairro de Jorge Teixeira, a zona Leste. É nos limites do Tancredo Neves com a zona Norte que há o fuxico (figuras 60 e 61), área assim denominada por ter quantidade expressiva de camelôs, circulação de pessoas, lojas varejistas de eletrodomésticos e também do Shopping Cidade Leste, integrante, portanto, do subcentro da zona Leste.

**Figuras 60** – Manaus (AM): Fuxico, área de intenso fluxo de pessoas e mercadorias na divisão administrativa entre a zona Leste e Norte



Figura 60 - Fuxico na entrada para o bairro Jorge Teixeira na Av. Autaz Mirim e bairro Tancredo Neves  
Fonte: Pesquisa de Campo, Abril de 2017. Foto da autora.

**Figura 61** – Manaus (AM): Fuxico, área de intenso fluxo de pessoas e mercadorias na divisão administrativa entre a zona Leste e Norte



Figura 61: Fuxico na entrada para o bairro Jorge Teixeira na Av. Autaz Mirim e bairro Tancredo Neves  
Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2017. Foto da autora.

O bairro denominado Jorge Teixeira, por sua vez, contém mais de 100 mil habitantes para além de ser um dos que mais chamam a atenção quanto às transformações espaciais, é também, em decorrência do seu número de habitantes reflexos da produção capitalista no espaço urbano. O bairro permite observar em escala ampliada a dialética desta produção em Manaus, a cidade que mediante ações do Estado capitalista atrai a partir do seu processo de constituição econômica mão de obra necessária para ampliar o capital, sem, contudo, propiciar condições suficientes para assegurar a reprodução da força de trabalho.

Oriundo da doação de lotes pela prefeitura, para algumas famílias, os moradores do Jorge Teixeira não obtiveram por parte do Estado condições de moradia digna e contaram com a reprodução do bairro desenvolvida via ocupações irregulares por pessoas que em Manaus chegavam atraídas com a possibilidade de emprego e moradia.

A interferência do Estado no bairro foi com a construção de vias larga sendo a Avenida Itaubá a principal. A entrada do bairro de Jorge Teixeira é marcada pela concentração de lojas atacadistas especializadas em bebidas e gêneros alimentícios. Esta

concentração causa impacto na paisagem deste fragmento do urbano durante o dia por possuir excesso de caminhões e veículos de porte médio destinado para o fretamento de mercadorias proporcionando ao lugar dificuldades com o tráfego não apenas de veículo, mas também, de pedestres, que, de forma geral, na zona Leste são os que menos têm suas necessidades quanto a acessibilidade respeitadas.

A forma como se dá o acesso ao espaço urbano relaciona-se a mobilidade dos indivíduos com ele. Isto implica que aqueles que, temporariamente, ou não, estejam com a mobilidade reduzida, enfrentam na zona Leste de Manaus – e esse problema não se restringe a esta zona da cidade – sérias dificuldades para se locomoverem tanto no interior dos bairros quanto na sua artéria principal, a Av. Autaz Mirim.

Intervenções urbanísticas no bairro Jorge Teixeira por parte do Estado têm causado a valorização do solo urbano, mas não há nesse pacote de investimentos a prioridade da mobilidade e acessibilidade das pessoas a pé pelo bairro. O que há com estas intervenções urbanísticas é a valorização do solo urbano pelo Estado que atrai para a área redes de supermercados tanto atacadistas quanto varejistas, lojas de confecções e de peças automotivas. Todavia, ao mesmo tempo em que Estado favorece infraestrutura para ampliação destes empreendimentos que necessitam do consumidor, ele não propicia a ele a possibilidade de acessar estes estabelecimentos com relativa facilidade.

O bairro por sua vez é dividido em etapas que vão da I a IV e não fugiu ao que se aparenta como lógica na produção da zona Leste: reproduziu-se também com os excluídos a partir de novas ocupações irregulares, como a denominada de João Paulo que surgiu em 1992 ampliando mais a Leste a malha urbana de Manaus.

Se o bairro de Jorge Teixeira está nos limites da zona Leste com a Zona Norte, o bairro de Mauazinho está com a zona Sul e a dinâmica deste bairro juntamente com os bairros de Puraquequara e Colônia Antônio Aleixo tem o rio Negro como elemento que os diferenciam dos demais, pois a vida de alguns moradores está intimamente ligada com o rio, mas esta ligação não necessariamente advém porque dele se tira o sustento, mas porque o rio faz parte da paisagem das janelas de suas casas, carros, ônibus... ( figura 62). Dos três, as análises se iniciam com o Mauazinho.

**Figura 62-** Manaus (AM): Porto da Ceasa no bairro de Mauazinho, zona Leste da cidade, ao fundo se avista o rio Negro



Figura 62 – Trecho inicial da BR 319 em Manaus no porto da Ceasa localizado no bairro de Mauazinho. Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2017. Foto de Jorge Barbosa.

A BR 319 passa pelos limites do bairro que possui a Marinha em seu território, um posto da Polícia Rodoviária Federal e o porto da Ceasa. Neste porto há feira livre, o terminal de passageiros de lanchas intituladas como *a jato* e balsas que transportam veículos, pessoas e mercadorias interligando a BR 319 a Porto Velho (RO) e aos municípios de Humaitá, Manicoré e Lábrea, todos no Sul do Amazonas.

A estrada federal juntamente com o Porto da Ceasa proporcionou ao bairro transformações espaciais e poucas são as residências instaladas nas margens da rodovia sem, porém, fazerem frente para a BR 319 que não apresenta no perímetro que corta o bairro do Mauazinho, estabelecimentos comerciais. Por conta destas balsas o comércio restringe-se a feira, alguns bares, padarias e venda por ambulantes de gêneros alimentícios. No interior do Mauazinho o que se pode observar é a dinâmica intensa na estreita avenida rio Negro ( figura 63), a principal do bairro. Nesta avenida é possível encontrar da feira livre, pequenas casas que vendem material de construção ao posto de saúde.

**Figura 63** – Manaus (AM): Concentração comercial na principal avenida do bairro de Mauazinho, zona Leste da cidade.



Figura 63 – Comércio ao longo da Av. rio Negro no bairro de Mauazinho.  
Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2017. Foto de Jorge Barbosa.

Ao término desta avenida há a estação de tratamento de água do Mauazinho e é neste trecho que alguns moradores têm a possibilidade de avistar o encontro das águas entre os rios Negro e Solimões, elemento natural que poderia elevar o valor do solo urbano na área se ela não fosse uma encosta permeada de pequenos becos. Afinal, “a terra como mercadoria tem um valor que se expressa através da localização, papel e grau de inter-relação com o espaço global produzido, mesmo que seja potencial, dentro de condições específicas” (CARLOS, 2008, p.170), sendo relevo do terreno e o construído sobre a terra itens que ajudam a diferenciar o valor do solo urbano. Além do mais, a paisagem urbana do lugar, para além de ser constituída por casas construídas sobre a guia de calçada possui os fios fragmentando a visão de uma das belezas naturais mais bonitas da cidade.

Sobre esta questão, Ana Fani (2008, p.171) segue suas reflexões explicitando que a ideia de localização é direcionada pela produção espacial geral, e, portanto, sofre alteração tão logo as forças produtivas se desenvolvem subordinadas às necessidades, exigências, objetivos e valores de determinada sociedade. Assim, o rio como elemento natural de valorização só passará a ser considerado como tal se houver intervenção urbanística seja ela via ação estatal

ou iniciativa privada principalmente porque ao Sul do bairro há predominância de residências mistas com material em madeira e alvenaria e só é possível alcançar algumas residências a pé (figuras 64 e 65).

**Figuras 64 e 65-** Manaus (AM): área ao sul do bairro de Mauazinho, zona Leste da cidade



Figura 64: Beco Cozama localizado na rua Ponta do Vento, no fundo do vale vizinho a Subestação de tratamento de água

Figura 65– Término da Av. rio Negro, às margens do rio de mesmo nome da via.

Fonte: Pesquisa de campo, abril de 2017. Fotos, Jorge Barbosa.

É fato que o uso do solo é intrínseco a situações específicas do processo de produção das relações capitalistas, estando o modo de ocupação de determinado lugar na cidade em função da imprescindibilidade da execução de determinada ação (CARLOS, 2008) fato expresso no Mauazinho mediante a particularidade na produção espacial do bairro. Trata-se das empresas de transportes que enviam e recebem carregamentos para todo o Brasil. Na área, em decorrência destas empresas houve a ocupação das calçadas por caminhões, contêineres, lanches, borracharias e a implantação de oficinas especializadas que se concentram na Av. Abiurana, no trecho mais próximo do entroncamento com a BR 319 e também, no início da Av. rio Negro.

Outro bairro que tem o rio presente na paisagem dos moradores, paisagem que de modo algum é estática, e não se limita ao visível, haja vista que a paisagem compreende os cheiros, sensações, percepções e sons é o Puraquequara. Sua gênese, como mencionado, data de 1920 e surgiu tendo o rio como elemento que possibilitou sua produção e posterior reprodução. O Puraquequara é o bairro mais a Leste de Manaus, distante 35 km em linha reta do centro da cidade é também um dos bairros menos conhecidos pelos manauaras.

Ao se chegar no Puraquequara tem-se a sensação de haver um tempo-espço diferenciado, como se o rural e o urbano embora distintos fossem de certa forma um só. Um lugar de sítios formados ao longo da estrada principal que leva o nome do bairro sendo lentamente substituídos por empresas, restaurantes, bares, hotéis. Um processo de invasão-sucessão que destoa, por exemplo, dos apresentados nas artérias principais da zona Leste porque não há um adensamento no solo causado por esses empreendimentos, há muitos sítios e com o avançar para a estrada surge na paisagem os empreendimentos deixando aparente que as transformações, embora lentas, são graduais e não cessam.

O tempo-espço diferenciado medido por meio do cotidiano é o tempo dentro do tempo (SANTOS,1990) eis, portanto, o cerne da questão a ser discutida agora. Na Amazônia esse tempo é diferenciado, para quem lida diretamente com o rio, a terra, a vida na floresta onde o rural se sobressai ao urbano. Trata-se de um tempo que parece lento em razão das práticas espaciais muito mais ligadas aos rios daqueles que vivenciam a dinâmica do lugar.

O Puraquequara, na escala do urbano de Manaus se distancia por ter em sua paisagem a predominância de extensos sítios, bares e balneários, itens destinados ao lazer exatamente porque a área oferece elementos naturais capaz de permitir a quem nela está à sensação de não se estar enraizado no urbano da metrópole, mas sim das cidades do interior da Amazônia. Na mesma medida, o bairro é produzido tanto por indivíduos que vivenciam o tempo lento quanto por aqueles que se deslocam para seus trabalhos e faculdades, para a vida no cotidiano - que também produz espaços opacos- (SANTOS, 1990) em Manaus.

De quatro a seis meses, em decorrência da cheia e vazante dos rios é possível chegar ao núcleo do Puraquequara pelo lago de mesmo nome e é por ele que a paisagem do bairro se entrelaça ainda mais às apresentadas nas cidades do interior da Amazônia descrita por José Aldemir de Oliveira (2006) da seguinte forma:

Dessas cidades temos a primeira visão de longe quando o barco em que navegamos se aproxima. Se for dia vemos a torre da telefônica, antes viamos a torre da igreja [...] chega-se ao porto, em que tudo é transitório. A improvisação do local onde param os barcos dá a quem chega a impressão de que, nas pequenas cidades da

Amazônia, nada é perene, tudo é temporário, inacabado e precocemente deteriorado [...] O rio, a floresta e a cidade têm no porto a fronteira entre a realidade e a ficção, possibilitando-nos leituras múltiplas de espaços-tempos diversos. É quase sempre assim que se chega à maioria das cidades ribeirinhas e delas se tem a primeira impressão, que nem sempre fica, pois a concretude de um arruamento caótico, de equipamentos urbanos inexistentes ou inadequados, dá outra impressão dessas pequenas cidades mergulhadas na inércia (p.27).

No caso deste bairro, também se avista a torre da igreja que fica de frente para o lago na área de relevo mais elevada e a inércia do lugar é corrompida pela dinâmica que o envolve nos finais de semana que por sua vez se altera com o baixar das águas do lago. O lago possui casas flutuantes comerciais voltadas para atividades náuticas, lazer, bares e restaurantes

A dinâmica existente às margens do lago também é produzida por pescadores que são residentes tanto do Puraquequara quanto do bairro vizinho, o Colônia Antônio Aleixo. Estes pescadores têm no rio o desenrolar de seu cotidiano. Dele tiram o peixe para sobreviver e comercializar. Para isso, atracam suas canoas às margens da feira do Puraquequara, suporte destes pescadores, ou inserem o peixe na caixa de isopor, em cima de lonas (figuras 66 e 67) para a venda do pescado.

**Figuras 66 e 67** - Manaus (AM): pescado comercializado às margens do lago de Puraquequara na zona Leste da cidade



Figura 66 e 67 – Dinâmica comercial às margens do lado de Puraquequara.  
Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2017. Foto: Jorge Barbosa.

O bairro também tem em seu perímetro o Igarapé de Boa Vista que se interliga ao lago fazendo confluência com o rio Amazonas também há atividade comercial voltado para a navegação e há matadouro. Na prática isto implica que o mesmo item que proporciona lazer é o que tem atraído empresas, algumas, inclusive recebem e enviam mercadorias para abastecer o mercado nacional e internacional.

Estes empreendimentos privados (figura 68) se instalaram no Puraquequara privatizando as margens do rio alterando a paisagem fluvial do lugar com o fluxo de pessoas e mercadorias e causando impactos visuais que destoam por completo da paisagem comumente vivenciada pelos moradores composta em sua maioria pelo verde das florestas e o negro do asfalto.

A facilidade do ir e vir por meio do rio Amazonas das mercadorias que as empresas produzem, importam ou beneficiam foi fator decisivo para a instalação destes empreendimentos em área relativamente afastada do centro da metrópole. O Puraquequara, inclusive, possui uma grande transportadora prestadora de serviços na realização da logística de muitas outras fábricas pertencentes ao Distrito Industrial de Manaus.

**Figura 68**– Manaus (AM): paisagem produzida pela empresa instalada ao longo da estrada do Puraquequara, zona Leste da cidade



Figura 68- Empresa instalada às margens da estrada do Puraquequara com terreno que se apropria das margens do rio Amazonas.

Fonte: Pesquisa de campo, abril de 2017. Foto: Jorge Barbosa

Como mencionado em capítulo anterior, o bairro de Puraquequara abriga na comunidade de Bela Vista a Unidade Prisional do Puraquequara. Se as empresas citadas já proporcionam impacto na paisagem do bairro, a unidade prisional gerou para além das modificações na paisagem, resistência (vencida pelo Estado), impacção e medo aos moradores da comunidade cujo Ramal do Aleixo, via que permite o acesso a ela, tem ao longo de seu percurso extensos sítios agroflorestais (imagens 69 e 70) que proporcionam, inclusive o sustento de algumas famílias.

**Figura 69** – Manaus (AM): Sítios agroflorestais no ramal do Aleixo, comunidade Bela Vista, Puraquequara, zona Leste da cidade



Figura 69 – Ramal do Aleixo, comunidade Bela Vista, bairro de Puraquequara  
Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2017. Foto: Jorge Barbosa.

**Figura 70** – Manaus (AM): Sítios agroflorestais no ramal do Aleixo, comunidade Bela Vista, Puraquequara, zona Leste da cidade



Figura 70 – Ramal do Aleixo, comunidade Bela Vista, bairro de Puraquequara  
Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2017. Foto: Jorge Barbosa.

Em se tratando do bairro Colônia Antônio Aleixo, cuja origem remonta ao isolamento que o Estado impunha como necessário aos indivíduos que tinham a doença de Hanseníase, embora as margens do Lago do Aleixo, a dinâmica da área é distinta ao do Puraquequara. Oriundo da segregação, o Colônia continua sendo lembrado pelos habitantes contemporâneos a sua formação como o lugar destinado as pessoas doentes.

Esta lembrança, que a princípio estigmatizou o lugar, em decorrência das transformações sociais e espaciais do bairro modificam com o passar dos anos a imagem negativa atribuída ao Colônia. Negativa porque acreditava-se que esta doença era transmissível pelo contato. Negativa porque o próprio Estado foi o responsável pela inserção do estigma.

Dentre os muitos significados do termo estigma a “marca” é um dos que mais se aplicam ao que aqui se presente abordar. A palavra estigma é oriunda da Grécia e dizia respeito ao timbre elaborado com ferro quente, ou cortes no corpo dos escravos, criminosos

ou traidores para deixar evidente que aquelas pessoas deveriam ser evitadas. Aplicando-se este termo para a sociedade, nos dias atuais, GOFFMAN (1975) explicita que há uma categorização de pessoas em relação ao total de atributos que, por serem comuns, são passíveis de serem agrupados e classificados como naturais ou não para os membros de cada um deles.

Esta classificação em sendo criada por grupos alheios a determinados processos sociais, no caso específico da gênese desse bairro gerou sobre os participantes deste processo um estigma negativo posto que o próprio Estado, como mencionado, segregava os moradores remetendo-os a situação de total isolamento. Temos então o processo de geração de duas identidades: a real e virtual, onde a real diz respeito exatamente aos atributos comuns que os indivíduos e/ou lugares possuem e o virtual, ao que o outro, não participante do processo ou do lugar em questão impõe a quem participa.

Sendo assim, o termo estigma é usado em referência a um atributo profundamente depreciativo GOFFMAN (1975). Portanto, as pessoas são estigmatizadas quando rotuladas e ligadas a características indesejáveis capazes de depreciar o status dos indivíduos discriminando-os por serem quem são ocupando o lugar que ocupam, posto que o contexto histórico, social e cultural das pessoas e dos lugares é indispensável para a formulação do estigma (CARDOSO &SIQUEIRA, 2011).

Todavia, o estigma é passível de ser eliminado com o passar dos anos não porque a formação histórica social e cultural é esquecida. Ao contrário, não se pode modificar a gênese dos lugares, mas a formação social e cultural, por sua vez, não é estática. Por isso, o Colônia Antônio Aleixo mediante a inserção de novas práticas espaciais inseridas pelo mesmo Estado que a segregava, possibilitou a sua inserção da área a malha urbana de Manaus a partir da abertura da estrada do Aleixo.

Assim, aos poucos, os territórios ocupados vão produzindo símbolos próprios, novas identidades, re-significações geradas pelas ações sejam elas estatais, do grande capital ou individuais. As reproduções enraizadas no bairro vão conferindo a área novos valores ratifico que quem participa ativamente desta re-significação é o Estado que age, seja por meio dos melhoramentos urbanísticos para atrair novos investimentos e moradores remodelando o urbano do bairro.

O homem ao longo de sua história vai construindo as relações que o constroem como ser humano desenvolvidas mediante relações divergentes que se superam, se complementam ou se desenvolvem na medida que cada uma delas intrinsecamente são contraditórias

(CARLOS, 2008). Relações norteadas pelo Estado no bairro Colônia Antônio Aleixo que o transformaram a partir da abertura da estrada do Aleixo, em nova área de ocupação irregular dinamizando sua reprodução que, passou a ser ampliada acompanhando o relevo da área que assim como o Mauazinho, tem em sua paisagem a natureza ao longo de uma das suas principais vias, a rua Ernesto Costa ( figuras 70 e 71).

**Figuras 71 e 72** – Manaus (AM) Rua Ernesto Costa, principal via do bairro Colônia Antônio Aleixo que contorna o lago do Aleixo



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2017. Foto: Jorge Barbosa.

Ao contrário do Mauazinho, os moradores não ocuparam toda a encosta do lago o que permite o acesso à natureza. Porém, no lago há algumas casas flutuantes que servem tanto para moradia e área de lazer por alguns, quanto de porto para os moradores que utilizam o rio para sua subsistência, por meio da pesca ou até mesmo pela prática do ecoturismo na região.

Em sua dinâmica não há rua específica ao longo do bairro ocupada por pequenos comércios. Estes estão presentes em todo o Colônia Antônio Aleixo, fato que o diferencia dos demais bairros até aqui analisados fato que corrobora para a compreensão que se tem a respeito da dinâmica de produção e reprodução que em tempo algum permite que o espaço urbano seja entendido como produto único e finalizado.

A partir da observação da paisagem é possível, com olhar atencioso para o seu movimento engendrado pela lógica necessária para a continuidade das relações capitalistas, apreender, num dado momento, o espaço geográfico. Por esta perspectiva, tem-se a análise dos bairros Gilberto Mestrinho e Distrito Industrial II, transparentes, de imediato na paisagem urbana refletindo a sua condição de bairros recentes sem, portanto, diferenciarem-se da lógica da produção das ocupações irregulares.

O fator condizente a gênese dos bairros em questão capaz de aproximar o Gilberto Mestrinho do Distrito Industrial II é que as ocupações irregulares surgiram em relevos acidentados aproveitando a estrutura implementada pelo Estado para as empresas que hoje convivem em seu entorno com estes bairros. O Distrito Industrial II (figura 72) dentre os bairros da zona Leste é o que possui menor produção espacial, o que não significa, porém, que a área não possua fluxo intenso, pois o ir e vir de pessoas e mercadorias das fábricas nele inseridas é contínuo.

**Figura 73**– Manaus (AM): moradias do bairro Distrito Industrial II, zona Leste da cidade



Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2017. Foto da autora.

Esse perímetro na zona Leste destinado pelo Estado para as indústrias aprofunda a divisão espacial do trabalho redefinindo, por sua vez, o uso do solo urbano (CARLOS, 2008) que paulatinamente ganhará novos equipamentos de uso coletivo atraindo investidores principalmente do ramo imobiliário que ficarão com as melhores áreas. Os grupos sociais excluídos, por sua vez, se alojam na área do Distrito Industrial II que para eles, é possível. Moradores que estão envoltos aos grandes proprietários dos meios de produção que deles necessitam, mas por eles são explorados recebendo salários que os direcionam a habitar nas áreas sem quaisquer amenidades físicas e sociais.

O processo de produção só pode realizar-se caso haja condições que permitam seu amplo desenvolvimento. Por condições entende-se a existência da atuação Estatal garantindo à inserção de infraestrutura que não se limita a abertura de estradas. A rede telecomunicações, energia e principalmente internet (CARLOS, 2008; CORRÊA, 2003). A disponibilidade destes itens no espaço geográfico, como ímã atrai os indivíduos que proferem não ter casa para morar e assim, instalam-se no entorno das empresas, fato que também ocorreu com a criação do bairro Gilberto Mestrinho (figura 74).

**Figura 74** – Manaus (AM): vista parcial do bairro Gilberto Mestrinho produzido no entorno de fábricas



Figura 74 – Vista parcial do bairro Gilberto Mestrinho a partir da Av. dos Oitis, zona Leste da cidade.

Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2017. Foto: Jorge Barbosa.

O Distrito Industrial, por também se tratar de área destinada as fábricas do pólo industrial, foi o lugar escolhido pelo Estado para inserção do Conjunto Presidente Lula, sendo, portanto, a nona etapa do projeto denominado de Conjunto Cidadão (figuras 74 e 75). Oliveira (2013) destaca que em Manaus os conjuntos habitacionais foram instalados, em sua maioria em áreas periféricas distante do centro da cidade, prática corriqueira nas cidades brasileiras que força a expansão da malha urbana, espalhando-a e conferindo a paisagem urbana nova dinâmica, iniciada com o desmatamento cuja continuidade se faz mediante o cotidiano dos indivíduos que passam a residir nestes conjuntos habitacionais.

**Figuras 75 e 76**– Manaus (AM) Imagens do residencial Presidente Lula no bairro Distrito Industrial II, zona Leste da cidade.



Figura 75– Conjunto Cidadão IX intitulado de Presidente Lula no Distrito Industrial II com a cesso pela Estrada do Aleixo.

Figura 76 – Padrão das casas entregues pelo Estado no Conj. Cidadão IX

Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2017. Foto: Jorge Barbosa.

Mais do que o Gilberto Mestrinho que em seu perímetro compreende fábricas do polo industrial de Manaus, a particularidade do Distrito Industrial II consiste no fato da área ser a princípio destinada as fábricas. Posteriormente, não fugindo à logica de produção do espaço urbano em Manaus, a área passa a ser ocupada irregularmente, em seguida, recebe nova intervenção estatal com a criação do Conjunto Presidente Lula.

O Distrito Industrial II na configuração da malha urbana de Manaus aparece como área propícia a receber novos investimentos. Esse recente bairro no momento, para os promotores imobiliários, os proprietários dos meios de produção e o Estado representa a possibilidade de intervirem reproduzindo o modelo de produção capitalista.

Em contrapartida, se para estes agentes o solo urbano do bairro destina-se a esse fim, para os excluídos da cidade ele é a oportunidade de obtenção da casa própria nem que para isso, suas residências sejam como o é no momento, construídas no fundo dos vales, pois as vias principais e melhor localizadas já estão destinados aos agentes acima citados. Em linhas gerais, em dias atuais, há a reprodução da gênese que produziu a zona Leste por meio da criação de novas áreas residenciais via ocupações irregulares de terra.

## 5.2 A continuidade do processo de ocupação irregular na zona Leste de Manaus

O crescimento populacional de Manaus registrado pelo IBGE (2010) é expressivo e vem seguindo a lógica da produção espacial da capital do Pólo Industrial da Amazônia. Os dados fornecidos pelo referido Instituto nos indicam que no período compreendido de 1980 a 2000, ou seja, duas décadas, houve um acréscimo de 770.377 pessoas.

Ao observarmos as estimativas de crescimento populacional repassadas pelo IBGE (2010), para o corrente ano, tem-se de imediato que esse acréscimo, apresenta de 2000 a 2017 (17 anos), exatos 690. 595 habitantes. A 03 (três) anos do novo recenseamento já é possível estabelecer a análise que está havendo um equilíbrio referente ao desenvolvimento de Manaus em relação às duas décadas anteriores quanto ao crescimento populacional da cidade.

Havendo esse acréscimo, indubitavelmente a demanda por moradias, cresce, mas a prática de se planejar o espaço da cidade Manaus, é similar as elaboradas nas décadas passadas. Maricato (2011) destaca ser necessário ter por parte do Estado um planejamento urbano direcionado para as moradias sociais e, obviamente transporte eficiente que permita o ir e vir destes moradores. Não havendo empenho para solucionar o déficit habitacional que como afirmado, não se milita a não possui um teto, os agentes sociais excluídos, se prontificam a solucionar a sua maneira o problema por não se possuir um teto próprio para chamar de seu.

Os agentes sociais excluídos formam, portanto, a cidade real, permeada de problemas inerentes a sua própria produção social. A cidade da ocupação irregular, das moradias insalubres as margens de encostas, fundos de vales e na particularidade de Manaus, dentro dos igarapés que entrecortam a cidade. “Na sociedade brasileira, podemos dizer que a realidade é subversiva ao pensamento conservador. Daí o potencial de uma ação pedagógica sobre o reconhecimento da cidade real, em especial, da *cidade oculta*” (MARICATO, 2011, p.186).

A Manaus da Zona Franca, necessita antes de tudo, reconhecer que é real, para procurar atender as necessidades dos habitantes que buscam sua reprodução por meio da ocupação irregular de terras. Processo que tanto não cessou com a criação da zona Leste que a área obteve homologado em 2010 a criação dos bairros Distrito Industrial II e Gilberto Mestrinho.

Há, porém, particularidade na continuidade do processo de ocupações irregulares, pois são nas áreas já produzidas irregularmente que as novas ocupações acontecem expandindo os

bairros oriundos a partir da mesma gênese. Contextos sociais diferentes? As novas áreas de ocupações refletem a manutenção e ampliação da pobreza. Relatos apreendidos no decorrer da pesquisa de campo identificou que em áreas de novas ocupações há os filhos dos primeiros ocupantes do bairro que assim como seus pais, por estarem casados e com a vida constituída, também almejam a aquisição da casa própria.

Também se identificou a presença de um imigrante advindo do Peru há aproximadamente 05 anos, que procurou Manaus para dar continuidade as sua vida e não conseguindo dinheiro suficiente ou para comprar uma moradia ou para arcar com o valor do aluguel, optou juntamente com a sua esposa manauara, em ocupar um terreno de forma irregular. Assim como este casal, a pesquisa de campo proporcionou a visualização dessas ocupações sendo produzidas por casais jovens e com filhos.

Os parâmetros de ocupação destas novas áreas são muito similares, mas não necessariamente iguais. As áreas com melhores amenidades físicas já estão ocupadas restando àqueles que pretendem adquirir suas casas, os fundos de vales e/ as encostas (figuras 77 e 78). Nestas novas áreas não há energia elétrica legalizada, o abastecimento de água é realizado ora por poços, ora por ligação clandestina, afinal, a continuidade do processo de ocupações irregulares em Manaus, ocorre em sua maioria em áreas consolidadas, o que de certa forma facilita a obtenção de serviços básicos como água e energia elétrica.

**Figuras 77 e 78** – Manaus (AM) ocupação intitulada Coliseu instaurada no bairro Distrito Industrial II, zona Leste da cidade



Figura 77 - Vista parcial da ocupação irregular denominada Coliseu instalada no fundo do vale em área do Distrito Industrial II, zona Leste da cidade.

Figura 78 – Residência produzida na ocupação Coliseu em área do Distrito Industrial II  
Fonte: Pesquisa de campo, abril de 2017. Fotos da autora.

A produção destas novas ocupações nos possibilita compreender um pouco do como se deu a gênese dos demais bairros pertencentes a zona Leste que atingiram sua regularização perante o poder público visto que elas concedem aos seus habitantes o mínimo, paredes e teto. Os banheiros são fora da residência e os canos de água juntamente com o emaranhado de fios compõem a paisagem do Coliseu, ocupação iniciada em março de 2015 e que por ter recebido em meses posteriores novos moradores, hoje desdobrou-se em Coliseu I e II.

É possível identificar com estas novas produções a existência da compra e venda de terrenos não regulamentados, a este processo os jornais em Manaus denominam de “indústria da invasão”, fato que gera para aqueles que estão na área com o intuito real de conquistarem sua casa, o emprego de uma visão negativa sobre seus ombros. Na invasão Coliseu, por exemplo, há oferta de casa com terreno cujas dimensões são de 10m x 15m por R\$07 (sete) mil reais.

Além das placas de venda afixadas em algumas moradias em terrenos irregulares, há também de forma mais oculta ainda, aqueles denominados por Maik Davis (2006) como locatários invisíveis que se instalam nas casas construídas irregularmente como extensão da moradia principal, ou apenas como a moradia principal alugada. O autor enfatiza que estes locatários tendem a ser os mais invisíveis “em caso de renovação urbana e despejo, não costumam ter direito a indenização” (p.53).

O Coliseu é apenas uma das novas ocupações irregulares identificadas ao longo da pesquisa de Campo. No bairro Colônia Antônio Aleixo, foi possível registrar no fundo de vale próximo ao lago do Aleixo a edificação de novas moradias, no caso, pertencentes a pessoas que já residiam no bairro ou de forma cedida ou alugada. Para além do fundo do vale, chamou a atenção a construção de casas sobre os morros do Colônia Antônio Aleixo (figuras 78 e 80).

**Figuras 79 e 80** – Novas ocupações irregulares no bairro Colônia Antônio Aleixo, zona Leste da cidade



Fonte: Pesquisa de campo, abril de 2017. Foto: Jorge Barbosa.

Ademais, para além destas produções acima citadas, também foi possível identificar que a expansão das primeiras ocupações que propiciam a gênese dos bairros da zona Leste foi reprodução do modelo principal. Todavia, esta reprodução só aconteceu nas áreas que o

Estado e os promotores imobiliários renegaram, mas que, posteriormente, mediante as práticas espaciais se tornaram no bojo da configuração do espaço urbano, podem vir a ser valorizadas e posteriormente apropriadas pelos demais agentes produtores do espaço urbano.

Frente a esse modelo macro identificado na zona Leste - as ocupações irregulares- e mediante as inúmeras transformações que a área vivenciou e vivencia com o desenrolar do cotidiano dos indivíduos, qual a real importância da área para a totalidade de Manaus? E quanto a sua face social, o que é possível absorver quanto às condições sociais de quem produz e reproduz a zona Leste?

### **5.3 A face socioeconômica da zona Leste da cidade de Manaus e sua importância para a constituição da totalidade da cidade**

A materialização do espaço urbano não ocorre apenas em função das relações sociais. Ela também diz respeito a dominação econômica ou ideológica engendrada/ reforçada pelo Estado, que, de acordo com Maricato (2011) transparece possuir desprezo por políticas urbanas (desprezo porque as políticas de fato, existem) pelas próprias instituições que a criam e não agem a partir das informações que detém em relação aos indicadores sociais dos lugares gerando como consequência imediata a manutenção das desigualdades sociais.

Desigualdades expressas na paisagem urbana e parcialmente reveladas a partir dos dados censitários oficiais do IBGE (2010), elementos utilizados para formular as interpretações a respeito da face social da zona Leste de Manaus. Para tanto, optou-se por apresentar 05 (cinco) itens: média salarial que vai de  $\frac{1}{4}$  (um quarto) da metade do salário mínimo até 5 (cinco) salários recebidos do total dos moradores pesquisados pela Instituição; A faixa etária da população residente a partir dos 25 anos nos 11 (onze) bairros integrantes da zona Leste e a escolaridade destes indivíduos. Referente às condições de moradia, o texto limita-se a expor as informações pertinentes as unidades domésticas dos indivíduos levando em consideração se a mesma é própria ou não e as condições de saneamento da casa e seu entorno.

Os dados apresentados dizem respeito apenas ao último censo do IBGE por que como há bairros recentes, apenas o último recenseamento abarcou este universo. O Instituto possui

informações com base em pouco mais de 108 mil domicílios nos 11 (onze) bairros que compreendem a zona Leste. Por ser o bairro com maior contingente populacional, o Jorge Teixeira é, por sua vez, o que mais vai se destacar em relação as informações, como por exemplo, a faixa etária da população (tabela 08).

**Tabela 08** - População residente, por grupos de idade, e os bairros da zona Leste de Manaus - Amazonas – 2010

Mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos, subdistritos e bairros	População residente						
	Grupos de idade						
	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 anos ou mais
Armando Mendes	3 003	2 379	1 900	3 131	1 781	711	449
Colônia Antônio Aleixo	1560	1 303	944	1 404	894	609	433
Coroado	5 520	5 039	3 982	6 027	3 877	1 808	1 243
Distrito Industrial II	408	359	275	435	249	133	48
Gilberto Mestrinho	5 461	5 434	4 498	5 341	2 583	1 068	575
Jorge Teixeira	10 889	9 646	8 225	11 621	5 930	2 533	1 688
Mauazinho	2 386	2 003	1 644	2 477	1 345	585	371
Puraquequara	520	464	355	569	358	211	119
São José Operário	7 405	6 174	4 456	7 010	5 131	2 153	1 448
Tancredo Neves	4 574	4 126	3 573	5 145	2 545	1 088	739
Zumbi dos Palmares	3 528	2 678	2 300	3 892	2 091	825	565

Fonte, IBGE, 2010. Organização, Tatiana Barbosa, abril de 2017.

A partir da tabela, é possível identificar que no geral, os bairros têm como predominância população em idade economicamente ativa, necessária para os proprietários dos meios de produção que compõem em muito o exército industrial de reserva indispensável para a própria manutenção dos meios de produção. Essa população jovem de 25 a 29 anos compreende o universo de moradores que no geral, cresceram nestes bairros e hoje ao serem incorporados no mercado de trabalho, recebem salários baixos estando fadados a reproduzir a lógica capitalista na produção do espaço urbano.

Dos onze bairros, com exceção do Distrito Industrial II que de fato é um bairro que possui poucas residências - não apenas por ser recente, mas sim porque as pessoas chegaram a ele atraídas pela infraestrutura concedida pelo Estado para as empresas – o Colônia Antônio Aleixo ganha destaque em relação aos números. Somando-se os valores correspondentes a população que possui de 60 a 70 anos, chega-se muito próximo dos indivíduos que têm entre

25 a 29 anos. Entre a população mais idosa há a existência de pessoas que mudou para a Colônia segregados pelo Estado, pois esses dados conferem com os estudos de Ribeiro (2011).

Os indicadores de renda corroboram com as análises até aqui apresentadas quanto a reprodução do modelo capitalista de produção do espaço urbano. Estes dados são, sem dúvidas, um dos mais expressivos para assimilarmos em definitivo o porquê em dias atuais a zona Leste, com todas as mudanças espaciais continuar sendo considerada como o lugar dos pobres com reprodução do processo de ocupações irregulares que não cessa.

Começo as reflexões a partir do Coroado e do São José Operário por eles serem os precursores mais intensos da expansão para o Leste da cidade. Na mesma medida em que eles apresentam níveis significativos de pessoas que recebem até  $\frac{1}{4}$  da metade de um salário mínimo, os bairros são também os que mais se destacam quanto a parcela de população que recebe mais de 5 salários mínimos. Essa disparidade social se deve em princípio pela forma de reprodução dos bairros. Coube ao Coroado ter seus limites estendidos até a divisa com o São José. Com isso, o bairro ao ter em seu perímetro os conjuntos residenciais, fragmentos sociais cercados por bolsões de pobreza, absorve para si, estes indicadores.

Todavia, no geral, o Coroado tem população que recebe no máximo de 1 a 2 salários mínimos. População esta que está espalhada entre as áreas de ocupação irregular de terras residindo em condições insalubres com infraestrutura mínima para garantir suas existências enquanto mão de obra para atender as necessidades do modo de produção capitalista.

O São José Operário, no geral, apresenta a mesma realidade em relação à renda mensal dos moradores e assim como o Coroado em se tratando da parcela da população que possui acima de 05 salários mínimos, contém em seu território proprietários dos comércios que moram e tiram dos seus empreendimentos seu próprio sustento. São, estes, portanto, que segregam a área já segregada, pois o padrão de suas residências, que embora instaladas em área com indicadores sociais baixíssimos, se destacam na paisagem do bairro explicitando exatamente quem é quem na configuração dos bairros. Ademais, também há no São José Operário o Conjunto Colina do Aleixo, fruto da produção planejada e financiada pela Caixa Econômica Federal que permitiu o destaque dos números.

O Gilberto Mestrinho, por ser bairro novo, se destaca quanto ao número de famílias que recebem mais de 05 salários mínimos em relação a própria divisão administrativa implementada pela prefeitura que ao fazê-la incorporou parcela do São José Operário ao seu território. Outro ponto importante condiz a quantidade de domicílios cujos membros recebem

de ¼ a ½ salário mínimo na zona Leste. São mais de 43 mil famílias que vivem em estado de pobreza conferindo a área a definição de lugar dos pobres dos quais mais de 7.327 famílias sem qualquer rendimento (tabela 09).

**Tabela 09** - Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (salário mínimo) dos habitantes da zona Leste de Manaus

Mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos, subdistritos e bairros	Domicílios particulares permanentes								
	Total (1)	Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento (3)
Armando Mendes	6 816	926	1 747	2 162	1 105	211	94	30	540
Colônia Antônio Aleixo	3 884	736	1 171	1 020	416	96	39	18	388
Coroado	13 059	947	2 631	4 266	3 014	825	490	283	603
Distrito Industrial II	1 036	116	220	322	220	70	32	20	36
Gilberto Mestrinho	13 638	2 326	3 846	3 901	1 912	385	182	90	994
Jorge Teixeira	27 445	4 459	7 868	8 133	3 776	667	252	97	2 193
Mauzinho	5 582	992	1 706	1 623	708	135	68	34	316
Puraquequara	1 383	292	400	384	144	37	15	8	103
São José Operário	16 197	1 622	3 715	5 287	3 329	812	466	214	749
Tancredo Neves	11 697	1 827	3 457	3 457	1 601	231	1 601	231	110 34
Zumbi dos Palmares	8 078	1 316	2 376	2 465	1 106	198	78	34	505
Total Geral	108 815 Domicílios Pesquisados	14 633	29 137	33 100	17 331	3 667	1 826	862	7 327

Organização, Tatiana Barbosa, abril de 2017. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Nota: Os dados de rendimento são preliminares. 1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento nominal mensal domiciliar per capita. (2) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00. (3) Inclusive os domicílios com rendimento mensal domiciliar per capita somente em benefícios.

De posse dos dados relacionados aos rendimentos dos habitantes da zona Leste, associando-os ao fato de que o Amazonas continua centralizando os processos de produção e reprodução do capital em Manaus, que, como reflexo, permanece envolta a mesma dinâmica vivenciada no início da implantação da zona franca em seu território (atrair populações sem quaisquer perspectivas no interior do estado para a reprodução de suas vidas) perpetuando a exclusão social que priva os indivíduos de ter acesso à moradia, que, por sua vez, é

indispensável para a reprodução dos meios de produção, afinal, o indivíduo precisa morar para enfim, dar continuidade a sua vida que está intimamente subordinada ao desenvolvimento da produção capitalista. Eis, portanto a relação de dominação-subordinação entre capital e homem.

Quanto a escolaridades destes indivíduos, o IBGE fornece os dados a partir de grupos de idade de 05 (cinco) a 60 (sessenta) anos, ou mais. Porém, ele não distinguiu o nível de escolaridade entre os pesquisados, logo os dados mais importantes concernem ao fato de que crianças e jovens de até 20 anos, frequentam ou frequentaram a escola, afinal, o nível de escolaridade nessa relação dominação-subordinação é refletida nos baixos salários dos indivíduos (ver tabela 10).

**Tabela 10** – Manaus (AM): Pessoas de 05 anos ou mais de idade, alfabetizadas, por grupo de idade, e os bairros da zona Leste da cidade – 2010

Mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos, subdistritos e bairros	Pessoas de 5 anos ou mais de idade, alfabetizadas								
	Total	Grupos de idade							
		5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
Armando Mendes	23 309	1 656	2 805	3 093	6 188	4 147	2 971	1 611	838
Colônia Antônio Aleixo	12 457	1 055	1 942	1 757	3 074	2 082	1 212	703	632
Coroado	44 368	3 080	4 753	4 983	10 753	8 883	5 837	3 615	2 464
Distrito Industrial II	3 126	219	402	383	735	620	411	219	137
Gilberto Mestrinho	43 891	3 808	6 400	5 381	10 243	9 585	5 003	2 282	1 189
Jorge Teixeira	89 449	6 553	12 919	12 560	21 503	17 207	10 733	5 108	2 866
Mauazinho	18 534	1 383	2 511	2 425	4 632	3 469	2 277	1 147	690
Puraquequara	4 463	324	679	638	1 043	768	507	284	220
São José Operário	55 555	3 876	6 377	6 325	14 313	10 384	6 751	4 726	2 803
Tancredo Neves	39 420	2 996	5 624	5 420	9 621	7 475	4 824	2 208	1 252
Zumbi dos Palmares	28 417	2 019	3 736	3 963	7 475	4 819	3 623	1 812	970
<b>Total</b>	<b>362 989</b>	<b>26 969</b>	<b>48 148</b>	<b>46 928</b>	<b>89 580</b>	<b>69 439</b>	<b>44 149</b>	<b>23 715</b>	<b>14 061</b>

Fonte: IBGE, 2010. Organização, Tatiana Barbosa, abril de 2017.

Analisando as habitações dos residentes na zona Leste, o IBGE (2010) disponibiliza dados que nos permitem estabelecer reflexões com relação a legalidade da questão da moradia legitimada pela prática destes moradores. Estas casas são, em sua maioria próprias nos

permitindo pensar que o por quê de sua produção irregular, tendo em vista a necessidade pela moradia. Em contrapartida, é possível identificar quantidade relativamente expressiva de casas alugadas. Quem aluga um imóvel, tecnicamente não precisa dele para morar.

Estabelecer afirmações quanto a prática do aluguel nestas áreas produzidas irregularmente não pode ser elaborada à medida que a dinâmica da área verificada ao longo do trabalho permitiu a valorização do solo em alguns lugares e, por conseguinte gerou o processo de invasão-sucessão. Todavia, quando se observa a quantidade de imóveis cedidos, tem-se como esclarecimento do quanto ainda faltam habitações sociais.

Estas casas cedidas, em geral são disponibilizadas pelos pais e avós haja visto que seus filhos e netos vão se desenvolvendo, mas não conseguem sair da pobreza que permeia a produção e reprodução de suas vidas (tabela 11).

**Tabela 11** – Manaus (AM) - Domicílios particulares permanentes dos residentes nos bairros da zona Leste da cidade

Mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos, subdistritos e bairros	Domicílios particulares permanentes				
	Total	Condição de ocupação do domicílio			
		Próprio	Alugada	Cedido	Outra
Armando Mendes	6 816	5 021	1 418	346	31
Colônia Antônio Aleixo	3 884	3 240	384	246	14
Coroado	13 059	9 181	3 249	606	23
Distrito Industrial II	1 036	684	32	319	1
Gilberto Mestrinho	13 638	11 148	1 889	563	38
Jorge Teixeira	27 445	20 882	4 846	1 673	44
Mauazinho	5 582	4 452	870	232	28
Puraquequara	1 383	1 009	157	212	5
São José Operário	16 197	11 458	3 706	1 002	31
Tancredo Neves	11 697	8 751	2 302	638	6
Zumbi dos Palmares	8 078	6 147	1 406	458	67

Fonte: IBGE, 2010. Organização, Tatiana Barbosa, abril de 2017.

Sendo a moradia o entorno da casa, é relevante analisar se mesmo sendo formada há mais de 04 (quatro) décadas, as questões relacionadas ao saneamento básico das áreas hoje regularizadas são solucionadas principalmente por ser o saneamento um dos mais importantes para manutenção da saúde dos indivíduos e da qualidade ambiental da área.

Verificando a tabela abaixo, é possível identificar que a rede geral de esgoto ou pluvial é a que predomina entre os bairros estando grande parte das habitações servidas via fossa séptica e embora em menor quantidade, há existência de casas sem banheiros dentro de casa. O destaque com relação a ausência de banheiro ou sanitários fica por conta do Gilberto Mestrinho, do São José Operário, Jorge Teixeira e Tancredo Neves.

**Tabela 12**– Manaus (AM) - Tipo de esgotamento sanitário e existência de banheiros ou sanitários nos bairros da zona Leste da cidade

Domicílios particulares permanentes, por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário, e os bairros - Amazonas - 2010

Mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos, subdistritos e bairros	Domicílios particulares permanentes					
	Total	Existência de banheiro ou sanitário				Não tinham
		Tinham				
		Total	Tipo de esgotamento sanitário			
	Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica	Outro		
Armando Mendes	6 816	6 777	2 107	2 087	2 583	39
Colônia Antônio Aleixo	3 884	3 794	300	886	2 608	90
Coroado	13 059	13 030	6 761	1 764	4 505	29
Distrito Industrial II	1 036	1 022	384	307	331	14
Gilberto Mestrinho	13 638	13 393	1 526	3 349	8 518	245
Jorge Teixeira	27 445	26 991	6 339	5 693	14 959	454
Mauazinho	5 582	5 504	758	1 697	3 049	78
Puraquequara	1 383	1 357	16	405	936	26
São José Operário	16 197	16 078	5 783	2 557	7 738	119
Tancredo Neves	11 697	11 557	3 422	3 073	5 062	140
Zumbi dos Palmares	8 078	8 034	2 236	2 302	3 496	44

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Pelo pouco apresentado e o muito identificado *in loco*, a realidade social da zona Leste da cidade assim como a própria constituição a produção social do espaço urbano é permeada de contradições, pares dialéticos, arranjos espaciais que ora se diferenciam, ora se assemelham, mas em momento algum, se igualam. A face que precisa ser oculta de Manaus é aquela onde há predominância da pobreza, mas não a sua erradicação, visto que inerente ao processo produtivo, os pobres são elementos fundamentais, não apenas por ser mão de obra, mas acima de tudo consumidores.

A face social da zona Leste revela em dias atuais a reprodução da área preche de indivíduos excluídos socialmente, envoltos a contradições que desafiam-nos a compreender o espaço como totalidade, a realidade que tentamos apreender mesmo cientes da sua fugacidade visto que ela está num constante desfazer para voltar a ser refeita ( SANTOS, 1997). O todo da Manaus metropolitana não pode ser apreendido sem o olhar sobre as partes que devem posteriormente ser interligadas visando articular a produção do espaço urbano com a sua reprodução.

Desta forma, ao se pensar sobre a zona Leste, espiando-a com a atenção possível, tem-se a reflexão do quão importante ela é para a configuração do todo de Manaus. Esta área da cidade construída mediante a necessidade de aquisição de casas por parte da classe trabalhadora que advinha a Manaus para impulsioná-la economicamente, ajudando a retirá-la da condição de estagnada. Eles eram a mão de obra farta, barata disponível para os proprietários dos meios de Produção. Mão de obra altamente importante para a manutenção e ampliação do capital em Manaus .

Coube a zona Leste, absorver boa parte desta mão de obra; Coube ao Estado tolerar essa produção irregular e ao capital privado incentivar a sua maneira o despertar do sonho do amazônida que adormecera juntamente com a fase pujante que Manaus vivenciou no período da borracha, época que passa a marcar a produção espacial de Manaus não apenas em razão das obras suntuosas inseridas no urbano de Manaus, mas também, por ser o marco para a ampliação da malha urbana via ocupações irregulares.

A chegada dos moradores confere a mais nova área de expansão de Manaus práticas espaciais construídas através do seu cotidiano que aos poucos, juntamente com o próprio Estado ajudam a reconfigurar a zona Leste tornando-a num dos mais importantes centros comerciais de Manaus, valorizando o solo urbano do lugar e, por sua vez, atraindo grandes empreendimentos geradores de tributos para o Estado que não mede esforços para atender as solicitações dos proprietários dos meios de produção.

Tolerada e legitimada não apenas pela causa amparada via Constituição, a zona Leste de Manaus é fruto da produção irrestrita de moradias em áreas irregulares que se perpetuam no urbano de Manaus até os dias atuais, como o lugar dos pobres que de forma alguma pode ser visto como homogêneo frente as práticas e dinâmicas estabelecidas na área importante por ter de certa forma, tirado a responsabilidade do Estado em fornecer moradias populares limitando-se a implementar, infraestrutura por vezes precária nas áreas ocupadas irregularmente.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gênese da cidade classificada por Oliveira como doce e dura (2003, p.166) em excesso está envolta ao processo de exploração marcado pelo massacre/escravidão de seus primeiros habitantes e ausência de zelo para com a aldeia que tinha na natureza e da natureza, a vida. A Manaus cabocla ao se consolidar como cidade, num primeiro momento, seguiu a lógica de seus produtores e reproduziu-se sem atentar, a princípio para a emergência de realizar o planejamento de seu espaço.

Todavia, essa Manaus caracterizada por ser doce e dura em excesso começa num segundo momento de sua produção, a ter muito do mundo, da França à Inglaterra, de Portugal ao Nordeste brasileiro promovendo heterogeneidade na construção e reprodução de seu espaço urbano. Tentar compreender Manaus pressupõe, portanto, revelar estas produções visando juntar como um quebra-cabeça as partes para, enfim, tentar conhecer seu todo.

E foi isso que o trabalho tentou evidenciar, apresentando a origem de Manaus e o desenrolar de sua reprodução destacando as moradias populares em terrenos irregulares como ponto central de discussão, por se ter a compreensão de que a cidade está para além do construído enraizando-se no vivido de seus habitantes que precisam antes de tudo, de um teto para dar continuidade as suas vidas.

Nesse sentido, o estudo norteou suas análises em prol de cinco fases que se complementam e não se encerram em si, haja vista que elas são refletidas em dias atuais no urbano de Manaus seja cristalizado na paisagem a partir do Teatro Amazonas, símbolo da segunda fase expressiva que a capital amazonense vivenciou (visto que a primeira concerne a sua criação), ou pelos moradores da *cidade flutuante*, reflexos do terceiro momento do urbano de Manaus em função da estagnação econômica que a cidade vivencia.

Esta segunda fase pode ser entendida como a do planejamento para o outro - o barão da borracha, o investidor, os governantes, o mundo. Trata-se da *Paris dos Trópicos* ou *Veneza Amazônica* como proferiu Leandro Tocantins- e não para os seus - os moradores mais simples que lidavam com o rio, com o líquido extraído da *hevea brasiliense* ou com as obras inseridas nessa Manaus que ostentava riqueza – pensamento que segue a lógica do capital.

O término do período da borracha propiciou a chegada dos excluídos mais ocultos, os que lidavam com a extração do látex, são eles que juntamente com os habitantes que já

estavam em Manaus que construíam a *Paris dos Trópicos* protagonizam, a criação da cidade sobre os rios extensão do urbano de Manaus para o rio Negro e de lá observaram por aproximadamente quatro décadas o ofuscamento econômico de Manaus diante do cenário nacional e internacional, terceira fase que norteou a produção e reprodução do espaço urbano de Manaus.

Eis que a capital amazonense envolta a estagnação econômica, no final da década de 1960 ressurgiu mundialmente a partir da implantação do projeto Zona Franca que de imediato mexe com os produtores do urbano sobre o rio, brutalmente retirados de suas vidas sobre as águas, direcionados forçadamente ou para ocupar os igarapés de Manaus, ou as terras que conseguiam irregularmente para fixar suas moradias e enfim dizer que teriam novamente uma casa para chamar de sua, pois as poucas que lhes eram ofertadas pelo Estado não podiam por eles, ser paga.

Não obstante, o que se observa novamente é a inserção do planejamento para o outro, nesse caso, os proprietários dos meios de produção, estando os excluídos mais uma vez, renegados na cidade que eles mesmos ajudavam a construir. A zona Franca de Manaus, por sua vez, confere a cidade um quarto momento, haja vista que ao mesmo tempo em que, sua chegada retira os moradores da cidade flutuante, ela atrai novos habitantes que vislumbravam em Manaus, a oportunidade de um emprego, de suas vidas transformadas e renovadas.

Em se tratando ao quinto marco na reprodução espacial de Manaus, cito a criação da Região Metropolitana em 2007 cujas dimensões de sua espacialidade ultrapassam os limites territoriais da cidade e não foram analisados por esta pesquisa, sendo, portanto, um elemento passível de novas pesquisas que se limitou a estudar os efeitos do quarto momento, a implantação da ZFM sobre a zona Leste da cidade.

A esta quarta fase, enfatiza-se que enquanto o outro (proprietários dos meios de produção) recebiam todos os equipamentos necessários a sua configuração e consolidação no espaço urbano, o Estado se omite ao prosseguir conferindo a invisibilidade aos excluídos que sem ter onde morar utiliza-se da ocupação irregular de terras iniciado em sua maioria, com os ex- moradores da cidade flutuante. Quanto aos que chegavam, eles optaram num primeiro momento por residir nas proximidades do Distrito Industrial de Manaus e conforme o Estado inseria no urbano da cidade infraestrutura para continuar beneficiando os proprietários dos meios de produção, mais os excluídos que não cessavam de chegar, avançavam pelo espaço urbano de Manaus.

Em decorrência destas produções, optou-se por analisar a produção e a reprodução do espaço urbano de Manaus a partir da produção de moradias edificadas mediante o processo de ocupação irregular de terras. Processo que em tempo algum é exclusivo de Manaus, mas que, como o todo da cidade, é permeado de particularidades passíveis de serem reveladas. Como por exemplo, o avançar dos excluídos a partir do construído pelo Estado direcionando-os para a zona Norte de Manaus posto que eles se agrupavam no entorno dos conjuntos habitacionais espraiando a malha urbana da cidade. Em sentido oposto, os socialmente excluídos encaminhavam-se para a zona Leste da capital amazonense, área que já havia produção, a partir do Puraquequara e Colônia Antônio Aleixo, todavia, tratava-se de produções pontuais, não influenciando de forma expressiva na reprodução do espaço urbano da cidade de Manaus.

A questão que intrigou o estudo específico sobre as ocupações irregulares na zona Leste concerne ao fato de que o Estado num primeiro momento não realizou infraestrutura na área cabendo aos primeiros ocupantes usufruírem o que era possível. O papel do Estado neste primeiro momento foi o de reprimir a ocupação que se iniciou com o Coroado, às margens da AM 020 sendo esta ocupação um dos fatores que direcionou a expansão para o Leste da cidade.

Em decorrência desta inquietação, a pesquisa buscou analisar se as ocupações irregulares são vetor macro no processo de expansão da Zona Leste de Manaus, para tanto, buscou-se compreender a formação de cada bairro que hoje a compõe e se chegou ao resultado que dos 11 (onze) produzidos, 05 (cinco), São José, Armando Mendes, Jorge Teixeira, Puraquequara e Colônia Antônio Aleixo, tiveram interferência primeira do Estado preparando a área para abrigar alguns moradores da cidade flutuante, das margens de igarapés, propiciando a eles madeiras e terrenos para que construíssem suas casas.

Contudo, embora houvesse essa primeira intervenção, o Estado não controlou a reprodução destes bairros em razão da demanda por moradia ser superior aos terrenos ofertados. Fato que desencadeou a expansão destes loteamentos muito mais via ocupações irregulares do que regulamentadas pelo Estado que por não conseguir atender a demanda, tolera essa expansão e transforma a área em bairro.

O vetor de expansão mais a Leste de Manaus, é o São José Operário inserido em Manaus seguindo essa lógica do planejado e destoando dela por não ter tido capacidade de atender a demanda por moradias. Demanda que não cessava frente a Zona Franca que estava em pleno desenvolvimento retirando a condição da cidade, de capital economicamente estagnada.

O São José Operário foi projetado para a área mais a Leste de Manaus em detrimento do projeto geopolítico que tendia propiciar infraestrutura necessária para que houvesse a ampliação do capital internacional na Amazônia via interligação dela com países da América Latina e, por sua vez, com o restante do mundo. Trata-se da Av. Autaz Mirim que margeia o bairro de São José. Esta avenida como apresentado, foi no segundo momento de ampliação da malha urbana para o Leste da cidade, imprescindível para a chegada de mais pessoas que se deslocaram em direção a esta parcela do território manauara.

Após pesquisas realizadas, se chegou ao entendimento de que o Estado ao produzir o loteamento de São José atrai a população, tendo em vista que no entorno do planejado se estabelecem novas produções desta vez, seguindo a o que havia sido realizado no bairro de Coroado, ocupando irregularmente. Para além do S. José Operário, como a pouco afiançado, mais 04 (quatro) surgiram de forma planejada e 06 (seis) tiveram como processo primeiro a apropriação irregular sem que houvesse alguma produção planejada das áreas. Produções que estão intimamente relacionadas com aumento populacional que Manaus recebera nas décadas que sucederam a implantação da zona Franca na cidade. Cabe, porém, mais uma vez a ressalva que este planejamento se limitava apenas a inserir alguns moradores na zona Leste, não concedendo a eles condições de moradias.

Como ponto de discussão, o trabalho se direcionou a analisar a ineficiência do Estado que no ato de promulgação da Constituição Federal destinada a atender todos os membros da sociedade não assegura em escala ampliada a execução da legislação que impõe as propriedades, função social devendo esta função proporcionar a produção de moradias na cidade para atender os socialmente excluídos. Pois, na prática, é a propriedade privada individual do solo urbano que se sobrepõe a social gerando a negação do direito à propriedade para aqueles que pela terra não podem pagar e como solução para a crise em não se possuir uma habitação, parcelam o solo urbano ocupando irregularmente os territórios na cidade, processo que os torna ainda mais excluídos, se é que isso é possível, frente a carência de condições de moradia imposta numa escala macro, pelo mesmo Estado que impõe as leis. Logo, a mesma legislação que preestabelece o direito a moradia, também o nega, em específico a quem pela terra não pode pagar.

Isto implica que o ato de ocupar irregularmente um terreno, não necessariamente proporcionou aos habitantes da zona Leste, a solução total dos seus problemas, afinal, morar está para além de se possuir uma casa, esta sim, é a solução imediata que eles adquirem afinal, é preciso dotar o espaço da moradia com equipamentos de uso coletivo capaz de permitir aos

seus moradores a reprodução ampliada de suas vidas na cidade. Quanto a estes elementos (os equipamentos de uso coletivo), os moradores na maioria das vezes travam novas lutas com o Estado para que os mesmos sejam disponibilizados aos moradores.

De posse das informações referente à gênese dos bairros que compõem a zona Leste de Manaus, a pesquisa pode confirmar que com consequências, ora lentas e graduais ora dinâmicas e pontuais, a área Leste da cidade tem como vetor principal de expansão a ocupação irregular de terras e que o bojo de sua reprodução, exprime no urbano da cidade quão heterogênea uma área produzida pelo mesmo processo pode se transformar. Menciona-se isso, por constatar a existência das práticas espaciais elaboradas pelos demais agentes produtores do espaço urbano nele refletidas (os promotores imobiliários, os proprietários fundiários, proprietários dos meios de produção e o Estado) que a zona Leste apresenta várias faces e desencadeia múltiplos sentimentos dos indivíduos quanto ao seu pertencimento nesta área da cidade.

Sobre essas faces, é possível discorrer que elas se desenvolveram com o desenrolar do principal agente interventor, o Estado que ao inserir infraestrutura nas artérias principais, propiciou dinâmica, por vezes, oposta aos presentes no interior dos bairros. É a valorização da terra urbana que interfere diretamente na ocupação e uso deste solo e, por conseguinte, o escasseia impulsionando a segregação urbana, vista como a negação ao direito a vida urbana que, por sua vez, é legitimada pelo direito à propriedade privada do solo urbano reveladora de uma função econômica que está para além da função social da propriedade assegurada pela Constituição Federal por sua vez, produtora de desigualdade social base indispensável ao desenvolvimento da sociedade capitalista (CARLOS, 2007).

Em decorrência desta segregação estampada na paisagem da zona Leste, e com o intuito de melhor explicitar a heterogeneidade da área pesquisada, a pesquisa ousa concluir explicitando haver 07 (sete) setores principais na área de estudo passíveis de serem identificadas a partir das artérias que interligam a zona Leste. Começo pela porta de entrada para a expansão da zona Leste, o Bairro do Coroado que segue até o complexo Eng. Luiz Augusto Veiga Soares, nas proximidades do Bairro de São José.

Este trecho, às margens da Alameda Cosme Ferreira (uma das portas de entrada para a área), abriga Conjuntos Residenciais, empreendimentos comerciais de grande porte, com a via mais livre para a circulação de carros. Por ser área pioneira, o Coroado apresenta na sua configuração, valorização de terra urbana que não se limita aos terrenos às margens da

Alameda. Ao se entrar no bairro do Coroado, é possível identificar residências de médio e alto padrão no lugar que se formou mediante a ocupação irregular de terras.

Ao sair do interior do Coroado, é a facilidade de acesso, atrelada à dinâmica espacial do bairro, com os empreendimentos que a compõem que permite a sensação de uma zona Leste mais ordenada pelo Estado. Não há, por exemplo, permissão para os veículos de transporte público alternativo circular por este trecho, haja vista que eles circulam em grande quantidade e, na maioria das vezes não param em um lugar específico para pegar passageiros. Também não há neste trecho, pontos fixos de moto taxistas. É como se a porta de entrada não pudesse apresentar de imediato o que há, na reprodução espacial da zona Leste.

É a partir, porém, do segundo setor pela pesquisa classificada do Complexo viário Eng. Luiz Augusto Veiga Soares, descendo a Av. Autaz Mirim até a Bola do Produtor, limite com a zona Norte, que se identifica maior dinamicidade causada pelo processo de transformação da Av. Autaz Mirim em subcentro comercial. O trânsito na área é tão conturbado quanto a vida dos pedestres. A agitação neste trecho possibilita para alguns a sensação de desordem desfeita a partir do momento que se observa que cada ponto deste subcentro está muito bem incorporado por quem o vivencia. Assim, o que causa estranheza para uns, nada mais é do que o cotidiano do outro.

Seguindo a bola do Produtor, sentido Leste, depara-se com terceiro setor, a dos excluídos mais ocultos. São os moradores do bairro mais populoso entre os 11 (onze), o Jorge Teixeira, que no cerne de sua reprodução é o detentor dos piores indicadores sociais da zona Leste facilmente identificado na paisagem do lugar.

O quarto setor apresentado indica aos olhos dos mais atentos, quão dinâmica ela ainda vai se tornar. É a que segue da bola do Jorge Teixeira contornando por dentro do bairro até a área do Distrito Industrial II. O horizonte no percurso de quem adentra o Jorge Teixeira é permeado de ruas estreitas, confusas para os de fora e lógicas para quem comumente fazem uso delas.

Conforme se avança em direção ao Distrito Industrial II, identificam-se grandes terrenos sem construções às margens da via principal, a Rua Palmeira do Miriti. Quando há alguma construção, são as empresas quem ganham destaque na paisagem, afinal, este quarto trecho observado durante pesquisa de campo, é ocupado pelas fábricas que integram o Distrito Industrial, é também a área onde estão as novas produções espaciais dos socialmente excluídos vizinhos a produção ampliada e, porém recente, bairro Gilberto Mestrinho. O verde mais intenso de Manaus ainda está por lá e compreendem também os bairros de Puraquequara

e Colônia Antônio Aleixo bairros no extremo Leste de Manaus e quanto mais a Leste, mais se tem a impressão de uma Manaus ainda a ser reproduzida.

Saindo do perímetro mais verde de Manaus, segue-se para a quinta área pela pesquisa estabelecida: o bairro Zumbi dos Palmares, no término da Alameda Cosme Ferreira até o complexo Eng. Luiz Augusto Veiga Soares. A observação mais atenta concerne ao fato desta delimitação ser a continuidade da Alameda Cosme Ferreira, primeira área apontada pelo estudo que se encerra no Complexo viário Eng. Luiz Augusto Veiga Soares, pois mesmo sendo a mesma via, apresenta dinâmica diferenciada.

Neste quinto setor que está entre o São José Operário e o Zumbi dos Palmares, os comércios varejistas se agrupam, há feiras livres, concentração de casas de material de construção e madeiras. O fluxo de carros e veículos também é intenso, porém, os problemas oriundos de um planejamento direcionado pelas ocupações irregulares transparecem na paisagem, a via se estreita. Há também maior adensamento no solo que vem perdendo a moradia como uso principal.

Ao chegar no complexo viário Eng. Luiz Augusto Veiga Soares, o divisor entre o primeiro, o segundo o quinto e o sexto setor, nos deparamos com nova paisagem na Avenida Autaz Mirim, a face da pobreza. Nessa extensão a periferização do urbano de Manaus é mais evidente, não que no decorrer da Autaz Mirim essa pobreza não apareça, mas por estar lado a lado, pela proximidade do Distrito Industrial, das empresas de transporte e de equipamentos destinados a construção civil, a terra urbana não está tão densamente ocupada permitindo assim, que as moradias pobres ao lado da Avenida saltem a paisagem.

O sétimo setor classificado por esta pesquisa envolve a produção do Mauzinho para abrigar indivíduos que também buscavam a obtenção da casa própria, os proprietários dos meios de produção, o Estado fornecendo aparato para a fixação destes empreendimentos e um grande projeto geopolítico, a BR 319. A paisagem por sua vez, ao ser envolta a estes elementos transparece para quem percorre a área um pouco de tudo o que é a zona Leste de Manaus, área de ocupação irregular de terras cujo processo ainda não cessou, dos grandes projetos, das empresas que se instalam mediante as necessidades de manutenção e ampliação do capital e da natureza que confere à doçura a Manaus.

Finalizando, afianço que apresento os sete fragmentos da zona Leste de Manaus com a pretensão de sintetizar o que as reproduções das relações sociais oriundas da busca pela aquisição da casa própria atrelada as ações do Estado capitalista imprimiram no espaço urbano de Manaus: a heterogeneidade fruto das condições da sociedade atual “na justaposição

da riqueza e pobreza, esplendor e fealdade; em última análise, na segregação estampada na paisagem.” (CARLOS, 1994, p.23).

Segregação originada historicamente capaz de evidenciar as múltiplas espacialidades do espaço geográfico de Manaus cuja análise não deve em tempo algum, ser simplista e pode ser identificada através da paisagem entendida como o resultado concreto de determinações das políticas públicas e de relações sociais de produção (OLIVEIRA, 2001), que compreende o visível e não se limita ao esteticamente aceitável.

Paisagem engendrada por agentes sociais complexos e divergentes, neste estudo representado pelos grupos sociais excluídos, pelo Estado, proprietários dos meios de produção e proprietários fundiários que geraram a heterogeneidade da zona Leste da cidade de Manaus conferindo a ela parcela social e econômica importante para o todo da metrópole. Mas em que sentido essa zona Leste é tão importante socialmente?

Ela foi a solução para os grupos sociais excluídos, ponto de partida para a produção de uma nova vida que “não é necessariamente melhor ou pior, mas é uma nova vida” (OLIVEIRA, 2001, p. 212) e o alívio para o Estado que sem ter como atender a demanda por moradias, é permissivo para a sua maneira, paulatinamente gerenciar a crise da precariedade na estrutura das moradias daqueles que constroem e reconstroem Manaus, mas de Manaus alguns parecem não fazer parte, como se à vida, à liberdade, privacidade e socialização (LEFEBVRE, 2001) eles não tivessem direitos.

## REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. A cidade de Manaus, primeiros estudos. In: *autor da obra. Amazônia, do discurso à práxis*. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2004, p. 201-221.

AGUIAR, M. M. de. **A elevação dos preços dos imóveis no Brasil de 2002 a 2013: uma abordagem teórica, histórica e econométrica**. 2014. N. de folhas Belo Horizonte, MG UFMG/Cedeplar 2014. Dissertação de Mestrado.

BATES, H. W. **Um naturalista no Rio Amazonas**. Tradução: Regina Régis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

BARBOSA, T. da R. **Ocupações urbanas e a (re) produção das moradias populares em Manaus: estudos no bairro do Coroadó e loteamento rio Piorini**. Manaus, PPGSCA, 2009. Dissertação de Mestrado.

BENCHIMOL, S. **Amazônia: Formação social e cultural**. Manaus: Valer, 1999, 480p.

BENEVOLO, L. **História da Cidade**. Editora Perspectiva S.A., São Paulo, 1983.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, jan./abr. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>> Acesso em: 22 set .2016. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre hidrelétricas na Amazônia: água, energia e desenvolvimento. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 783-790, set.-dez. 2012. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n3/a11v7n3.pdf> > Acesso em: 21.02.2017. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222012000300011>

BITTENCOURT, A. **Fundação de Manaus: pródromos e sequência**. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1969.

BRASIL. Código Civil. 2003.

BOURDIEU, P. **A delegação e o fetichismo político**. Actes de la Recherche em Sciences Sociales, n.º 52/53, jun. 1984. Conferência apresentada na Associação dos Estudantes Protestantes de Paris em junho de 1983. <https://doi.org/10.3406/arss.1984.3521>

\_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BONDUKI, N. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Arq.Urb**: revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n.1, 2008. Disponível em: < [www.usjt.br/arq.urb/](http://www.usjt.br/arq.urb/)> Acesso em 20 fev. 2017.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

- \_\_\_\_\_. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- \_\_\_\_\_. Diferenciação socioespacial. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007, p. 45-60.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CORRÊA, R. L. Introdução. In: VASCONCELOS, P. A; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.
- COELHO, R. F. **Ribeirinhos Urbanos: modos de vida e representações sociais dos moradores do Puraquequara**. Manaus: Ufam, 2006 (Dissertação de Mestrado). 210f.
- COSTA, D. P. da.; OLIVEIRA, J. A. de. Conjuntos Habitacionais e a Expansão urbana de Manaus filigramas do processo de construção urbana e o papel das políticas habitacionais. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 06, número 11, 2007. P.33-47.
- DAOU, A. M. **A belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.
- DAVIS, M. **Planeta Favela**. Trad. de Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DIAS, E. M. **A Ilusão do Fausto – Manaus 1890 – 1920**. Manaus: Editora Valer, 1999.
- DICKINSON, R. E. **Ciudad, Región y Regionalismo**. Barcelona: Omega, 1961 [1947].
- DORLI, J. C. M.; VALE, E. C. B. Vale Social vulnerabilities that can promote violence intentional: Jorge Teixeira Neighborhood **Direitos sociais e políticas públicas II** [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UdelaR/Unisinos/URI/ UFSM /Univali/UPF/FURG;  
<http://www.conpedi.org.br/publicacoes/9105o6b2/fu974u1v/td5AVNhBebPwYB6m.pdf>  
Acesso em 03.abr.2016
- DUARTE, D. M. **Manaus, entre o passado e o presente**. 1ª ed. Manaus, Ed. Mídia.comm, 2009. 206 P.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. 2. ed. São Paulo: Global, 1985.
- FONSECA, C. **Economia da borracha: Aspectos Internacionais e Defesa da Produção Brasileira**. Rio de Janeiro: Comissão Executiva de defesa da Borracha, 1950.
- FRAXE, T. de J. P.; WITKOSKI, A. C. and MIGUEZ, S. F. O ser da Amazônia: identidade e invisibilidade. **Cienc. Cult.** [online]. 2009, vol.61, n.3, pp. 30-32. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v61n3/a12v61n3.pdf>> Acesso em: 21/02/2017.

GARCIA, E. **Manaus, Referências da História**, dição: 3. ed. Manaus: Norma editora, 2012.

GONÇALVES, L. F. H. & GUERRA, A. T. Movimentos de massa na cidade de Petrópolis (Rio de Janeiro). In: GUERRA, A. T. de. & CUNHA, S. B. da. (Orgs). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

GHON, M. da G. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GOTTDINIER, M. **A produção Social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GOFFMAN, E. (1975). **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC.

GUILLEN, I. C.M. A batalha da borracha: Propaganda Política E Migração Nordestina para a Amazônia Durante o Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**. N.9, 1997. 95-102p. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39301/24120>> Acesso em: 01.03.2017.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITC, 1980.

HENRIQUE, W. O direito à natureza na cidade. Salvador: EDUFBA, 2009. 186 p. ISBN 978-85-232-0615-4. Available from SciELO Books.

KOHLHEPP, G. Conflitos de Interesses no Ordenamento Territorial da Amazônia. **Estudos Avançados** vol.16 no.45 São Paulo May/Aug. 2002 Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a04.pdf>> Acesso em: 10.10.2016. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>

HOYLE, B.; KNOWLES, R. Transport Geography: an intrduction. **Modern Transport Geography**: second, revised edition. Edited by Brian Hoyle na Richard Knowles, 1998.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLSTON, J. The misrule of law: land and usurpation in Brazil." *Comparative Studies in Society and History*. 33 (4) pp. 695-725, 1991 Tradução: João Vargas [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_21/rbcs21\\_07](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07) <https://doi.org/10.1017/S0010417500017291>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010.

Ipea, Fundação João Pinheiro (FJP) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Brasília, 2014. Acesso em 02.02.2017. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&id=24037](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=24037)>

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LUNA, M.R. de. S. A estratégia saúde da família: um estudo na realidade do bairro Mauazinho. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, outubro de 2011 (Dissertação de Mestrado)

MESQUITA, O. **Manaus: história e arquitetura (1852-1910)**. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2006.

MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, E. (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2. ed, 1982.P.71-93

\_\_\_\_\_. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: MARICATO, E. **A cidade do Pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, Rj, Vozes, 2000. P.121-192.

\_\_\_\_\_. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In.: MARQUES, E; TORRES, H. **São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Redes sociais, segregação e pobreza**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

MARX, K. **O capital**. v. 1. ed. São Paulo, Nova Cultural, 1988 a.

MEDEIROS, R.M.V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E.S. **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1.ed.-- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. P.217-227.

MELAZZO, E.S.; GUIMARÃES, R.B. Ponto de partida: a desigualdade social e a definição da política urbana. In: MELAZZO, E.S.; GUIMARÃES, R.B. (Orgs.) **Exclusão em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

MONGIN, O. **A condição urbana: a cidade na era da globalização**. Trad. ANDRADE, L. M de. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

NASCIMENTO, M.B. do. **Produção agrícola familiar em área urbana**: Comunidade Nova Esperança - Bairro Jorge Teixeira - Manaus-AM / Martha Benfca do Nascimento. 2014, 244p. 134 f.: il. color; 29,7 cm.

NEGRI, S. M. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. **Coletâneas do nosso tempo**. Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008

OLIVEIRA, A.U. **Entregar para não integrar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas, SP, Brasil: Papirus Editora, 1988.

OLIVEIRA, M. A. T. de. & HERRMANN, M. L. de P. Ocupação do solo e riscos ambientais na área conurbada de Florianópolis. In: GUERRA, Antonio Teixeira de. ; CUNHA, Sandra Baptista da. (Organizadores). **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

OLIVEIRA, J. A. de. **Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso**. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas/ EDUA, 2003.

Oliveira, L. K. de M. de. **(RE)Produção do espaço urbano e habitação popular de Itacoatiara-AM**. Dissertação (Mestre em Geografia) — Universidade Federal do Amazonas, 2013

\_\_\_\_\_. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri & SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Organizadoras). **O espaço no fim do século: a nova realidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. Tempo e espaço urbano no período da borracha. *Scripta Nova Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, Vol. X, núm. 218 (35), 1 de agosto de 2006. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-35.htm>> Acesso em: 26.10.2016.

\_\_\_\_\_. Tempo e espaço urbano no período da borracha. *Scripta Nova Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, Vol. X, núm. 218 (35), 1 de agosto de 2006. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-35.htm>> Acesso em: 26.10.2016.

OLIVEIRA, J.A e COSTA. D.P. da. A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade. *Scripta Nova Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. XI, núm. 245 (30), 1 de agosto de 2007. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24530.htm>> Acesso em: 08.09.2016

QUEIROZ-LIMEIRA e SILVA, Ana Lígia; NODA, Hiroshi. A organização do espaço dos moradores da área João Paulo II no bairro Jorge Teixeira: anseios, transição e adaptação. **Anais do I Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia**. Manaus, 2006.

REIS, A. C. F. **História do Amazonas**. 2.<sup>a</sup> ed. Editora Itatiaia. Belo Horizonte, [Manaus], Superintendência Cultural do Amazonas, Coleção reconquista do Brasil, 1989.

REIS, J. E. A. A propriedade privada na Constituição Federal de 1988: Direito fundamental de dimensões sociais- Publicado em 01/03/2010 | Nº 74 - Ano XIII - MARÇO/2010 - ISSN - 1518-0360

RIBEIRO FILHO, V. **Mobilidade Residencial em Manaus: uma análise introdutória**. Manaus: Edua, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Configuração da Área Central de Manaus e sua Dinâmica Recente.** PPG-UFRJ, Rio de Janeiro, 2005. Tese de Doutorado.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Abril Cultural, 1982. 286 p. (Série Os Economistas).

RIBEIRO, L.C.de Q. Desafios da Construção da Cidadania na Metrópole Brasileira. **Sociedade e Estado.** Brasília, v. 22, n. 3, p. 525-544, set./dez. 2007 Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/03.pdf>> Acesso em: 26.02.2017.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-69922007000300003>

RIBEIRO, M de N. de S. **De leprosário a bairro: reprodução social em espaços de segregação na Colônia Antônio Aleixo (Manaus-AM).** São Paulo: USP, 2011. Tese de Doutorado.

RODRIGUES, A.M. A cidade como direito. **IX Coloquio Internacional de Geocrítica. Los Problemas Del Mundo Actual. Soluciones Y Alternativas Desde la Geografía Y las Ciencias Sociales** Porto Alegre, 28 de mayo - 1 de junio de 2007. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/arlete.htm>> Acesso em: 26/02/2017.

SALAZAR, J. P. **O Abrigo dos Deserdados: estudo sobre a remoção dos moradores da Cidade Flutuante e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda em Manaus.** Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985.

SALES, A. do A. A luta por habitação em Manaus: considerações acerca da experiência do Movimento Orquídea. **Anais da 4ª. Jornada Internacional de Políticas Públicas,** 2013. Disponível em: < <http://www.joinpp.ufma.br>> Acesso em: 13.02.2017.

SANTOS, B. de. S. O Estado, o direito e a questão urbana. IN: FALCÃO, A. (Org.) **Invasões urbanas: conflito de direito de propriedade.** 2. Ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2008. P.17-94.

SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo.** São Paulo: Nobel: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, E.M dos. **Coroado: de invasão a portal da Zona Leste.** Manaus: Edições Muiraquitã, 2008. <https://doi.org/10.1002/mds.21858>  
PMid:18067181

SIQUEIRA, R. de.; CARDOSO, H. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norteamericana. **Imagonautas** 2 (1) / 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/Tatiana\\_Barbosa/Downloads/Dialnet-ONceitoDeEstigmaComoProcessoSocial-4781280.pdf](file:///C:/Users/Tatiana_Barbosa/Downloads/Dialnet-ONceitoDeEstigmaComoProcessoSocial-4781280.pdf) Acesso em 10.03. 2017.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, p. 21-36.

SILVA, A. L. da. **Puraquequara – uma herança ameaçada**. Manaus: Edições Muiraquitã, 2008.

SERÁFICO J. e SERÁFICO M. A Zona Franca de Manaus e o Capitalismo no Brasil. **Estudos Avançados**. vol.19 no.54 SãoPaulo May/Aug. 2005 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/05.pdf>> Acesso em: 10.10.2016 <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000200006>

SERRA, C. L. R. e CRUZ, W. R. da. **Aspectos Econômicos e Sociais da Cidade Flutuante**. Manaus: Gráfica Amazonas, 1964.

SOUZA, M.L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à Gestão Urbanas**. 5.ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, G.A. de. **Espacialidade urbana, circulação e acidentes de trânsito: o caso de Manaus -AM (2000 A 2006)**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2009. Tese de Doutorado.

SOUZA, L. J. B. **“CIDADE FLUTUANTE” Uma Manaus Sobre As Águas (1920-1967)**. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

SCHERER, E. **Baixa nas carteiras: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus**. Manaus: Edua, 2005.

STROHAECKER, T. M. A Zona Periférica ao Centro: uma visão bibliográfica **revista brasileira de geografia**. Rio de Janeiro: 50 (4): 171-183. out. dez. 1988.

TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. Biblioteca do Exército. Publicação 437. Coleção General Benício, Vol 14, 1973.

TORRES, H. Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na Década de 1990. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, n. °54, fevereiro de 2004. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000100003>

\_\_\_\_\_. Medindo a segregação. In.: MARQUES, E; TORRES, H. **São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

TRINDADE Jr., S –C. C. da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: 1997.

\_\_\_\_\_. Grandes projetos, urbanização do território e metropolização na Amazônia. **Terra Livre**. v. 1, n. 26, 2006 177-194. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/214/198>> Acesso em: 10.10.2016.

VALLE, A. S. do. **Os igarapés no contexto do espaço urbano de Manaus: uma visão ambiental**. Manaus: UFAM, 1999. Dissertação, Universidade Federal do Amazonas, 1999.

VASCONCELOS, P. de A. A Aplicação do Conceito de Segregação Residencial ao Contexto Brasileiro na Longa Duração. In: **Revista Cidades**. 2004, v. 1, n. 2, p.259 – 274.

\_\_\_\_\_. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P.A.; CORRÊA, R.L.; PINTAUDI, S.M (Orgs). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VIEIRA, A.B.; NUNES, M; GUIMARÃES, R.B. Desigualdades e exclusão social em cidades médias brasileiras. In: MELAZZO, E.S.; GUIMARÃES, R.B. (Orgs.) **Exclusão em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nobel, Fapesp, 2001.